

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

***Explorando o negócio do sexo: uma etnografia sobre as
relações afetivas e comerciais entre prostitutas e
agenciadores em Porto Alegre/RS.***

LETICIA DA LUZ TEDESCO

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a DENISE FAGUNDES JARDIM

Porto Alegre, maio de 2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

***Explorando o negócio do sexo: uma etnografia sobre as
relações afetivas e comerciais entre prostitutas e
agenciadores em Porto Alegre/RS.***

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social da
Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito
parcial para obtenção do título de
mestre em Antropologia Social.

LETICIA DA LUZ TEDESCO

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a DENISE FAGUNDES JARDIM

Porto Alegre, maio de 2008

AGRADECIMENTOS

Para a realização desta dissertação contei com a ajuda indispensável de muitas pessoas. Gostaria de agradecer a minha orientadora, prof.^a Denise Jardim, pelas contribuições e reflexões valiosas para essa análise. Por seu empenho em pensar junto comigo muitas das questões que me assaltavam no decorrer deste trabalho, me indicando bibliografia e me ajudando a desenvolver idéias inicialmente confusas para mim. Enfim, por sua atenção cuidadosa em todas as fases da pesquisa.

Agradeço a Prof.^a Claudia Fonseca por ter me apresentado, cinco anos atrás, a instituição que seria uma valiosa porta de entrada para a pesquisa. Certamente, grande parte de meu positivo acolhimento se deve a seu contato prévio com o NEP.

Agradeço a equipe do NEP e todos os meus interlocutores que possibilitaram o contato com o universo de estudo, demonstrando confiança ao me falarem tão abertamente de suas vidas, dentro e fora da prostituição. Todas as conversas e entrevistas foram valiosas em trazer, cada uma delas, partes diferenciadas e visões distintas de um amplo universo. Além disso, cada interlocutor pensou junto comigo certas questões que eu trazia à campo, orientando e reorientando esse trabalho e minhas próprias convicções.

Agradeço ao meu universo familiar e ao meu grupo de amigos, que nunca se cansaram de me ouvir falar desta pesquisa, debatendo comigo muitas de minhas “descobertas” e inquietações. Aos meus pais, Marino Tedesco e Silvia da Luz, que sempre me possibilitaram todo o suporte necessário (material, afetivo e ético) para que eu desenvolvesse minha própria caminhada e alcançasse novos vãos. Meu companheiro Daniel Alves, pela paciência, encorajamento e dedicação incansável. Daniel não foi só um “auxiliar de pesquisa” constante, apontando e solucionando problemas de formatação e impressão (até isso), mas acompanhou toda a minha “empreitada”, fazendo das minhas um pouco das suas preocupações.

Aos amigos que acompanharam mais de perto essa pesquisa: Thaís Cunegatto, João Lagranha, Vanessa Borsatto, Adriana Marques e Armindo Costa da Rosa pelas contribuições sinceras de conversas informais e por compreender ausências de minha condição pessoal que a gente brincava chamando-a de “transe dissertativo”.

Agradeço também a todos os outros amigos, familiares e colegas que embora não acompanhando meu “transe” tão de perto (sorte deles!), me ajudaram de tantas outras formas: seja pela presença deles na minha vida, seja pelo incentivo e entusiasmo.

Agradeço também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) que subsidiou com bolsa de estudos parte dessa pesquisa.

RESUMO

Este trabalho é uma análise antropológica sobre as relações afetivas e comerciais entre mulheres que se prostituem e os demais agentes da prostituição, os chamados rufiões ou proxenetas. Através do trabalho etnográfico buscamos compreender os sentidos e representações sobre as concepções de trabalho e de exploração.

Este trabalho foi construído a partir do método etnográfico e da observação participante iniciado em uma organização não-governamental de prostitutas em Porto Alegre e ampliado a outros entrevistados que participam das redes de relações dos pesquisados. Realizamos o trabalho de pesquisa através de entrevistas individuais e registros em diários de campo, estabelecendo uma interlocução com as mulheres que se prostituem e com os/as proprietários/as e gerentes de estabelecimentos onde se realiza a prostituição.

Esta etnografia está organizada a partir de um debate desencadeado pela interlocução com entrevistados e em um novo cenário em que os protagonistas tecem ações políticas e reflexões sobre as possibilidades de alguma regulamentação e reconhecimento profissional da prostituição.

Procuramos conhecer os relacionamentos entre agenciadores e prostitutas, em diferentes espaços de prostituição (públicos e privados) através de seus depoimentos e reflexões sobre a experiência direta e diversificada com a prostituição na cidade de Porto Alegre/RS.

Palavras-chave: prostituição, exploração sexual, afetos, legalidades.

ABSTRACT

This work is an anthropological analysis about the affective and commercial relationships between prostitutes and their agents, the so called caftans. Using the ethnographic work we sought to understand the interactions between work and exploitation.

The ethnographic work started with the prostitutes belonging to a nongovernmental organization based in the city of Porto Alegre, Rio Grande do Sul state (Brasil), and broadened to other people acquainted to them. The work was accomplished by personal interviews with the prostitutes, their managers and the owners of the places where prostitution takes place.

Starting with a discussion about the nowadays situation, the people involved did present some suggestions about the possibilities for professional organization, and, at the end, a state recognition and regulation.

We sought to understand the relationships between caftans and prostitutes in different environments (public and privately), based on their interviews and intimate experience and suggestions.

Keywords: prostitution, sexual exploitation, affects, legalities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - A ESCOLHA NA MESA DO SEXTO ANDAR (OU O CAMPO REVISITADO)	15
1.1 A inserção em campo	15
1.2 O trabalho da mesa: um ponto de observação e suas inflexões	18
1.3 O NEP: novas sedes e “problemas” permanentes	23
1.4 Os dilemas da prostituição: como pensá-los?	30
1.4.1 O gênero da vitimização	33
1.4.2 O campo jurídico e a vitimização	36
1.4.3 E os direitos sexuais?	41
CAPÍTULO 2 - SER E ESTAR NA PROSTITUIÇÃO: MOCINHOS E BANDIDOS	50
2.1 Mocinhos e bandidos: uma história que dá samba	51
2.2 “No tempo de Buda”: um personagem exemplar entre negócios do barão dos rufiões	56
2.3 O gigolô no mundo dos afetos e desafetos	67
2.4 O Buda rememorado	77
2.5 Algumas considerações sobre rufiões históricos e personagens evocados	87
CAPÍTULO 3 - O MUNDO DOS AFETOS E DESAFETOS: OS BENS A SERVIÇO DOS VÍNCULOS, OS VÍNCULOS A SERVIÇO DOS BENS	93
3.1 Comerciantes de dádivas	94
3.2 As trocas-dádivas e relações de gênero: os bens a serviço dos vínculos, os vínculos a serviço dos bens	102
3.3 Os jogos dos afetos: Homens maus e mulheres dadas	116
3.4 Os jogos dos afetos e seus limites: as experiências de “bóia” e de “principal”.	122

3.5 O valor das coisas	129
CAPÍTULO 4 - O NEGÓCIO DO SEXO	136
4.1 O trabalho “na rua” e o trabalho na “casa”: a casa de mulheres de Jô e o drink-bar pensão de Cid	137
4.2 “Pagar salão” e “dar gancho”: diversidade do trabalho nas casas e experiências de subordinação.	150
4.3 Ideais e limites do trabalho autônomo e do trabalho assalariado: a boate de Vera e as visões dos dois lados do balcão.	153
4.4. Algumas visões da liberdade.	160
4.4.1 Os estigmas da prostituição nas distintas modalidades de “casas”: a sala de dona Diva e as formas de lidar com a estigmatização.	160
4.4.2 Visões da liberdade na calçada (Léia e Ana): as experiências “fora da rua” e porque preferem a calçada.	165
4.5 Exploração e regulamentação: questões complexas do ponto de vista das prostitutas em campo	169
CONSIDERAÇÕES FINAIS	178
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	189
Fontes jornalísticas	193

ANEXOS

Anexo A - Roteiro para profissionais do sexo e agenciadores	A-1
Anexo B - Material jornalístico mencionado	A-3

ÍNDICE DE IMAGENS E QUADROS

Quadro 01: Maridos/Gigolôs por entrevistado	60
Imagem 01: Territórios mencionados como área de atuação de Buda, em Porto Alegre	68

Quadro 02: Relações afetivas e comerciais	95
Quadro 03: Desdobramento do quadro 2	102
Quadro 04: Teorias sobre dom e interesse	117

LISTA DE ABREVIATURAS

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

AV. - Avenida

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

CP - Código Penal

GAPA - Grupo de Apoio a Prevenção da AIDS

HIV - Vírus da Imunodeficiência Adquirida

INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

NEP - Núcleo de Estudos da Prostituição

ONG - Organização não-governamental

RS - Rio Grande do Sul

RJ - Rio de Janeiro

ZH - Zero Hora

INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma análise antropológica sobre as relações entre mulheres que se prostituem e os demais agentes da prostituição, os chamados rufiões ou proxenetas.

Nessa dissertação investigo o terreno movediço e negociado dos afetos e das relações comerciais. Aqui interessa saber como os relacionamentos entre agenciadores e prostitutas, em diferentes espaços de prostituição, produzem sentidos e representações sobre as concepções de trabalho e de exploração.

Parto de um debate desencadeado pela interlocução com entrevistados e em um novo cenário de protagonistas que tecem ações políticas e reflexões sobre as possibilidades de alguma regulamentação nestas relações, e assim, percebendo inicialmente essas relações como estritamente profissionais é que me vi preocupada com a forma que as prostitutas enxergam e interagem com esses agentes.

Delimitar o universo de pesquisa nesse contexto é algo mais complexo do que parece e exige um constante deslocamento de pontos de vista por parte do analista. Os agentes da prostituição são muitos e embora a atividade destes seja vista no Brasil como ilegal ou criminosa, o agenciamento da prostituição ainda é uma atividade corrente. Para constatá-lo basta olharmos a quantidade de anúncios, agências ou estabelecimentos onde se realiza a prática da prostituição. Frente a essa multiplicidade de formas de agenciamento da prostituição de mulheres é que resolvi então me deter sobre dois tipos de agenciadores: os proprietários ou gerentes de estabelecimentos de prostituição e os parceiros não-comerciais das mulheres prostitutas.

Essa dissertação assume esse recorte e percebe a existência de diferentes modalidades de prostituição; a prostituição realizada em espaços públicos onde se podem encontrar os parceiros das prostitutas e a prostituição em locais privados onde estão presentes os donos ou gerentes, observando um universo bastante matizado.

É claro que não encontraremos esses agentes em toda a prostituição realizada em espaços públicos, da mesma forma nem sempre todos os espaços privados de prostituição contam com um agenciador. Muitas mulheres se prostituem de forma autônoma, por conta própria, sozinhas ou com outras prostitutas que dividem o mesmo “ponto”¹ ou o aluguel de um apartamento ou sala comercial. Há situações consideradas como bastante comuns, mas o objetivo não é o de abordar o que é “comum” à prostituição, que remete a um olhar “exterior” que interpela o universo de pesquisa e busca uma pretensa “totalidade”. Trata-se aqui de uma aproximação e interlocução com mulheres e seus relatos e reflexões sobre a experiência direta com a prostituição.

Na Antropologia o tema da prostituição é abordado sob várias perspectivas para tratar de questões tais como gênero, sexualidade, classe social e identidade. Não pretendo aqui fazer uma revisão detalhada da bibliografia, mesmo porque no decorrer dos capítulos trarei muitos autores que considero importantes para este trabalho (especialmente no primeiro capítulo). Deter-me-ei aqui sobre abordagens e questões mais gerais que partilho com outros autores. Um conceito bastante utilizado em se tratando de estudos sobre prostituição de homens (PERLONGHER, 1986), de travestis (BENEDETTI, 2005; SILVA, 2007) e de mulheres (BONETTI, 1995; PASINI, 2000; 2005) é o conceito de gênero a partir de uma perspectiva “construcionista”, em oposição a uma perspectiva “essencialista” das relações de gênero. Neste trabalho partilho com esses autores uma perspectiva construcionista de gênero, deslocando comportamentos tidos socialmente como femininos ou masculinos do sexo de homens e de mulheres.

Quanto a maneira de abordar o tema, uma abordagem corrente é analisar a prostituição dentro de uma perspectiva interacionista filiada a temática “indivíduo-sociedade”, tal como aparece nos trabalhos de Erving GOFFMAN (1982) e Howard BECKER (1977) na análise desses autores sobre estigma e

¹ Os “pontos” são locais demarcados pelas prostitutas em espaços públicos, como ruas e praças, e cada “ponto” conta com um número variável de prostitutas que compartilham as mesmas regras de trabalho, que variam em cada ponto. Para mais detalhes sobre as regras e as dinâmicas de relacionamento entre as mulheres de um mesmo ponto, ver PASINI (2000).

desvio. O comportamento desviante é definido na interação do indivíduo com a sociedade mais ampla que define o que é ou não um desvio e o desviante atuando com múltiplos papéis sociais num jogo de construção da identidade social. O trabalho de Maria Dulce GASPAR (1985) sobre Garotas de Programa em Copacabana é um exemplo desta abordagem que busca "desvendar o estigma", numa pergunta implícita sobre "quem são essas mulheres". Elisiane Pasini em sua dissertação de mestrado sobre garotas de programa da Rua Augusta (2000) analisa as práticas dessas garotas no universo da prostituição, enfatizando o corpo como *locus* privilegiado de relações simbólicas e sociais. Neste sentido, as práticas corporais das garotas de programa demarcam limites e separam suas vidas profissionais e afetivas.

Essa ênfase na separação entre a vida profissional e afetiva da mulher prostituta dialoga com o caráter estigmatizado da prostituição, pois mostrar que se tem uma vida afetiva onde se realizam práticas sexuais diferenciadas (das realizadas em relações comerciais com os clientes) é, entre outras coisas, mostrar a diversidade de papéis vivenciados por essas mulheres que não se resumem à prostituição. Esta separação entre diferentes esferas da vida da mulher prostituta é problematizada nesta dissertação por informantes que trabalham e se relacionam afetivamente com homens que também atuam na prostituição como agenciadores. Nestas relações a gestão da vida afetiva aparece dentro da prostituição, complexificando trabalho e relações pessoais/afetivas.

A abordagem interacionista, que utiliza o conceito de estigma e desvio pode parecer a primeira vista uma maneira de reificar a visão corrente da prostituição como um "problema social". No entanto, essas abordagens dão o contexto dos processos de estigmatização, mostrando como as prostitutas se movem entre diferentes papéis onde sua atuação pouco difere da de qualquer outra mulher. Claudia Fonseca em um artigo em que analisa a morte de um gigolô questiona se esse "lado normal" da vida de mulheres prostitutas não acaba levantando questões sobre a própria constituição do campo acadêmico da sexualidade, ficando o pesquisador numa situação paradoxal: "quanto mais estudamos essas 'sexualidades', menos elas parecem merecer um campo de

estudos à parte" (FONSECA, 2004). Não se trata de mostrar como certas práticas são ou não toleradas, nem de tratar os agentes da prostituição como "transgressores" ou "bonzinhos", pois isso seria incorrer na maneira usual de perceber as próprias prostitutas como "vítimas" ou "demônios". Trata-se aqui de situar a discussão sobre a prostituição (e os "achados" do pesquisador) em questões mais amplas, atuais, econômicas e políticas.

É desta forma que alguns trabalhos que analisam a prostituição e o mundo jurídico são extremamente ricos, como o de Roger Raupp RIOS (2000), Sérgio CARRARA (2004) e Sônia CORREA (2004), para citar apenas alguns dos autores que mais tarde trarei na discussão sobre o crescente desejo de profissionalização de algumas prostitutas. A discussão sobre profissionalização e regulamentação é o pano de fundo da discussão que trago neste trabalho sobre relações entre prostitutas e agenciadores. No Brasil, o desejo de profissionalização aparece dentro de um movimento organizado de prostitutas, formado por ONGs como o Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP) que trabalham temas como saúde, auto-estima e cidadania, e que surgiram na esteira do surgimento da AIDS, formando um novo cenário de discussão sobre a prostituição.

Como abordar o tema? Dado esse cenário de debates, iniciei o trabalho de campo através do NEP. Ora tomo esse universo como um exemplo dos desafios contemporâneos que recaem e são pensados através da experiência das ONGs. Ora representam um exemplo singular na diversidade de formas de empreender e problematizar a experiência das mulheres na prostituição. Em nenhum dos casos, a ONG é "tudo sobre a prostituição", mas por outro lado, sugere que há enormes modificações no debate sobre a exploração do trabalho das prostitutas.

Cristiana BASTOS (2002) em seu livro "Ciência, poder, ação: as respostas à Sida" parte de uma abordagem multilocal para analisar seu problema de pesquisa. O objeto de reflexão não se concentra em um único local e a autora parece mais interessada em discutir questões através de múltiplos espaços e agentes por onde se desdobram e são problematizadas as enormes incertezas

que a doença provoca. Minha maneira de tratar a questão sobre as relações entre prostitutas e rufiões partilha um pouco dessa abordagem multilocal, no sentido de que minha análise parte de questões gerais (trabalho, afetividade, exploração) e não de um espaço circunscrito. Pouco a pouco, percebi que meu universo de pesquisa não poderia se restringir ao NEP, pois as experiências com a prostituição não se reduzem às aquelas ali encontradas.

Por outra parte, é claro que meus interlocutores se localizam em um tempo e em um espaço, mas as questões que trato aqui remetem a uma discussão sobre diferentes formas de pensar a profissionalização da prostituição que não é igual em todos os lugares. Um bom exemplo disso é a maneira como as prostitutas uruguaias pensam a regulamentação (FONSECA & PASINI, 1998; ROSTAGNOL, 2000), às vezes bastante diversa das concepções que encontrei em campo (entre prostitutas e dono/as de estabelecimentos de prostituição). Assim, as falas de minhas informantes estão em diálogo com muitas formas de ver o mesmo tema (a regulamentação) em outros contextos, apontando para múltiplas maneiras de profissionalizar a atividade.

Clifford GEERTZ (1989: 32) salienta que o *locus* do estudo não é o objeto do estudo:

Os antropólogos não estudam as aldeias (...) eles estudam nas aldeias. Você pode estudar diferentes coisas em diferentes locais, e algumas coisas (...) podem ser melhor estudadas em localidades isoladas. Isso não faz do lugar o que você está estudando.

Embora todos os meus informantes exerçam ou tenham exercido suas atividades (de prostitutas ou donos/as de casa de prostituição) no centro de Porto Alegre (em ruas ou locais privados), eu não estou estudando o centro ou os arredores da Avenida Farrapos. Muitos desses informantes já atuaram em outros espaços (além do centro, outras cidades do RS e/ou outros bairros de Porto Alegre). Além disso, muitas prostitutas atualmente trabalham "por anúncio", ou seja, marcam os "programas"² via telefone. Os espaços neste trabalho são

² Termo êmico para se referir à prestação de serviços sexuais mediante pagamento.

importantes para evidenciar como a prostituição exercida em lugares públicos e em locais privados informa sobre os diferentes agentes e sobre tipos de prostituição realizada.

Na maior parte da bibliografia sobre o tema da prostituição podemos perceber o enfoque analítico sobre o que considero o principal agente da prostituição, a prostituta. Mas a prostituição não se realiza num "vácuo", "suspensa do mundo", ela precisa muitas vezes de todo um suporte de espaços, locais e outros agentes. Nem sempre a prostituta realiza seu trabalho sozinha ou somente com seus pares. Isso se verifica especialmente na prostituição de mulheres oriundas de camadas populares, que na maior parte das vezes não possuem recursos para exercer a atividade por conta própria, ou consideram necessária a presença do "parceiro não-comercial"³ nos territórios de "batalha".⁴ Por motivos que analisaremos essas mulheres fazem uma diferenciação desses parceiros percebendo-os como "maridos" ou como "gigolôs".

Nestas condições é que considero a prostituta como o principal agente da prostituição e os demais agentes como uma espécie de suporte ou "infra-estrutura" da prostituição, uma infra-estrutura que não é apenas material, mas também simbólica.

Na maior parte dos trabalhos antropológicos com que tive contato, a prostituta é o centro, ficando os demais agentes da prostituição em segundo plano ou no plano descritivo, sem que a análise se debruce sobre as relações que estes mantêm com as prostitutas.

Entre os trabalhos antropológicos que focalizam mais de perto essa relação destaco o artigo já citado de Claudia FONSECA (2004), o livro de Yvette

³ Quando utilizo o termo "parceiro não-comercial" estou me referindo ao homem que mantém relações sexuais com a prostituta sem precisar pagar por isso. O parceiro não-comercial a que me refiro é também o homem que atua no negócio da prostituição com sua companheira prostituta, exercendo múltiplas funções neste negócio. Isto diferencia este homem de outros parceiros não-comerciais que não atuariam na prostituição.

⁴ "Batalha": termo êmico para designar o exercício da prostituição. Assim, territórios de batalha são territórios onde se exerce a prostituição. Da mesma forma, "estar batalhando" é estar trabalhando na prostituição.

TROCHÓN (2006) sobre "tráfico de mulheres" e o trabalho de Aline BONETTI (1995) sobre parceiros e clientes de prostitutas, orientado para a questão da transmissão do HIV, que é a questão central. Elisiane PASINI (2005) destaca em sua tese os freqüentadores da Vila Mimosa, um grupo variado constituído não apenas por clientes, mas também muitos outros homens que freqüentam a Vila Mimosa por diversos motivos, como trabalho e lazer. Dentre esse grupo, a autora traz a categoria de "privilegiados", que se assemelha aos parceiros não-comerciais que de falo neste trabalho, cujas aproximações e diferenças buscarei destacar.

O trabalho de Ruben OLIVEN (1997) sobre dinheiro, mulher e trabalho na música popular brasileira, traz a figura do "malandro" e de uma "filosofia da malandragem", traços presentes na descrição que algumas prostitutas fazem do "gigolô". Este trabalho então tratará da relação entre os agentes da prostituição, relações dentro do âmbito da própria atividade, que trazem algo do "mundo dos afetos" e o "mundo do trabalho" das prostitutas, questões inseridas sobre o debate de maior profissionalização da atividade.

Sobre o caráter de construção do conhecimento na Antropologia, Geertz ressalta que na nossa ciência os estudos constroem-se sobre outros estudos "não no sentido de que retomam onde outros deixaram, mas no sentido de que, melhor informados e melhor conceitualizados, eles mergulham nas mesmas coisas" (1989: 35). E isto porque cada estudo parte de um local próprio e de um pesquisador singular que mergulha num mesmo tema, mas cujas interpretações são bastante peculiares na mistura entre os dados e a subjetividade do pesquisador. Essa "mistura" entre dados e subjetividade aparece em todos os momentos da pesquisa, desde a coleta dos dados até na análise e na escrita.

Vagner Silva nos alerta sobre isso no momento mesmo da redação de um diário de campo:

Ao redigir o diário de campo e lê-lo depois, o antropólogo, além de "esboçar" o outro "esboça-se" também como personagem de seu empreendimento etnográfico, pois a forma pela qual a sua sensibilidade foi afetada pelo processo de imersão no conjunto de significados que investiga, possui, ela mesma, múltiplos sentidos, dos quais o antropólogo escolhe alguns e os

privilegia na escrita. A presença do antropólogo em campo já é um "dado" em si mesmo que aparece "misturado" aos fatos observados (SILVA, 2000: 64).

Essa constatação não é nova, pois Willian FOOTE-WHITE (2005: 283) já alertava sobre isso em "sociedade de esquina" ao lembrar que "assim como seus informantes, o pesquisador é um animal social". Este processo de construção dos dados é uma característica mesma da pesquisa etnográfica, especialmente quando esta é fruto da "observação participante" que em uma progressão de grau (mas não de gênero) pode ser percebida pelo pesquisador mais como uma "participação observante" como Loïc WACQUANT (2002) caracteriza sua pesquisa realizada entre boxeadores quando ele mesmo experimentou subir no *ring*. Ou como Foote-White percebeu num dado momento, sua interação com os rapazes da esquina (2005: 318): "comecei como um observador não-participante. À medida que fui aceito na comunidade, vi que me tornara quase um participante não-observador".

A observação participante é fundamental e atualmente contempla e sugere vários experimentos com o próprio pesquisador, mas por mais que nos aproximemos do cotidiano de nossos pesquisados a alteridade entre "nós" e "eles" não pode (e não deve?) ser totalmente dissolvida. Clifford GEERTZ (1997: 89) ressalta que não é necessário ser um nativo para conhecer um, mas que considera importante ver as coisas do ponto de vista do nativo, ou seja: "o importante é descobrir que diabos ele acham que estão fazendo". Assim, mergulhar no modo de vida do outro, interagir com ele, vasculhar suas dúvidas e certezas é um momento da pesquisa: aprimorar a escuta e abrir possibilidades de encontrar e lidar com narrativas diversificadas sobre as experiências sociais.

O importante a dizer é que este trabalho não pretende falar, "no lugar das", ou "pelas prostitutas", até mesmo porque elas têm suas próprias vozes. Em um contexto de movimento político organizado aprendi em campo e como antropóloga que isso até seria uma "ofensa". Pretendi falar com elas, discutir com elas, e isto em dois sentidos. O primeiro ao buscar uma "descrição densa" tal como proposto por GEERTZ (1989: 23-24) em que "o que procuramos, no sentido mais amplo do termo, que compreende muito mais do que simplesmente falar, é

conversar com eles". Entendo essa conversa como compreender o que eles estão dizendo, entender o sentido (e não apenas os sons) das palavras, saber a diferença entre "contrair as pálpebras e piscar". Esta não é uma tarefa fácil e nos faz sempre suspeitar de nossas interpretações ou de nossa capacidade de entender e explicar posteriormente - na escrita - o sentido de suas palavras, como entender o sentido de uma "piada", suspeita do pesquisador que, sem exageros, é bastante salutar, pois busca recuperar no discurso do outro toda a sua criatividade.

A outra maneira pela qual procurei conversar com elas, diz respeito a um enfoque dialógico e polifônico em que "no lugar central não deveria estar o informante, mas o problema teórico do antropólogo" (Paula MONTERO, *apud* SILVA, 2000: 56). Assim é que procurei não só explicar para todos os entrevistados o objetivo da pesquisa, como tentei fazê-los pensar junto comigo certas questões, certas perguntas que a observação participante me fez formular mas que não necessariamente era um problema sobre os quais eles se perguntavam. É por isso que as entrevistas que realizei foram semi-estruturadas e abertas. Contavam com um roteiro inicial mas que no decorrer da pesquisa fui modificando ao utilizar o conhecimento prévio adquirido nas primeiras entrevistas para fazer "cabem ou acomodar o campo", pois algumas respostas levam a novas perguntas, sendo a pesquisa mesma uma produção contínua, um processo que não encerra (e não abarca) tudo sobre um determinado tema⁵.

Ao longo dessa pesquisa, entrevistei 11 pessoas, 10 com o uso do gravador e 3 delas mais de uma vez. Destas 11 pessoas, seis são prostitutas, quatro são donos/as de estabelecimentos de prostituição e uma é a coordenadora e fundadora do NEP. Entre as prostitutas, todas ainda exercem a prostituição e já trabalharam em territórios públicos de prostituição (praças e ruas). Atualmente 3 delas trabalham somente através de "anúncios" e as outras 3 somam aos anúncios a atividade esporádica na rua ou em locais privados. A faixa etária delas está entre 35 e 45 anos e todas mantêm algum contato com a ONG, seja

⁵ O roteiro de entrevista está disponível no anexo A desta dissertação.

exercendo atividades (voluntárias ou remuneradas) neste espaço, seja freqüentando-o. Mesmo em contato freqüente com a ONG, e por isso imbuídas de certa noção de luta por direitos e visibilidade, suas falas não são homogêneas e suas experiências e concepções são bastante diversificadas. Entre os donos/as de estabelecimentos de prostituição, há 3 mulheres e 1 homem, cada um gerenciando um local privado (boate, sala e *drink-bares*). Todas estas pessoas conhecem o NEP, seja através de visitas da equipe da ONG, seja através das mulheres que trabalham em suas casas. O espaço da realização das entrevistas é variado: algumas foram realizadas dentro da ONG, outras na minha casa ou nos estabelecimentos de prostituição.

Em alguns casos, como na ONG e na "sala de dona Diva", a entrevista com uma pessoa particular acabava por se transformar em uma espécie de "entrevista coletiva". Outras pessoas (prostitutas e clientes – estes não na ONG, mas na sala de Diva) ao perceberem que ali estava sendo realizada uma entrevista, se interessavam pela conversa e começavam muito espontaneamente a opinar sobre os assuntos tratados, fazendo perguntas para mim e a entrevistada e respondendo questões (a esta altura minhas e delas). Considerei essa situação de entrevista, "imprevista" por mim, muito interessante e em alguns momentos essas outras vozes aparecem no texto. Optei por trocar os nomes de todos meus informantes, não apenas porque trato de um tema relativamente "polêmico" que muitas vezes se refere à intimidade das pessoas, como também porque a maioria dos informantes não teve ainda a oportunidade de ver este trabalho, com suas falas contextualizadas no texto. Além de entrevistas, utilizo diários de campo e nestas situações também troco os nomes das pessoas. A única exceção foi a entrevista com a fundadora do NEP que, pelo caráter público da instituição e do contexto de visibilidade de suas lutas, acreditamos (eu e ela) melhor manter seu nome original.

Minha intenção era trazer, além das falas de algumas prostitutas, a fala dos/as donos/as de casa de prostituição⁶ e dos parceiros não-comerciais. Esses últimos, devido aos "imponderáveis do campo" (e talvez também do tempo de duração da pesquisa) não aparecem aqui. Meus contatos com esses homens se resumem a algumas aparições deles na ONG e durante meus percursos noturnos pelos territórios de prostituição em espaços públicos, quando não raro, eu era abordada por eles que perguntavam (entre surpresos e contrariados) o que eu estava fazendo falando com as "suas gurias".

Lembro de uma noite em que eu estava em uma rua transversal à Avenida Farrapos e um deles, parecendo ter "saído do nada", perguntou em um tom afirmativo "se eu não iria deixar a guria trabalhar". Tentei explicar que eu estava convidando-a para uma oficina de saúde no NEP e distribuindo preservativos. Embora a explicação tenha parecido convincente (era mesmo verdade), ele não quis muita conversa. Algumas informantes me disseram que poderiam, se eu quisesse mesmo (leia-se: se eu achasse mesmo muito necessário) marcar algum encontro entre eu e eles. Outras me disseram que eles iriam mentir pra mim ou que se recusariam a falar. De qualquer forma uma conversa com eles me parecia como algo muito interessante. Nós, antropólogos, também gostamos de pensar sobre silêncios e mentiras, mas devido às dificuldades e ao tempo restrito, acabei desistindo, ao menos por agora.

Neste trabalho suas falas apareceram nas vozes de minhas informantes, nas interpretações delas que viveram ou vivem com eles. Assim, me detive nos homens citados, interpretados. GEERTZ (1989: 25-26) nos fala que os textos antropológicos são eles mesmos interpretações:

Na verdade de segunda e terceira mão (por definição somente um nativo faz a interpretação em primeira mão: é a sua cultura). Trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são "algo construído", "algo modelado" – o sentido original de *fictio* – não que sejam falsas, não-factuais ou apenas experimentos do pensamento.

⁶ Donos/as de casa de prostituição ou apenas "donos/as de casa" é como as prostitutas se referem aos proprietários e/ou gerentes de estabelecimentos onde se realiza a prostituição. No decorrer do texto utilizarei muitas vezes essa denominação.

Esta dissertação está dividida em 4 capítulos. No primeiro capítulo mostro um pouco desse universo singular, "ongueiro", a partir do qual iniciei a pesquisa e com o qual tenho contato até os dias de hoje. Mostro como foi minha entrada, minha inserção no campo e minhas primeiras impressões, além de do que considero, frente à bibliografia sobre o tema, os principais dilemas da prostituição.

O NEP foi uma "porta" e uma "entrada" no universo da prostituição que me permitiu ver de uma "janela" específica, de um ponto de observação, as diferentes visões sobre a prostituição e seus agentes. Mas as ONGs não são tudo da experiência da prostituição, são uma novidade relativamente recente que têm um discurso e uma prática política relativamente homogênea, mas as experiências de prostituição podem ser modelares, disseminadas ou diversas. Em parte, isso explica porque há tantos antropólogos estudando prostituição: porque a prostituição não é unívoca.

No segundo capítulo focalizo as relações entre os agentes da prostituição trazendo algo do contexto histórico e representacional sobre essas relações, ou seja, como os rufiões são retratados pela historiografia e por minhas interlocutoras, já trazendo a reflexão dos informantes. Analiso algumas reportagens jornalísticas sobre um conhecido rufião em Porto Alegre, apresentando na seqüência as falas de informantes que trabalharam nas ruas na mesma época de sua atuação e que o conheceram. A análise deste personagem apresentado por muitas vozes traz pistas sobre as relações entre prostitutas e "gigolôs", que ao mesmo tempo em que o rememoram evidenciam os significados atribuídos à figura do gigolô em suas relações. Este personagem também evoca uma determinada maneira de organização da prostituição nos espaços públicos num passado recente.

No terceiro capítulo tomo como desafio compreender as relações entre prostitutas e seus parceiros não-comerciais, relações envolvidas no negócio da prostituição e que apresentam elementos que perpassam o negócio, como afetividade e dádiva. Partindo da experiência direta de minhas informantes,

encontro uma variedade de relações possíveis entre elas e seus parceiros e de critérios de distinção destes em "maridos" e "gigolôs" a partir do lugar que esses homens desempenham em suas vidas dentro da prostituição. Procuo o diferencial dessas relações frente a outras possíveis (com o cliente, com os donos/as de casas de prostituição e com um parceiro que não atue na prostituição) e sua capacidade de problematizar papéis de gênero. Encontramos aqui uma outra maneira de gerir os afetos, extremamente cuidadosa e codificada e, de outra parte, uma maneira singular de gerir os ganhos e as perdas da prostituição em que dinheiro e afetos se misturam numa relação de reciprocidade negociada.

No quarto e último capítulo pretendo analisar a prostituição exercida em locais privados gerenciados por donos/as de diferentes estabelecimentos de prostituição. Na medida em que as regras de cada local informam sobre as diversas concepções de prostituição e de trabalho, busco a dinâmica de funcionamento desses espaços e a percepção que seus agentes e as prostitutas têm sobre o tipo de prostituição realizada ali, trazendo elementos para o debate sobre o tema da profissionalização. A experiência com as casas de prostituição nos permite conhecer alguns dos parâmetros do que é considerado "exploração" e "autonomia" da prostituta.

A prostituição, ainda que permitida, é uma atividade estigmatizada e seus agentes partilham não apenas da estigmatização da atividade (na qual também se encontram exercendo funções e papéis distintos) mas dos contornos de gênero (não menos estigmatizantes) que os colocam, em grande medida, como potenciais "exploradores".

É com o peso desses estigmas que são comumente chamados de "cafetões", "cafetinas" e "gigolôs", termos que carregam conteúdos pejorativos, mas de grande difusão. Ao longo deste trabalho muitas vezes utilizarei "os nomes do estigma", não apenas para diferenciar a quais agenciadores me refiro, mas também como estratégia narrativa (que expressa algumas posições e sutilezas da postura política perante a exploração) para manter a atenção do leitor, especialmente quando o conteúdo estigmatizado dos nomes contrasta com a realidade das práticas.

Entrar em um universo de batalhas morais tão antigas requer uma declaração de princípios, ou pelo menos dos cuidados que me utilizei para realizar o trabalho de campo e posteriormente para escrever. Da mesma forma, quero sugerir cuidados na leitura de minhas interpretações. Parte desses cuidados é de ordem metodológica, como acima explicitado, outros cuidados decorrem do tempo histórico que o investigador compartilha com seus interlocutores e, por fim com seus leitores.

Por isso, me utilizarei também "rufiões" e "rufianismo", termos de nosso Código Penal. Por motivo semelhante, ao me referir às mulheres que se prostituem utilizarei a palavra "prostitutas", palavra normalmente utilizada por minhas informantes posto que é esta palavra que utilizam para se referirem umas às outras. "Cafetão", "cafetina", "gigolô" e "prostituta" também são termos largamente utilizados por meus informantes, sejam eles prostitutas ou proprietários e gerentes de estabelecimentos de prostituição. Meus informantes utilizam estes termos para referirem-se a si próprios ou aos outros, seja para afastarem-se dos conteúdos desses termos, seja para dar um novo sentido a eles, numa apropriação que dialoga com o significado estigmatizante dos mesmos. Tal significado negativo aparece na utilização desses termos como adjetivos: "tal homem é um gigolô". Muitas prostitutas utilizam os termos "cafetão" e "gigolô" indistintamente ao se referir ao parceiro não-comercial da prostituta que atua como agenciador da prostituição exercida em espaços públicos. Para este caso utilizarei sempre a palavra "gigolô".

Com isso, não estou concordando de antemão com qualquer conteúdo negativo presente nestes termos, mas realçando a ilegalidade potencial, ou de fato, em que atuam os agenciadores. Lembro que mesmo na ilegalidade podemos encontrar usos, tidos e vistos, como mais ou menos legítimos e pactos tácitos entre os protagonistas que negociam os limites das condutas individuais e coletivas e os sentidos diversos de noções como exploração e autonomia.

CAPÍTULO 1

A ESCOLHA NA MESA DO SEXTO ANDAR (OU O CAMPO REVISITADO)

1.1 A inserção em campo

Em Outubro de 2003 comecei a freqüentar o Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP), uma ONG que trabalha com mulheres profissionais do sexo. Já havia demonstrado meu interesse no tema da prostituição à minha professora orientadora na época do trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais, Claudia Fonseca.

Claudia me indicou o NEP, e logo demonstrei minha surpresa ao saber que existia uma “ONG de prostitutas”, uma coisa que naquele tempo me parecia totalmente inusitada. Lembro da minha surpresa e do meu entusiasmo com essa primeira descoberta, nos idos de 2003: “que fantástico, então existe uma ONG de prostitutas, como eu ainda não sabia disso?” Mas afinal, o que faria uma ONG de prostitutas? Tentaria tirá-las da prostituição? Oferecia novas oportunidades de renda e emprego? Daria cursos de artesanato e costura?

Minha primeira impressão (semelhante à de muitas outras pessoas com quem comentei a existência de uma ONG como o NEP) é que se tratava de uma instituição religiosa, que com as melhores intenções deste (e de outro) mundo, tentaria tirar as moças “daquela vida”, numa postura salvacionista e de fora do universo mesmo da prostituição. Logo essa suspeita se dissipou: não era bem isso, aliás, não era nada disso. É claro que Claudia não quis estragar a surpresa e pouco me falou da ONG, em vez disso encaminhou-me rapidamente para lá. Eu teria que descobrir por mim mesma, observar e participar da vida diária daquele espaço, fazer minhas próprias descobertas! Até hoje sou agradecida por isso.

Cheguei então na ONG numa tarde ensolarada de outubro, sem nem ao menos saber quem eram aquelas mulheres. Um trecho de meu primeiro diário de campo ilustra um pouco dessa situação, o meu “primeiro trote” num local de novas

aprendizagens. Foi assim que no meu primeiro dia de voluntariado saí para ajudar uma colega de serviço a fazer compras para a cozinha (sim, lá havia uma ampla cozinha):

No caminho conversamos sobre os mais diversos assuntos, desde a morte do marido dessa mulher até a diabete que ela desenvolveu depois. Chegando na sede, ela perguntou-me, na frente das outras, que permaneciam em silêncio e ansiosas para ouvir minha resposta, se eu sabia o que elas eram. Embora eu já imaginasse que muitas poderiam ser prostitutas (não pela aparência ou qualquer "sinal" visível - que não tinham - mas por saber a temática da ONG), optei por ser mais reticente, e foi assim que respondi: - "*Sei, vocês trabalham no NEP, não?*" Minha interlocutora: "*Não. Nós não trabalhamos no NEP, nós trabalhamos para o NEP.*" Olhares curiosos para mim: "*teria eu sacado a sutileza?*" Logo uma delas: "*Nós somos prostitutas!*" (Diário de campo, Outubro de 2003, in TEDESCO, 2005: 7).

No trabalho de conclusão, associo este episódio aos contornos do estigma mesmo dentro de uma organização que trabalha, entre outras coisas, a cidadania. Na interação com alguém "de fora", elas não hesitaram em dar visibilidade a sua atividade, mas fizeram isso com toda a atenção focada na possível surpresa que causaria tal revelação, como se revelar que se é prostituta, por si só, tivesse que causar no mínimo, uma reação de espanto.

Na época, o foco da pesquisa (e da minha percepção mesma) estava centrado no estigma sofrido pelas prostitutas. Algo muito compreensivo, olhando retrospectivamente, já que minha própria iniciação no tema estava em jogo. Para alguém novo neste campo, essa questão "salta aos olhos". Não que com o passar do tempo o estigma deixe de existir, mas ele já não é a novidade para o pesquisador. É como ajustar o foco, trocar as lentes, ou mais especificamente, desvelar outras camadas da realidade, mais subjacentes.

Mas de onde afinal eu estava olhando isso tudo? Inicialmente eu não sabia exatamente qual seria o meu "recorte" naquele vasto universo. Comecei então um trabalho de colaboração (voluntária) que perdura até os dias de hoje e já teve várias fases: mais intensas e difusas ou mais esporádicas e pontuais, participando de projetos de intervenção realizados pelo NEP em parceria com o ministério da saúde ou realizando apenas trabalho voluntário na ONG.

Em outras palavras, comecei a freqüentar o NEP de modo esporádico, uma ou duas vezes por semana. Na época a sede do NEP era na Av. Júlio de Castilhos, uma região que compartilha sua localização em meio a igrejas neopentecostais e *drink-bares* de prostituição. Mais tarde fui convidada a fazer parte de alguns projetos de intervenção como monitora. Neste momento, minha participação aumentou a ponto de encobrir minha principal razão de estar ali: a pesquisa etnográfica. Eclipsada até o retorno de meu voluntariado, a prática de registrar minimamente em diários de campo os acontecimentos que me pareciam excepcionais ou relevantes, nunca deixou de existir, apenas não era primeiramente visível para os outros, afinal, o mundo não gira em torno (e nem pára em função) dos interesses do pesquisador (felizmente). Assim descrevo esse momento na minha pesquisa anterior:

Interessante perceber que o meu trabalho, (na época como monitora) embora requisitado e aceito, não veio de uma caracterização como “estudante de antropologia”, isto é, eu não trabalho enquanto antropóloga, e sim como qualquer pessoa que manifeste vontade de trabalhar com profissionais do sexo e que, acima de tudo, não demonstre preconceito pela atividade dessas mulheres (TEDESCO, 2005: 8).

Desta forma, fui negociando meu espaço não muito definido (e variado) dentro da ONG: em alguns momentos a estudante, em outros, a funcionária, e às vezes, a antropóloga. De qualquer forma meu lugar no local ainda não estava bem definido para as mulheres que o freqüentavam, o que não pôde ser totalmente solucionado pelo voluntariado e nem pelo trabalho de monitora que comecei a realizar, embora ambos garantissem livre acesso ao campo e um retorno necessário para os informantes. Acredito que essa fluidez de lugares que pode vir a ocupar o antropólogo nos movimentos sociais se deve em parte às próprias características das pesquisas de observação participante, ao mesmo tempo em que é comum em algumas ONGs a multiplicidade de papéis exercidos por seus participantes.

Ao longo dessa dissertação, usarei, além das entrevistas, alguns diários de campo. Essa forma de registro revela um ponto de observação e suas possibilidades de acesso a um universo mais complexo, mas revelará também as

inflexões que a interlocução com essas mulheres foi adquirindo ao longo de minha inserção.

Na segunda fase da pesquisa (a que deu origem à esta dissertação) minha imagem como estudante ficou mais visível, principalmente pelo fato de eu não estar mais exercendo as atividades de monitora e assim ficar mais pontual minhas idas a campo, com ou sem a intermediação da equipe do NEP.

Nesta segunda fase retomei o voluntariado, mas dessa vez, entre as cadeiras do mestrado e os “bicos”⁷ de emprego até a possibilidade de dedicar-me prioritariamente ao estudo (pelo fato de me tornar bolsista), não me restava muito mais tempo. Uma vez por semana eu dedicava uma tarde ou uma manhã para, entre outras coisas, “atender as gurias na mesa”, conversar, ajudar com os relatórios e é claro, fazer perguntas e agendar entrevistas.

1.2 O trabalho da mesa: um ponto de observação e suas inflexões

O trabalho de recepção na mesa de atendimento é basicamente o seguinte: cotidianamente as gurias vão até o NEP retirar sua quota mensal de preservativos (masculinos e femininos). Além disso, elas podem levar *folders* informativos, obter informações sobre saúde e direitos, e trazer demandas diversas (queixas, sugestões, denúncias, etc.).

Na mesa de atendimento há uma espécie de fichário onde estão colocadas as fichas de cadastro de cada mulher já cadastrada (com nome, nome de trabalho e local onde trabalha). Se chegar ao NEP uma prostituta não cadastrada ela poderá realizar sua inscrição no mesmo momento. Elas geralmente vêm acompanhadas de outra que já conhece a ONG.

Esses cadastros, é claro, são de uso exclusivo da instituição, que mantém sigilo sobre seus dados, em função do estigma que ainda recai sobre a prostituição. Os dados são quantificados para controle interno e análise da abrangência do resultado de alguns projetos. Em trechos de dois diários de

⁷ Termo informal para se referir ao trabalho temporário, instável ou sem vínculo empregatício.

campo, um de 2006 e outro de 2007, ilustro essa dinâmica do atendimento na mesa:

Cheguei ao NEP no horário habitual. Não teve muito movimento hoje, o que me permitiu mais conversar e tomar café que atender à mesa. Uma das poucas gurias que veio buscar camisinha foi Jú, uma “figurinha carimbada” desde muito tempo no NEP. Jú tem uns trinta e poucos anos, é loira, olhos claros, muito expressiva e bonita, apesar de não se cuidar muito (lhe faltam alguns dentes da frente), é moradora de rua, adepta “fervorosa” do uso de maconha, e uma ótima contadora de histórias. Jú teve um filho recentemente, e chegou nos contando sobre isso: “(...) pois ele (seu marido) dizia que o filho não era dele. É que na época eu estava saindo (fazendo programa) com um cearense. Mas foi bem feito, o guri saiu a cara dele, loirinho de olho azul. Aí eu disse pra ele ‘não! Esse aí não é teu filho, é do cearense... onde tu já viu cearense loiro de olho azul? Se eu disser isso lá no norte (que ele é filho de cearense) vão dizer que eu tô é lôca”. E dava risada. Tina e Deise entram na sala neste momento e perguntam onde está a criança agora, ao que Jú responde que está com o pai. Então as duas começam a fazer várias perguntas e cobrando, de forma séria, mas num tom de brincadeira, sua responsabilidade como mãe ao que Jú diz: “– Ah pára! Eu já carreguei nove meses, agora ele que faça a parte dele também (...) Tá bom, hoje faz exatamente 9 dias que eu não vejo (a criança), mas assim que eu arrumar um dinheiro eu vou lá. (...) Sim, ele cuida direitinho do nenê (...) Não, eu não amamento, esqueceu que eu não posso dar de mamar? (...) Sim, eu fiz o tratamento direitinho na gravidez, e a criança nasceu saudável, não tem nada!” Jú depois do “puxão de orelha coletivo” por ter interrompido o tratamento do HIV, promete que vai fazer assim que sair os exames de carga viral, e segue falando do companheiro: – “homem é só pra incomodar, ele não quer que eu me vire e por isso eu evito ir lá (na casa dele), fica me cobrando coisa... é bem melhor assim (sozinha), não tem que dar satisfação”. Jú pede café e cigarro e segue falando muito. As gurias perguntam se ela está fumando crack, ao que ela nega enfaticamente: – “De jeito nenhum! Eu só fumo unzinho de vez em quando”. E desata a falar de maconha, conta que esses dias foi fumar no gasômetro e um policial a seguiu. Ela já estava prestes a jogar o baseado no rio, quando o policial a impediu e pediu um “pega”. Ela conta que ficou desconfiada, pois segundo ela, “eles têm tudo isso, todo tipo de coisa (droga) e por que têm que fumar o meu?” Mas depois do incidente o policial faz piada com ela toda vez que a vê, mas que não a incomoda. Cecília pega uma sacola da dispensa, e começa a separar umas roupas que ela mesma trouxe para Jú, que fica muito feliz com a doação. Cecília pede para que ela experimente as roupas, ao que Jú, meio encabulada, diz que serve e que não quer experimentar porque ainda não tomou banho. (Diário de Campo, Maio de 2007).

Cheguei no NEP pontualmente às 9:00h. Com algum esforço, pois vim engolindo o café do boteco da esquina. Vinha pensando que graças a deus hoje é sexta e então vou atender poucas gurias na mesa. Em seguida, chega Aline, cheia de cadernos e com cara de muito atarefada. Joga os livros de

anatomia na mesa (ela está no 1º semestre de nutrição e é filha de Cecília, uma das profissionais do sexo bastante atuante no movimento) e começa a desfilir nomes de ossos e músculos. Léia entra na “brincadeira” e começa a associar os nomes com palavras obscenas, pois *“assim é mais fácil memorizar, tu vai lembrar de mim aqui te falando um monte de putaria”*. Aline ri e continua lendo com a Léia, até que chega a filha da Tina e começa a estudar junto com elas. Decido parar de rir e ir para a mesa (onde eu deveria ter estado até esse momento), pego o Diário Gaúcho e começo a ler. Léia comenta algumas notícias comigo, e segue comentando, quando somos interrompidas por Bia, que veio buscar camisinha. Enquanto procuro a ficha dela, ela começa a falar sem parar, dizendo que está apressada e que precisa dormir, pois está “virada” (sem dormir). Acendo um cigarro e ofereço um pra ela. Léia se “aprochega” e começamos a conversar animadamente. (...) Depois que Bia foi embora, pouca coisa aconteceu, atendi só mais três ou quatro gurias (hoje o movimento realmente estava baixo), mas não batemos grandes papos, e uma delas inclusive me olhou desconfiadamente, pois não lembrava de mim (afinal eu cortei o cabelo e diminui o ritmo das intervenções nas salas e ruas). Dali a pouco ela se lembrou, não sei se porque eu disse alguma coisa, e ela lamentou eu (e ela) termos cortado o cabelo. Ela me falou que estava de aplique, pois não gostou do cabelo curto. Bem, se ela não tivesse me falado do aplique eu nunca teria imaginado. Trocamos algumas dicas sobre apliques e tratamentos estéticos e quando percebo já é meio dia e eu resolvo ir embora, fechamos o livro para tirar o dinheiro das contribuições e comprar café. Penso um pouco na minha condição atual de voluntária, e nas contribuições da minha parte.. me sinto um pouco em falta... Faz tempo que não vou mais a nenhuma reunião e algumas das gurias me cobram isso enquanto outras já nem me reconhecem... Mas logo afasto esse pensamento culposo e ridículo, afinal de contas, eu preciso estranhar! (Diário de Campo, Setembro de 2006).

A partir desses diários, podemos perceber algumas coisas sobre a dinâmica do atendimento na mesa: o atendimento normalmente se dá num clima informal e de naturalidade, pois a maioria das mulheres que chega é amiga/conhecida de longa data das atendentes, e mesmo que seja “nova”, logo é apresentada às demais que esforçam-se para deixá-la à vontade. Trocam-se receitas, dicas, informações. Comentam-se as últimas notícias, novidades, fofocas. Contam-se histórias, tiram-se dúvidas, se fazem favores e ajudas, vende-se ou troca-se alguma coisa, tudo isso regado a muito café e cigarro. Na mesa há um “cofrinho”, onde as gurias voluntariamente deixam alguma contribuição, esse dinheiro normalmente é usado para comprar folhas, papel higiênico, filtros de café

ou sacolinhas plásticas onde embalamos certa quantidade de camisinhas para levar para as oficinas⁸.

O espaço no entorno da mesa (estrategicamente próximo da cozinha onde está o café), uma espécie de sala de visitas, onde além da mesa e de algumas cadeiras, há um sofá e muitos cartazes coloridos. Constitui-se, assim, num espaço de sociabilidade.

Embora este não seja um local de prostituição, um local de “batalha”⁹, é um local *de* e *para* prostitutas, portanto, aqui também se verifica a sociabilidade que vários autores, como Claudia Fonseca, Marcos Benedetti e Elisiane Pasini encontraram nos territórios de prostituição. Claro que este não é um espaço para exercer a “batalha”, mas nesse local se fala e se vive a prostituição diariamente. O que é dito nesses espaços de sociabilidade revela outras maneiras de refletir e pensar sobre a vida na batalha e sua fluidez com o mundo dos afetos, maneiras que dialogam com os estereótipos da prostituição, mas que também se afastam deles.

Em vários momentos vi mulheres chegando direto da “batalha” pela manhã, “viradas”¹⁰ para pegar camisinhas logo cedo, ou saindo dali e indo para a “batalha”, com suas camisinhas em punho. Em outras situações, presenciei as mulheres que trabalham no NEP (para o NEP, como elas me “corrigiram” no nosso primeiro contato), saindo para fazer um programa, normalmente coisa rápida, em no máximo uma hora, e se voltar para o relatório que estavam fazendo¹¹ momentos antes do cliente ligar e marcar o encontro. Aliás, eu achava isso muito peculiar, me causava estranhamento pela descontinuidade entre uma função e outra ou pela continuidade entre um trabalho e outro: essas mulheres não

⁸ Oficinas ou reuniões são atividades desenvolvidas regularmente na sede do NEP com as prostitutas que são convidadas em seus locais de trabalho. Os temas das oficinas giram em torno de questões relacionadas à saúde, ao acesso e conhecimento de direitos, condições de trabalho, etc.

⁹ Termo êmico para se referir ao ato ou atividade da prostituição.

¹⁰ “Viradas”: sem dormir.

¹¹ Fazer relatórios das intervenções realizadas nos territórios de prostituição é uma atividade corriqueira do trabalho de monitoria.

deixaram de ser prostitutas porque trabalham na ONG e exerciam ambas as funções, de prostituta e monitora, de prostituta e militante de um movimento social.

Essas práticas novamente revelam a fluidez das fronteiras entre a “batalha” exercida por essas mulheres e suas outras atividades e modos de experimentar o mundo. Frente à noção corrente da prostituição como um ofício, observações antropológicas mostram que a atividade sexual e o mercado sexual têm uma fluidez difícil de apreender em uma “identidade de prostituta”. Reconhecer-se prostituta e lutar por seus direitos enquanto tal parece algumas vezes evocar uma “identidade” através do compartilhamento e a aceitação de um ofício, mas uma identidade auto-atribuída cujos limites são complexos e negociados com o estereótipo da prostituta. Penso que este é um dos principais desafios do movimento social de prostitutas: construir uma identidade nas fronteiras do estigma, da diversidade das situações sociais que envolvem a prostituição e da fluidez de papéis e âmbitos da vida de uma mulher que, como elas mesmas dizem sempre “não é prostituta 24 horas por dia”, nem em casa e nem mesmo sempre na sala de visitas do NEP.

Nesta sala de visitas, no entorno da mesa de atendimento, um espaço de sociabilidade é formado, onde a batalha não é exercida, mas está sempre presente, evocada nas conversas entre as pessoas. Além disso, não só assuntos relacionados à batalha marcam presença ali, como também todo o universo dessas mulheres que pouco ou nada tem a ver com a prostituição e com seu ambiente de trabalho, ou seja, sua identidade enquanto mães, filhas e esposas. Não era raro ver mulheres chegando com crianças de colo e que se disponibilizavam do sofá como uma espécie de berço improvisado, deixando seu nenê ali, ao cuidado das outras mulheres presentes na sala, enquanto eram atendidas.

O caráter de sociabilidade destes espaços traz outras facetas desse universo, não apenas o mundo do trabalho, mas o mundo de casa, da ordem do privado, do doméstico e da subjetividade. Também amigos, parentes e parceiros dessas pessoas circulam pelo espaço da ONG. É importante ressaltar que o NEP

conta com vários serviços, entre eles atendimento psicológico e jurídico para as profissionais do sexo e a essa altura podemos perguntar: quem são as usuárias desses serviços, para quem o trabalho da ONG está voltado e sob quais concepções de prostituição se orienta o trabalho?

1.3 O NEP: novas sedes e “problemas” permanentes

Gostaria de explicitar um pouco mais sobre a localização do NEP, no centro de Porto Alegre, não para fazer um levantamento de todos os espaços onde a ONG teve suas sedes (como fiz na pesquisa anterior, relacionando os espaços com as conquistas no tempo), mas para mostrar o que este atual espaço nos revela sobre a própria organização do movimento de prostitutas e sobre a história da instituição.

Em Janeiro de 2005, o NEP foi, enfim, para a Galeria Malcon, não só bem no centro de Porto Alegre, como povoada de salas de prostituição. O 6º andar da Galeria há tempo estava desativado, e foi, pouco a pouco sendo habitado por movimentos sociais de todo tipo, como a AGAFAPÉ¹², o Movimento Negro, o COMDIM¹³, a ONG dos cadeirantes, dos ostomizados (AGO), dos transplantados de rim (ASTRARENAL) e fígado (ASTRAF) e outros. Enfim, habitado por muitos dos personagens reais do livro *Estigma*, de Goffman. (TEDESCO, 2005: 35-36)

Essa primeira impressão que tive do 6º andar da Galeria Malcon, perdurou por muito tempo. Lembro que poucos dias após a mudança, eu estava no corredor a espera de alguém que pudesse me emprestar fogo para acender um cigarro, quando encontrei uma porta aberta próxima ao elevador. Fui pedir fogo para uma mulher de uns 40 anos e, movida pela curiosidade sobre a nova vizinhança, perguntei o que funcionava ali. A mulher me disse que ali era uma ONG para os colostomizados (ou ostomizados), e ante a minha cara indisfarçável de dúvida, ela me disse: “aquelas pessoas que usam bolsas” (e me explicou que

¹² Associação Gaúcha de Apoio à Familiares e Amigos de Portadores de Esquizofrenia.

¹³ Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

essas bolsas eram para conter fezes). Não sei se essa mulher trabalhava na ONG ou era apenas uma “entendida”¹⁴. Imediatamente, refletindo sobre a palavra que me soava estranha (colostomizados), pouco comum, lembrei de onde a tinha visto pela primeira vez: no livro “estigma”, de Goffman. Pronto: mais um “sinal” de que estava na pista certa, ao focar a questão do estigma naquela minha primeira pesquisa.

O andar todo estava repleto de sedes e escritórios de movimentos sociais os mais diversos, que me faziam pensar (e fantasiar) que estava entrando em um prédio e, ao mesmo tempo, mergulhando dentro do livro de Goffman. Erving Goffman em um livro chamado “estigma” analisa, em uma obra chave para os estudiosos deste tema, as interações sociais entre estigmatizados e “normais”, bem como o jogo de representações e ocultamentos da identidade deteriorada em função dos mais diversos estigmas. Não que todas aquelas pessoas do 6º andar fossem estigmatizadas, mas seus grupos representam movimentos sociais que podemos chamar de “minorias”, muito embora a palavra minoria não esteja necessariamente ligada a uma questão numérica (quantas prostitutas existem em Porto Alegre, quantos negros existem no Brasil?), e sim relacionada a alguma “desvantagem social” produzida historicamente ou estruturalmente, logo, relacionada a uma questão qualitativa e política, de grupos organizados na busca por direitos (iguais? Específicos? Buscando o reconhecimento de sua existência?) a partir de suas especificidades.

Mas esse assunto será abordado mais adiante. Aqui ficaremos mais um pouco perambulando do 6º ao restante do prédio da galeria. A chegada do NEP trouxe algumas inquietações vividas no contexto da prostituição naquele ano:

A instalação da nova sede do NEP na Malcon criou uma série de expectativas de ambos os lados. Se, por um lado, a administração estava ansiosa (e ao mesmo tempo receosa) por saber como se posicionaria a “ONG das prostitutas”. As prostitutas que já trabalhavam no prédio, (em salas discretas em outros andares comerciais) por sua vez, não pensavam duas vezes antes

¹⁴ “Entendida” aqui significa a mesma coisa que “informada”. De acordo com Erving Goffman, um “informado” é uma pessoa que tem conhecimento sobre o estigma da pessoa passível de estigmatização, pois o estigma pode não ser aparente.

de visitar (e queixar-se) a seus vizinhos do sexto andar, que elas tinham (e queriam) cada vez mais próximos (TEDESCO, 2005: 36).

No novo endereço, o NEP então assume cada vez mais um papel de mediador de conflitos na questão das salas de prostituição localizadas em prédios e galerias comerciais no centro da cidade. Aliás, uma das primeiras providências na época, foi a realização de uma reunião convocada pelo NEP entre representantes de salas de prostituição da galeria e o administrador do prédio. Mas este é apenas um tipo de conflito que o NEP é chamado a intervir. Quando fiz minha monografia, um dos principais problemas era com a associação de moradores do bairro Floresta. Isso se conflava devido a uma proposta municipal de regulamentação da prostituição que afetava profissionais do sexo (prostitutas e travestis), indo ao encontro das expectativas de alguns moradores que pretendiam banir a prostituição e “regrar” o uso das ruas do bairro¹⁵.

As questões de vizinhança nessa nova sede, remetem a episódios referidos a própria formação do NEP em 1989. A criação do NEP foi motivada por um conflito que faz parte do cenário que utilizo para contextualizar um tipo de relação entre prostitutas e rufiões: o conflito entre estes últimos e a polícia. Falamos aqui de prostituição de rua, realizada na rua¹⁶ e exercida por mulheres da classe popular. Na década de oitenta em Porto Alegre os conflitos entre prostitutas e policiais eram muitos, as batidas policiais eram constantes e a detenção (muitas vezes indevida) de prostitutas também. Os argumentos mais utilizados para essas batidas e detenções era a busca por drogas ilícitas, o combate à prostituição

¹⁵ Projeto de lei municipal que o vereador Adeli Sell-PT/RS havia proposto em 2004 na Câmara de Vereadores de Porto Alegre e que esteve novamente tramitando em 2005.

¹⁶ Faço a diferenciação aqui entre prostituição *de* rua e prostituição exercida *na* rua, para chamar a atenção para uma possível visão estereotipada da prostituição exercida na rua, pois essa forma de prostituição (de rua) é mais perseguida e atacada por carregar atributos de um mundo supostamente marginal e violento. No decorrer do texto usarei tanto “de rua” como “na rua” para me referir ao mesmo tipo de prostituição, mas quando uso “prostituição de rua” estou me reportando também a esses estereótipos.

infantil¹⁷, acusações de “vadiagem”¹⁸ e prática de atos obscenos em via pública e o combate ao *rufianismo*.

Paralelo a ação policial estava a vulnerabilidade social dessas mulheres, que pouco sabiam sobre seus direitos e não encontravam espaço para suas queixas e demandas, o que abria caminho para os abusos policiais. Na fala de uma informante que se prostituía na Praça da Alfândega, no centro de Porto Alegre:

Letícia: E a polícia incomodava vocês?

Gládis: E como incomodava! Nós ía em cana de manhã, de tarde e de noite.

Letícia: Mas o que eles argumentavam pra prender vocês?

Gládis: Vadiagem. Fazia a gente assinar termo de vadiagem, que prostituição era crime, aquela coisa, e a gente não sabia que não era. Então eles incomodavam, botavam a gente em cana, às vezes pegava a gente 8, 9 horas da manhã e deixava até meio dia, pegavam 2 ou 3 horas da tarde e largavam 6 ou 7 horas da noite, pegavam nós 8 ou 9 horas da noite, largavam 2 ou 3 horas da madrugada. (Gládis, prostituta)

Pergunto para essa informante se hoje em dia é mais seguro a mulher trabalhar sozinha na rua (sem um homem) e como isso funcionava na época que ela “batalhava”, logo a relação com a polícia aparece mais uma vez:

(...) antigamente era pior porque o cliente batia na mulher, aí chamava um brigadiano (policial militar) eles diziam: “ah porque tu é prostituta mesmo, tem que bater mesmo nessas puta!”. E hoje em dia não: “puta não!” Aí a gente pode gritar e dizer: “*nós somos apenas trabalhadoras do sexo, nós somos trabalhadoras, nós temos direitos e deveres*”. Então antigamente se tu dissesse que tinha direito, eles nem te ouviam: “*vocês não tem direito*”

¹⁷ Atualmente se denomina “exploração sexual de crianças e adolescentes” e não mais “prostituição infantil”, pois uma menor de idade não pode se prostituir por conta própria assumindo (inclusive legalmente) a responsabilidade por estar na prostituição. As pessoas que trabalham no NEP fazem questão de ressaltar essa diferença de nomenclatura como forma de discernir entre uma menor de idade legalmente incapaz para exercer a prostituição e uma mulher adulta que se dedica por livre e espontânea vontade ao exercício da prostituição. Penso que essa forma de enfatizar essas diferenças pretende marcar não apenas o total repúdio a exploração sexual de crianças e adolescentes como também o caráter livre da escolha de uma mulher adulta de estar na prostituição.

¹⁸ Contravenção de “vadiagem”, artigo 59 da lei das contravenções penais: andar sem destino, circulação de alguém que, tendo aptidão para o trabalho, entrega-se a ociosidade, abstando-se de prover sua subsistência de modo lícito.

nenhum, vocês são prostituta, são puta, vocês são vagabunda!" (Gládis, prostituta)

Entre os abusos cometidos contra as prostitutas, a violência física era recorrente. O pagamento de dinheiro para sair da delegacia era também uma prática utilizada por alguns policiais, uma espécie de "pedágio"¹⁹ para poder batalhar sem ser importunada. Esse dinheiro era normalmente pago pelos "gigolôs", o que demonstra a dúbia atitude de alguns policiais frente a esses homens. Ao mesmo tempo em que parte da polícia perseguia as prostitutas por causa do rufianismo, querendo saber quem eram seus rufiões, também alguns policiais negociavam com esses homens, aceitando ou exigindo pagamento para deixar a prostituta trabalhar e tirá-las da delegacia. Uma informante me diz ter sido apelidada de "corpo sem futuro" pelos policiais, porque não dava dinheiro para a polícia, "não rendia". Mesmo assim, essa mulher diz já ter assinado uma infinidade de termos de vadiagem.

Foi em meio a esses conflitos que surgiu, ou melhor, que engrenou, a associação de prostitutas. Tina Tabora (diretora e fundadora do NEP) iniciou o trabalho inspirada pelo trabalho de Gabriela Leite no RJ.²⁰ Contava com o apoio de alguns membros – e visões de mundo – da Igreja Luterana e procurava aproximar-se do GAPA, e é claro, do universo das prostitutas.

Tina conta que o início do trabalho foi difícil, que ia até os territórios de prostituição falar com as prostitutas e que muitas delas se recusavam a ouvi-la:

Eu ia lá então sempre, sempre insistindo, tinha umas e outras aí (se referindo a uma das gurias que mais tarde teria papel central na formação do NEP) que já diziam "*bah, lá vem aquela mulher chata de novo*". Deixava um papel com o

¹⁹ "Pagar pedágio": termo êmico para se referir ao dinheiro pago a outros agentes da prostituição, como donos/as de pontos de prostituição e/ou gigolôs e cafetões para exercer a prostituição em um determinado espaço sem ser importunada ou contando com certas garantias, como segurança na rua. Para minhas entrevistadas, o dinheiro pago a alguns policiais era também considerado uma forma de "pagar pedágio".

²⁰ O NEP foi inspirado pelo trabalho de Gabriela Leite no Rio de Janeiro e filia-se a aos valores centrais da Rede Brasileira de Prostitutas, tais como: assumir a identidade profissional e buscar o reconhecimento da atividade da prostituta; manter o movimento social de prostitutas organizado; igualdade social; liberdade, dignidade e respeito às diferenças.

meu nome e telefone. Até que teve uma noite que a polícia prendeu várias delas, de uma só vez, e que uma delas escapou e ligou pra Tina: “se tu quer mesmo ajudar a gente, vem pra cá agora, as gurias foram todas presas”. Tina conta que foi até a delegacia, de madrugada, com uma advogada junto e que em seguida as gurias foram liberadas. (Tina Taborda, coordenadora do NEP)

Esse parece ser um momento chave para a formação do NEP, pois a partir desse episódio, da resposta de Tina à principal demanda das prostitutas na época, as prostitutas começaram a participar da organização da instituição: “*no dia seguinte todas, todas, foram me encontrar e a gente começou a discutir algumas questões importantes*”. O primeiro nome pensado para a instituição foi AGP (Associação Gaúcha de Prostitutas), mas a sigla não foi aceita, não pelas prostitutas, mas pela burocracia dos registros que não aceitava uma associação de prostitutas, já que a prostituição não era uma profissão (quando muito uma atividade ainda nem regulamentada pelo CBO²¹). Em um trecho do trabalho de conclusão, comento essa questão:

Foi então melhor aceito como NEP (Núcleo de Estudos da Prostituição), denominação mais favorável para aqueles que pensavam que prostituição era problema social a ser estudado. E como "problema social" a prostituição vinha somando demandas de todos os lados. Por um lado as prostitutas queixavam-se dos graves abusos policiais sofridos na época (detenções, espancamentos, estupros, extorsões...) e de outro o Estado privilegiava políticas de apoio à prevenção da AIDS, visando, especialmente, é claro, os ditos "grupos de risco", ou como hoje se diz, conforme o politicamente correto, comportamentos de risco. Mas essa foi uma sutileza tardia, pois que na época, 15 anos atrás, pensava-se em "grupos de risco", e as prostitutas, juntamente com homossexuais e usuários de droga engordavam, senão constituíam exclusivamente, no imaginário social, essa categoria. (TEDESCO, 2005: 33)

Desta forma, a expressão “grupos de risco”, estigmatizante e restritiva, foi substituída paulatinamente no contexto brasileiro e para alguns países por “comportamentos de risco”²², esta sim, mais abrangente e ampla, disponível não

²¹ A atividade de profissional do sexo já consta, desde 2002, na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) como contribuinte facultativo ao INSS. Número de inscrição: 1406. Código da atividade: 5198-05.

²² Para uma discussão mais abrangente e especializada sobre o impacto do HIV em múltiplos contextos sociais e respostas à AIDS, ver BASTOS (2002).

apenas para certos grupos, mas para toda a sociedade. Se inicialmente as prostitutas, juntamente com os outros grupos, como os homossexuais e os usuários de drogas injetáveis, incluíam-se em um grupo de risco, esta caracterização foi utilizada como bandeira de luta, transformando-se em motivo de organização e financiamento para projetos dessas mulheres que seriam mais tarde intituladas “profissionais do sexo”.

Assim, parece haver um movimento correlato entre a expressão “comportamento de risco” e a denominação “profissionais do sexo”. Ambos os termos da ordem do “politicamente correto” foram aparecendo no desenrolar da luta desses movimentos, embora nem sempre tenha sido assim.

Nesse cenário de organizações não-governamentais em que se expressam parte significativa da experiência da prostituição em grandes e médios centros urbanos, utilizar o estigma a seu favor a fim de superá-lo tem sido uma prática constante entre prostitutas organizadas. Uma maneira de fazer isso é explicitando os “nomes da prostituição e da prostituta” (inúmeros) ou mesmo fazendo-se lembrar de que eram tidos como “grupos de risco”, nem que seja para que mais tarde o conteúdo desses nomes e o caráter desse grupo (o risco) seja transformado, ressemantizado, renomeado.

Essa tem sido uma estratégia política de não esvaziar os termos politicamente corretos, como se fosse possível superar o estigma apenas renomeando as coisas. Antes é preciso inserir, na discursividade sobre o tema, os termos pejorativos para levantar bandeiras, dizer “sim, eu sou prostituta e esse é o meu trabalho”, para mais tarde se intitular “profissionais do sexo”, num amadurecimento sucessivo dessas categorias.

Entendo que isso explica porque há tantas diferenças na maneira como esses grupos (do movimento organizado de prostitutas) se auto-intitulam, embora uma coisa seja certa: para escrever relatórios para o Ministério da Saúde e para os projetos que envolvem a prostituição, a expressão usada é inevitavelmente, “profissionais do sexo”. Essa forma de falar os nomes pejorativos até que eles se

tornem “naturais”, menos “carregados” de sentidos negativos, também é uma forma de dar visibilidade ao movimento, fazendo com que seus participantes se tornem de fato, protagonistas, assumindo a existência do estigma. Isso é corriqueiramente dito como uma forma de assumir-se perante os outros.

Se *assumir* enquanto prostituta e melhor, assumindo que a prostituição é um trabalho, seus agentes colocam-se numa posição ativa, de combate ao preconceito, mostram que tem voz: é uma estratégia de enunciação.

A novidade dessas ONGs é nos evidenciar um horizonte de possibilidades que se descortinam para um segmento de mulheres prostitutas que falando por si deixam pouco a pouco o papel de vítimas (ou de culpadas) que parte da sociedade lhe impôs (e ainda lhe impõe), afinal não é possível pleitear a prostituição como um trabalho, um profissão, enquanto as próprias pessoas que se prostituem acharem que são vítimas das circunstâncias, que é claro, são normalmente encaradas como as mais adversas: pobreza, fome, desemprego, imoralidade.

1.4 Os dilemas da prostituição: como pensá-los?

Essa postura não significa que o NEP e outras ONGs de prostitutas filiadas a Rede Brasileira de Prostitutas, ignorem ou desvalorizem as condições sociais do entorno da dita “baixa prostituição”, ou prostituição dos setores populares. Mas a prostituta não é vista como originária (direta) dessa situação (numa relação mecânica de causa e efeito) e assim a prostituição deixa de ser a “última alternativa de um indivíduo sem alternativas” (para quem pensa que a prostituição não é um trabalho moralmente digno). É assim que a temática da “escolha” é enfatizada nestes movimentos, numa complexa reflexão sobre a dicotomia “escolha X necessidade”.

Gosto de pensar o dilema da “escolha X necessidade” à luz dos conceitos de razão prática e razão simbólica de Marshall Sahlins, no que eles podem nos informar sobre mercado da prostituição feminina. Antes de advogar pela prostituição como “escolha” é mais interessante entender como esse dilema aparece no debate sobre o tema. O mercado da prostituição, visto como um

negócio econômico, nos faz problematizar noções de trabalho, mercado, dinheiro e exploração, onde a lógica capitalista (simbólica) se liga a questões de gênero, que complexificam o tema no sentido de uma “desnaturalização” (cultural) dessas relações.

Marshall Sahlins, em “Cultura e Razão Prática” (SAHLINS, 2003a [1976]) tece uma longa discussão sobre a questão “natureza-cultura”, mostrando as formas como foi pensada essa questão por diferentes autores e escolas de pensamento. Sahlins propõe pensar alternativas no conflito entre utilitarismo e enfoque cultural, partilhando de uma visão essencialmente antropológica de perceber o sentido que os grupos humanos conferem a si e ao mundo, um sentido cultural. Para Sahlins, esse sentido cultural, é a relação (interação dual) entre estrutura (ordem cultural constituída, convencionada), e o evento (ordem cultural vivenciada na ação).

Desta forma, a ordem cultural é virtual, potencial, e o significado consiste nos usos particulares realizados como eventos do discurso e da ação. O evento é definido então como um acontecimento com significado, que tem um significado e acontece por causa dele. O evento também é uma interpretação de um acontecimento, e interpretações variam, como no caso do tema da prostituição feminina, variavelmente interpretado, mas informado culturalmente. Assim, as interpretações, por mais diferentes que sejam, dialogam entre si, estão informadas por uma “estrutura cultural” que não é rigidamente fixa, mas que se atualiza na interação dual entre estrutura e evento. Seguindo o percurso de Sahlins em “Ilhas de História”: *“a questão verdadeira jaz no diálogo entre sentido e referência, visto que a referência põe o sistema de sentido em situação de risco em relação a outros sistemas: o sujeito inteligente e o mundo intransigente”* (SAHLINS, 2003b: 193).

Sahlins está falando de uma estrutura cultural histórica, onde a ação simbólica é uma síntese entre um “passado inescapável” (esquema cultural preexistente) e um “presente irreduzível” (singularidade do mundo em cada ação). Assim, Sahlins não nega o interesse prático dos agentes, concordando que não há lógica material separada do interesse prático mas este interesse é simbolicamente

instaurado: *As forças materiais se instauram sob a égide da cultura* (SAHLINS, 2003a: 206)

Este ponto é particularmente interessante para pensar a questão “utilitária” da prostituição, uma atividade rentável e à qual se dedicam muitas mulheres pobres. Um dos argumentos utilizados, como já observado, é que a pobreza e a falta de oportunidades melhores de emprego levam muitas mulheres pobres a exercer essa atividade. Eis aí uma questão muito prática, mas que pouco explica o exercício da prostituição por mulheres de camadas médias (as não pobres, da dita “prostituição de luxo”) se não como uma amplificação de uma ambição ou de recompensas.

A prostituição é muitas vezes pensada como uma “última alternativa”, ou até mesmo como uma não-alternativa, de mulheres que não teriam outras opções melhores, vítimas de uma necessidade imperativa que as faz “cair na prostituição”. Esse é um argumento muitas vezes acionado por diferentes pessoas para justificar o exercício da prostituição e desviar argumentos tão moralistas quanto o mesmo argumento calcado na justificativa de exercício por uma vitimização.

Outras vezes os discursos (especialmente o do movimento organizado de prostitutas) enfatizam a *escolha*. Assim, a prostituição seria uma escolha individual por uma atividade mais lucrativa que outras que se apresentam a uma pessoa, e que, como escolha, deveria ser respeitada. Seríamos tentados então a pensar aqui em uma lógica prática, utilitária, que leva as pessoas à prostituição: ora por opção, num interesse orientado, individualista, ora por uma necessidade extrema.

O interessante aqui nesse dilema interpretativo é tentar perceber uma tendência a traçar amplas explicações, duradouras no tempo e absolutas em seu alcance. Deve-se refletir também sobre o que estes discursos informam sobre o contexto cultural da prostituição feminina na nossa sociedade (no qual a própria expressão “cair na prostituição” já diz alguma coisa).

Para SAHLINS (2003a [1976]), a unidade da ordem cultural (entre bens materiais nas relações sociais) é constituída pelo significado. Desta forma, é o

significado que define toda a funcionalidade, de acordo então com a estrutura específica e as finalidades da ordem cultural. Assim, a própria funcionalidade, e os aspectos mais utilitários presentes na prostituição estariam nos dizendo algo sobre a cultura onde aparecem tais práticas e discursos. É assim que podemos pensar, entre outras coisas, as especificidades da prostituição feminina, procurando onde a prostituição feminina se difere (ou é tratada diferencialmente) da prostituição masculina. Porque pouco se fala sobre exploração sexual masculina, seus agenciadores, e da necessidade extrema de homens que se dedicam à prostituição? Porque um discurso “vitimizante” na prostituição masculina é pouco acionado ou ressaltado?

1.4.1 O gênero da vitimização

Muitos trabalhos já foram feitos sobre o tema da prostituição, que tratam da prostituição exercida por homens, mulheres ou travestis, evidenciando a centralidade do debate do conceito de gênero para desenvolver esses estudos.

Marcos BENEDETTI (2005) e Hélio SILVA (2007) centraram suas análises na prostituição de travestis, e Nestor PERLONGHER (1986) pesquisou um grupo de homens que se prostituíam em São Paulo, os chamados michês. É observando as relações práticas e representações nestes universos que podemos encontrar elementos para pensar, comparativamente, a prostituição de mulheres e o que essas diferentes formas de prostituição contribuem para as discussões de gênero.

Os três autores citados partem de uma perspectiva de gênero que podemos chamar “construcionista”, em oposição a uma perspectiva “essencialista” das relações de gênero que concebe sexo e gênero de forma estreitamente ligada à biologia, desconsiderando as dimensões socioculturais em jogo. De acordo com Benedetti, até os anos 60, quando o movimento feminista passou a ter força reivindicatória, sexo e gênero eram equivalentes nos paradigmas científicos das humanidades (BENEDETTI, 2005: 24).

Neste trabalho partilho desta perspectiva construcionista de gênero, descolando comportamentos tidos socialmente como femininos ou masculinos do

sexo de homens e de mulheres. Desta forma, concordo com a perspectiva de que gênero não possui uma base natural e orgânica (biológica), mas deve ser encarado enquanto perspectiva construída a partir de valores, práticas e significados culturais e históricos que podem ser ressignificados e que flui em diferentes corpos (de homens e de mulheres).

No contexto de observação em que desenvolvo o trabalho de campo, tal caracterização de gênero será importante para a análise dos papéis do “gigolô” e dos donos/as de sala de prostituição na relação com as prostitutas, papéis que assumem diferentes contornos em se tratando de prostituição na rua ou em prostituição em espaços fechados.²³ Não só a função do gigolô pode (e é cada vez mais) exercida por mulheres na rua, como a prostituição em casas de prostituição é gerida tanto por homens como por mulheres que possuem diversas identidades sexuais (heterossexuais, homossexuais, ex-prostitutas). Além disso, muitas prostitutas se declaram homossexuais, e embora esse trabalho não se dedique a estudar a especificidade desses casos, é importante ressaltar que sua existência não é rara.

Elisiane Pasini em sua dissertação de mestrado sobre as garotas de programa da Rua Augusta (PASINI, 2000) analisa as práticas dessas garotas no universo da prostituição, enfatizando o corpo como lugar privilegiado de relações simbólicas e sociais. Neste sentido, as práticas corporais das garotas de programa demarcam limites e separam suas vidas profissionais e afetivas. É através dessas práticas corporais e das relações entre as garotas de um mesmo “ponto”, que a autora analisa as maneiras de agenciar a “performance da prostituição” que comunica sobre as concepções que estas garotas têm do que seja “uma boa garota de programa”. Para a pesquisa a ser realizada é importante a relação entre essas concepções do venha a ser uma “boa garota de programa” com as diferentes formas dos agentes do mercado sexual conceber a prostituição, seus colegas e clientes.

²³ A análise dos papéis exercidos pelo gigolô e pelos donos/as de sala de prostituição será desenvolvida nos capítulos 3 e 4, respectivamente.

A separação entre a vida profissional e a vida afetiva da prostituição nos informa sobre significados da atividade pública/profissional das prostitutas. A diferenciação de papéis pode ser vivida no próprio corpo e são constituintes da identidade da mulher prostituta. Para GASPAR (2000), a construção da identidade de um indivíduo é justamente a combinação de papéis desempenhados por ele. Os limites entre a vida profissional e afetiva também já foram analisados por Alinne BONETTI (1995) que orienta sua pesquisa para as diferentes relações entre prostitutas e maridos e prostitutas e clientes. ARIENTE (1989) em sua pesquisa faz uma distinção entre os termos “gigolô” e “cafetão”. O primeiro seria o homem que se relaciona sentimentalmente com a prostituta lhe dando proteção em troca de dinheiro. Já o “cafetão” seria apenas um comerciante, sendo na maioria das vezes o dono do estabelecimento onde acontece a prostituição.

Essa distinção será aqui problematizada através das diferentes representações de minhas informantes sobre esses termos, muitas vezes confusos e que embasam muitos discursos (jurídicos e midiáticos) sobre a ilegalidade/marginalidade desses agentes. Tudo leva a crer que a dificuldade em definir os termos correspondem também às dificuldades e maneiras como nesse complexo mercado as pessoas aprenderam a lidar com as estigmatizações (e suas possibilidades de escapar de estigmas), bem como de uma potencial criminalização (e as maneiras de não ingressar nessa arena através de noções prévias atribuídas a criminosos).

As diversas possibilidades de relação entre homens e prostitutas é um dos pontos chave para esta pesquisa. Elisiane PASINI (2005) em “Homens da Vila: um estudo sobre relações de gênero num universo de prostituição feminina”, a partir da análise de uma categoria de homens que ela denomina de “freqüentadores” da zona de prostituição da Vila Mimosa, irá centrar sua análise sobre essa diversidade de relações. Assim como nem todos os freqüentadores de uma zona de prostituição estão ali para fazer programa, muitos deles não se percebem (e nem são percebidos) como clientes, embora tenham relações sexuais e/ou afetivas com as mulheres que se prostituem.

Dentre os frequentadores, a autora destaca os “privilegiados”, que recebem um tratamento diferencial da prostituta, que descaracteriza o vínculo comercial. Alguns desses homens percebem os clientes como “não homens”, justificando assim sua falta de ciúme pelo fato das mulheres com que se relacionam fazer programa com os clientes. Este trabalho é rico em representações de gênero, como a valentia das mulheres, um atributo generificado que põe em relação a mulher valente e o homem viril e honrado, num jogo relacional. Nesta interação entre masculino e feminino, a autora traz à tona o papel do homem como “provedor simbólico” na relação com essas mulheres:

Quando uma prostituta atribui privilégios a um homem, ela o está marcando como sendo seu, e desta forma, a partir de um princípio de reciprocidade ele terá que fazer o mesmo, o que na maioria das vezes significa ajuda-la financeiramente, protegê-la contra os riscos possíveis deste local, trocar afeto e também possibilitar à prostituta um lugar específico. O feminino é re-significado pelo masculino. (PASINI, 2005: 211)

Esse papel de “provedor simbólico” será de suma importância na análise que faço aqui da relação entre a prostituta e o chamado “gigolô” já que tenciona os significados do “prover” nessas relações em que o homem participa dos lucros de sua mulher, muitas vezes gerenciando o dinheiro obtido por elas na prostituição.

Penso que trabalhar com uma concepção de gênero (não essencializada), é importante para (re) pensar a “dominação masculina” e o lugar do feminino nas análises sobre gênero e poder. Pierre Boudieu em “A dominação masculina” (1999) analisa o processo de masculinização do corpo masculino e feminilização do corpo feminino, mostrando como esse processo se dá de forma social, ou seja, socialmente e culturalmente construído. Mariza CORREA (1983) faz um interessante contraponto, dessexualizando a dominação e desta forma relativizando o sentido da dominação masculina através de uma análise mais fluida dos deslocamentos do poder, pois para essa autora o princípio da dominação pode ser exercido tanto por homens como por mulheres.

A partir de discursos envolvidos em representações de gênero e relações de poder podemos avançar na compreensão da cidadania reivindicada

pelas prostitutas e nas formas de entendimento do comércio sexual. É interessante lembrar que, para Foucault, as correlações de força de onde provém o poder são, em grande parte, heterogêneas, desequilibradas, instáveis e tensas. Mas para compreender as estratégias de poder, não podemos ficar apenas restritos na procura de quem tem o poder e de quem é privado dele. Devemos ir adiante buscando "*o esquema das modificações que as correlações de força implicam através de seu próprio jogo (...) pois as relações de poder-saber não são formas dadas de repartição, são 'matrizes de transformações'*" (FOUCAULT, 1988: 94).

1.4.2 O campo jurídico e a vitimização

Para avançar mais nessa discussão sobre gênero e poder no universo da prostituição de mulheres, é importante também destacar como o feminino é problematizado no campo jurídico. Um rápido olhar sobre essa questão nos dá pistas para a análise posterior da prostituição feminina no sistema jurídico brasileiro, pois os capítulos referentes à prostituição no Código Penal de 1940, ainda em vigor, estão imbuídos dessas concepções gerais sobre a mulher (não apenas da mulher prostituta), visões que vão orientar o tratamento dado à prostituição feminina no Brasil.

Mariza CORRÊA (1983) em "Morte em Família", Rosemary de Oliveira ALMEIDA (2001), em "Mulheres que matam" e Sueann CAUFIELD (2000) no livro "Em defesa da Honra" problematizam o feminino no campo jurídico, evidenciando representações correntes no campo legal acerca da mulher e dos crimes sofridos e cometidos por elas. O diálogo com estas pesquisas é fértil na elucidação das representações sobre a mulher no campo jurídico, onde também encontraremos, mesmo indiretamente, representações sobre a mulher prostituta.

Os crimes sexuais²⁴ eram (e ainda são) tidos como "crimes contra os costumes", permanecendo no Código Penal valores e noções de honra

²⁴ Para uma discussão sobre a construção de categorias jurídicas em torno da violência sexual, ver Miriam Steffen VIEIRA (2007).

tradicionais: “as mulheres (também no direito civil) não gozavam dos mesmos direitos que os homens nem eram iguais entre si. Elas eram capazes ou incapazes, honestas ou desonestas, dependendo da posição de cada uma dentro ou fora da família” (CAUFIELD, 2000: 69). Para a tipificação de certos tipos de delito (como a sedução e o rapto), as vítimas eram obrigatoriamente mulheres honestas, e não raro extinguiu-se a punibilidade mediante o casamento da vítima com o autor do delito. Fica explícita a ligação entre a preservação da honra ao casamento e evidencia-se um campo de debates permeado por qualificações morais extremamente maleáveis.

Desta forma, a caracterização da “mulher honesta”²⁵ erigia-se em contraste com a imagem da “mulher desonesta”, cujo extremo oposto seria a mulher prostituta. O resultado dessa diferenciação é apontado por Marlene Teixeira Rodrigues:

(...) ao excluir a possibilidade de punir aqueles que cometem esses tipos de delitos contra as mulheres consideradas desonestas ou de vida dissoluta, como é o caso daquelas que vivem da prostituição, a legislação penal brasileira, na prática, cassa-lhes os direitos elementares enquanto pessoas humanas e cidadãs. (RODRIGUES, 2004: 153)

A forma como a prostituição feminina é vista no sistema de justiça criminal brasileiro é a temática de Marlene Teixeira Rodrigues, que problematiza os artigos do Código Penal referentes à prostituição, desvendando o que cada escolha jurídica pode significar em termos da compreensão da prostituição pelos operadores do direito.

Marlene Rodrigues (2004) analisa o Projeto da Reforma Penal (fruto de discussões mais recentes e ainda não aprovado), assinalando modificações e permanências na forma como é tratada legalmente a prostituição. A principal inovação do projeto é a forma como seriam abordados os crimes de natureza sexual: ao invés de crimes contra os costumes, passariam a ser chamados de crimes contra a dignidade. Essa mudança, que a primeira vista parece superficial,

²⁵ A lei nº 11.106/2005 revogou, entre outras coisas, a expressão “mulher honesta” de alguns tipos penais.

altera profundamente o significado desses crimes, pois detém o foco no indivíduo e sua dignidade em detrimento dos costumes das representações disseminadas na sociedade.

Ao considerar os crimes sexuais como delitos contra os costumes e, portanto, contra a sociedade, o CP de 40 descaracterizou a condição de vitimização das mulheres, ignorando por completo que tais delitos, em sua maioria, constituem agressões diretas contra elas (delitos contra a pessoa) (RODRIGUES, 2004: 159).

Apesar a modificação na maneira de nomear esses delitos, a autora ressalta que a formulação do Projeto manteve-se praticamente idêntica a anterior, pois a proposta continua a criminalizar todas as atividades que fornecem a infraestrutura para o exercício da prostituição. Para a autora isso se deve à prevalência da tendência de grande parte da sociedade em debater tais questões dentro do marco da moralidade.

Nosso Código Penal de 1940 conta com cinco artigos relativos à prostituição:

É proibido: induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem (art. 227); induzir ou atrair alguém a prostituição, facilitá-la ou impedir que alguém a abandone (art.228); manter uma casa destinada a encontros para fins libidinosos (art.229); fazer-se sustentar no todo ou em parte por quem exerce a prostituição (230); e promover o trânsito de prostitutas através de fronteiras (art. 231) (Código Penal Brasileiro, 1940).

O artigo 231 que trata do tráfico de seres humanos, foi modificado recentemente e inclui os homens na definição de “traficados”, mas continua a não mencionar a questão da coerção. Essa maneira de encarar o tráfico de seres humanos, sem levar em consideração a vontade da pessoa, acaba vetando, na prática, a atividade de prostitutas no exterior.

As representações sociais acerca das mulheres que se dedicam a atividade da prostituição no exterior é a tônica de um artigo produzido pelo grupo

DAVIDA,²⁶ sobre o chamado “tráfico de mulheres”. Seus autores analisam a produção de fatos em pesquisas sobre o tema, demonstrando como o “pânico moral” que envolve esse assunto e acabam por cercear o direito das prostitutas que cruzam a fronteira, restringindo sua liberdade de movimentação.

Os autores apontam a falta de contextualização no que se refere à definição de tráfico, demonstrando que as definições de tráfico são múltiplas e diversas. Neste sentido o grupo busca demonstrar como dados conflitantes e contraditórios se transformam “*em dogmas sócio-científicos acerca do tráfico pela repetição em cadeia*” (DAVIDA, 2005: 168).

Em muitos casos os dados (...) parecem presumir que a prostituição é, *ipso facto*, uma violação de direitos humanos, o que permite a construção de uma análise que confunde tráfico com turismo sexual, prostituição e crimes sexuais em geral. (DAVIDA, 2005: 171-172)

Para esse grupo de autores, o princípio moral acerca do tráfico de mulheres cria uma situação de violação dos direitos das mulheres maiores de idade engajadas na indústria do sexo, pois ignora sua possível vontade de exercer a prostituição. Os autores frisam que o artigo 231 do CP ainda é a pedra de toque no combate ao tráfico, levando-se menos em conta outras disposições como o Protocolo de Palermo, em que o tráfico de seres humanos é menos associado a prostituição. Essa opção enfatiza a penalização das pessoas que ajudam na imigração da prostituta, independente de sua vontade ou do tratamento recebido por estas. Para o grupo DAVIDA a partir do momento em que se considera a opção ou a vontade da prostituta em imigrar para exercer a prostituição em outro país, pode-se falar em coerção e assim ter uma ferramenta mais potente de combate ao tráfico de seres humanos, dando ênfase às violações de direitos humanos. Entretanto, o paradoxo da lei e de sua aplicação é que o foco dos

²⁶ O grupo de pesquisa de DAVIDA é uma associação de cientistas sociais que estudam a prostituição do ponto de vista do/a trabalhador/a do sexo. DAVIDA é uma ONG de prostitutas formada por Gabriela Leite no Rio de Janeiro e além de um grupo de pesquisa possui um jornal intitulado “Beijo da Rua”. Para obter mais informações veja os sites da ONG e do jornal: <http://www.davida.org.br> e <http://www.beijodarua.com.br>

operadores da lei não são os agenciadores e sim as mulheres que, supõem-se, ingressaram nesse circuito.

É importante fazer notar que a atual lei, silenciando sobre a coerção, não faz referência alguma a essas violações, muito embora a orientação corrente seja a de que “*basta ser prostituta e cruzar a fronteira para ser rotulada de ‘vítima’*” (DAVIDA, 2005: 183).

Embora o tráfico de mulheres não seja o tema desta pesquisa, é importante ter em mente os contornos dessa discussão para a questão da prostituição de mulheres, até mesmo porque não é por acaso que o artigo 231 está no mesmo capítulo referente aos *demais delitos* envolvendo a prostituição.

Podemos dizer que a análise desenvolvida aqui, sobre a relação entre prostitutas e os demais agentes da prostituição, (gigolôs e donos/as de casa de prostituição) envolve os artigos 227, 228, 229 e 230 do código penal, especialmente os dois últimos, que tratam dos donos/as de estabelecimentos de prostituição e dos gigolôs/maridos das prostitutas.

1.4.3 E os direitos sexuais?

No contexto das modernas sociedades democráticas, a prostituição tem sido alvo de muitas tentativas de controle e regulamentação. Diferentes arranjos legais têm sido colocados em práticas em vários países do ocidente. Esses arranjos baseiam-se em três sistemas legais para a prostituição: o proibicionismo, o regulamentarismo e o abolicionismo (RIOS, 2000), que conformam três diferentes perspectivas onde podemos, no tempo e no espaço, situar a prostituição.

De acordo com o proibicionismo é ilegal se prostituir. Tanto profissionais do sexo quanto donos de casas de prostituição e até clientes são puníveis pela lei. Já no regulamentarismo, a profissão é reconhecida e regulamentada. As vantagens parecem óbvias: direitos e garantias profissionais iguais aos de qualquer profissão. As desvantagens advêm do tipo de regulamentação proposta, geralmente conservadora, com exames de saúde compulsórios, locais determinados, e toda a espécie de exigências específicas.

O abolicionismo revelou duas vertentes: o abolicionismo proibicionista e o abolicionismo liberal. Os defensores do primeiro rejeitam qualquer tentativa de regulamentação pois, em última análise, isso implicaria em reconhecimento da prostituição enquanto profissão, possibilidade que não aceitavam por razões jurídicas e morais. Já os abolicionistas liberais sustentavam uma sexualidade livre do poder do Estado e das injunções morais que possivelmente carregariam as regulamentações.

O sistema adotado no Brasil desde 1940 quando entra em vigor o atual Código Penal é tido como "abolicionista": proíbe a repressão direta à prostituta; porém, pune seus agenciadores. Por trás dessa "punição seletiva" (FONSECA & PASINI, 1998) percebe-se a visão da prostituta enquanto vítima que exerce sua atividade por coação de um terceiro. Quando a mulher exerce a prostituição sem intermediários, os sistemas abolicionistas não a punem, mas o sistema social parece de qualquer forma oscilar entre a vitimização e a demonização dos sujeitos.

Isso parece deixar claro o recorte de gênero e os valores que nortearam os abolicionistas do nosso código penal. Quanto à funcionalidade desse sistema, Luci Mari JORGE (2004) aponta a possibilidade desse sistema de abrir portas para a corrupção, destacando a propina paga aos policiais como um recurso recorrente.

Claudia Fonseca e Elisiane Pasini em um artigo chamado: "A mulher prostituta: um caso limite de cidadania" (FONSECA & PASINI, 1998), orientam a discussão sobre a regulamentação da prostituição feminina para os significados da cidadania das prostitutas em suas lutas pela garantia de direitos. Contextualizando esses embates no tempo e no espaço, as autoras mostram uma variação de posturas frente às tentativas de regulamentação de acordo com o contexto histórico de países como o Brasil e o Uruguai.

No Uruguai²⁷, o sistema regulamentarista garante alguns direitos às prostitutas, como a aposentadoria; em compensação, exige exames médicos

²⁷ Susane ROSTAGNOL (2000) também analisa a regulamentação da prostituição no Uruguai.

periódicos e uma carteira especial de identificação, onde consta o nome, uma foto atual e a profissão. Embora esse sistema pareça relativamente satisfatório para as prostitutas daquele país, as prostitutas no Brasil tendem a pensar que essa regulamentação atenta contra a cidadania de suas colegas uruguaias, ao tratá-las como “cidadãs especiais”. Para as autoras, essa diferença de atitudes entre mulheres brasileiras e uruguaias deve ser entendida a partir do contexto histórico de cada país, gerador de uma relação própria entre os cidadãos e o Estado:

No Brasil (...) temos uma história de indiferença e até resistência popular contra medidas de integração à cultura oficial. (...) As pessoas parecem confiar pouco no bem-estar social proporcionado pelo aparato impessoal do estado “moderno”. Dentro desse contexto, é compreensível uma prostituta declarar (...) que gosta de viver na marginalidade (FONSECA & PASINI, 1998).

Também encontrei essa visão do Estado entre algumas informantes, que desconfiadas das tentativas de regulamentação da prostituição, frisam o caráter discriminatório de algumas medidas. Assim, ser obrigada a fazer exames médicos periódicos e ter uma “carteirinha de prostituta” é visto por elas como uma maneira de tachá-las e reforçar o estigma. Em um diário de campo, relato uma mulher dizendo que o Estado não tem nada que ver com a sua profissão: *“aí a gente teria que dar dinheiro pro governo, ia ter carteira assinada mas iam descontar tudo, duvido que as donas de casa aceitem isso, a gente ia batalhar só pra dar dinheiro pro Estado, aí seria outro gigolô”* (Dezembro de 2007)

É compreensível essa forma de encarar as tentativas de regulamentação, afinal na maior parte das vezes em que mantiveram algum contato com os representantes do Estado, especialmente com os policiais na rua, esse contato se deu a partir de suspeitas e cobranças.

Percebo que o tema da regulamentação não é consenso entre essas mulheres e nem mesmo para aquelas que freqüentam e participam de algum movimento organizado de prostitutas. Muitas dúvidas ainda pairam sobre uma possível regulamentação, e mesmo o Projeto de lei do deputado federal Fernando

Gabeira²⁸, um dos mais aceitos pelo movimento, ainda suscita discussões e dúvidas sobre pontos que dizem respeito ao cotidiano de trabalho das prostitutas.

A principal inovação deste projeto é descriminalizar os agentes da prostituição, os “rufiões”, donos/as de estabelecimentos de prostituição. Embora o projeto não mencione, quanto aos “gigolôs” ou maridos, penso que essa relação, se não fosse caracterizada como uma relação comercial ou empregatícia, seria uma opção de cada mulher, que poderia denunciar abusos e violências através de legislação geral (e não específica para a prostituição). Esse projeto, apesar de diferenciar-se de outros anteriores por considerar a prostituição um trabalho digno e tratá-la como qualquer outro (sem exigências específicas), possui lacunas que suscitam muita discussão e controvérsia. Afinal, é uma lei que também terá seus efeitos e apropriações inesperadas como conhecemos através da etnografia.

A grande novidade é considerar a vontade dos profissionais do sexo (não se refere apenas às mulheres) não apenas de exercer a prostituição, como também de manter relações de trabalho com outros agentes.

Quando abordamos a questão da vontade de uma mulher exercer a prostituição (independente de sua opinião sobre uma possível regulamentação), estamos falando de direitos reivindicados por muitas dessas mulheres e principalmente de um movimento politicamente organizado de prostitutas. O direito de exercer plenamente a prostituição é pleiteado, nesses movimentos, juntamente com os direitos reivindicados por outros grupos, como o dos homossexuais. Por certo, não nos diz tudo a cerca da experiência com a prostituição.

Neste sentido, tais direitos podem ser vistos como direitos sexuais (de exercer livremente a prostituição, e o direito a liberdade sexual, entre outros). A discussão sobre direitos sexuais liga-se ao campo dos direitos humanos, proporcionando, através do olhar antropológico, uma análise crítica sobre diversos assuntos, como gênero, orientação sexual, DSTs/AIDS, estigma e discriminação contra grupos e comunidades sexuais, enfim, direitos constitucionais de minorias.

²⁸ Projeto de Lei nº 98 de 2003. Para maiores informações, consultar: <<http://www.gabeira.com.br>>.

Para Sérgio CARRARA (2004), os direitos sexuais unificam linhas de ação e reflexão que antes se desenvolviam de forma isolada, abordando a sexualidade em planos distintos: o plano da orientação ou da diversidade sexual, o do movimento de mulheres e movimento feminista e “*o plano em que diferentes movimentos sociais pensam a sexualidade do ponto de vista das conseqüências das relações sexuais, como por exemplo os movimentos que se articulam em torno da AIDS e do movimento feminista em relação a temas como a reprodução, o aborto, etc.*” (CARRARA, 2004: 17-18)

Sônia CORREA (2004) ao tratar da questão dos direitos sexuais em um curso da ABA, fala da origem de um discurso sobre direitos sexuais como o conhecemos hoje, e do enlace entre direitos sexuais e saúde:

(...) o discurso sobre os direitos sexuais ganhou legitimidade inicialmente na Conferência de População, que significou um deslocamento das políticas de controle demográfico das décadas de 60, 70 e 80 na direção de um enfoque que privilegia direitos humanos e saúde (mais ênfases na saúde que nos direitos humanos). (...) no fim da década de 90, a AIDS passou a ser descrita como uma crise global. Essa visibilidade e essa legitimidade política da epidemia, que são novas, também tendem a empurrar sistematicamente a sexualidade na direção da biomedicina e da epidemiologia. Disso resulta que, desde 1996, quando se deu uma primeira legitimação dos direitos sexuais, eles têm sido predominantemente aplicados como estando associados aos direitos reprodutivos, ou seja, como um instrumento político para tratar de questões da reprodução, e não exatamente para assegurar prerrogativas no campo das sexualidades. Sobretudo, o termo direitos sexuais tem sido utilizado com base na sua acepção heterossexual e, em geral, sob o manto mais aceitável (e bem comportado) da saúde. (CORREA, 2004: 12)

A autora atenta para os perigos de uma confusão entre direitos sexuais e direitos reprodutivos. Parece claro que assegurar prerrogativas próprias no campo das sexualidades significa uma desconstrução de uma concepção naturalizada de sexualidade que a mantém ligada à reprodução biológica. Essa perspectiva parece ligada a uma visão construcionista-autonomista:

(...) que tenta desfazer aquela relação (NA: *sexualidade/reprodução*) conferindo à sexualidade um estatuto autônomo, no qual o erotismo, o prazer e todas as formas de vivência sexual até então tidas como periféricas – feminina, homossexual, bissexual etc. – ocupariam um lugar de destaque. (LOYOLA, 1992: 33)

Sonia Correa também aborda os desafios na delimitação dos conteúdos dos direitos sexuais, trazendo duas perspectivas que orientam o sentido desse termo, assinalando um debate político ainda em construção:

Um segundo desafio (...) está relacionado à tensão teórica e política entre as ênfases em objetificação e vitimização, por um lado, e prazer, erotismo e recriação por outro (...) é preciso explicitar, nos debates, as diferenças de posição no que se refere ao “sentido” que os diferentes atores e atrizes do campo atribuem à sexualidade como terreno da experiência humana. (...) tendo a concordar com autoras como Gayle Rubin e Martha Nussbaum, as quais afirmam que não é possível elaborar, teórica e politicamente, parâmetros mínimos de justiça erótica, se nos mantivermos apegadas (e apegados) a uma concepção de sexualidade como terreno da experiência humana onde prevalece o abuso, a objetificação, a violência e a coerção. (CORREA, 2004: 13)

Essas diferentes formas de se posicionar frente aos direitos sexuais dialogam com as duas principais correntes teóricas do movimento feminista.

Embora eu não me detenha especialmente nesta discussão, explicitando todos os seus desdobramentos, ela é o pano de fundo do debate sobre direitos sexuais e nele, sobre as maneiras de ver a prostituição de mulheres e suas relações com os demais agentes da prostituição. Adriana Piscitelli em um artigo que trata da questão de gênero no mercado sexual explicita mais esse debate:

Longe de existir um acordo, o pensamento feminista apresenta diferenças significativas no que se refere ao significado concedido à sexualidade. (...) Alguns grupos entendiam a sexualidade como o elemento utilizado para objetificar a mulheres, impedindo-as, portanto de aceder ao reconhecimento de sujeitos portadores de direitos civis. Ao contrário, outros grupos entendiam a sexualidade como uma arena de potencial liberação para as mulheres (PISCITELLI, 2005: 12-13).

Para refletir sobre meu campo de observação, e as questões que suscita nessa dissertação, considero que temos, de um lado, o sexo percebido como fonte de opressão feminina em uma ordem patriarcal e de outro, como fonte de prazer e poder nas vidas das prostitutas.

As visões sobre prostituta oscilam então entre a imagem da escrava sexual (um objeto sem poder) e a corporificação da subversão. Tendo essas discussões em mente, fica mais fácil compreender porque a prostituição feminina é vista como uma violência contra a mulher, quase como um crime sexual. Uma maneira de encarar a prostituição como um trabalho sem cair no “entusiasmo” de pensar a prostituta como emblema de autonomia sexual é perceber o sexo como um campo instável, não fixo, de posições de gênero e poder.

Assim é necessário sempre contextualizar a prostituição em tempos e espaços, não cristalizar de antemão gênero em corpos e estar atento às práticas e concepções de seus agentes.

Essa discussão sobre o direito de exercer a prostituição nos leva necessariamente a apreciação de uma escolha, de uma vontade individual expressa em um movimento social (coletivo), que demanda dos poderes públicos o reconhecimento dessa vontade, seja através da reformulação das leis (regulamentação); ou de uma postura mais individualista, que deseja do Estado uma não-interferência.

Trouxe aqui a discussão dos direitos sexuais para evocar a existência, entre as distintas interlocutoras dessa pesquisa, dessa vontade de exercer a prostituição como um direito sexual (inserido na temática dos direitos humanos) das mulheres prostitutas. Os caminhos para assegurar esse direito ainda são uma questão muito controversa dentro do próprio movimento social. Essas opções não estão apenas pautadas em ajustes de detalhes “técnicos”, como, por exemplo, se a prostituta teria carteira assinada ou trabalharia como autônoma, mas carrega representações densas sobre a própria atividade e sobre o mercado sexual. Seriam seus agentes, empregadores ou exploradores? Gigolôs ou maridos? Empresários ou namorados?

Esse tema é polêmico mesmo entre a militância. O silêncio sobre esses agentes (especialmente sobre os gigolôs/maridos) foi o que me impulsionou a fazer essa pesquisa. Não obstante o silêncio, havia sempre uma presença velada desses agentes, constante e discreta nas falas, atitudes e espaços de prostituição. Mesmo dentro da ONG quando um dono/a de casa aparecia, a relação com eles

quase sempre se pautava por laços de amizade e camaradagem, mas pouco se fala sobre o papel desses agentes no movimento social. Entendo esse silêncio como uma estratégia: “primeiro trabalhamos com as prostitutas, e depois, quando o movimento estiver sólido e mais ou menos conciso, tratamos dessas questões tão controversas”. A questão com os gigolôs/maridos parece então uma questão privada, íntima e pessoal “um assunto de cada mulher”, justamente por envolver aspectos afetivos onde se confunde a esfera do trabalho (da rua) com a esfera da casa.

Em relação aos donos/as de estabelecimentos de prostituição as conversas se pautam normalmente em características pessoais e histórias de amizade, mas sobre a relação de trabalho propriamente dita, pouco se fala. Se uma mulher não está satisfeita com a forma como um dono de estabelecimento de prostituição conduz seu negócio, ela até se queixa para alguma colega da ONG, mas essa queixa raramente toma a forma de denúncia, mais parece um “desabafo”, e o normal nestes casos é a mulher simplesmente procurar outro estabelecimento. Isso é compreensível se sabemos que o foco do trabalho dessas instituições é a prostituta (o fortalecimento de sua cidadania) e não os demais agentes do mercado da prostituição. Afinal, o que poderia dar o movimento social além de um “conselho”, se afinal de contas, o rufianismo é crime, e, como criminosos, esses agentes não estão em igualdade de condições para enfrentar uma denúncia ou uma negociação entre iguais? Denunciá-los significaria silenciar o diálogo e cortar mais uma opção de trabalho para essas mulheres, que afinal de contas, precisam de um espaço para trabalhar.

Por isso, neste capítulo, me estendi sobre a análise da legislação. Não há lei que proíba uma mulher de trocar sexo por dinheiro, mas podemos nos perguntar até que ponto os artigos do Código Penal brasileiro não complicam, de fato, o exercício da prostituição? E mais: será que a lei que visa “proteger a prostituta”, na verdade não acaba colocando-a em uma situação de vulnerabilidade? Ao criminalizar os outros agentes da prostituição (que não a prostituta) não estará a lei cerceando suas opções de trabalho?

Antes de procurar respostas sobre tudo isso é preciso sair dos Códigos e observar a realidade, no caso, as ruas de Porto Alegre. Quem são esses agentes? Que papel desempenham? Afinal, qual a percepção de suas “vítimas” sobre essa situação? E o que as prostitutas estão levando em conta em suas falas? Até que ponto essas mulheres percebem a atividade da prostituição como um trabalho? Seria esse um trabalho específico?

É claro que não tenho todas as respostas, e embora partilhe a visão NEP de que a prostituição seja um trabalho, penso que a dignidade deste trabalho não deve ser procurado nele mesmo, no fato de trocar sexo por dinheiro, mas nas condições sociais e históricas que o cercam.

Em outras palavras, muitas das discussões políticas e acadêmicas fazem parte do universo de reflexões e críticas levantadas por minhas interlocutoras, cabe conhecermos como são pensadas, vivenciadas e avaliadas na prática.

Opto claramente aqui por tentar sair do âmbito da moralidade (pelo menos de certa moralidade) e investigar a situação em que essas mulheres exercem e exerceram a prostituição.

No capítulo seguinte, através das falas de informantes e dos diários de campo, trago à cena esses agentes, em especial a figura do gigolô, para problematizar a relação dessas mulheres com esses homens em certa época e em um determinado espaço social, até mesmo porque o cenário mudou. Hoje em dia é possível encontrar o correlato feminino de seu papel (“gigolôas” ou donas de ponto), ou mulheres trabalhando sozinhas. Cada vez mais a prostituição é realizada em espaços fechados, onde se encontram outros agentes: o dono ou a dona de casa de prostituição (“cafetões e cafetinas”) que no curto espaço dessas folhas, também iremos observar, adentrando em suas casas, bebendo com eles e conversando com “suas meninas”.

CAPÍTULO 2

SER E ESTAR NA PROSTITUIÇÃO: MOCINHOS E BANDIDOS

Uma das mais evidentes dificuldades de aproximação com a prostituição diz respeito ao modo como pesquisadores, no decorrer de suas análises, concebem seus protagonistas, ora como mocinhos, ora como bandidos. Isso fica evidente nas reflexões mais recentes sobre a prostituição nos trabalhos da historiografia. Entretanto, esse é um dilema “em comum”, verbalizado por antropólogos que realizam etnografias, preocupados em acertar seu foco e interpretar experiências diretas com a prostituição verificando suas nuances, os múltiplos sentidos conferidos a prostituição e revelando aspectos pouco conhecidos de seus protagonistas.

Na primeira parte do capítulo apresento algumas das reflexões sobre a prostituição e seus protagonistas através da reflexão de outros pesquisadores. Através de algumas preocupações sobre modalidades de agenciamento da prostituição em tempos e espaços distintos discorro sobre meu universo de pesquisa focalizando o papel dos homens na prostituição de mulheres.

No segundo subitem deste capítulo analiso três relatos distintos (de Léia, Deise e Dani) sobre a relação entre essas mulheres e seus companheiros que podem atuar ou não na prostituição. Aqui aparece uma primeira aproximação entre esses homens e a figura do “malandro”, bem como uma diferenciação que essas mulheres (todo grupo de minhas informantes que se prostituem) fazem entre “maridos” e “gigolôs” para os homens que se relacionam maritalmente com elas e que estão no negócio do sexo.

Em uma terceira parte apresento um personagem do universo da prostituição pública em Porto Alegre a partir da análise de reportagens jornalísticas e em um quarto momento busco esse homem nas falas de interlocutores que o conheceram, enfatizando a capacidade desse personagem em evocar possibilidades de atualização e de acesso a diferentes visões de mundo, na última parte desse capítulo.

2.1 Mocinhos e bandidos: uma história que dá samba

O objetivo de Yvette Trochón, em “Las Rutas de Eros” é analisar o tráfico de mulheres que, com a finalidade de prostituição, teve lugar no Atlântico Sul entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Segundo a autora, o tráfico de mulheres é um fenômeno que junto com o proxenetismo se encontra no âmbito das atividades consideradas socialmente anormais e criminosas, logo imersas no mundo (ou submundo) do delito. A autora então irá adentrar o universo da prostituição a partir da análise dos documentos históricos disponíveis (cartas, inquéritos, processos, notícias veiculadas pela mídia escrita, etc.), procurando os diferentes códigos acionados pelos indivíduos envolvidos, mostrando assim um duplo e simultâneo movimento de segregação e assimilação. A autora também se mostra ciente dos estereótipos que envolvem essa questão, procurando relativizar o que parece aproximar-se de uma “história folhetinesca, um melodrama cheio de convencionalismos e discurso moralizador de grande poder emocional” (TROCHÓN, 2006: 9-10).

Desta forma é que Yvette Trochón partilha de uma perspectiva antropológica relativizadora, interrogando-se sobre a pressuposta maldade dos rufiões (homens e mulheres, e não apenas homens, pois este é outro clichê). Trochón nos mostra que dentro da categoria “rufião” os exemplos são variados e contraditórios (as cartas trocadas entre eles e suas vítimas são um bom exemplo disso). A autora destaca que:

Muitos rufiões estão convencidos que o dano que causam à vítima não é tal, rebelando-se contra o estereótipo que a sociedade lhe impõe (...). Estão convencidos de que o mau não está neles mesmos, mas na própria sociedade ou nas próprias mulheres, vistas como seres débeis, desviados e vulneráveis que precisam deles. (idem: 14; tradução livre minha).

Para Trochón, a negociação do prejuízo causado ao outro é a essência de toda a conduta desviada, pois é necessário suportar o repúdio de que são alvo, através da neutralização, racionalização ou negociação do estigma. Essa perspectiva é particularmente útil para problematizar as falas de alguns

informantes na minha pesquisa, pois a análise do material obtido em entrevistas e diários de campo aponta para a mesma direção, evidenciando a dificuldade de muitos rufiões (homens e mulheres) enxergarem-se mesmo como “exploradores”. Isto aparecerá particularmente no capítulo quatro, centrado nas falas de donos/as de estabelecimentos de prostituição.

Por outro lado, a prostituição na rua tem sido tradicionalmente associada a um “submundo” de drogas e assaltos onde seus integrantes são tidos como elementos marginais ou desviantes. O peso desta correlação também recai sobre a prostituição exercida em espaços privados, pois as pessoas que aí atuam buscam diferenciarem-se da prostituição de rua, muitas vezes opondo-se a ela. Percebemos na maneira como a prostituição tem sido tratada ao longo do tempo uma idéia de contágio que pode aturar de múltiplas maneiras: referente ao contágio moral das famílias, ao perigo da marginalidade e atrelada a uma visão higienista, que a associa às “imundícies do submundo” (RAGO, 1987: 85). Trochón não está alheia a esta discussão, mostrando como o material histórico (reportagens, processos e charges) ilustra a apreciação sobre o tráfico de mulheres realizado naquele período.

Trochón centra sua análise em três países sul-americanos: Brasil, Uruguai e Argentina, mostrando como esses espaços se relacionavam quanto ao tráfico de mulheres. Segundo Trochón, entre os fatores que propiciaram o desenvolvimento do tráfico, através de redes internacionais de “branqueiros”, havia uma relativa desproporção (mais homens que mulheres) nas populações destes três países. Outros fatores indicados são: o acelerado crescimento urbano, uma estrutura de prostituição densa e estendida, além das convenções sociais norteadoras de uma repressão sexual feminina.

Para o caso do Brasil, a autora enfatiza a tardia abolição da escravidão, predominantemente composta de mão-de-obra africana, como um dos diferenciais deste país em relação aos outros dois (Uruguai e Argentina). Tal diferença irá orientar, pelo menos em parte, o tipo de tráfico e prostituição realizados no Brasil. Segundo Trochón, no Brasil o tráfico de mulheres se insere em uma experiência de escravidão preexistente, em que as relações raciais organizam a vida social.

Assim o tráfico de brancas utilizou as narrativas prévias sobre o tráfico de negros. Segundo a autora:

A diferencia de otros países, el fenómeno de la trata de brancas se inserto em Brasil sobre experiências preexistentes y coetáneas de esclavitud negra – no debe olvidarse que fue el último país del mundo occidental em abolirla em 1888 –, determinando la coexistencia de ambas manifestaciones. (...) las narrativas del tráfico de mujeres que em otros países se construyeron metafóricamente (...) se insertaron em Brasil em um continuo, el de uma realidade social signada por la esclavitud de la población negra y, em particular, la explotación sexual de sus mujeres. Por ejemplo, em los inicios de la década de 1870 las autoridades policiales cariocas hicieron un relevamiento de las esclavas negras obligadas por sus dueños a prostituirse. (TROCHÓN, 2006: 117)

Essa mesma situação é abordada por Cristiana Schettini PEREIRA (2005) em “Lavar, passar e receber visitas”. Neste trabalho esta autora irá centralizar os debates sobre a regulamentação da prostituição nas experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro no final do século XIX. Diferente da Argentina, onde uma postura regulamentarista foi desde cedo adotada (assim como no Uruguai, como já vimos), no Brasil a maneira de tratar a prostituição foi influenciada pela longa história de escravidão: *“Numa cidade em que a maior parte do trabalho era associado à escravidão, reconhecer que uma mulher de maior idade podia ser coagida ao trabalho sexual não era nada difícil”* (PEREIRA, 2005: 41)

Foi assim, em meio aos debates sobre o futuro das relações de trabalho que a prostituição se transformou num assunto da incumbência do Estado no Brasil (...) essa situação levou ao fortalecimento da associação entre escravidão e prostituição, tornando cada vez mais impensável que o Estado assumisse o papel de “senhor” das prostitutas, regulamentando seu trabalho. (idem: 43)
Em meio à intensificação dos debates sobre o fim da escravidão, a intervenção estatal para sancionar a exploração do trabalho sexual de uma prostituta era considerada por todos os consultados como escandalosa. (idem: 46)

Ao que tudo indica, não se questionava a necessidade de intervenção do Estado, e sim sua forma e extensão. Além disso, essa postura não significava abolir a vigilância moral sobre o comércio sexual. Outro ponto interessante

ressaltado pela autora diz respeito à interseção entre trabalho doméstico e prostituição, pois o serviço doméstico era identificado socialmente com o trabalho escravo e com relações paternalistas, um âmbito de persistência de práticas coercitivas. A autora sugere que a prostituição podia ser parte de práticas tradicionais de trabalho doméstico e infantil, citando a prática de “conchavar” filhos no caso da Argentina (vender o trabalho doméstico de meninas em troca de um salário para os pais), como agravante dessa situação.

No Brasil, o paralelo dessa prática era o costume de coagir as escravas à prostituição, mulheres que “lavavam, passavam e recebiam visitas”. Para essa autora, uma das conseqüências da associação entre os deslocamentos de mulheres européias e a prostituição forçada (o chamado “tráfico de brancas”) foi o encobrimento de outras práticas de prostituição “nativas”, também coercitivas e não exercidas por rufiões, mas por senhores/as de escravos e por empregadores de crianças e adolescentes para o serviço doméstico em casas de família.

Foi paralelo a essas práticas de prostituição “nativas” que o “tráfico de brancas” ancorou no Brasil. Frente ao contexto brasileiro em fins do século XIX e início do século XX é que a prostituição exercida por mulheres européias ganha sentido, um sentido informado pelas próprias condições da sociedade brasileira da época. Jeffrey NEEDELL (1988) em um artigo sobre a ascensão do fetichismo consumista entre as elites cariocas, analisa a influência e abrangência da cultura européia (particularmente França e Inglaterra) junto à elite carioca neste período, portanto no mesmo período da análise de Yvette Trochón e Cristiana Schettini.

Needell aborda três itens: o consumo de luxo, a moda no vestuário e a prostituição elegante. O autor ressalta (da mesma forma que Trochón) que havia uma diferenciação entre prostitutas francesas e polacas, mostrando que tal classificação orientava o consumo de luxo, prestando-se para a indicação do status dos homens que consumiam a dita prostituição elegante. Segundo o autor: *“(...) tanto as francesas quanto as polacas eram exóticas, e no entanto sua classificação era óbvia para o carioca – a questão não era o sexo com mulheres brancas, nem tampouco com alguém exótico ao mundo português – mas sim, com mulheres que tinham o cachet rances”* (NEEDELL, 1988: 53).

As polacas, frequentemente judias, chegavam da Europa do Leste e a maioria através do tráfico de brancas. Eram destinadas aos setores mais pobres da classe média e aos marinheiros. Assim como as prostitutas de cor, trabalhavam nos bordéis dos distritos suspeitos da cidade velha (RJ), nas calçadas ou nas janelas. Já a maior parte das francesas trabalhava por conta própria (apesar de algumas chegarem por via do tráfico de brancas) ou por meio de madames locais ou empresários teatrais (atrizes, artistas, *cocottes*) tinham maior liberdade de escolha e faziam parte dos luxos do centro europeu da cidade (Rua do Ouvidor, RJ).

O autor explica a maior atração pelas francesas pela associação destas mulheres com os paradigmas parisienses e pelo contraste com as mulheres da elite local, cuja sexualidade contida (de acordo com as convenções sociais) fazia clara diferenciação com as “mulheres de moral duvidosa”. A partir de uma análise dos quadros de Giovanni Boldini, Needell argumenta que essa diferenciação entre mulheres casadas e “mulheres de moral duvidosa” também estava presente na Europa Ocidental, porém era mais difusa e menos demarcada. Junto à elite carioca, as prostitutas francesas detinham um status diferenciado das demais porque “*As demi-mondaines, (...) corporificavam não apenas o fetiche de uma mercadoria parisiense dispendiosa, mas também mulheres imersas naquela sexualidade elegante que nem as esposas ricas nem as polacas brutalizadas podiam aspirar*” (NEEDELL: 1988: 55)

Além do violento contraste sexo-cultural que uma mulher como esta representava, havia um outro: o cultural propriamente dito, já que as esposas de elite eram *fac-símiles* não muito bem sucedidos das mulheres francesas (...) elas podiam ensinar os refinamentos da civilização (...) a paixão por tais mulheres demonstra o fetichismo particular do carioca de tantas maneiras que, quando todas juntas, se revelam de fato poderosas (idem: 55)

Jeffrey Needell estudando a prostituição de luxo entre as elites cariocas, complementa a análise de Yvette Trochón do tráfico de mulheres no Brasil. Mas e quanto à chamada “baixa prostituição”, realizada não por francesas, mas por polacas e nativas? Trochón já nos chama a atenção, no caso do Brasil, para os “café-com-leite”, ou seja, rufiões nativos que teriam uma ou algumas

poucas mulheres trabalhando para eles, mostrando que muitas vezes os “café-com-leite” exploravam o trabalho de suas próprias parceiras. De modo geral, estes rufiões eram mais perseguidos pelas autoridades e pela opinião pública, pois detinham menos poder e prestígio que seus “pares internacionais”, organizados em redes de branqueiros e que se dedicavam ao tráfico de mulheres para além-mar.

Os café-com-leite exploravam mulheres nativas e não possuíam grandes redes ou uma maior organização, e ainda assim, eram alvo mais corrente das políticas de repressão ao rufianismo, sendo mais propensos a sofrer represálias. A política “aboliconista” consagrada desde cedo na lei brasileira “tolerava” a prostituição que nunca foi de fato regulamentada (apesar de muitas tentativas infrutíferas descritas por Margareth RAGO (1987), mantendo os rufiões na ilegalidade e no “mundo do delito”. Não é difícil relacionar esse mundo do delito onde se encontravam os pequenos “café-com-leite” com uma espécie de filosofia da “malandragem”, especialmente no Rio de Janeiro da época.

A historiografia apresentada levanta alguns pontos. Em primeiro lugar, a dificuldade e preocupação em discorrer sobre atores de outras épocas, abordando um tema carregado de moralismos. Em segundo, considera os riscos de compreender a prostituição através da perspectiva ou de fontes que a definem previamente como delito. Em todo caso a historiografia refere-se a personagens como o rufião café-com-leite, o traficante de brancas e o senhor de escravos que “aluga” escravas para a prostituição, diferentes modalidades de agenciamento (rufianismo) que inseridas em tempos e espaços definidos, trazem maneiras distintas de organizar e pensar a prostituição.

2.2 O gigolô no mundo dos afetos e desafetos

No conjunto dos relatos e diários de campo desta pesquisa, colhi várias referências não só do “mundo do delito” de que nos fala RAGO (1987), mas também de uma tipificação dos gigolôs ou maridos das prostitutas. Eles são descritos pelas informantes dessa pesquisa como “malandros”; homens que vivem e sobrevivem da malandragem, ou seja, de pequenos “bicos” e “trambiques”,

partilhando de uma visão de mundo específica, em que a prostituição de suas mulheres (companheiras) pode ser um dos meios “quase mágicos de obter o vil metal e ganhar a vida” (OLIVEN, 1997). Embora Oliven encontre a mulher como um desses meios do malandro ganhar a vida, nos sambas analisados pelo autor não se fala diretamente de prostituição.

Por outro lado, minhas interlocutoras apontam para a caracterização de maridos e gigolôs como “malandros”. Um bom exemplo são as respostas de minhas entrevistadas quando pergunto no que seus maridos trabalhavam. Aliás, essa geralmente era sempre uma pergunta incômoda, para mim e para elas:

Léia: (...) e o meu marido eu gostava dele, a gente se apaixonou e tal, ele que me botou lá. Mas na questão financeira, eu e ele (...) mas eu não dava dinheiro na mão dele, no meu caso eu não dava, eu ajudava, ele não era como é que eu vou te dizer... **Ele não era o meu gigolô. Ele era o meu parceiro e a gente compartilhava dívidas e despesas. E ele trabalhava, ele era eletricista, fazia trabalho de manutenção (...).** Então ele já era conhecido e tudo mais, e na área ele era tipo um malandro, não um vagabundo, porque ele trabalhava, ele era um malandro ali da volta e a gente dividia as despesas. Quando não tinha, eu tinha assim sabe... **Por exemplo: eu fazia programa, fazia dinheiro, mas não dava todo o dinheiro, eu dava um pouco pra... porque a gente dividia, a gente comia junto, a gente ia passear, a gente fazia churrasco coisa assim, tudo junto.** Eu levava dinheiro pra minha mãe, até porque eu tinha filhos lá com a minha mãe, todos esses compromissos.

Leticia: Mas tu ganhava mais que ele?

Léia: É... eu ganhava mais que ele, mas quando não dava, quando eu não ganhava, era pouco, fazia poucos programas, e ele tinha, ele dava na minha mão. Ele comprava as coisas, ele nunca foi assim uma pessoa egoísta, mesquinha.

Léia: (...) Ele sentia ciúmes. Ele me botou lá e depois que se passaram alguns anos ele começou a dizer: “negona eu ainda vou te tirar daqui ainda, deixa eu melhorar, ganhar na loteria (pq ele vivia jogando né) quando a gente melhorar de vida tu não vai mais precisar tá aqui, mas por enquanto né? Fazer o quê, a gente precisa”. Então, e ele morreu e a gente...

Leticia: Não controlava o número de programa não?

Léia: Ele dizia..até porque ele nem sempre tava lá né, porque ele bebia.

Leticia: É porque muitas vezes é assim, não?

Léia: Nem sempre é assim, nem sempre funciona assim.

Para Léia o homem que a colocou na prostituição não era um gigolô, era seu marido, que viveu junto com ela e dividia todas as despesas. Faço perguntas sobre o dinheiro para tentar entender como funcionava a questão dos

ganhos financeiros de ambos nessa relação. É óbvio que Léia ganhava mais na prostituição que seu parceiro como eletricitista. Aliás, Léia o descreve como “malandro conhecido na área”, mas enfatiza que ele não era vagabundo, pois trabalhava também. Na fala de Léia fica implícito que ser malandro mas não ser vagabundo é o que difere o marido do gigolô, pois o gigolô é vagabundo, vivendo apenas do dinheiro da mulher que é explorada por ele e como se percebe, Léia não se sentia de modo algum explorada. Já Liane caracteriza o homem que a colocou na prostituição como gigolô, apesar de ter tido um relacionamento afetivo duradouro com ele:

Leticia: E o que ele fazia antes de atuar na prostituição?

Liane: Não! (risos) Ele nunca teve emprego, sempre foi cafetão desde os 16 anos. Sim, antes de entrar pro quartel ele já era cafetão. Serviu tarde porque obrigaram ele a servir né, porque ele fugia sempre. **Mas ele tinha mulher, ele começou a estória dele toda de cafetão, que ele me contou, que é verdade, no RJ. Ele tinha um conhecido dele lá que tinha 18 mulheres na quadra**

Leticia: E ele aprendeu com o amigo e veio pro sul?

Liane: E veio pro sul, trouxe umas mulheres de lá, formou uma quadrilha aqui e expandiu o negócio. Ele foi pra lá em busca de aventura, e foram buscar ele lá que era pra ele servir aqui.

Leticia: E ele não fazia nem uns bico na rua? Consertar uma janela, um cano, sei lá.. (risos) Ai

Liane: Leticia imagina!! **Ele ia pros bar mas ele não tomava nada, ele tomava refri e ficava cuidando nós lá do outro lado da rua. Ele não bebia, a não ser quando a gente saía pra dançar, daí ele relaxava.**

Uma outra diferença nos dois relatos acima e que parece orientar a percepção que essas mulheres têm da malandragem desses homens é a proporção do negócio. Joane trabalhava sozinha, apenas ela e seu companheiro, ao passo que Liane trabalhava com mais mulheres na quadra, ela e suas “bóias”. “Bóia” é um termo êmico para se referir às demais mulheres de um gigolô, que não a principal. Mais tarde veremos o quê e como se diferenciam essas mulheres umas das outras. Por agora, o fato de um homem ter mais de uma mulher (principal e bóias) parece o aproximar da figura do gigolô. Liane diz que ele também nunca trabalhou, sendo gigolô desde muito cedo. Ele também trouxe mulheres de outros lugares para “botar na quadra” e tinha uma postura mais profissional que o companheiro de Léia, pois diferente daquele, este não bebia em

serviço. Tudo isso faz Liane o chamar de “cafetão”, pois esse homem não seria apenas o gigolô de uma única mulher, mas o responsável pelo negócio de várias delas, embora algumas mulheres usem os termos “gigolô” e “cafetão” indistintamente. Cecília também chama seu parceiro afetivo de cafetão, embora ele ainda não o fosse antes de conhecê-la:

Leticia: Mas ele não era cafetão?

Cecília: Não, não era. Nós nos tornamos juntos, eu prostituta e ele cafetão. A gente era novo ainda. Daí ele veio do interior aqui pra Porto Alegre, conheceu o Paulo, ele ajudava o Paulo ali no hotel, fazia as coisa pro Paulo no banco, mas assim folgado sabe? Pra ele tava tudo bom. **O Rodrigo, ele nunca tinha pegado uma mulher assim que batalhasse pra ele, não, ele era até meio trouxa assim**, sabe, que ele até pagava mulher pra fazer programa, claro que depois que eu fiquei sabendo disso. E ele morava no hotel ali com o Paulo, foi ali onde eu conheci o Paulo. Ele é meio que adotado dele. O Paulo gosta tanto dele que tem ele como filho, então o Paulo sempre ajudou ele né.

A fala de Cecília dá um tom até um tanto “ingênuo” para Rodrigo, que veio do interior e morava no hotel de Paulo. Rodrigo não era “cafetão” antes de conhecê-la, pois até “era meio trouxa, pagando mulher para fazer programa”. No entanto, já era visto por ela como “folgado”, pois ajudava Paulo no hotel mas não trabalhava. O gigolô de outra entrevistada também ainda não atuava na prostituição antes de conhecê-la, mas já “*era conhecido da vagabundagem, do meio da droga principalmente, ele era muito conhecido pelas questões de droga por um dos rufiões aí da rua que era muito amigo dele*” (Deise)

Embora, tanto gigolôs como maridos possam partilhar de uma “filosofia da malandragem”, devemos ficar atentos para uma diferenciação que as prostitutas fazem entre um e outro. Quando pergunto para minhas entrevistadas se elas já tiveram um gigolô, elas me respondem diferenciando essas duas categorias (maridos e gigolôs). Essa diferença deriva da percepção que elas têm de sua relação com esses homens na prostituição, pois elas não pararam de exercer sua atividade para ter um parceiro afetivo e este atua de alguma forma no trabalho delas como prostitutas. Em um pequeno quadro entre minhas principais informantes, posicionei, de acordo com suas falas, essas relações:

Quadro 01: Maridos/Gigolôs por entrevistado.

Entrevistada	Marido	Gigolô
Cecília	1 (não era cliente)	1 (não era gigolô antes de conhecê-la)
Gládis	0	2 (o 1º não era gigolô antes de conhecê-la e o 2º já era)
Léia	1	(o marido não é visto como gigolô, embora já atuasse na prostituição antes de conhecê-la)
Liane	0	1 (já era gigolô antes de conhecê-la)
Deise	1 (não era cliente)	1 (não era gigolô antes de conhecê-la)
Ana	1	(o marido não é visto como gigolô, ambos entraram na prostituição anos depois de se conhecerem)

É interessante observar nesse quadro, que o gigolô não é necessariamente o homem que colocou essas mulheres na prostituição. Isso se verifica apenas em um caso coletado (Liane). No caso de Léia, ela diz ter entrado na prostituição através de um homem que considera seu marido, enfatizando o tempo todo sua escolha de estar na prostituição. Ana também não considera seu marido um gigolô, pois ambos eram casados muitos anos antes de decidirem entrar neste negócio. Cecília entrou na prostituição através do incentivo de um homem que ainda não atuava neste universo: “nós éramos muito novos, nós nos tornamos juntos, eu prostituta e ele gigolô”. Da mesma forma o primeiro gigolô de Gládis antes de conhecê-la trabalhava como motorista, quando ela já era prostituta. Esse também parece ser o caso de Deise, cujo gigolô ainda não atuava na prostituição, embora já vivesse na “malandragem”. Entre essas seis mulheres, quatro explicitam o fato do homem antes de conhecê-las já ser “malandro”, ou seja, não necessariamente atuar na prostituição, mas viver de pequenos “bicos” ou de negócios relativamente ilícitos (comércio de drogas, “negócio de cheque”, etc.).

É óbvio que essas mulheres não são alheias ao conteúdo estigmatizante das palavras “gigolô” e “cafetão” e sabem que apenas o fato de serem prostitutas já coloca sob suspeita de rufianismo qualquer homem que faça parte do negócio da prostituição. E isso mesmo quando elas percebem alguns desses homens como seus maridos e que ao contrário de explorá-las, exercem vários papéis em uma parceria mútua que envolve o mundo do trabalho e o mundo dos afetos. Atenta a uma possível correlação entre seus maridos/gigolôs

com a figura do malandro, é que busco o artigo de OLIVEN para problematizar essas questões, pois o relacionamento entre prostitutas e gigolôs também nos dão pistas sobre formas de perceber as conexões entre trabalho, mulher e dinheiro.

Ruben Oliven em seu artigo “O Vil Metal” faz uma análise de conteúdo de sambas antigos (do início do século XX até a década de 70), mostrando as relações entre dinheiro, mulher e trabalho nas letras desses sambas compostos por autores como Noel Rosa, Ary Barroso, Wilson Batista, entre outros, numa análise ampla sobre o tema da malandragem na música popular brasileira. De acordo com Oliven, entre as prerrogativas do “malandro” estava a negação do trabalho como valor e meio de ganhar dinheiro, e a exaltação da “malandragem”, através de meios quase “mágicos” de obter o “vil metal” e “ganhar a vida”, como o jogo, os pequenos trambiques e a mulher.

Duas preocupações são recorrentes para o malandro: “a mulher e o dinheiro aparecem como as únicas coisas importantes na vida” (Noel Rosa), e é através das letras desses sambas que o autor percebe a concepção que o malandro tem do trabalho, do dinheiro e das mulheres. A mulher, cada vez mais associada ao dinheiro, é vista pelo malandro de três jeitos: como a figura da Amélia ou da Emília, que não se queixam de nada e até eventualmente sustentam o malandro; como a figura da dona de casa que está sempre mandando o malandro trabalhar para trazer dinheiro pra casa, ou como a figura da “piranha” que finge amar o homem mas que no fundo só quer tirar o seu dinheiro (OLIVEN, 1997). As três representações associam a mulher com o dinheiro, mas apenas a primeira parece conveniente ao malandro, que nega o trabalho e não aceita ser explorado, muito embora em algumas músicas apareça o desejo de ter o melhor dos três “tipos de mulher”.

O tema da “violência doméstica” aparece em algumas músicas, que falam, entre outras coisas, da possibilidade de bater na mulher. Tal tema aparece de forma explícita e não reprimida, pois essa é uma atividade a que pode se entregar o malandro, quando necessário. Não trabalhar e ser sustentado pela mulher aparece como um dos ideais, (uma das formas quase “mágicas” de obter dinheiro). Embora nenhuma música cite expressamente o trabalho da mulher na

prostituição, podemos pressupor que isso não era raro em uma época em que o trabalho feminino para a classe trabalhadora é pouco remunerado e visto com maus olhos (pois a regra geral é que a mulher só devia trabalhar em caso de necessidade). Podemos igualmente pressupor que o tipo “mulher-piranha” se aproximava da prostituta, pois como a dona de casa, pretendia tirar dinheiro do homem, viver a suas custas, embora se diferenciasse desta última.

Além disso, o papel de homem trabalhador, provedor do lar, afastava-se do estereótipo do malandro, como bem indicam as músicas dessa época. Uma das canções (“Dinheiro Não Tem Valor”, de N. Sá Rego - Yôyô) de 1926 mostra a “figura de um homem que se deixa sustentar pela mulher (...) O argumento da supremacia do amor sobre o dinheiro é aqui utilizado para justificar o achaque” (OLIVEN, 1997: 147). Em um dos versos dessa canção, o homem explica à mulher que o que os outros têm é inveja deles, porque “não sabem ser modernos”, assim o sujeito associa à suposta modernidade com idéia da mulher sustentar o homem. Essa música lembra em alguma medida algumas cartas recolhidas por Yvette Trochón entre rufiões e suas parceiras, onde os rufiões enfatizam o amor em detrimento do dinheiro que pedem explicitamente nas cartas.

Há também sambas compostos por homens em que o narrador é feminino e a mulher aparece se queixando do “abuso dos homens” que querem uma vida de orgia com o dinheiro da mulher, ou que pedem dinheiro emprestado a elas e nunca pagam, pedindo tudo o que elas têm. Assim, Ruben Oliven argumenta que:

“A fala masculina (em algumas dessas músicas) é toda feita de sedução, pedidos, súplicas e, acima de tudo, de juras e promessas. No entanto é falsa, pois a mulher, depois de ter embarcado na conversa masculina, se sente roubada (...) como é vista pelo compositor masculino, é claro”. (idem: 148)

Também há músicas onde aparece a fantasia masculina do tipo ideal de mulher, onde “o homem fica em casa e a mulher vai à luta na rua, numa inversão dos papéis sexuais tradicionais. A mulher, ainda por cima, é apresentada como gostando de apanhar e achando natural esse estado de coisas” (idem: 148). Uma das músicas mais “delirantes” dessa fantasia masculina, segundo Ruben, se chama “Por Amor a Este Branco” (de Custódio de Mesquita, 1933), onde o

narrador feminino diz que se sacrifica por amor ao seu homem, cuja aparência e malandragem ela garante e se orgulha.

A análise de conteúdo das letras de alguns sambas antigos ressalta o jeito de vida do malandro. Na relação que este guarda com os tipos de mulher há certa tensão entre expectativas masculinas e femininas. O próprio fato dos autores das músicas serem homens nos leva a crer que estes não estão indiferentes a essas tensões e ambigüidades. O papel de homem provedor, embora não valorizado pelo malandro, está sempre presente, seja para negá-lo, seja para afirmá-lo (quando o narrador se apresenta como figura feminina que manda o homem trabalhar).

De acordo com a lógica dos “tipos de mulheres”, a inversão de papéis, presente na última música citada só pode ser realizada por uma mulher do tipo “Amélia ou Emília”, que não é a dona de casa que exige que o homem trabalhe, mas a que o ama incondicionalmente e o sustenta. Poderíamos então pensar que essa mulher pode ser uma prostituta que sustenta “o seu homem?” Se pensarmos que sim, teríamos que admitir que uma prostituta que sustenta seu homem por amor seria, na lógica do malandro, uma boa mulher, que pode ou não se sentir explorada. Vimos que a narradora feminina da música “Por Amor a Este Branco” não sente o fato de sustentar e se sacrificar pelo homem, como uma exploração, pois, pelo contrário, para ela isso é motivo de felicidade e orgulho. Mais ainda, a narradora vê sua forma de agir como uma entrega, “uma prova de seu amor a este branco”.

É aqui que podemos começar a pensar em papéis sexuais e estereótipos de gênero para problematizar a questão da **pressuposta** exploração sexual entre gigolôs e prostitutas. Na experiência direta relatada pelas mulheres, as situações são diversas e as classificações transitam entre pólos opostos de acordo com as situações relatadas, em virtude das experiências que enunciam.

Se a entrega e o “amor incondicional” são estereótipos do gênero feminino, tais mulheres “que se sacrificam por amor” não seriam vistas de forma negativa pelos homens, pois seu comportamento se conforma a um estereótipo socialmente esperado, apesar da inversão de papéis (a mulher é que é provedora

do lar). Essa permanência ligada ao estereótipo pode explicar em alguma medida porque a inversão de papéis (homem sustentado pela mulher) não é motivo de vergonha para o malandro que, como já vimos, mantém várias prerrogativas masculinas, como a possibilidade de bater na mulher.

Por outro lado, a inversão de papéis pode ser enunciada e sentida pelas mulheres como forma de submissão (exploração), ou como forma de garantir o amor do homem, e neste sentido como mais uma estratégia de poder. A questão se complica se pensamos o trabalho na prostituição como uma modalidade de trabalho feminino entre outras, pois teríamos que admitir que esse trabalho é aceito e incentivado pelo homem/parceiro/gigolô, que dificilmente se vê na condição de explorador. Alguns relatos de informantes ajudam a problematizar essas questões, como por exemplo, os relatos de Léia, Deise e Dani:

Eu acho que isso é uma questão pessoal de cada mulher e que cada mulher escolhe (se quer ter um marido/gigolô). Não gosto de falar muito. Ele sabia, tinha ciúme, era legal, ele dizia que o que eu fazia com ele não era pra fazer com os trôxa, e ele dizia: 'Ô negona, tu não faz o que tu faz comigo com eles'. Claro, pra pegar um dinheiro sim, mas com sentimento não (...) Eu tive então o alemão, e fui apaixonada por ele, ele é o pai dos meus filhos, sou viúva dele e tudo. Entrei na prostituição através do teatro, já que eu tinha os cursos né. Fui fazer um trabalho de laboratório, eu fazia o papel de uma prostituta na peça, então lá eu conheci uma pessoa, e eu me apaixonei!! Uni o útil ao agradável e eu fiquei por lá durante 20 anos, pra resumir. (...) Ele era malandro de lá, conheci ele lá na quadra (...) Sim, eu batia nele, ele me batia, a gente fazia cena de ciúmes direto, (NA: *por causa da tentativa dele de colocar outras "mulheres" na quadra, as "bóias"*) a gente era louco um pelo outro! (Léia, profissional do sexo, 50 anos)

Nós somos o nosso próprio chefe (na rua), fizemos o nosso horário, nós adaptamos a ele, somos donos da nossa própria sexualidade... Nossa liberdade de transar com quem quer, poder escolher. Mas também, tem muita prostituta, que eu já fui uma delas, que.. lá no local de trabalho exerce essa liberdade e esse poder sobre o seu corpo, mas fora de lá, é submissa, sofre violência, tem todo um contexto de submissão mesmo, de dependência dos homens, e muitas delas passam por isso, e é bem legal a gente observar isso porque a gente vive se reafirmando a nós prostitutas, reafirmando lá no local de trabalho, lá na quadra, lá na zona. Lá na quadra, lá no ponto da gente, a gente é mais a gente, entende? Nós que mandamos, nós que decidimos, é nós que fizemos o espaço, só entra quando a gente quer, sai quando a gente quer, e fora de lá nós temos outro contexto. Fora de lá a gente é uma dona de casa, faz comida, cuida de filho... tem que estar sempre repensando isso (...) e nós não conseguimos ser livre o

tempo inteiro, e nem ter o poder de autonomia total (...) Porque a liberdade, ela envolve muitos contextos (Deise, profissional do sexo, 38 anos)

É, eu acho que o meu lado macho é bem macho também (risos). Eu gigoleio os homens daqui e gigoleio em casa. Eu vou ser bem franca contigo, eu acho que ele deve saber (que ela trabalha na prostituição), então ele prefere fazer de conta, porque queira ou não queira eu ajudo em casa, ajudo bem mais do que ele. É como eu falei, eu cobro dele, mas não admito que cobre de mim. O lado macho dele é muito fêmea, é bem submisso, eu digo assim pra ele: “e aí bem, lavou a louça? Tu tem tudo o que eu gosto, eu só não gosto de homem machista”. A gente se completa, o dinheiro dele realmente vai todo pra casa, ele sabe que eu trabalho aqui, se dá bem com a Diva, (dona da sala de programa). Ele cuida do meu filho, aí de vez em quando a gente tem um “pega” (briga). Ele é muito discreto, não pergunta nada do meu trabalho, até porque no passado dele ele já foi garoto de programa, eu acho que ele não pergunta porque pra ele não deve ter sido muito legal. Ele sabe que se ele chegar aqui dentro tem uma mesa de massagem, ele não pergunta, eu sempre coloco uma nuvem na cabeça dele, então ele acredita no que eu falo, no que a Diva fala. Se eu botar ele fora, eu nunca mais encontro um homem desses e mulher assim como a gente, aprende a ser livre. Eu sou casada com ele a quanto tempo né Diva? Uns 4 anos. Eu não enjôo dele, porque ele tem essa coisa de ser meu cliente, de ser meu escravo, eu faço uma peteca dele. (Dani, garota de programa, 30 anos)

Os três relatos citados já nos permitem entrever a complexidade da relação dessas mulheres, todas prostitutas, com seus maridos e parceiros afetivos.

Na fala de Léia, aparece, primeiramente, uma “não-fala”, uma vontade de não se manifestar, ou dar um “veredicto” sobre essa questão. Léia admite que sua relação com seu parceiro possa ter algo de violento, ela também está atenta sobre o preconceito que normalmente sofre um homem como ele (e uma mulher como ela, por extensão, que aceita uma relação naqueles moldes). De qualquer forma, Léia deixa muito claro (nesta fala e em muitas outras) o amor por seu parceiro, enxergando o ciúme e as brigas como forma de manifestação e afirmação desse sentimento de amor e paixão. Também não parece ser problema para esta informante o fato dela dar dinheiro para ele, pois o dinheiro é tido como deles (e não apenas dela), já que eles dividem todas as despesas e como já foi visto acima, ele trabalhava também, “não era vagabundo”. O fato de dar dinheiro a um homem aparece aqui como uma “escolha de cada mulher”, e não como uma imposição masculina, logo não como uma exploração.

Deise está falando sobre as vantagens de trabalhar na rua (em detrimento das casas e salas de prostituição), entre essas vantagens, aparece a liberdade de gestão do tempo, do espaço e da própria sexualidade. Aqui fica implícita uma forma de se sentir com poder no exercício da prostituição. Por outro lado, Deise contrasta esse poder e autonomia com as relações que algumas mulheres desenvolvem no âmbito doméstico, privado ou amoroso, pois nesses âmbitos se deixam explorar pelos homens, e são submissas.

O relato de Dani toca diretamente nos significados de “gigolô”, já que Dani se vê “gigoleando” os homens dentro e fora de casa. “Gigolear” aqui surge como equivalente a “tirar proveito ou vantagem”. Essa forma de “tirar vantagem” pode se dar sob a forma de tirar dinheiro, mas não apenas isso, já que do parceiro ela tira, mas também dá dinheiro. Tanto o seu dinheiro (superior em quantidade) quanto o dele são absorvidos pelos gastos da casa (como vida em comum), mas o “tirar proveito” pode estar relacionado à suposta submissão do parceiro, que cuida de seu filho e da casa, além de não interferir na autonomia de Dani, que exerce a prostituição independentemente da opinião do parceiro, que não se manifesta sobre isso. Sua postura de “gigolear” é significada em relação a seu “lado macho bem macho”, o que demonstra sua clara intenção de reverter alguns papéis e estereótipos através da incorporação de uma atitude que ela percebe como masculina na origem.

Apesar de Dani “gigolear” o parceiro, ela vê sua relação com ele como complementar e satisfatória, num equilíbrio que ela preza muito. Sua atitude “masculina” de “gigolear”, parece dar uma igualdade à relação, estabelecendo um equilíbrio que ela acha difícil de encontrar. Por outro lado, poderíamos pensar essa relação como uma continuidade ao estereótipo da mulher ser sustentada, mas o “tirar proveito” aqui não significa apenas o dinheiro, já que ela também traz dinheiro para casa (a maior parte, como ela faz questão de frisar). Por outro lado, ela não se sente explorada (mesmo trazendo mais dinheiro que ele), porque ele é “submisso”, cuidando da casa e do filho, e não interferindo em sua autonomia. O fato de seu parceiro já ter sido garoto de programa pode ser uma pista da sua relativa aceitação do trabalho de Dani, que ele “finge não saber o que é”, mas eu

não saberia precisar em que medida isso interfere nas outras características da relação. A fala de Dani evidencia uma auto-imagem projetada sobre a relação marital, e embora não nos informe tudo sobre essa relação (ou a verdade dessas afirmações), permite entender como Dani está pensando estereótipos e papéis de gênero em sua relação com o parceiro.

Enfim, os três relatos mostram diferentes maneiras de significar a relação com um parceiro no universo da prostituição, evidenciando tonalidades diversas a questões como exploração e sustento e nisso problematizando relações e estereótipos de gênero.

2.3 “No tempo de Buda”: um personagem exemplar entre negócios do barão dos rufiões

Em várias entrevistas, quando o assunto em pauta eram os gigolôs, um nome se mostrava recorrente, especialmente referido a uma época (fins dos anos oitenta até a metade dos anos 90) e a um espaço da cidade, o entorno da Estação Rodoviária de Porto Alegre e trechos da Avenida Farrapos e Rua Voluntários da Pátria, todos locais próximos ao centro da cidade. Esse nome despertou minha curiosidade e me fez pensar nas correlações dessa rede de informantes: tratava-se de “Buda”.

Todas conheciam essa personagem e trabalharam nas ruas de Porto Alegre, naqueles territórios de batalha, e embora não trabalhassem diretamente com esse homem, seus maridos ou seus gigolôs também o conheciam, fazendo parte dessa complexa rede. Não posso dizer que os gigolôs dessas mulheres eram colaboradores desse personagem que considero aqui central, mas conheciam esse famoso rufião, estabelecendo com ele relações de poderíamos chamar de “vizinhança”, pautadas por amizade e camaradagem como também marcadas por certas tensões e conflitos.

“O barão dos rufiões” ou o “chefão da Voluntários”, como os jornais o descreveram, talvez fosse a imagem do gigolô ou o cafetão mais clássico dos que vieram a ser publicamente conhecidos no Rio Grande do Sul. Buda era uma figura muito conhecida no universo da prostituição de rua em Porto Alegre. Investigador

de polícia aposentado, ele tinha várias mulheres trabalhando para ele em pontos próximos ao centro da cidade. Além disso, também era dono de duas ou três boates, gerenciadas por conhecidos e parentes. Mais que responsável por algumas mulheres que atuavam na prostituição de rua, ele também tinha uma equipe de colaboradores, rufiões que também tinham suas mulheres nos “pontos”. Uma foto de satélite atual deste trecho da cidade ilustra o que foi o centro do território de atuação desses homens na época:

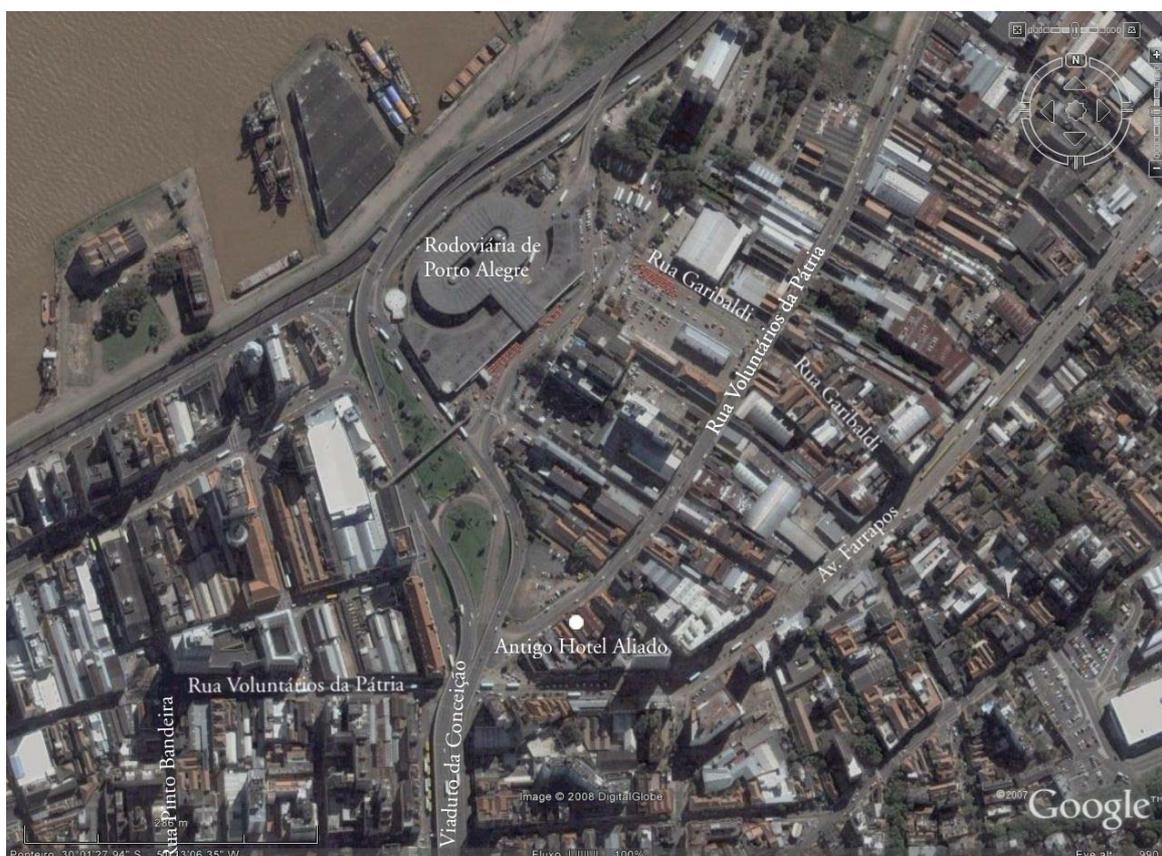


Imagem 01: Territórios mencionados como área de atuação de Buda, em Porto Alegre (extraído do programa GoogleEarth)

Hoje, a configuração da prostituição de rua mudou. Buda está morto e o contexto mesmo da prostituição pública vem se alterando com o passar do tempo. O número de prostitutas nas ruas caiu, e como tive a oportunidade de perceber em minhas andanças noturnas por esses territórios, muitas dessas mulheres trabalham sozinhas, ou seja, sem a ajuda de um “protetor”.

Verifiquei que o mais comum hoje é encontrar as “donas de ponto”, prostitutas atuantes que por seu tempo acumulado de “quadra”, ou pela autoridade que exercem sobre as outras, comandam as regras de entrada e permanência em um ponto, tal como Elisiane PASINI (2000) encontrou na Rua Augusta em São Paulo. Também encontrei mulheres exercendo o papel dos gigolôs, ou seja, “cuidando de uma ou mais companheiras nas ruas”, mulheres com as quais mantém um relacionamento afetivo. Essa mudança na prostituição nas ruas de Porto Alegre está relacionada a muitos fatores que por ora não vamos tratar.

Voltemos a uma época relativamente recente, um tempo em que Buda era uma “figurinha carimbada” das ruas do centro da cidade, entrando nós também no “Império de Buda”, primeiramente sob a ótica dos jornais e logo em seguida através da lembrança de mulheres que o conheceram, a fim de dar mais densidade a essa personagem bastante representativa de um tempo e de um certo tipo de prostituição.

Acredito que essas especificidades remetem a uma maneira (entre outras) de organizar a prostituição, com códigos e valores próprios de um grupo. Mas vamos aos jornais:

Esta é uma parte da história sobre o maior império de prostituição de meninas do sul do Brasil (...). É um império acima da lei: meninas de 16 anos se prostituem sob ameaça de morte, os gigolôs trocam tiros pelo domínio das quadras e as lâminas das navalhas brilham na madrugada. (Nilson Mariano, "Entramos no império de Buda, ZH 19/12/1991)

O primeiro trecho de uma grande reportagem jornalística, que ficou famosa pelo empenho e determinação dos repórteres Nilson Mariano e Carlos Wagner, já diz a que veio: denunciar um grande esquema de prostituição de mulheres e menores. Grande parte da repercussão desse trabalho de reportagem foi o fato da rede de Buda atuar também com menores. A outra parte da repercussão deve-se talvez ao fascínio que o próprio tema desperta, dialogando com caracterizações estereotipadas de prostitutas e gigolôs, aquelas invariavelmente vítimas e estes, homens cruéis e impiedosos. Nesta perspectiva, é óbvio que as mulheres trabalham “sob ameaça de morte” e que os homens

perigosos e marginais trocam tiros e possuem navalhas. Como é sabido (e a literatura e a música apresentam alguns exemplos), a habilidade no manejo de armas brancas, como facas e navalhas parece ser uma prerrogativa da imagem de homens marginais, como os gigolôs. Esse trecho é hábil então em tocar o imaginário social, dando um sentido de aventura e emoção ao leitor que é remetido para dentro do “império de Buda”.

Esperto, organizado e implacável, Buda vem agindo há 13 anos, ampliando os seus negócios e enganando a Justiça. O barão dos rufiões gaúchos implantou sua rede no Hotel Aliado, na Rua Voluntários da Pátria (...). O chefe da Voluntários, como também é conhecido, abastece as quadras e as boates da cidade com mulheres traficadas da região colonial gaúcha, de Santa Catarina e algumas do Paraná. Muitas dessas prostitutas são meninas. Elas foram compradas ou simplesmente entregues, pela própria família, em troca de algum dinheiro por mês. Vários pais não sabem o que as filhas estão fazendo. Acham que estão trabalhando como empregadas domésticas de senhores respeitáveis. No Natal, recebem cartões coloridos e promessas de visita. (Nilson Mariano, "Entramos no império de Buda, ZH 19/12/1991)

Aqui aparece uma primeira caracterização do chefe do império da prostituição: um homem “esperto, organizado e implacável”, “barão dos rufiões gaúchos e chefe da Voluntários”. O fato de traficar mulheres e de estar a tanto tempo atuando dá o tom de veracidade para aquela caracterização. As mulheres traficadas, compradas ou entregues pela família, se aproximam de mercadorias que podem ser compradas. Como objetos, elas não possuem vontade própria, são “coisas” que circulam de um lugar a outro e colocadas no âmbito de um sistema mercantil (prostitucional) por homens maus.

Mas o que define o caráter objetificado dessas mulheres? Será apenas o fato de estarem na prostituição, ou será que antes mesmo, vendidas ou entregues por seus familiares, elas já não eram “objetos”? Se elas não têm vontade própria, e aqui nem se cogita a opção de uma mulher em atuar na prostituição, então é claro que são vítimas de um engano. Aliás, objeto não se engana. Os enganados são os pais, “que acham que elas estão trabalhando como empregadas domésticas de senhores respeitáveis”. Interessante que apenas senhores respeitáveis possam ter empregadas domésticas. Aliás, o que significa dizer “respeitável” neste contexto? Seria a prostituição uma tarefa não respeitável?

Será que essas mulheres também são obrigadas a enviar cartões de Natal coloridos? E quanto às promessas de visitas? Será que as visitas nunca se concretizam? E se elas visitam mesmo a família, não levarão dinheiro e presentes²⁹? Não será uma oportunidade para “fugir” da prostituição ou contar a verdade?

Quero deixar claro que não ignoro a possível exploração que sofrem ou sofreram essas mulheres, no entanto faço aqui provocações para que possamos perceber valorações não só quanto aos agentes da prostituição, como da própria atividade, que não é desde muito tempo e de forma alguma, ilegal.

O que é ilegal são o rufianismo e o tráfico de mulheres, bem como a exploração sexual de crianças e adolescentes, e isto a reportagem faz bem em denunciar. Mas a própria denúncia desses crimes se dá de uma forma que indiretamente, num diálogo sutil com o senso comum, acaba por criminalizar também a própria prostituição de mulheres maiores de idade, obscurecendo outros valores e significados ao não considerar as prostitutas como sujeitos de seus atos. Na tese de Miriam Steffen VIEIRA (2007) sobre a construção de categorias jurídicas em torno da violência sexual, a autora destaca a moralidade em jogo no momento da classificação da clientela quando esta apresenta suas queixas na delegacia da mulher. Essa classificação moral da clientela leva a diferenças na construção de um fato jurídico. Entre as concepções policiais, aparece a idéia de que as mulheres são tudo “171” e os homens “tudo uns safados”:

Cabe enfatizar que as concepções policiais ligadas a idéia de que elas são tudo 171 parecem ter um endereço: se referem principalmente os casos de

²⁹ Essa situação é retratada numa música de César Sampaio, “A secretária da beira do cais”, gravada em 1975: “Fim de mês, é a hora é a vez, de rever os parentes / Ela vai levando nas mãos milhões em presentes / Num instante se torna mocinha do interior / Como alguém com a pureza de quem nunca teve um amor / Como vai, pergunta o pai, a filha querida / Ele quer saber como é que está sua vida / Ela diz que é muito feliz na vida que traz / Que trabalha como secretária da beira do cais” (trecho). Para saber mais sobre o tema da prostituta na música popular, ver no *blog* de Josué Ribeiro: <<http://musicapopulardobrasil.blogspot.com/2007/08/csar-sampaio-e-suas-msicas-hiper.html>>.

violência sexual entre conhecidos ou em casos envolvendo profissionais do sexo (idem: 74)

Por trás dessas classificações está a suspeita de que a mulher está mentindo, fazendo uma falsa acusação contra um homem a fim de obter algum ganho ou com o objetivo apenas de “dar um susto” no homem, sem a intenção de levar a denúncia adiante. No fundo a acusação é percebida pelos policiais como falsa e/ou exagerada porque a mulher é “sem-vergonha” (quando não apenas pelo fato de “se envolver com um homem safado”). Nesta classificação da clientela podemos então destacar a antiga diferenciação entre mulheres honestas e desonestas, tipificações que persistem no senso comum (dos policiais, inclusive) mesmo que os tipos penais a que se referem tenham caído em desuso.

De acordo com essa ótica, vemos então a prostituta ocupando os dois extremos de um julgamento moral. Ou ela é “demonizada” (são “tudo 171”) ou “vitimizada”, como percebemos no conteúdo das denúncias jornalísticas em questão: para ser vítima ela não pode concordar livremente em se prostituir, mas deve fazê-lo por necessidade extrema ou “sob ameaça de morte”. O caráter vitimizante da mulher que exerce a prostituição aparece claro quando há homens no negócio do sexo. O jogo discursivo e moral que pode em um dos extremos encarar essas mulheres como vítimas deve em contrapartida perceber esses homens como responsáveis e culpados pela prostituição dessas mulheres. Tudo se passa como se sempre alguém (homens safados ou mulheres sem-vergonha) ou algo (a pobreza e a vulnerabilidade social) tivesse “culpa” pela prostituição, uma atividade “livre” mas carregada de potencialidades estigmatizadoras para quem dela se aproxima.

Vitor de Jesus, o Buda, 54 anos, chefe da maior rede de prostituição e tráfico de meninas do Estado, tem sobrenome de santo, apelido de santo e uma aparência de sogro bonachão. Mas as fachadas, como a do vetusto prédio do Hotel Aliado, onde ficavam as meninas prostitutas da Rua Voluntários da Pátria, enganam. O policial aposentado Vitor de Jesus, na verdade, se impôs como um gigolô cruel, implacável e astuto. (Antonio Vital, “Um Chefe Cruel”, ZH 14/04/1994)

Novamente Buda tem que ser necessariamente cruel, implacável e astuto, além de esperto e organizado, a despeito de seu sobrenome e apelido de santo que enganam... A aparência de sogro bonachão também engana, ao remeter a um contexto de família que, pelo próprio engano, parece opor-se ao universo da prostituição, visto como “não familiar”. Neste sentido é interessante observar como o adjetivo “familiar” para caracterizar estabelecimentos, como pensões, dialoga com esses valores. Diz-se de uma pensão “familiar”, que ela é um espaço tido como moralmente bom, onde moram “pessoas de bem” ou “pessoas de família”. Seja lá o que contém nessa expressão, sabemos que é qualquer coisa que nem de longe toca a prostituição, como se não fosse possível famílias viverem da prostituição, ou da impossibilidade da prostituição ser tida por pessoas que se dedicam a ela, como um “negócio familiar”. Se este for o caso, então essas famílias não são as mesmas a que se remete uma “pensão familiar”. De forma correlata, Buda não é santo porque é demônio. Não é uma pessoa comum porque deve estar no extremo oposto do que seja santo, puro e bom.

Prostitutas e gigolôs ficam surpresos: (...) metade desse dinheiro (dos programas realizados pelas prostitutas) é entregue para os gigolôs em troca de comida, casa, remédios e proteção. (...) A notícia da prisão do chefe surpreendeu prostitutas e gigolôs. “tem que parar com esta perseguição ao senhor Buda”, reclama uma menina loira, que faz ponto a poucos metros da entrada do hotel. A clientela dessas mulheres é formada por trabalhadores de baixa renda e estudantes. Na lancheria Aliado, localizada próxima ao hotel, vários capangas de Buda tomavam cerveja. Um deles, loiro de estatura média, saiu apressadamente do bar, logo após as emissoras de rádio terem dado a notícia da prisão do gigolô em Brasília, e começou a alertar as meninas que faziam ponto na quadra. “Sujou, tomem cuidado”, disse a elas. (Carlos Wagner, "Prostitutas e gigolôs ficam surpresos", ZH 14/04/1994)

Aqui aparece a descrição do negócio. Diz-se que metade do dinheiro dos programas é entregue pela prostituta ao gigolô em troca de comida, casa, remédios e proteção. Essa descrição parece remeter-se a um acordo entre eles, uma troca e não tanto a uma obrigação da qual não pode escapar a prostituta. Ela não dá simplesmente o dinheiro ao gigolô, mas paga por serviços prestados por ele, como teria que pagar de qualquer forma e como qualquer trabalhador a conta do aluguel, da farmácia e do supermercado.

Pagar por proteção remete às características próprias desse negócio, assim como pagar por um espaço para trabalhar. A rua é pública, mas um ambiente fechado como uma boate tem dono, gerente, locatário, etc. Pagar por proteção na rua, proteção contra clientes violentos ou inadimplentes, eis uma das funções de um gigolô, como também pude perceber na pesquisa. O inusitado é que existam “donos/as de pontos” em um espaço público, que cobram pelo uso do espaço, cobram “pedágio”, como costumam dizer algumas prostitutas. Essa é uma das características da prostituição exercida na rua, embora nem sempre seja assim.

Essa norma informal se constitui em um espaço e numa atividade não regulada pela lei, e definir os limites dessa norma (quanto se pagará, se será um percentual por programa ou um fixo por noite, etc.) parece antes fruto de uma negociação entre os envolvidos, do que uma coerção absoluta. Outro ponto importante deste trecho é a fala de uma das meninas, defendendo Buda. Não parece que o motivo de sua defesa seja medo, muito embora a palavra “senhor” indique o status daquele gigolô, que inspira respeito. Essa menina diz que tem que parar de persegui-lo, ou seja, encara as investigações como uma perseguição que precisa cessar. Frente à notícia da prisão do chefe, um gigolô diz para as meninas tomarem cuidado. Podemos imaginar que devem tomar cuidado porque um dos principais “protetores” saiu de cena, e que portanto devem se cuidar mais? Do que elas deveriam tomar cuidado? De serem pegas pela polícia? Acredito que sim, pois muitos relatos contam que Buda era um facilitador da retirada das prostitutas da delegacia, e como já salientado, muitas dessas detenções eram arbitrárias.

Os gigolôs dividiram Porto Alegre em territórios, que são habitados pelas suas meninas prostitutas. Esses territórios têm suas fronteiras bem demarcadas e leis próprias, como se fossem um país (...). A Praça da Alfândega de Porto Alegre é dos gigolôs (...). O dia-a-dia desse pessoal é extremamente violento. A Alfândega é refúgio de assaltantes, que, misturados a outros marginais, tornam o local hostil. Os gigolôs da Alfândega têm uma característica especial: são meninos. Eles pertencem a gangues que têm sua base de operação ali. São gangues sem nomes pomposos. São conhecidos como o pessoal da Restinga e do Partenon. Cada gangue tem suas meninas prostitutas. K. é uma delas. (...) Tem 14 anos, mas quer mostrar mais idade (...) dos Cr\$ 5 mil do programa, 50% vão para o gigolô, conhecido como G (...). A história de K. é curta. O pai é operário de obra, a mãe tem mais seis filhos para cuidar. E há

muito deixou de preocupar-se com ela. Na semana passada, K. meteu-se em uma briga entre duas gangues e acabou levando um “chá de banco” de um brigadiano. Ela argumentou com o soldado que precisava ser solta, porque estava trabalhando. Mandou uma colega chamar o gigolô G., que tem fama de violento. Ele foi conversar com o soldado, acompanhado de mais cinco. Não adiantou, a garota ficou presa. G. não se julga um gigolô. Disse que gosta de K. e o que faz é só protegê-la para não ser roubada. G. disse que já passou várias vezes pela Febem. (...) Este casal pode ser chamado de típicos habitantes da Praça da Alfândega, um território onde as prostitutas independentes não entram. (Carlos Wagner, "Gigolôs lotearam Porto Alegre, ZH 21/12/1991)

Neste trecho enfatiza-se a rotina violenta da Praça da Alfândega, “refúgio de assaltantes e marginais”. Nada é dito sobre os outros *habitués* da praça, como vendedores, artesãos e aposentados. Mas o mais importante é o destaque da especificidade dos gigolôs deste espaço: meninos de gangues que bem podem ser meninos de rua, assim como suas meninas. Esse é um dado importante para comparar com a rede de Buda, pois esses meninos e meninas fazem parte de outra rede, muito menos “glamourosa”, e com uma relativa igualdade entre eles, pois tanto meninos quanto meninas provêm do mesmo contexto social: pobres, de periferia e com histórico de passagens pela antiga Febem.

Não parece haver aqui uma personagem centralizadora da prostituição que se diferencia dos outros por ter mais dinheiro, poder ou uma inserção diferenciada em alguma instituição legal (como Buda com sua equipe de gigolôs). Essa relativa igualdade sócio-econômica entre meninos e meninas da Praça da Alfândega parece confundir as categorias de explorador e explorado. Estariam esses meninos explorando suas namoradas ou ajudando ambos a ganhar dinheiro? Pelo trecho do jornal, parece que a menina em questão não se sente explorada, pois pede para seu gigolô intervir em seu favor frente ao brigadiano. Aliás, K. argumenta que tem que ser liberada porque estava trabalhando.

A prostituição assim é vista por esse casal, não apenas como uma maneira de ganhar dinheiro, mas como um trabalho, e como trabalho, não encarada como uma atividade ilegal ou marginal. É dito na reportagem que prostitutas independentes não entram na Praça da Alfândega. Sabemos que existem regras de entrada e permanência nos “pontos”, mas nem sempre essas

regras passam pelo domínio dos gigolôs sobre esses territórios. Entre essas regras, podemos encontrar relações de parentesco e amizade entre as próprias prostitutas de um “ponto”, que negociam entre si sobre a entrada de uma nova prostituta. Um pequeno trecho de uma antiga entrevista ilustra essa questão:

Pode chegar hoje e ficar duas semanas e se impor, mostrar respeito (...) pode ser barrada. Se ela tiver um vínculo fica sim, se é amiga ou parente de alguma. Se ela chega nova ela conversa com alguém, se ela não conversar, alguém vai chegar nela, como eu fiz muitas vezes: "Quem é tu? De onde tu veio?" "Começou a trabalhar aqui hoje?" "Tá com alguém" "Não tô sozinha, vocês não se importam que eu fique aqui?". Daí o que que eu tenho que fazer. Eu tenho que chamar todas as outras e perguntar se ninguém se importa. Aí é uma decisão coletiva, todas decidem. Se disserem: "Não eu já conheço ela, ela é uma isso, ela é uma aquilo", aí ela não fica. Se ela tem reincidentes não fica. (entrevista com Deise, Dezembro de 2003)

Os trechos das reportagens que apresento aqui foram selecionados por mim em função da capacidade de diálogo com o tema desta pesquisa. Fui atrás dessas reportagens no arquivo de Zero Hora para saber o que um importante veículo de formação de opinião pública tinha a dizer sobre gigolôs e especialmente sobre Buda.

Para mim essas reportagens jornalísticas destacam-se pelo empenho dos repórteres em desvelar parte desse universo, pouco abordado e tematizado. As reportagens são bem escritas, trazendo parte do contexto e do tom geralmente dado a este universo. Neste sentido, elas comunicam-se diretamente com um sistema de valores correntes, com um senso comum que percebe a prostituição de uma determinada maneira, informada moralmente. Acredito que essa abordagem da prostituição e de seus agentes foi também uma estratégia para a denúncia de fatos graves, como a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Por outro lado, as reportagens direcionam a leitura da prostituição para um ambiente público impregnado de relações violentas e descontroladas, ao mesmo tempo em que trazem o intento de descrever o funcionamento de um código local que visto de dentro, apresenta regularidades, ordenação e maneiras de controle da violência. Mas o jornal aborda apenas uma visão sobre essas relações, e em sua descrição busca os pontos que dialogam com o senso comum,

reforçando-o sem trazer nem mesmo elementos para complexificar o debate. Esse é o modo como a prostituição, “vista de dentro”, foi apresentada no jornal. Pode até não haver um criminoso sintetizado na figura do “gigolô”, mas há a possibilidade (sempre restrita) de ler o jornal e ver todos seus participantes ou como vítimas ou como criminosos, porque envoltos em um ambiente desorganizado e violento.

Neste ponto podemos indagar se o trabalho do antropólogo não faz uma sobreposição de estilos com o trabalho dos jornalistas, realizando textos “realistas” que busquem, inicialmente, ilustrar modos de vida de protagonistas “reais”. Sem querer entrar do mérito do que faz (ou deva fazer) cada um desses ofícios, acredito que a abordagem antropológica se distingue na compreensão das diferentes visões de mundo através das reflexões dos sujeitos sobre suas experiências ao invés de reduzir-se a uma descrição realista sobre “como vivem”. É o que tentaremos fazer no tópico seguinte.

2.4 O Buda lembrado

Neste trabalho, meu objetivo é outro: é trazer a prostituição assim informada para dentro de um diálogo e das reflexões das próprias prostitutas. Não surpreende que no decorrer deste trabalho, muitas daquelas considerações sejam problematizadas por pessoas que exerceram a prostituição “no tempo de Buda”. Isso não invalida a veracidade das reportagens, mas enriquece o tema, apresentando formas diversas de ver seus personagens e a própria prostituição. Como já salientei, tive conhecimento sobre a existência de Buda não pelos jornais da época, mas através das falas dos informantes, que trago aqui para dar densidade à imagem desta personagem. Uma das primeiras referências sobre ele foi-me dada por uma ex-prostituta, hoje dona de um estabelecimento de prostituição. A imagem que Vera tem de Buda é ilustrativa das ambigüidades que uma personagem como essa detém:

A gente que conheceu o outro lado dele como família, como pai, sabe? Nossa! Os filhos eram tudo pra ele, sabe? Então essas coisas (ruins) não batem com a figura que se tem na rua dele. E tem uma coisa, ele dava uma estrutura

porque ele pagava o apartamento, deixava elas acostumarem com a idéia, levava pras lojas, comprava roupas, sapatos, mantinha elas até elas acostumarem... Aí ele ia doutrinando-as, e tinha um grupo (...) Eles é que as mantinham, mas era aquela coisa sabe?... Parece que eu tô querendo justificar, mas elas tinham tudo que elas precisassem: roupa, médico, remédio, calçado, comida, tudo e a toda hora. As mulheres que ficaram com ele até o final, uma ficou com o apartamento onde eles moravam, e a outra que não se desgrudava dele... Ela depois que ele morreu ela decidiu ir embora, deixou o filho, e o filho era um dos herdeiros dele, não tinha nem sido registrado, mas depois foi legalizado. Se uma mulher dele engravidava, não interessava pra ele de quem era o filho, porque pra ele era dele, ele tratava todos os filhos das mulheres dele como filhos dele e assumia a criança pra ele, isso ele mesmo nos dizia. (Vera, ex-prostituta, atualmente dona de estabelecimento de prostituição).

Neste relato aparece uma imagem de Buda como um homem de família. Vera explica como era a relação deste homem com “suas mulheres”, ressaltando uma imagem de homem provedor, que reconhece (inclusive legalmente) os filhos, assumindo a paternidade e sustentando os filhos que suas mulheres tinham. Ela também nos fala do negócio, enfatizando a “estrutura” dada por ele (casa, roupas, remédios). Fazer as mulheres “se acostumarem com a idéia de prostituir-se, doutrinando-as”, nos dá pistas do “engano” sofrido por elas. Mas a informante não nos fala diretamente de coerção e sim de uma espécie de “convencimento”. Seria demais pressupor que neste processo de ambientação e convencimento as mulheres teriam alguma margem de escolha e negociação? Uma outra prostituta nos dá pistas sobre essa questão:

Deise: Comigo ele não podia, com a minha vida né? Quando eu larguei meu cafetão eu continuei na rua e ele vinha e dizia “vou te dar um apartamento mobiliado”. O Buda vinha lá na esquina falar comigo: “e aí linda? vou te dar um apartamento mobiliado, com tudo que tu merece” “então tá, uma hora dessas a gente conversa” Mas é que eu sempre respeitei eles, e nunca entrei na onda sabe, deles, né? Eu sabia o que eles queriam. Que eu sempre fui inteligente, sabe? Eu conseguia sacar as coisas,

Leticia: Sabia que esse apartamento não vinha de graça...

Deise: Sempre sacava as coisas.

Leticia: Porque ele costumava fazer isso né? Monta um apartamento, bota a guria...

Deise: Monta um apartamento, dá um carro, conta bancária, e tu trabalha, tudo pago, tudo ganho... Aquela história.

Leticia: É como escravidão?

Deise: Não!! Não é escravidão! Eles dão toda a liberdade pra gente! Mas!! Tem acordos com eles, aí é que ta o negócio, tem acordos. (Deise)

De fato, a questão da negociação é ambígua, até mesmo porque essa mulher nunca quis trabalhar com ele, recusando suas propostas e ofertas, pois sabia que essa era uma parte do acordo que exigiria compensação. Como Deise já trabalhava na rua, primeiro com um gigolô e depois sozinha, ela não precisava mais da estrutura fornecida por esses homens, pois já conhecia o negócio e já havia se estabelecido com seu próprio espaço e liberdade de atuação. O fato dela não ser incomodada por esses homens no seu trabalho solitário, revela a relativa margem de escolha de se ter ou não um gigolô/cafetão. Quando pergunto se trabalhar com eles seria como escravidão, ela rapidamente responde que não, pois o que se faz com eles são acordos. Pergunto como era Buda, e em sua resposta vislumbramos mais um pouco de como funcionava o negócio da prostituição com os gigolôs:

Leticia: e tu conheceu o Buda, como é que ele era?

Deise: Um amor de pessoa, gostava dele, eu nunca tive medo do Buda, eu sempre fui amiga do Buda, porque **o Buda me passava uma paz, uma tranqüilidade...** Eu nunca vi ele fazendo maldade, sabe? Nunca vi ele batendo, nunca vi ele fazendo nada pra ninguém, então isso me ajudava a ter uma visão boa. **Meu amigo, eu dizia pra ele: Ah não tô gostando daquele quarto lá cheio de buraco no hotel. Ele mandava fechar, ele ia lá não deixava os caras dar nas mulher dentro do hotel,** o meu dava em mim dentro do hotel e eu contava pra ele: *ó as mulher tão apanhando aí dentro.*

Leticia: Dos maridos?

Deise: Dos maridos. Aí ele ia lá não deixava os caras dar, ou mandava dar de um jeito que ninguém visse.

Leticia: Que ninguém visse é bom né? (risos)

Deise: Mas já ta bom né?! Os clientes ouvindo a gente apanhar, entende?

Leticia: Ai que horror, aí não dá né? Espanta a clientela! (risos) Aí não funciona.

Deise: Eles não reclamavam porque a gente apanhava, reclamavam porque espantava os clientes, é óbvio guria! (e nós duas rimos). (...) É, quando ele entrava no hotel que eu trabalhei, daí ele chegava encostava o carro lá no estacionamento e vinha com aquele baita barrigão! Subia a escada, eu nunca me esqueço, a imagem dele fica sempre assim na minha frente quando eu falo, ele subia a escada, ria, cumprimentava todo mundo!

Leticia: Era bem quisto então?

Deise: É, algumas pessoas não né?

Leticia: Mas ele fez algumas coisas...

Deise: É diz que sim, mas eu nunca vi. O que ele fazia mais era buscar as meninas lá no interior, comprar meninas pobres, menores e tudo o que deu no

jornal. Mas eu assim, eu sempre tive sorte com o Buda porque ele sempre me tirou da delegacia, ele sempre foi lá, tirou, nunca me deixou presa.

Leticia: Porque que ele tirava vocês das delegacias?

Deise: Porque que ele tirava? (NA: *meio surpresa com a pergunta*) Porque a gente trabalhava nos hotéis dele né? E porque ele tinha relação com as delegacias, é ex-policia. **Chamava os caras, os maridos da gente quando a gente ia presa. Deixava ordem no hotel que não podia acontecer nada com a gente.** As mulher deles elas nunca me contaram... Elas me contaram coisas que eu esqueci, sinceramente, da coisa dele ser ruim pra elas, mas elas amavam ele, ele era tudo na vida delas!

Leticia: **Cuidar, proteger, porque falam que quando tá cuidando demais é porque tá explorando, é verdade?**

Deise: **Mentira, não é só por isso. Isso faz parte das relações. Tá "lincado", porque tem que tá, porque na verdade ele tá administrando ali o dinheiro e o dinheiro serve para tu comer, morar, vestir, é pra isso que serve o dinheiro na sociedade capitalista, não tem pra outra função. Agora ele não cuida só por isso, ele cuida também porque ele tem uma relação com aquela mulher, entendeu? De alguma maneira ou de outra ele gosta daquela mulher**, mesmo que não seja um amor assim platônico, mas ele gosta daquela mulher, ele gosta de fazer sexo com ela, ele gosta de conviver com ela de alguma maneira. Ou ele confia nela, tem uma ligação afetiva ali sim! Não é só financeira. Pode existir casos em que seja só financeira, mas são poucos. (Deise)

Neste trecho da entrevista, fica clara a função prática que Buda e seus parceiros (gigolôs/maridos dessas mulheres) exerciam na prostituição da época. O cuidado e a proteção se manifestam de várias formas: garantindo algumas condições básicas como um quarto relativamente limpo e arrumado e tirando as mulheres da delegacia, além de dar casa, comida e toda uma série de garantias e benesses econômicas. Já vimos que essas facilidades faziam parte de um acordo e exigiam compensação, mas não podemos imediatamente pensar este acordo apenas em termos econômicos, já que a questão afetiva sempre estava em jogo, dando os contornos e limites dessa negociação.

O gigolô/cafetão, além de parceiro afetivo, é visto como parceiro comercial, uma espécie de administrador do dinheiro obtido pelas prostitutas, mas assegurado por eles (que facilitam o trabalho daquelas). A função utilitária de um gigolô mistura-se à dimensão afetiva, pois é dito que este homens "não cuidam só

por isso, mas cuidam porque eles têm uma relação afetiva com as mulheres”³⁰. Quando pergunto para Léia sobre Buda, ela nos traz não apenas uma caracterização, mas conta também histórias presenciadas por ela frente a este personagem:

Leticia: E tu conheceu o Buda?

Léia: Sim, é claro que eu conhecia, a gente conversava quase todo dia, conhecia todo mundo. Sabe como é que ele fazia? Lá nos hotéis dele as mulheres que trabalham lá... Por exemplo, tu fazia assim 10 programas, pagava lá, subia pro quarto, pro hotel, pagava na portaria o quarto e o dinheiro (do programa) é teu. Então as mulheres que faziam assim mais programa num dia... Por exemplo: eu subia várias vezes, fazia 10 programas, tinha um caderno, isso era regulamento. Então tinha um caderno na portaria que tu subia e anotava e botava o teu nome e fazia um risquinho, ali, tantos risquinhos. No décimo programa, tu ganhava o quarto e botava um risquinho, tu podia cobrar do cliente, do trôxa como se falava antigamente, mas o dinheiro era teu. Aí eles marcavam um ‘X’ aí depois daquele ‘X’, de novo, pra incentivar a mulher a fazer bastante programa. **E a mulher que no mês fizesse mais programas na casa (no hotel), ganhava um prêmio, uma geladeira, uma televisão, uma coisa assim. Pra ti ver como ele era né. Era muito legal. Ele não era gente ruim, era gente fina, ele uma vez queria dar um coronhaço na minha cabeça, mas era gente fina.** (risos)

Leticia: Por que?

Léia: **Porque eu mandei ele tomar no cu!** (risos) Mandei tomar no cu porque eu fazia programa um monte ali, dava lucro pro hotel, levava o cliente, os caras que pagavam, não a gente, então ele tinha o costume de tá “ó tem que pagar a diária do hotel” E porra! **Tu tá levando o programa lá, tu tá dando lucro pra casa e ainda quer cobrar aluguel? Aluguel não, diária do quarto que tu morava.** Sabe, às vezes tu atrasava um ou dois dias de diária, aí eu me estourei né? E naquele dia meu marido não tava, mandei ele tomar no cu: “vai tomar nesse teu cu, que que tu quer?!” Ele gosta de estar sempre armado, ele pegou e já veio assim, pegava assim com a mão aqui assim (e imita) **ele tinha mania de dar coronhaço até nos mão-grande (ladrões) que tinham lá.**

Léia segue nos falando de como funcionava o negócio. Essa prática de dar brindes para a prostituta que mais fazia programas no hotel não é muito diferente de estratégias de *marketing* de algumas lojas e serviços que recompensam a fidelidade de seus clientes em utilizar tal serviço de uma empresa ou consumir tais produtos de uma marca. Essa prática mostra o lado mais

³⁰ No terceiro capítulo me deterei mais na análise de como se equacionam o dinheiro e os afetos nessas relações, agora voltemos àquela personagem central que teve o poder direcionar minha atenção para esse complexo universo.

comercial do negócio da prostituição nesses hotéis de alta rotatividade, que embora não sejam estabelecimentos de prostituição, lucram com o negócio. Léia também retrata uma cena de briga com Buda, motivada pelo atraso da diária do hotel, o mesmo utilizado para fazer programas, mas no qual ela também morava.

Essa história, quase anedótica, desconstrói um pouco a imagem “temível” de Buda, pois como pude perceber não era incomum as mulheres o desafiarem, discutirem com ele e reivindicarem direitos e garantias. Tudo leva a crer que a violência, e não apenas as palavras, era parte da negociação. Recorrente, a violência não era um atributo apenas utilizado pelos homens (contra as mulheres e contra uns e outros gigolôs e demais pessoas como os “mão-grande”), já que as mulheres também se utilizavam dela contra as outras prostitutas, contra algum cliente indesejável e contra os próprios gigolôs, em brigas por territórios de prostituição e brigas conjugais, pautadas pelo ciúme.

Leticia: Em várias entrevistas que eu fiz as gurias me falavam do Buda, do nada, eu nem sabia quem ele era, pô, eu acho que esse cara representa bem uma certa época...

Gládis: é porque o Buda foi um dos primeiros gigolôs, ele buscava as gurias do interior, ele botava ali, sempre tentando arrastar outras mulheres, era o gigolô mais famoso, que fazia e acontecia, **então todo mundo respeitava o tal de Buda, ao contrário de mim porque eu não respeitava gigolô nenhum (risos)**

Leticia: E tu conheceu ele, brigou com ele?

Gládis: Que dúvida! Se ele dizia assim: “aqui tu não pode ficar” eu dizia: “aqui é que eu vou ficar” “daqui pra lá tu não pode ficar, só daqui pra cá” “não, eu não quero daqui pra cá, eu quero daqui pra lá”.

Leticia: E aí como é que fazia?

Gládis: Ele acaba cedendo porque ele viu que comigo ele não podia.

Leticia: E esse cara teu era meio que parceiro dele, porque ele era o chefão e tinha os outros?

Gládis: Quase como se fosse assim: tem uma sala e tem a dona da sala e a chefona de todas, ele era quase isso também, **mas ele era uma pessoa ruim mas também era uma pessoa boa, em termos. Se ele via uma pessoa que tava ruim ali ele ia socorrer, ele não era de chegar e chutar, ele não era assim.** Ele era com as mulher dele assim, com as outras ele não era. Eu sempre tive assim uma relação mais amigável com ele. Só aquela coisa: “é daqui pra cá” Não! É daqui pra lá que eu vou ficar” . **Eu tinha muito de teimar com ele..**

Leticia: Ele era o chefão mas tinha os colaboradores dele, e esses colaboradores tinham mulher também?

Gládis: Sim, então meio que respeitava nesses lado. Ele era muito famoso, procurado pela polícia, aquela coisa toda. Mas ele era assim uma pessoa

que... **eu sei lá, de repente se ele fosse vivo hoje, ia ser uma pessoa maravilhosa, não é porque ele tá morto hoje que eu vou dizer que ele era ótimo**, mas não era aquela coisa que não dá pra conviver com ele. Pra quem conheceu ele bem, dava pra se conviver, **tinha os defeitos dele como todos nós temos, mas ele também sabia respeitar a gente.** (Gládis)

Gládis: (...) **Eu dava pau em todo mundo na rua!** Eu sempre fui de brigar com todo mundo. Tinha um gigolô que era marido da minha cunhada e que veio com um revólver na mão: “atira, atira se tu é homem, porque medo de ti eu não tenho! Vou ficar aqui sim! Porque tu não manda na quadra! Mas se tu vai atirar tu atira e me manda pro inferno, porque senão tu vai ver, eu te busco do inferno pra te matar! Sim, eu era cunhada da mulher dele, **até podia me dar um tiro, mas depois eu arrumava um gigolô que ia se acertar com ele. Eu sempre fui de discutir, sempre fui de discutir com gigolô, dava pau neles também** (Gládis)

Gládis apresenta aqui duas formas de resolver os conflitos, pela conversa (e teimosia) no caso dela e Buda discutindo em quais partes da rua ela deveria “batalhar”, e com um outro gigolô que aponta uma arma para ela, que não se intimida e o ameaça seriamente, o que faz com que ele desista de convencê-la a ir para outro “ponto”. Essas duas formas, longe de serem distintas, parecem apresentar uma diferença apenas de grau, pois uma conversa inicialmente amena pode se transformar em ameaças e agressões. Gládis pensa que se o gigolô atirasse contra ela, teria que “entender-se” com um outro gigolô, talvez seu marido ou um “protetor”, pois ela não deixa claro se no momento deste episódio tinha ou não gigolô. O fato de ter ou não um marido/protetor dá um status diferenciado para essas mulheres, pois se é conhecida perante os outros como “a mulher de fulano” e por isso os outros gigolôs devem respeitá-la mais sob pena de terem que “se ver” com aquele homem.

De qualquer forma isso não parece invalidar os embates entre gigolôs e mulheres que não tenham um “protetor”, pois essas últimas se fazem respeitar utilizando atributos tidos como do universo masculino, como valentia e coragem, demonstrando a circulação entre esses atributos por corpos tanto de homens como de mulheres. Desta forma, a coragem não está essencializada no homem e pode tranquilamente fazer parte do caráter e do comportamento de uma mulher. Claudia FONSECA (2000) e Elisiane PASINI (2005) já observaram a valentia como atributo partilhado pelas mulheres nos grupos populares e numa zona de

prostituição, respectivamente. No universo da prostituição exercida na rua, essa valentia apenas adquire os contornos do meio. Assim, não é raro uma mulher andar armada e também ser temida nos territórios de prostituição.

Contextualizando assim o potencial de violência presente no universo da prostituição e não só nele, os atributos de coragem e valentia adquirem significados próprios, mas já estão presentes em grupos populares já estudados.

Neste contexto é que devemos buscar compreender a imagem que esses informantes têm de Buda, especialmente no papel que ele desempenha de **mediador de conflitos**, pois é a ele que muitas mulheres reclamam da violência de alguns maridos, de alguns clientes e da polícia contra elas. Não é difícil entender que ele possa passar uma sensação de “paz e tranqüilidade”, como diz Deise.

Essa capacidade de mediar conflitos, sublinhada pelas prostitutas, nos faz aproximar Buda da figura do malandro, do *Jocker*, ou seja, do sujeito ambíguo que tem capacidades extras de transitar por vários códigos sociais simultaneamente. A coletânea de VELHO & KUSCHNIR (2001) sobre mediadores sociais inspeciona esses personagens no seu trânsito “entre mundos”:

A possibilidade de lidar com vários códigos e viver diferentes papéis sociais, num processo de metamorfose, dá a indivíduos específicos a condição de mediadores quando implementam de modo sistemático essas práticas. (VELHO, 2001: 25)

Indivíduos mediadores estabeleceriam então canais de comunicação, circulando entre diferentes “mundos”. Como observamos, Buda era um policial aposentado que utilizava seu conhecimento do mundo legal para organizar o negócio da prostituição, a partir de facilidades e entradas distintas que sua condição de ex-policial possibilitava a ele e seus “protegidos” (ou suas “vítimas” de acordo com a visão salientada pelos jornais). Buda transitava entre o universo legal e ilegal (do tráfico de mulheres, por exemplo), mas sua “dupla condição” de ex-policial e rufião, embora permita facilidades e vantagens na prostituição, o faz ser encarado como exemplo da corrupção policial, restringindo alguma capacidade significativa de trazer algo de um mundo a outro, alterando fronteiras:

Os mediadores, estabelecendo comunicação entre grupos e categorias sociais distintos, são, muitas vezes, agentes de transformação, acentuando a importância de seu estudo. A sua atuação tem o potencial de alterar fronteiras, com o seu ir e vir, transitando com informações e valores. Sem dúvida há mediações que, simplesmente, mantêm o *status quo*, num processo mesmo de controle de informações e preservação de valores. Seria uma mediação tradicional, historicamente desempenhada por certas categorias de sacerdotes, feitores, capatazes, mordomos, delegados, entre tantos possíveis exemplos. (idem: 27)

Desta forma é que podemos perceber as atividades de Buda como uma “mediação tradicional”, mais ligada ao gerenciamento do controle de informações e da preservação de valores, do que a alguma transformação social que pudesse alterar fronteiras entre o permitido e o proibido. Buda não era apenas um gigolô, ele era o mediador de outros gigolôs e prostitutas em sua difícil relação com a legalidade. Suas ações centralizavam muitos gigolôs e prostitutas em torno de si, justamente pela capacidade desse personagem em realizar o trânsito entre universos sociais distintos (retirar as mulheres da prisão e garantir o exercício da prostituição). Mas alterar significados sobre a própria prostituição não era uma possibilidade dada a partir de sua atuação, não estava no *campo de possibilidades* de um sujeito cujo trânsito entre universos sociais distintos representava a corrupção da polícia, independentemente de sua vontade (de um “projeto pessoal”) ou não de “mudar as coisas”.

Ainda pensando na relação deste homem com meus interlocutores é que manifesto minha curiosidade de saber de onde veio seu apelido³¹. Embora elas não me digam que é pela imagem de tranquilidade que ele eventualmente passa para algumas delas, o próprio tom de brincadeira da história informa sobre a jocosidade e amizade que também permeavam as relações dessas mulheres com “o poderoso”:

³¹ A história contada aqui por uma informante sobre a origem do apelido “Buda” difere da versão apresentada no jornal fruto de uma entrevista com Buda em que ele afirma não gostar do apelido dado no contexto de suas relações policiais (“Entrevista: Gigolô detesta o apelido”, ZH 16/04/1994). Mais uma vez podemos pensar essas diferentes versões como o controle de informações de seu papel de mediador “tradicional”. Para conferir essa reportagem e todas as outras mencionadas, ver Anexo B.

Leticia: Porque Buda?

Léia: Quem botou apelido nele foi uma colega. Ele era socado, assim, não tinha nem pescoço (e imita), e sempre balançando a pança e cheio de pulseira de ouro, anelões, altos correntões e a camisa de seda aberta no peito, sempre assim, tipo um índio, um bugre, e chegava lá pra ver lá, a contabilidade do hotel e passava por nós, e aí a gente “*Ah parece um sapo, olha lá, lá vem o Buda*”, o Buda não, como é que elas chamavam... não era Vitor... Ah, o poderoso, chegou o poderoso!”. “Lá veio buscar o dinheiro, as moedinha! Vamô atirar as moedinha” (risos) “Hêeee!” e davam risada e o mulhério tudo ali na quadra, e a minha colega: “Parece um Buda, vamô atirar as moeda” ô Buda pra cá Buda pra lá, e ficou. Tinham uns cara lá que ele chamava “na chinxa”: “**Ô cara (imitando) vocês tem umas mulher bonita que fazem um monte de programa, vocês não sabem nem aproveitar, se esse mulhério fosse meu eu lavava até as calcinhas delas, tão me dando dinheiro**” (risos) Fazia quando precisava, não precisava ser só as mulher que ele tinha, mas as mulher dos outros caras quando precisavam dele, lançar alguma coisa, conseguir um carro, assim. Ele fazia.

Ou de acordo com uma informante que atuou como prostituta e que hoje é dona de um estabelecimento de prostituição:

Vera: Ele era uma figura! Qualquer coisa que a gente pedisse a ele, ele pensava... se era sim, era sim, se ele não dissesse nada, era não e não se tocava mais no assunto! Mas ele nunca dizia “não, não vou fazer” (...) E era um homem que o único *hobby* que ele realmente bancava era carro, ele tinha vários carros, sempre carros do ano, e dois três sempre, mas era um homem que não gastava nem pra fumar, vivia pedindo cigarro, fumava qualquer coisa, mas não comprava (risos). Quando eu trabalhei numa boate dele, eu podia 5 pras 11 da noite botar a água a aquecer que 11 horas ele subia a escada pra tomar cafezinho e ver o que eu precisava, sempre, sempre, sempre!! Ele passava a noite circulando de carro, e qualquer coisa era só dar um toque, que em questão de minutos ele tava lá. Se tinha uma das meninas da casa que tava doente, meninas que não tinham nada a ver com ele, que eram meninas da casa, ele ajudava (...) Não importava se tinha dinheiro, se não tinha, ele não queria nem saber, ia lá e buscava. Claro que esse dinheiro nunca deixava de ser cobrado, nunca! Tinha que ser repostado, mas ele não deixava pra depois! **Então ele era uma figura muito especial e faz muita falta!** (Vera, dona de casa de prostituição e ex-garota de programa).

Vera não era uma das “gurias do Buda”, mas acompanhou de perto sua história, conhecendo muitas das “suas gurias”. Nem todas as gurias do Buda tinham um relacionamento amoroso com ele (embora ele tivesse envolvimento amoroso com algumas delas), pois muitas de “suas gurias” na verdade eram

mulheres de alguns de seus colaboradores e amigos. Buda já morreu, e a maior parte das histórias que me foram contadas aconteceu há uns quinze anos atrás.

O fato de “Buda fazer falta” pode também indicar o fim de uma etapa, reveladora de transformações neste universo de observação, pois hoje não se fala de um grande agenciador que centralize tantas relações (pelo menos não em Porto Alegre). A própria maneira de gerenciar o negócio (com o âmbito privado tão indistinto do âmbito público) revela traços de um período no tempo.

2.5 Algumas considerações sobre rufiões históricos e personagens evocados

Depois de tudo que foi dito acima, podemos agora fazer a pergunta que é fio condutor de título e de subtítulos deste capítulo: mas afinal de contas, o que tem a ver uma história de mocinhos e bandidos que pode dar samba, com o negócio do “barão dos rufiões”? Para começar a responder essa pergunta é preciso problematizar o próprio título: “nos tempos de Buda” a fim de compreender as implicações de uma noção de temporalidade no trabalho antropológico.

Alban Bensa em “Jogos de escala” procura mostrar de que maneira as implicações mais fecundas da micro-história podem alimentar uma crítica construtiva da antropologia. O autor inicia o texto apresentando o modo de proceder da micro-história, cujas noções de contexto, de temporalidade, de escala e de símbolo são ao mesmo tempo teoria e método. Um recurso recorrente para trabalhar essas noções é o método indiciário que “os praticantes da micro-história transportam (...) para o domínio da história social: fatos aparentemente bastante anedóticos lhes permitiram entender uma realidade mais profunda (BENSA, 1998: 43).

Não apenas a micro-história não separa os testemunhos (anedotas) dos múltiplos contextos de que eles participam, como ela encontra sua legitimidade na relação afirmada entre o micro e seu contexto. (...) A atenção ao que foi efetivamente dito, trocado e levado em consideração pelos atores num determinado momento coloca a questão das escalas de interpretação dos fenômenos. A análise, de início desenvolvida no nível da situação mais singularizada no tempo e no espaço, solicita a seguir quadros explicativos menos diretamente extraídos do acontecimento; esses quadros são

apreendidos como patamares sucessivos que contêm e trabalham as realidades mais ínfimas (idem: 44)

Desta forma, “o detalhe vale pelas fatias de realidade que revela, pelo peso das circunstâncias e das motivações que suporta, pela compreensão dos contextos aos quais introduz (idem: 45)”. Partindo dessa perspectiva é que trouxe a história de Buda para este capítulo através de diferentes “lados da moeda”, ou seja, a partir de diferentes discursos sobre a mesma pessoa, um personagem de papel central na organização da prostituição exercida outrora nas ruas de Porto Alegre. Agarrei-me igualmente aos detalhes trazidos pelo jornal e pelas falas dos informantes, buscando retirar deles a própria maneira de ver a prostituição (práticas, comportamentos e valores subjacentes).

Poderíamos pensar Buda como um personagem histórico neste universo? Ou como um evocador que fornece possibilidades de atualizações e de acesso a visões de mundo? Se estivermos nos referindo ao “tempo curto” dos estudos micro-históricos, sim. O tempo curto é aquele que os homens acionam afetivamente em suas vidas, e Buda foi inicialmente acionado nas falas dessas pessoas sem ao menos “ser convidado”. Buda não esteve somente nas falas, mas também esteve presente na vida dessas mulheres, que o conheciam e conviveram, mesmo que indiretamente, com ele.

Quando essas pessoas narram histórias “dos tempos de Buda”, estão descortinando para mim um pouco do “presente histórico” de que trata Alban Bensa, um recuo ao passado que é chave para análise do presente atual.

A prostituição na época de Buda contextualiza práticas e maneiras de entendimento sobre maridos e gigolôs. Analisados retrospectivamente e organizados pela memória dos informantes, essas interpretações não são homogêneas e apresentam contradições, muito mais do que se tivéssemos analisado apenas o presente atual dos informantes. A desconsideração da historicidade do presente pode levar a uma homogeneidade aparente e essa é uma das críticas de Alban Bensa à antropologia:

Quando a Antropologia postula a homogeneidade do social sob a simples justaposição de suas observações em capítulos, ela esmaga os fatos, despoja-os de sua profundidade, de sua natureza contraditória e, por conseguinte, de toda a sua dinâmica. (idem: 45-46)

Para Bateson, a relação entre os fatos observados e os diferentes contextos dos quais eles dependem devem ser antes entendidos como processos. O contexto é imanente às práticas, faz parte delas. É impossível pensá-lo em termos de estrutura estática. Como a troca de informações, a aprendizagem ou a mobilização da memória, ele não é contínuo nem coerente na duração, mas habitado por múltiplas contradições e fraturas internas. Vários contextos muitas vezes antinômicos, se encontram cristalizados no próprio interior do comportamento dos atores. (idem: 46)

Na pesquisa desenvolvida aqui, os fatos observados são tidos por mim como a relação entre prostitutas e rufiões na forma como as primeiras refletem, hoje, sobre essas relações. Os diferentes contextos que dão significado a compreensão destas mulheres fazem parte de um processo no tempo, onde desde o tempo de Buda, muitas coisas aconteceram e devem ser consideradas nos relatos atuais.

Atenta ao encadeamento das situações concretas, a etnografia deveria ser capaz de revelar os diversos campos do discurso em que coexistem declarações oficiais, elucubrações marginais, concepções unanimemente aceitas ou compartilhadas apenas por alguns, enunciados proibidos ou excepcionais e mesmo, muito aquém de tudo o que se pode ouvir, proposições impensadas... Dessa forma, os processos por meio dos quais os acontecimentos são construídos, e seus ecos na vida social são conservados ou alterados, serão desvendados em toda sua diacronia (idem: 52).

É assim que “testemunhos mesmo muito recentes podem conservar vestígios de fenômenos muito mais antigos; inversamente, testemunhos afastados no tempo podem esclarecer fenômenos muito mais tardios” (GINZBURG *apud* BENZA, 1998: 62) Revelar os diversos campos do discurso não é uma tarefa fácil e certamente não conseguirei realizá-la aqui. O presente histórico é problematizado aqui apenas na medida em que o tempo passado significa algo e se relaciona com o presente, numa associação entre tempo cronológico e tempo da experiência, do cotidiano, do presente.

Algumas informantes costumam dizer que a Rua Garibaldi “parou no tempo”, pois nesta rua ainda é possível perceber, numa quantidade significativa, uma determinada forma de organizar a prostituição, com prostitutas, gigolôs, mulheres principais e “bóias”. Como se esta rua representasse todos os elementos conhecidos naquele referido “tempo de Buda”, mesmo sem Buda. Não é raro as prostitutas que já trabalharam nesses territórios se auto-referirem, de forma jocosa, como “puta véia da volunta”, numa alusão a uma identidade relacionada ao espaço. Da mesma forma, dizer que a “Garibaldi parou no tempo” nos remete a uma concepção espacializada da temporalidade, que como diz Alban Bensa, “faz da leitura da paisagem o suporte da rememoração” (BENSA, 1998: 61).

O tempo acumulado em um determinado espaço de prostituição constrói a identidade, apresenta o espaço como caracterização própria de um informante. O espaço é adjetivado, construindo identidades e identificações. Isto ressalta a importância dos espaços da prostituição para a própria atividade da prostituta. Não é difícil ver como tal importância contrapõem-se à criminalização dos demais agentes da prostituição quando estes são responsáveis por um espaço e pela infra-estrutura para o exercício da prostituição. Mas os próprios espaços estão mudando: hoje há cada vez mais um “espaço virtual” na prostituição, com anúncios, agências e sites.

O trabalho de FONSECA e PASINI já havia antevisto essa situação, mostrando como essa prostituição virtual afeta menos as concepções morais (e por isso mesmo é menos alvo de estigma e repressão) por sua relativa “invisibilidade”, pois “parece apagar o mundo social de onde surge a prostituta” (FONSECA & PASINI, 1998).

Podemos perguntar como o espaço revela-nos inúmeras experiências travadas ao longo do tempo e com as quais novos e velhos protagonistas são exigidos a se relacionar. Cada espaço informa algo da prostituição que é realizada ali e os espaços tem uma história no tempo.

Assim, o enquadramento da narrativa da experiência etnográfica numa perspectiva temporal torna difícil a uniformização e a imobilização da visão do mundo social. Instalar-se num eterno presente seria problemático para o problema

de pesquisa que trato aqui, pois seria como perpetuar uma determinada maneira de organizar a prostituição e o entendimento das relações entre seus agentes de uma determinada forma, normalmente vista como “exploração”.

Igualmente também não podemos relegar uma suposta exploração a um tempo pretérito, sem perceber como essa noção se modificam e se atualiza no presente, sendo distintamente significadas pelos atores com o passar dos anos.

A etnografia deve analisar (...) os processos segundo os quais o tempo é solicitado para trabalhar a vida social. A memória, o esquecimento, o prognóstico selecionam os fatos sociais, fazem deles elementos significantes (BENSA, 1998: 60).

É com este intuito trouxe um pouco dos “tempos de Buda” para este trabalho numa perspectiva de “tempo curto”. Em relação ao “tempo longo”, que também nos informa sobre o contexto da problemática do relacionamento entre os agentes da prostituição na história, fiz referência a pesquisa de Yvette Trochón sobre o universo do tráfico e da prostituição de mulheres nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX. Destacamos sua análise nas relações entre Brasil, Uruguai e Argentina e destes com o tráfico internacional de mulheres realizado por redes de “*branqueros*”. O trabalho de Yvete Trochón constitui-se num levantamento e análise de documentos históricos que dão o contexto dessa problemática nos três países abordados e por isso é central para qualquer pesquisa que se atenha na questão das relações de trabalho e exploração entre os agentes envolvidos no mercado/negócio da prostituição. O relacionamento entre rufiões e prostitutas, expresso pelas cartas trocadas entre eles e sob a ótica da opinião pública (através da mídia e de orientações legais), é o que mais me chama a atenção em seu trabalho, pois mostram percepções radicalmente distintas.

Quanto ao “tráfico de mulheres”, possivelmente o negócio do Buda não tinha nem de longe as mesmas proporções que os empreendimentos descritos pela autora, muito embora Buda trouxesse mulheres do interior para trabalhar em Porto Alegre, mediante “engano”. Ir diretamente ao “engano” parece ser uma

forma de problematizar relações de trabalho e exploração neste campo, tão carregado de estereótipos e juízos de valor diversos.

Trouxe também a análise de Jeffrey NEEDELL (1988) sobre o fetichismo consumista na elite carioca do mesmo período histórico, para melhor entender os fatores simbólicos no consumo e organização dos diferentes tipos de prostituição. A análise de Needell relaciona classe social e status com o desenvolvimento das diferentes formas de prostituição. A existência e o diferente status dos rufiões chamados “café-com-leite”, também me fizeram associar os dois trabalhos citados com o material etnográfico recolhido por mim, sobre rufiões e prostitutas. A associação entre os café-com-leite e a figura do malandro, me fez investigar estereótipos de gênero presentes na discussão sobre trabalho, dinheiro e mulher na análise de Ruben Oliven, na música popular brasileira.

A associação entre o malandro e o rufião café-com-leite, não parece imediatamente perceptível, e é de qualquer forma arriscada, já que nenhuma música cita explicitamente o trabalho da mulher na prostituição. De qualquer forma, os sambas antigos trazem a temática do malandro que pretende ser sustentado pela mulher, mostrando como o malandro percebe o trabalho feminino e como as mulheres (através da lógica dos compositores, todos homens) percebem a possibilidade de sustentarem o malandro. Pude facilmente associar essas diferentes olhares femininos com os olhares de informantes, que são igualmente diversos e complexificadores das questões de gênero presente no universo da prostituição, especialmente na relação entre essas mulheres e seus parceiros afetivos. Em algumas letras dessas músicas, assim como nas cartas trocadas entre prostitutas e rufiões, trazidas por Trochón, quase pude ouvir a própria voz (e a letra) de alguns informantes. É sobre a complexa negociação entre afetos e desafetos, entre o negócio do sexo e as relações profissionais e afetivas geridas neste negócio que discorrerá o próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

O MUNDO DOS AFETOS E DESAFETOS: OS BENS A SERVIÇO DOS VÍNCULOS, OS VÍNCULOS A SERVIÇO DOS BENS

Neste capítulo pretendo analisar uma categoria complexa, acionada pelas prostitutas em suas relações com seus parceiros afetivos (maridos/gigolôs): a proteção. Já foi dito que esses homens exercem diversas funções na vida dessas mulheres e em especial nas suas vidas na prostituição, garantindo, mediando ou colaborando na atividade exercida pela parceira para o sustento de ambos. Veremos aqui como esses agentes pensam o sustento da casa e como o papel de “prover” é ressignificado pelas prostitutas, normalmente responsáveis pela maior parte dos ganhos financeiros do casal.

Pensando na contraparte desses homens, operacionalizo o conceito de dádiva para caracterizar essas relações de parceria e afetos. Todavia, pretendo explorar a multiplicidade de pistas que a noção de dádiva ajuda a desvendar do universo dos afetos e desafetos de minhas interlocutoras. Nesse capítulo, tomo como desafio compreender essas relações de trabalho, afetos e dádivas de modo mais próximo de suas experiências diretas, considerando a variedade de relações possíveis por elas expressas. Tomo aqui o cuidado de não descrevê-las utilizando-se de perspectivas moralizantes, ou seja, apenas evidencio os critérios morais êmicos que agem em suas explicações.

Na primeira parte deste capítulo apresento um quadro analítico construído por mim tendo em vista essa variedade de relações (com o gigolô/marido, com o cliente, com os donos de estabelecimentos comerciais e com um “marido tradicional”). Não busco traçar “modalidades de relações” estanques, mas parto dessas modalidades construídas no diálogo com o campo (através de suas falas) para pensar suas experiências com os maridos/gigolôs a fim de analisar as especificidades dessa relação que se constrói frente a outras, especificidade que será a tônica do restante do capítulo.

3.1 Comerciantes de dádivas

A dádiva é o que parece diferenciar substancialmente parcerias afetivas de parcerias comerciais (relação prostituta-cliente). Se uma relação de dádiva entre cônjuges é bastante comum e corriqueira, veremos o que há de diferente em uma relação entre cônjuges que atuam ambos na prostituição: um a exercendo e outro “cuidando” e “protegendo” a parceira que a exerce.

O fato de este parceiro atuar na prostituição daria significado distinto para essa a dádiva? Poderia esta relação ser caracterizada como dádiva? O complicador aqui parece ser a própria significação social sobre a prostituição, uma atividade que mesmo vista como um trabalho por todas as prostitutas entrevistadas, ainda é muito estigmatizada socialmente. Logo, prostitutas e seus parceiros afetivos que também atuam na prostituição partilham do estigma que cerca a própria atividade. Mas de acordo com concepções correntes, inclusive imbuída na lei (como visto no primeiro capítulo) que vitimiza a prostituta, esses homens são vistos como “vilões” e exploradores e do ponto de vista dos depoimentos das entrevistadas essa caracterização é dúbia e precisa ser equacionada em cada contexto.

Atenta à categoria “proteção” acionada em alguns discursos, é que busco o significado do “prover” nas relações entre prostitutas e parceiros afetivos. Seria a “proteção” que daria a esses o papel masculino de provedor? Mas o quê afinal provém esses homens? E como entender esse vínculo onde um parece dar e o outro conceder algo? Seriam provedores de segurança? Acredito que o papel de provedor tem aqui um significado diferenciado (além do provimento material) que se atualiza e que vem se modificando com o tempo no contexto específico da prostituição de rua: proteção pode significar várias coisas em uma relação que sobrepõem trabalho e afetividade.

Refletindo sobre o que diferenciava essas relações de outras parcerias que também pode ter a mulher prostituta, é que construí um quadro comparando inicialmente diferentes modalidades de relações: com o gigolô/marido, com o cliente, com o dono/a de estabelecimento de prostituição, com um marido “tradicional”.

Quadro 02: Relações afetivas e comerciais, a partir da visão das prostitutas.

	Parceiro não-comercial (gigolô/marido)	Cliente	Dono/a de casa de Prostituição	Marido (convencional)
Dádiva	+	-	-	+
Mercado/negócio (dinheiro/trabalho)	-	+	+	-
Controle exclusivo da sexualidade	+/-	-	-	+
Sustento/provedor	+/-	-	-	+
Proteção	+	-	+	+
Honra	+	-	-	+

O quadro acima foi construído a partir do diálogo com os dados de campo. É esquemático e analítico, portanto pouco diz sobre as nuances entre um e outro tipo de relação que a mulher prostituta pode ter com diferentes parceiros na realidade. Essas modalidades são como “tipos ideais, estáticos” e logo não dão conta da dinâmica real entre um e outro modo de relacionar-se. As três primeiras colunas (parceiro não-comercial, cliente e dono/a de casa de prostituição) foram construídas a partir do conteúdo das falas de minhas informantes.

A última coluna que chamei de “marido convencional” foi construída por mim a partir da análise de um marido “provedor”, nos moldes de uma relação entre marido e mulher informada pelo sistema de honra das sociedades mediterrâneas e cujo modelo é encontrado em grande parte da sociedade brasileira, especialmente entre as classes populares. Denise JARDIM (1991) em sua dissertação de mestrado sobre identidade masculina no contexto de alguns “butecos” de Porto Alegre, enfatiza esse sistema de honra presente em seu universo de pesquisa:

Em referência aos valores sociais, os atributos masculinos e femininos são diferenciados e relacionados a atributos considerados como “naturais” de cada sexo dentro de determinada cultura. A honra feminina depende da virtude – pureza sexual – a qual o homem deve defender porque dela depende sua honra e, por conseguinte seu reconhecimento como pessoa nesse mundo de relações sociais. Sem a presença da autoridade masculina a pureza sexual é posta em dúvida pelo grupo. Ou seja, são valores referidos ao grupo consistindo numa linguagem das relações sociais. (JARDIM, 1991: 49)

De acordo com esse sistema de honra, a norma social da fidelidade sexual manejada pelos parceiros recai especialmente na mulher, cuja exclusividade sexual é prerrogativa da honra masculina. No quadro, as linhas “controle exclusivo da sexualidade”, “sustento/provedor” e “honra” se referem diretamente a esse sistema. As linhas “dádiva”, “mercado” e “proteção” são outras questões presentes nessas relações e podem ou não dizer respeito ao sistema de honra.

Sempre que há um sinal de “+” nas células, significa que a correlação entre linha e coluna está presente, ou seja, que há o elemento da linha na relação referida pela coluna. De modo inverso, quando aparece o sinal de “-“, quero dizer que não considero presente a correlação entre linha e coluna. As células da tabela em que aparecem os sinais “+/-“ dizem respeito a conteúdos das linhas “controle exclusivo da sexualidade” e “sustento/provedor” na relação entre mulheres que se prostituem e seus parceiros não-comerciais (maridos/gigolôs). Esses aspectos problematizam a própria especificidade destas relações e por isso “+/-“ significa que podem ser inicialmente lidos de ambas as formas (como presentes ou ausentes) e sobre os quais vou me deter neste capítulo.

Quanto ao controle exclusivo da sexualidade da mulher prostituta frente ao relacionamento com seu parceiro não-comercial, a caracterização +/- significa que a sexualidade desta mulher merece uma análise mais detalhada. Pensar que o parceiro não tem controle exclusivo dessa sexualidade (-) pelo fato da prostituta fazer sexo com outros homens é demasiado simples em uma modalidade de relação sexual mediada pela troca financeira (com o cliente).

Neste sentido, o controle da sexualidade se dá através de uma “sexualidade personificada”, não mediada pelo dinheiro e por isso mesmo considerada pelos meus informantes mais “verdadeira” e pessoal, pois a mulher faz sexo com seu parceiro não-comercial por outros motivos (amor, afeto, tesão, prazer) que não o dinheiro.

Este sexo “fora da batalha” não é dirigido para o mercado/comércio e por isso mesmo diferencia-se, até mesmo através de uma performance específica, daquele.

Ele sabia (da atividade dela), tinha ciúme, era legal, ele dizia que o que eu fazia com ele não era pra fazer com os trouxas, no caso, que a gente dizia mesmo, era trouxa que a gente dizia, agora é cliente. E ele dizia: "Ô negona, tu não faz com os trouxa o que tu faz comigo". Claro, dentro de quatro paredes, pra pegar um dinheiro, às vezes sim, ele não via né? Mas eu não fazia tudo com os trouxa, mas assim, um boquete, né, a louca (e começa a fazer caretas cômicas). Claro! Um dinheiro a mais né? Mas com outro sentimento. (Trecho de entrevista, Outubro de 2007)

O controle exclusivo da sexualidade com parceiro não-comercial (+) se manifesta não através do número de parceiros sexuais, mas através da exclusividade do sexo realizado por outros motivos que não o financeiro. Dito de outra forma, o parceiro não-comercial é a única pessoa que realiza com a prostituta ato sexual não mediado pelo dinheiro, e este é o caráter do controle exclusivo da sexualidade. Um controle na verdade exercido pela mulher prostituta que diferencia relações afetivas de profissionais. Não é por outro motivo que muitas gurias me disseram que "gozar com cliente é acidente de trabalho", ou seja, não deveria acontecer. É mais um interdito somado a muitas outras práticas de evitação como, por exemplo, beijar na boca e dormir (passar a noite) com o cliente. Por outro lado, essas interdições se justificam a partir do significado dado a cada uma dessas práticas pelos agentes que delas participam, e por isso podemos encontrar diferenças quanto à ênfase dada por cada mulher a esses interditos.

É desta forma que podemos encontrar, sim, prostitutas que beijam a boca de seus clientes. Um trecho de um diário de campo evidencia o significado dessas práticas para cada mulher e para a própria caracterização da atividade da prostituta como um trabalho. Escrevi este diário após uma visita no NEP. Neste dia uma jornalista do Diário Gaúcho foi até a ONG para saber conhecer a instituição e para saber o qual a opinião das prostitutas sobre a maneira como a novela "Paraíso Tropical" trazia a questão da prostituição, especialmente quanto à caracterização da personagem prostituta "Bebél".

Ainda sobre o estereotipo da prostituta, e querendo contrapor-se a ele, Léia fala: "E outra né! Ela é muito vulgar, dá beijo na boca direto, beija na boca dos

clientes. Puta não faz isso!! (ela mesma ri muito). E, frente a um assunto tão “clássico” a jornalista pergunta porquê, e Léia responde: **“Onde tu já viu puta beijar na boca? Aquilo é um trabalho, a gente só beija o cara da gente, o cara que a gente gosta”**. Neste momento Cecília chega no NEP, tinha acabado de sair com um cliente, como ela nos diz depois. Escuta atentamente a conversa, mas não abre a boca. Meio desconfiada (como é do seu feitio, em situações como essa) ela nem lembra-se de se apresentar, coisa que Léia o faz por ela: “Essa aqui é a Cecília, é puta também” (rindo). Cecília dá um meio sorriso amarelo, e a conversa segue mais um pouco: “Tu acompanha a novela? Já reparou como ela tá sempre montada? Cruzes!! A mulher não saí do salto! Prostituta não é assim, não fica 24hs por dia montada, não é puta o dia inteiro, também vai no mercado comprar qualquer coisa de qualquer jeito... Isso eles (diretores e roteiristas da novela) também não pensaram.. isso é coisa de travesti, isso de ficar o tempo todo montada!”

Logo chega Tina, que pega a conversa andando, mas imediatamente todo mundo fica quieto, e a jornalista pára de anotar coisas e levanta para cumprimentá-la. Tina pergunta há quanto tempo ela está ali e começa a falar da correria de sempre. As duas vão para a mesa de Tina, na outra sala, e agora sim Cecília pergunta sobre o que está acontecendo, já fazendo uma careta ao perceber que a moça é jornalista: “Ai essa gente!” Eu começo a rir, e ela diz: “Tu sabe como eu sou...mesmo com os estudantes eu sou um pouco assim, tu mesma falou sobre isso” (se referindo a uma parte do meu TC onde cito ela reclamando dos estudantes, coisa que fiquei receosa de colocar no texto, e por isso mostrei muito antes para ela, que, para minha surpresa na época, gostou muito).

Logo ela e a Léia começam a se “ranzinzar”: **“Eu não vou mentir! Se eu beijo na boca dos clientes, porque que eu vou mentir? Eu beijo! Adoro beijar meus véio!”** Léia retruca: **“Eu sei Cecília, isso vai de cada uma, mas a gente ta lutando contra um estereotipo, não precisa dizer isso”**. Cecília mais uma vez: **“E eu vou mentir, por acaso?! Não tem nada a vê isso aí...”** Léia começa a ficar braba e murmura para mim: **“Ai! Não adianta! Ela não entende!! Que coisa mais séria... Tu me entendeu né?”** **“Tu acha que não tem que dizer porque senão pode parecer que não é uma postura profissional?”** eu pergunto para a Léia que me responde: “É, senão eles acham que vale tudo, que tudo é ôba ôba... pôxa, a gente ta lutando contra isso” (e vai ficando gradativamente sombria e ressentida). Mas esse estado de “torpor” não dura muito, pois logo chegam muitas gurias na mesa, e o burburinho é geral. (Diário de Campo, Abril de 2007)

No trecho Léia procura enfatizar o caráter profissional da atividade da prostituta através de certos interditos, como beijar a boca dos clientes. Se a prostituição é um trabalho, ela deve contrapor-se ao lazer e a diversão, por mais que a prostituta possa gostar de seu trabalho. Mais ainda: a prostituição como uma atividade profissional deve distanciar-se do universo privado e doméstico da mulher prostituta. Tal diferenciação de espaços (também simbólicos) se dá através

da diferenciação de práticas realizadas com clientes e parceiros (“a gente só beija o cara da gente”). A diferença dessas práticas dá um estatuto praticamente inverso entre clientes e parceiros, enfatizada ainda mais pelo fato da prostituta “não ser prostituta 24 horas por dia”. Note-se que os depoimentos mais do que demonstrar a realização dos interditos, nos mostram sujeitos que manejam tais possibilidades, polemizam sobre como isso afeta sua auto-imagem e ponderam sobre suas implicações.

Podemos perceber também que Léia, ao argumentar que “prostituta não beija o cliente na boca”, diz estar lutando contra um estereótipo de que na prostituição é tudo um “ôba, ôba”, de que “vale tudo”. Tal estereótipo, segundo Léia, vai contra a caracterização da prostituição como uma atividade profissional. Cecília, que tanto quanto a colega luta pela profissionalização da atividade, pensa um pouco diferente. Cecília não se acha menos profissional por beijar seus clientes na boca, diz que isso “não tem nada a ver”. Para Cecília, não só pagamento pela prestação de um serviço sexual é garantia suficiente do caráter profissional de sua atividade, como para ela há outras formas de realizar essa diferenciação de espaços (privado/doméstico) que não apenas o tipo de práticas realizadas com clientes e parceiros. Para Cecília, mais importante do que não beijar na boca, é a maneira como a prostituta se apresenta no seu local de trabalho, como, por exemplo, as roupas que ela veste e a rígida demarcação do seu horário de trabalho.

Cecília: Eu nunca me produzi pra trabalhar. Eu como eu tô agora eu saio, vou na rua e vou trabalhar e porque isso? Não sei, eu acho que não é necessário, eu olho muito pra cara das pessoas, pro rosto da pessoa, sabe? Eu não olho pro corpo, pra roupa, sabe? E eu acho que os homens me olham assim também. Não quer dizer que eu ande malquera, suja, essa coisa assim, eu sempre andei bem, então talvez também, tenha aquela coisa de quando eu trabalhava... de carteira assinada, trabalhar eu sempre trabalhei, mas agora não de carteira assinada, então eu continuo no mesmo estilo, eu só mudei de profissão, eu não mudei em mais nada. Mas o imaginário sobre a prostituta... **Tem, tem que tirar isso, isso é muito ruim, isso aí foi há um tempo atrás, como até hoje ainda tem, mas a gente tenta trabalhar em cima disso, por que usar um short curto, uma bermudinha curta, não é só a profissional do sexo que usa, qualquer uma que saí aí na rua, na Andradas.** (*rua central da cidade*) Só que quando ela tá parada ali no ponto dela de trabalhar, batalhar, tenta manear um pouco sabe? Não colocar aquele shortinho lá

enfiado na bunda, aquela coisa toda né? Tenta ser normal como as outras pessoas se vestem. Não muda a figura dela, seja ela mesma, isso ajuda o preconceito, isso fortalece: "Olha lá aquela puta lá com o rabo de fora". É vulgar. **Porque um homem que tá ali, que tem até um pouquinho mais de cabeça, ele não vai, talvez ele até possa gostar de uma mulher assim, olhar e gostar, mas não vai, talvez ele sinta até vergonha de sair dali e ir o hotel com uma mulher assim. Tá entendendo? Ele próprio. Aí se ele tá com uma ali que.. não precisa tá de calça, mas com uma roupa mais decente, né? Ele pode dizer: "Não, é uma colega de serviço", sei lá: "É uma amiga minha". Facilita. Eu tentei muito colocar isso na cabeça das gurias, e eu acho que elas aderiram a isso. Tanto que elas mesmas olham e: "Mas tu não é prostituta". Sou, me recuso a dizer que não sou! Como não sou?! Se a gente tá querendo regularizar como profissão, vamos ser profissional, não vamos querer ser diferente, se vestir diferente. (Trecho de entrevista, Agosto de 2004)**

Em suas falas, Léia e Cecília buscam contrapor-se ao estereótipo de que na prostituição "vale tudo", mas através de recursos diferentes. Enquanto Léia dá prioridade a diferenciação das práticas sexuais (diferentes performances com parceiros e com clientes), Cecília prioriza a maneira de vestir, que deve ser igual a de qualquer outra pessoa. Note-se pra Léia a prostituta beijar a boca do cliente é vulgar, enquanto que para Cecília o que vulgariza a mulher prostituta é vestir-se de forma inapropriada, diferente das outras pessoas. Ambas trabalharam na rua, mas isso não significa que as regras da prostituição de cada ponto sejam as mesmas. Elisiane PASINI (2000) concentrou sua pesquisa na prostituição realizada na rua, evidenciando regras e acordos entre as garotas que o ocupam o mesmo ponto. Essas regras não são sempre as mesmas e definem o tipo de prostituição realizada em cada ponto. Tais regras dizem respeito a práticas sexuais realizáveis, tempo de duração do programa, valores cobrados e o tipo de vestimenta utilizado pelas garotas.

A negociação das regras de cada "ponto" é constante, indicando a permanência ou a entrada de novas garotas no espaço, a presença ou a ausência de "donas do ponto", códigos de relacionamento entre as colegas e a concepção do que venha a ser, em cada local, uma "boa garota de programa". Entre as minhas informantes, também encontrei essas regras e códigos que são muito variados.

É neste sentido que podemos pensar a diferença entre Léia e Cecília no que tange à luta contra o estereótipo da prostituta vulgar (não profissional), como reflexo de suas diferentes trajetórias em diferentes espaços com regras diferenciadas. Tanto Cecília como Léia participam das atividades do NEP e mesmo assim exemplificam como maneiras diferenciadas de lutar contra o estereótipo da prostituta vulgar estão aí presentes. Não há um discurso pronto para isto no espaço da ONG, mas uma diversidade de posicionamentos frente a esta questão.

O fato de Cecília (e de outras prostitutas) beijarem os clientes na boca, não invalida o argumento de que as mulheres prostitutas procuram diferenciar relações comerciais de relações afetivas, vida profissional da vida particular. No caso, a preocupação de minhas interlocutoras é ainda sobre a “profissionalização” e de como ela é vista “de fora”, entretanto, para as práticas da “batalha”, os cálculos são mais complexos sobre a imagem da profissional.

Beijar na boca pode ser uma estratégia de sedução acionada por algumas prostitutas que propositalmente quebram esse “interdito clássico” para conseguir clientes e para também diferenciarem-se do imaginário social sobre a prostituta (que não beija na boca)³².

Embora esquemática, a montagem do quadro ajudou-me a pensar as diferenças entre umas e outras relações, especialmente a relação entre a mulher prostituta com seu parceiro não-comercial e com seus clientes. Para tanto, estabeleci alguns contrastes. Podemos perceber mais claramente através do quadro, **a quase total inversão nas relações com o parceiro não-comercial e com o cliente**, inversão esta que aponta para a diferenciação explicitamente realizada pela mulher prostituta entre essas duas formas de relacionamento, assim apresentadas:

³² Segundo Pasini, o próprio preservativo masculino é utilizado pelas garotas de programa como um divisor simbólico de suas vidas profissional e afetiva.

Quadro 03: Desdobramento do quadro 2

	Parceiro não-comercial (gigolô/marido)	Cliente
Dádiva	+	-
Mercado/negócio (dinheiro/trabalho)	-	+
Controle exclusivo da sexualidade	+ (e não +/-)	-
Sustento/provedor	+/-	-
Proteção	+	-
Honra	+	-

Desta forma o que antes era “+/-“ para o controle exclusivo da sexualidade frente ao parceiro não-comercial, se torna “+”. Essa diferenciação, explicitamente realizada pelas informantes, nos leva a contraposição entre “mercado e dádiva”, o cliente idealmente representando o primeiro e o marido/gigolô, o segundo. É importante salientar que o controle exclusivo da sexualidade é agenciado pela própria prostituta em suas relações com seus parceiros não-comerciais, afinal são elas que enfatizam que o sexo realizado com esse parceiro é “especial”, por motivos que se distinguem de uma troca comercial. Neste sentido, é a prostituta que controla o uso de sua sexualidade nas relações com clientes e parceiros, dando significados distintos a esses usos e não se submetendo ao controle de um parceiro sobre sua sexualidade. Ao contrário, é a prostituta quem controla o uso de sua sexualidade atribuindo um significado distinto (do ato sexual realizado com o cliente) para a relação que mantém com o parceiro.

3.2 As trocas-dádivas e relações de gênero: os bens a serviço dos vínculos, os vínculos a serviço dos bens

As outras categorias de nosso quadro estrutural e puramente analítico (dádiva, mercado, sustento, proteção e honra), serão analisadas a partir de um estudo mais detalhado sobre a noção de dádiva. Essa opção teórica é uma estratégia para abarcar todas essas categorias sob a análise dessa noção a partir

de autores como Pierre BOURDIEU (2007) e Jacques GODBOUT (1999). A dívida é percebida de modo fundamentalmente distinto por esses dois autores (como se verá a seguir), e cada um traz contribuições fundamentais para a problematização do universo pesquisado. O quadro analítico foi construído antes do diálogo teórico com esses autores e parece-me que segue válido em ambos, embora os termos de cada grade do quadro adquiram cores diferentes de acordo com a interpretação de cada um desses autores.

Pierre Bourdieu em “Razões Práticas”, diferentemente de Jacques Godbout, não faz um ensaio exaustivo sobre a questão da dívida. Seu objetivo é uma teoria para a ação prática, mas especificamente nos capítulos cinco e seis (“É possível um ato desinteressado?” e “A economia dos bens simbólicos”) este autor se debruça sobre as questões relativas ao interesse e a uma economia que não se confundem com a economia econômica, mercantil. Partindo do princípio filosófico que nenhum ato humano é sem razão, Bourdieu irá especificar o que entende por interesse, num diálogo velado mas constante com a teoria da escolha racional. Bourdieu define interesse a partir da noção de *illusio*, que podemos grosso modo definir aqui como o interesse em um jogo, estar participando de um jogo, não ser indiferente à ele, ou seja, investir a libido em um jogo cujo jogador tenha interesse em jogar. Para SAHLINS (2004 [1972]: 310) “a palavra interesse deriva de uma construção verbal impessoal em latim, que significa ‘isso faz a diferença’”. Assim, o interesse em alguma coisa é a diferença que ela faz para alguém.

Por sua vez, a libido é parte fundamental da *illusio*, e Bourdieu nos mostra que o mundo social constitui a libido biológica (uma pulsão indiferenciada) em libido social, através de um trabalho de socialização da libido que transforma as pulsões em interesses específicos. É aqui que aparece a noção de *habitus*, onde um corpo socializado estrutura a percepção do mundo e a ação neste mundo. Para Bourdieu, os agentes sociais têm estratégias que só muito raramente estão assentadas em uma verdadeira intenção estratégica. De acordo com o autor, o agente social imbuído de um *habitus* específico, joga o jogo social da seguinte forma:

Ele não se coloca esse futuro (*NA: que pensaríamos estratégico*) em um projeto (posso correr ou não para a direita): ele joga a bola pela esquerda porque seu adversário vai pela direita, porque de algum modo ele está à direita. Ele se decide em função de um quase-presente inscrito no presente. (BOURDIEU, 2007: 145)

Essa tática de jogo, pouco se parece com a estratégia adotada por um jogador num jogo de xadrez, totalmente calculado (e que se assemelha à teoria da ação racional) pois o *habitus* provém de uma prática social própria de um universo social, que orienta as ações dos agentes de acordo com as regras de cada campo. Assim, “a prática tem uma lógica que não é a da lógica e, conseqüentemente, aplicar às lógicas práticas a lógica lógica, é arriscar destruir (...) a lógica que queremos descrever” (BOURDIEU, 2007: 145-146). É a partir da teoria do processo de diferenciação e de autonomia dos universos sociais que Bourdieu verifica economias simbólicas diferentes para cada campo. Essa diferenciação e autonomia dos campos levam à explosão da noção de interesse, pois “existem tantos tipos de *libido* quanto de campos” (idem: 141).

Mas qual a contribuição deste autor para o nosso quadro/análise? Poderia a prostituição ser pensada como um campo, da maneira como nos coloca Bourdieu? Inicialmente, vamos considerar que a prostituição é um mercado, um negócio do sexo orientado por lucros financeiros. A forma como se organiza esse mercado, supondo que seja sistemático ao menos para seus protagonistas, através da participação de outros agentes/intermediários que não as próprias prostitutas é o foco deste capítulo, mais especificamente as relações sociais e profissionais entre essas trabalhadoras sexuais e seus “rufiões”. Nesse sentido, é possível considerar neste trabalho esses rufiões em dois tipos: donos/donas de casas de prostituição e parceiros não-comerciais (maridos/gigolôs).

Essa classificação diz respeito a dois diferentes modos como se organiza a prostituição em relação ao rufianismo e apresentam como duas estratégias distintas de trabalho, lógicas diferentes. Tendo em vista especialmente o segundo modo desses arranjos de trabalho (prostituta e gigolô) a relação entre as prostitutas e seus parceiros difere-se totalmente da relação que essas mantêm

com seus clientes. Com os clientes, a lógica é a do mercado econômico, emblema da postura profissional que minhas entrevistadas acionam para si.

Como observamos há pouco, essa postura não apenas pode atestar o profissionalismo da atividade da prostituição, como também demarca rigidamente as esferas profissional e particular da vida dessas mulheres, sendo um demarcador utilizado pelas prostitutas como uma lógica organizacional da prostituição.

O relacionamento com os parceiros não-comerciais é caracterizado pelas informantes de outra forma, praticamente inversa. Embora haja muita ambigüidade no caráter dessas relações, minhas entrevistadas afirmam essa diferenciação rígida entre parceiros e clientes.

O problema nessas relações, o âmago de sua ambigüidade, vem do fato de que esses parceiros em sua maioria não apenas sabem da atividade da companheira, como estimulam e coordenam em grande medida o negócio do sexo (como observamos com o “caso Buda”). Muitas mulheres iniciaram na prostituição através da iniciativa ou estímulo desses homens, que não raro, têm mais de uma mulher trabalhando para si. Assim, embora a união de um gigolô e de uma prostituta seja permeada pelo negócio do sexo, a relação entre eles é caracterizada, na maioria das vezes através de laços afetivos que nos dão pistas de uma outra economia acionada, que não a “razão econômica”. Muitas mulheres que têm ou já tiveram um “gigolô” os caracterizam como “maridos” e fazem questão de enfatizar a diferença dessa ligação da que se estabelece com os clientes.

Leticia: O primeiro marido já era gigolô?

Gládis: Não ele era motorista da lotação e acabei arrumando ele de gigolô pra mim.

Leticia: Mas ele era motorista também?

Gládis: Ele era motorista.

Leticia: Mas depois soltou o emprego...

Gládis: Soltou o emprego para ficar comigo e eu fiquei o quê? Não cheguei a ficar 2 anos com ele, aí larguei, depois tive dois anos sozinha e depois arrumei outro, aí arrumei outro por sem-vergonha mesmo! Se eu quisesse continuar sozinha, tranqüila, não dava nada. Mas.. olhei, gostei. A gente não manda no coração, às vezes. A gente quer criticar os outros, mas a gente não manda no coração... (pensativa e nostálgica)

Leticia: e esse segundo?

Gládis: O segundo eu fiquei 7 anos.

Ou então, no relato de como uma outra entrevistada conheceu seu “gigolô”, com quem viveu mais de 20 anos e que tinha ela e outra mulher como suas “mulheres principais”, que coordenavam o negócio junto com ele.

Leticia: E como tu conheceu ele?

Liane: Num bailão!! Eu morava numa pensão com uma amiga...Olha só que coisa! Eu não gostava de bailão, nunca gostei de bailão, eu gostava de danceteria. Na época, nós íamos numa danceteria, aí na hora que a gente ia, a guria que ia levar nós pra danceteria, que conhecia Porto Alegre, não veio e a minha amiga só conhecia esse bailão e nós se fomos pro tal do bailão.

E foi uma coisa muito loca assim, porque tava ele e um amigo dele, eu nunca me esqueço a roupa que ele tava, um conjunto preto assim, uma camisa bege, um sapato bege e um chapéu panamá. (Todo no estilo!) Claro, né? Cafetão! Eu não sabia mas agora eu sei né? Eu olhei assim “mas que homem misterioso aquele homem, sabe?” Me apaixonei por ele logo de cara! (trecho de entrevista, Setembro de 2007)

Nestes dois casos, assim como em muitos outros, o vínculo entre gigolô e prostituta é bastante extenso, pelo que atesta a duração desses relacionamentos (um durou sete anos e o outro vinte anos) e traz elementos muito diferentes da relação entre prostituta e cliente, geralmente rápida e efêmera, orientada para o negócio e não para a convivência.

O gigolô, ou parceiro não-comercial, é trazido nas falas dessas mulheres como pertencendo ao âmbito das relações privadas, afetivas. Tanto é assim que muitas, inicialmente, se recusam a falar sobre seus parceiros, ou são muito vagas, dizendo que isso (ter ou não ter um “marido”) é uma decisão de cada mulher e que “ninguém tem nada a ver com isso”. Mesmo que a prostituta tenha uma relação afetiva e marital com esses homens, não podemos negar que eles participam do negócio da prostituição com suas parceiras, exercendo diferentes funções neste universo.

Permanece implícito em cada diálogo o receio de que o parceiro seja tachado de “gigolô”, ou seja, de homem que explora a mulher se aproveitando do dinheiro obtido pela prostituta na prostituição. O fantasma da exploração, como bem sabe essas mulheres, ronda esses discursos. E é sobre o pano de fundo da

exploração que se contrapõem as ênfases na afetividade e na ajuda mútua em suas falas. Teria ou não ou gigolô um interesse explícito de explorar? De acordo com a própria definição³³ da palavra, fica claro que sim, mas as relações reais entre prostitutas e seus parceiros trazem algo mais do que o sentimento negado ou afirmado da exploração. Mais do que noções de público e privado (o gigolô visto como o parceiro afetivo que atua junto com a mulher no âmbito público do trabalho da prostituição), o interesse mútuo entre a prostituta e este parceiro é um jogo muito complexo, cheio de ambigüidades e que sofre a vigilância de outros. Ser “tachado” de gigolô e defendido pela mulher como um bom marido ou destituído de seu posto de marido e tachado por ela como um gigolô os coloca numa relação muito ambivalente.

Essas relações nos falam de trocas cotidianas, de coabitação, de convivência, de família. Entre o que se ganha e o que se perde, poderíamos pensar então essas relações sob o domínio da dádiva? Ou será que os parceiros, ou pelo menos um deles, o gigolô, têm sempre em mente um interesse explícito de explorar o trabalho sexual de sua companheira?

Não tenho a pretensão de responder a essas questões, pois cada caso é único, mas essas indagações frente à riqueza da etnografia podem nos indicar pistas para pensar essa complexa relação na maneira como ela se apresenta nas práticas desses agentes. Práticas que tem uma lógica própria e significativa e faz pensar mesmo os limites de nossas análises.

Pierre Bourdieu se pergunta se é possível uma sociologia dos universos sociais cuja lei é o desinteresse. O autor caracteriza essa forma de interesse como o “interesse desinteressado”, ou seja, uma disposição desinteressada ou generosa, e a partir daí falará de capital simbólico, de base cognitiva (orientado por uma *illusio*), apoiado sobre o conhecimento e o reconhecimento (por sua vez orientado por um *habitus*). Esse interesse desinteressado é o que marca a dádiva,

³³ Segundo o dicionário Houaiss: “Gigolô: 1. homem que vive às custas de meretriz, ou que é sustentado por sua amante; 2. Derivação: por extensão de sentido: pessoa que vive às expensas de outrem”. “Cafetão (câften): Indivíduo que vive da prostituição, seja explorando meretrizes, seja estabelecido como dono de prostíbulo”

onde há sanções para lembrar a obrigação do desinteresse. Para este autor o intervalo entre dádiva e contradádiva (característico do sistema de dádiva) tem a “função de colocar um véu entre a dádiva e a retribuição, permitindo que dois atos perfeitamente simétricos parecessem atos singulares, sem relação” (BOURDIEU, 2007: 159). O ato inicial (dádiva primeira) atenta contra a liberdade de quem a recebe, instaurando uma obrigação de retribuição.

Marcel MAUSS (1974) em seu estudo clássico sobre a dádiva (inspirador de todos os estudos posteriores sobre esse tema) também focaliza a obrigação de dar e retribuir, mas vincula a essência desta obrigação no conteúdo “espiritual” dos objetos trocados que carregariam algo do próprio doador (MAUSS, 1974: 56). Mauss, diferentemente de Bourdieu, não está interessado em analisar o tempo transcorrido entre dom e contra-dom e, portanto, o “interesse” das pessoas que se envolvem em uma relação de dádiva seria fundamentalmente estabelecer relações que envolvem códigos de honra e de prestígio.

Para Bourdieu a obrigação de retribuir parece central em sua análise e define mesmo o “interesse desinteressado” da dádiva: “se posso definir minha dádiva como uma dádiva gratuita, generosa, que não espera retribuição, é porque existe um risco de que não haja retribuição (sempre há ingratos)” (BOURDIEU, 2007: 159). Para este autor, no intervalo entre dádiva e contradádiva os agentes mascaram a verdade objetiva da dádiva, “o toma lá dá cá” da troca. Assim, numa espécie de alquimia simbólica, a dádiva orienta-se para uma hipocrisia estrutural, onde “a recusa da economia cumpre-se em um trabalho objetivamente voltado à transfiguração das relações econômicas, especialmente das relações de exploração” (idem: 166). Mesmo assim, o autor nos lembra que mesmo “na dádiva mais desigual, está implícito um ato de troca, um ato simbólico de reconhecimento da igualdade na humanidade” (idem: 167), da mesma forma que “na dádiva mais igualitária existe a possibilidade de um efeito de dominação”. (idem: 167). Assim, os atos de dominação simbólica são exercidos com a cumplicidade dos dominados na medida em que dominantes e dominados partilhem as mesmas categorias de avaliação e percepção.

A dominação simbólica (é um modo de defini-la) apóia-se no desconhecimento, e portanto, no reconhecimento, dos princípios em nome dos quais ela se exerce. Isso vale para a dominação masculina e também para certas relações de trabalho (...). Em nossas sociedades e até no centro da economia econômica, encontramos ainda a lógica da economia de bens simbólicos e a alquimia que transforma a verdade das relações de dominação no paternalismo. (idem: 168)

O trabalho de domesticação (...) necessário para transfigurar a verdade objetiva de uma relação, é criação de todo o grupo, que o encoraja e recompensa. Para que a alquimia funcione (...), é preciso que seja sustentada por toda a estrutura social, pelas “estruturas mentais e disposições produzidas por essa estrutura social; é preciso que exista um mercado para as ações simbólicas conformes, que haja recompensas, lucros simbólicos, com freqüência conversíveis em lucros materiais, que se possa ter interesse pelo desinteresse, que aquele que trata bem seu empregado seja recompensado (...) (idem: 169)

Tomamos as considerações de Bourdieu como um modo de interpretar a situação de troca-dáviva das relações afetivas nesse campo de observação. Da mesma forma, podemos perceber que aquele gigolô que trata bem suas mulheres é recompensado e visto como um “bom homem” e um “bom marido” frente às outras mulheres e frente a seus pares. A “alquimia simbólica”, que esconde o “toma lá da cá” da dáviva, onde os ganhos não se resumem aos econômicos e que pode muitas vezes esconder ou legitimar uma relação de dominação, se expressa muitas vezes através do que este autor chama de “violência simbólica”.

Um dos efeitos da violência simbólica é a transfiguração das relações de dominação e de submissão em relações afetivas

“A transformação do poder em carisma ou encanto adequado a suscitar um encantamento afetivo (...). O reconhecimento da dívida torna-se reconhecimento, *sentimento* duradouro em relação ao autor do ato generoso, que pode chegar a afeição, ao amor (...) (idem: 170)

(...) A violência simbólica é essa violência que extorque submissões que sequer são percebidas como tais, apoiando-se em “expectativas coletivas”, em crenças socialmente inculcadas” (idem: 171)

As falas de mulheres que têm ou que tiveram gigolôs expressam suas relações com estes parceiros não-comerciais através do sentimento afetivo que mantêm ou mantiveram com eles. Destas, as que não consideram seu parceiro

como um “gigolô” procuram enfatizar não só a reciprocidade desse sentimento afetivo, como a reciprocidade de funções desempenhadas na atividade da prostituição.

Ana fala da relação que tem com seu marido no negócio de ambos, com muita naturalidade. Ele não apenas sabe que ela se prostitui para sustentar a família (os filhos também sabem), como também colabora no negócio da prostituição. Ana é dona de um ponto onde trabalha com mais quatro gurias e seu marido “cuida” de todas elas, anotando as placas dos carros dos clientes, levando e buscando Ana e às vezes as outras gurias para a quadra e garantindo a segurança e permanência delas no ponto.

Ana: Eu trabalho ali há 10 anos e já vi muita coisa... muito assalto, muita baderna. Eu particularmente tento manter as drogas e a violência longe do meu ponto, pois é dali que tiro o meu sustento e sustento meus 3 filhos. Há um mês tentaram roubar o carro do meu marido, ali perto de onde trabalho.. sim porque ele me cuida enquanto eu batalho, porque eu também tenho medo.

Assim, a atividade de Ana para sua família mais próxima naturalizou-se como uma espécie de "negócio familiar”:

Ana: Ele sabe, tá junto, é bem companheiro. Nós conversamos antes de eu começar, e entramos num diálogo. É, ciúme acho que ele deve ter, no fundo, no fundo, deve ter uma pontinha, mas graças a Deus nunca tive problema. E ele trabalha em alguma coisa.. Ele faz biscate... antes ele sustentava a casa, mas ele ficou desempregado, tava difícil dele conseguir serviço e aí a gente conversou bastante e entramos num acordo.

(...) às vezes a placa (do carro dos clientes) não é daqui ou tu não pegou direito a placa, errou o número ou errou a letra, daí tu já te perdeu toda, aí não adianta nem tu recorrer.

Leticia: E tu costuma anotar a placa, né?

Ana: Eu costumo. Eu corro o olho, ou as gurias cuidam, elas fazem sinal, aí eu corro o olho, ou às vezes eu passo pro Jorge: “a fulana desconfiou, anota aí”.

Dessa forma, muitas vezes fica difícil de saber quem trabalha para quem: se o gigolô/marido não estaria servindo ao acúmulo de prestígio da prostituta no “ponto”, onde ter um “marido” é importante e dá um status diferenciado para a mulher; ou se do contrário, ele não estaria ampliando sua rede

de atuação. Enfim, um jogo mais complexo que a simples consideração de que esta é apenas uma proteção amplificada a outras mulheres frente a exploração do cliente.

Além da tentativa de afastar sua atividade de um estigma que a ligaria à criminalidade (drogas, assaltos), Ana também busca afastar Jorge do estereótipo do gigolô como o homem que explora a prostituta, manejando a sua imagem e a do próprio marido situacionalmente. Definir o seu ponto como o local de onde tira o sustento de sua família e que, portanto, deve ser bem organizado (sem baderna) como qualquer outro local de trabalho, faz com que Ana encare sua atividade como uma profissão, o “ganha-pão” de sua família, um negócio familiar em que os diferentes membros da família nuclear colaboram e participam. Não raro os filhos de Ana vão até seu ponto, e um deles no momento dessa pesquisa estava namorando uma das gurias que trabalha no mesmo ponto que sua mãe.

Não pretendo aqui analisar detalhadamente todos os casos frente à multiplicidade de arranjos comerciais/afetivos que se estabelecem entre as prostitutas e seus parceiros não-comerciais. A singularidade do caso de Ana é que Jorge não a “colocou na prostituição”, mas sim consentiu que ela se prostituísse para sustentar a família, entrando ele também nesse universo. Isso foi fruto de um acordo prévio, não a posteriori. O que a história de Ana tem em comum com todas as outras que escutei é o fato de sua relação com Jorge ser caracterizada por ela como uma relação afetiva, de trocas, de dádivas, onde se tem consciência ao mesmo tempo em que se nega o “fantasma da exploração”.

Se para Bourdieu, nas relações de dominação, “o reconhecimento da dívida torna-se reconhecimento, *sentimento* duradouro em relação ao autor do ato generoso” (BOURDIEU, 2007: 170), teria Ana uma dívida com Jorge que a colocaria na obrigação de retribuí-lo?

Diferentemente de outros casos em que a dádiva inicial se dá através de presentes e agrados diversos (e que o acordo vêm depois, quando a mulher é informada da intenção de seu parceiro), a dívida aqui não é imediatamente localizável (“antes ele sustentava a casa, mas ele ficou desempregado”). Ana e Jorge já tinham uma vida juntos antes dela entrar na prostituição, o que leva a

pensar que os arranjos oriundos desse evento (a entrada de Ana na prostituição) foram adequados a outros acordos já presentes, a uma vida de marido e mulher preexistente.

Se a dívida/dádiva de Ana com Jorge não é imediatamente localizável na prostituição, ela deve ser buscada fora, na sua própria relação conjugal com seu parceiro, e para além das reciprocidades dos parceiros em uma vida em comum, os motivos que Ana arrola para ter entrado na prostituição parecem querer dizer alguma coisa. Jorge estava há muito tempo desempregado, não podendo exercer sua função de provedor do lar. Eles então resolvem ter um negócio juntos, um negócio onde Ana exerce a prostituição e Jorge cuida dela, uma relação vista por Ana como complementar e de ajuda mútua: “ele é bem companheiro”.

Cuidando de Ana, Jorge mantém seu papel social, pois ele cuida de sua mulher, além disso, ele não a explora pois ele também trabalha (cuidando dela, do negócio de ambos) e fazendo biscates.

O único **porém** (para além de todo estigma que incorre nas prostitutas e em seus parceiros) parece ser o que chamamos de “controle exclusivo da sexualidade da mulher”, que como vimos anteriormente, é exercido através da rígida demarcação entre vida profissional e vida privada. Esse controle é realizado especialmente pela própria mulher que faz questão de enfatizar a diferença do sexo com parceiro do sexo com o homem que ama. Ou seja, quando há “interesse”, do ponto de vista de Sahlins, há uma diferença para alguém. Não deve ser à toa que todas descrevem seus parceiros não-comerciais como “muito bons de cama”, numa tentativa de cristalizar essas diferenças, superestimando a performance sexual de seus companheiros. Mas se o controle exclusivo da sexualidade feminina (fidelidade sexual entre parceiros ou da mulher) é um valor ainda predominante na nossa sociedade, será que essa diferenciação rígida entre performances sexuais é o bastante para assegurar a confiança do parceiro? Deise nos dá pistas sobre essa questão:

Deise: Respeito, isso eu sempre tive com todos os homens que eu vivi afetivamente, respeitei todos, tive a minha profissão porque o perigo tá aí né?

Quando a gente trabalha como prostituta os homens pensam que é traição, eles ligam muito a questão do sexo com a traição. Então fez sexo com outros homens tá me traindo. Isso tá na consciência machista dos homens, e na minha consciência não. **Na minha consciência eu fazia sexo por dinheiro com os homens na rua e em casa eu tinha uma relação afetiva que eu fazia sexo por tesão, por paixão, por amor... por questões de relacionamento mesmo.**

Quando pergunto para Deise sobre suas relações com seus parceiros não-comerciais, minha informante afirma essa “desconfiança dos homens” em relação à sexualidade da mulher prostituta.

Deise: Ele sempre soube (que ela era prostituta). Meu último marido sempre soube, me conheceu na prostituição, não era meu cliente, me conheceu, passou, me viu e começou a conversar comigo, ficou meu amigo e depois a gente resolveu viver junto, e foi uma questão afetiva mesmo. Sempre soube, mas tinha essa coisa de desconfiança, me seguia, e cuidava o tempo que eu ficava no quarto com os meus clientes, quando dava azar dele chegar e eu estar saindo com o cliente?! **Então por isso que não deu certo, porque ele começou a desconfiar de mim e eu não gosto que desconfiem de mim. Porque quando a gente quer fazer a gente sabe fazer sem ninguém descobrir.**

Portanto essa diferença entre tipos de relacionamento é algo tenso e mostra a capacidade da mulher em evidenciar, por detalhes, por seus atos, a diferença entre o marido e o cliente, entre o marido e o gigolô, reconduzindo a desconfiança dos homens sobre a sexualidade da mulher prostituta. Trata-se do relacionamento com a norma social da fidelidade sexual manejada pelos parceiros, que recai especialmente na mulher, cuja exclusividade sexual é prerrogativa da honra masculina.

Mas como fica então a honra dos companheiros das prostitutas, se dois aspectos constitutivos da noção de honra aparecem *deslocados*? O primeiro desses aspectos diz respeito ao controle exclusivo da sexualidade e o segundo ao papel de provedor desempenhado pelo homem. A prostituta faz sexo com outros homens por dinheiro e não raro obtém ganhos financeiros muito superiores ao de seu parceiro. Seriam esses homens então duplamente desonrados por aceitar que sua mulher faça sexo com outros e que ainda por cima se deixem sustentar por elas com o dinheiro recebido através do sexo de sua mulher com outros homens?

De fato, o cerne do estigma do gigolô vem exatamente dessa dupla desonra, mas prostitutas e seus parceiros apresentam outras formas de encarar o estigma que ambos sofrem, e agem no sentido de reconduzir a interpretação dessa incongruência, expressando a hipermasculinidade dos parceiros e seu papel fundamental e positivo em sua atividade.

Indo mais além, poderíamos concluir que o estigma do gigolô só existe em função do estigma da prostituta (pois para ser gigolô ele precisa de uma prostituta enquanto que o inverso não é verdadeiro). Até na desonra os homens dependem das mulheres para desonrá-los. Ou seja, de novo a honra masculina aparece como dependente do comportamento sexual das mulheres, ou seja, em consonância com o pano de fundo das regras sociais.

Se as prostitutas fazem parte de uma sociedade, estão localizadas em um tempo e em um espaço social específico, então elas compartilham as normas sociais mais amplas, conhecendo-as, mas não necessariamente reconhecendo-as (no sentido que Bourdieu utiliza a palavra “reconhecimento”). O reconhecimento (legitimação) das normas sociais não se dá como uma obediência restrita a norma (que uma mulher não deve ser prostituta, por exemplo) mas o reconhecimento pode aparecer através da consciência da norma e da replicação dela em outros domínios garantindo a “normalidade” dos “estigmatizados”. E é por isso que uma entrevistada se corrige quando fala da sociedade (como se a sociedade fossem os outros e não ela), apressando-se em achar um lugar para as prostitutas nessa totalidade:

(...) eu não digo a sociedade, porque nós somos a sociedade! A profissional do sexo, ela. Nós pertencemos a sociedade, nós somos uma prestadora de serviços da sociedade. Tu imagina uma sociedade sem prostituta, o quanto não ia existir de violência, se já tem. Uma sociedade sem a gente, nós prestadoras de serviço. e isso assim porque... Ele (cliente hipotético) jamais vai fazer com a esposa, ou noiva, namorada, realizar aquela fantasia sexual com elas por uma questão até de medo que não vá aceitar.. vai ser rejeitado, vão se separar. Então é mais fácil, é mais cômodo pegar um dinheiro, pagar a prostituta e pedir para que ela realize as suas fantasias sexuais, é mais cômodo. (...) como é que ele vai pegar e pedir para a mulher dele dar na cara dele? Não tem. E a profissional do sexo está ali pra isso, ela já entende, já compreende, e satisfaz os desejos. Então ele fica satisfeito. Faz o sexo normal

com a mulher em casa e o incomum, não anormal, mas fora do comum com a gente. (Léia, prostituta)

Aqui aparece algo do discurso da “função social da prostituta”³⁴, e muito embora minha informante não concorde que a prostituição é um “mal necessário”, a necessidade da existência da prostituta nessa sociedade é latente e vai ao encontro de muitas expectativas sociais de gênero a partir das quais a noção de honra masculina é construída.

O desvio de prostitutas e gigolôs, assim como qualquer outro comportamento desviante, deve ser analisado sob essa perspectiva social, como nos fala Becker no argumento central de sua teoria sobre o desvio:

O desvio é criado pela sociedade: (...) Os grupos sociais criam o desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como marginais e desviantes (...) o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outras pessoas de regras e sanções a um ‘transgressor’. O desviante é alguém a quem aquele rótulo foi aplicado com sucesso; comportamento desviante é o comportamento que as pessoas rotulam como tal. (BECKER, 1977 60)

Assim, o desvio que incorre sobre prostitutas e gigolôs é criado pela sociedade da qual ambos fazem parte, e por isso sua condição de estigmatizados é conhecida e sentida por eles. Desta forma é significativo pensar que prostitutas e seus parceiros não estão alheios a noção de honra masculina e as expectativas sociais que recaem sobre os papéis de gênero, tampouco aos estigmas que devem contornar.

A questão é tentar perceber e reconhecer nas falas desses sujeitos como esses agentes realocam ou ressignificam esses papéis, apresentando estratégias possíveis de contrapor-se ao estigma sem cair nos eixos extremos da vitimização e da demonização de sua condição. No caso das prostitutas, essas duas possibilidades estão muito presentes. Por outro lado, entre os rufiões, o mais

³⁴ Para saber mais sobre essa questão e seus desdobramentos sobre a postura “abolicionista” sobre a prostituição, ver RIOS (2000).

comum é a demonização (sempre paralela, dependente, da vitimização das prostitutas).

Se existe desigualdade entre prostitutas e rufiões, essa desigualdade, perpassada por questões de gênero, não pode ser pensada fora de um sistema de desigualdades mais amplas, sócio-culturais, de comportamentos esperados de homens e mulheres e dos diversificados jogos de poder travados na “batalha”. Mesmo estigmatizados e portanto rompendo com estas expectativas, os agentes da prostituição se orientam através de crenças socialmente inculcadas, seja para a criação de algo novo (novos significados), seja para a manutenção de estereótipos de gênero.

É assim que devemos pensar a violência simbólica de que nos fala BOURDIEU (2007). Tal violência não apenas aparece na relação entre mulheres prostitutas e seus parceiros, como também na dominação masculina, contexto social dessas relações afetivas e entre distintos protagonistas da “batalha”.

Mas será suficiente a simples denúncia de uma dominação masculina geral? Não estaremos assim generalizando a dominação e justificando a suposta exploração realizada pelos gigolôs sobre as mulheres prostitutas? É através das práticas concretas desses agentes que os significados sociais se atualizam e podem ser melhor analisados.

3.3 Os jogos dos afetos: Homens maus e mulheres dadas

Outro aspecto da troca-dádiva é tratado por Jacques Godbout que, em seu livro “O espírito da dádiva” (1999), faz uma crítica ao utilitarismo moderno através do estudo da dádiva, confrontando-a com o modelo econômico do mercado. Nesse caso, o autor nos permite refletir não só sobre as trocas entre prostituta-gigolô, mas diretamente na relação comercial que se estabelece entre cliente-prostituta. Este autor irá propor um novo paradigma, o paradigma da dádiva, a partir da apreciação de uma “pulsão de dádiva” inerente aos indivíduos. Assim a dádiva é natural da mesma maneira que o interesse o é, de acordo com as teorias do holismo e da escolha racional. À título de ilustração, podemos resumir as posições analisadas aqui a partir de um quadro comparativo que

considera “interesse” e “dom” na ótica de Jaques Godbout, de Pierre Bourdieu e das teorias da escolha racional e do holismo (essas últimas de acordo com a análise de Godbout).

Quadro 04: Teorias sobre dom e interesse

	ESCOLHA RACIONAL E HOLISMO	GODBOUT	BOURDIEU
Interesse	Natural/Individual/não-problematizado	Natural/Individual/não problematizado	Aprendido (cada campo tem sua <i>illusio</i> decorrente do <i>Habitus</i>)
Dom	Aprendido, normas e regras sociais que submetem o indivíduo.	Natural	Aprendido, normas e regras sociais que submetem o indivíduo (próx. Holismo), mas sempre há o interesse da <i>illusio</i> (do campo e não necessariamente o econômico). No Dom, não existe ação sem interesse, o interesse no dom é “interesse desinteressado”.

Podemos perceber através da comparação, a inversão entre as análises de Bourdieu e Godbout. Enquanto que para Bourdieu tanto interesse quanto dádiva são aprendidos socialmente, para Godbout ambos são naturais, ou seja, existiria nos indivíduos uma pulsão natural de dar, da mesma forma como neles está presente uma pulsão natural de receber.

Fica claro que este autor está dialogando com a teoria da escolha racional e seus afins, aceitando o interesse da maneira que essas teorias o trazem: como algo não problematizado, já dado, e logo, como natural ou naturalizado. A novidade aqui é que Godbout irá arrolar essas características para a dádiva em sua apresentação de um novo paradigma.

Para nossa análise o interessante não é filiar-se a uma ou outra vertente, mas ressaltar as contribuições que cada autor pode trazer para a reflexão sobre o universo estudado, já que as relações de troca-dádiva podem ter também sentidos diferenciados em um mesmo universo de pesquisa, uma inflexão particular de acordo com a situação de troca experimentada por essas mulheres.

Antes de perguntarmos sobre a contraparte desta relação, se a afetividade não era apenas uma estratégia interesseira para obter o dinheiro das

prostitutas, é preciso que observemos mais de perto como funcionavam essas relações à luz do conceito de dádiva de Godbout.

Godbout analisa a dádiva enquanto experiência humana. Entre as características da dádiva está o implícito e o não dito. As regras não são formuladas, pois se são enunciadas “a carruagem volta a transformar-se em abóbora, o rei fica nu, a dádiva vira equivalência” (GODBOUT, 1999: 23). Na dádiva sempre há troca, mas essa troca não pode ser encarada como equivalência, um “toma lá da cá”, pois assim pouco se difere da troca comercial, prestação monetária cujo objetivo é o lucro e o interesse material. Na dádiva o objetivo é a criação de vínculos, “os bens a serviço dos vínculos”. Formular as regras não formuladas de uma relação de dádiva é um pouco o que tentamos fazer aqui, logo a própria análise corre o risco de desvelar para uma interpretação mercadológica. Para Godbout, se dádiva e contradádiva são desiguais se pensa que existe um ganhador e um perdedor, exploração e enganação. Se por outro lado, são equivalentes, há o risco de se pensar que não há diferença entre dádiva e troca mercantil interessada. Godbout critica assim o que ele chama de um pensamento moderno sobre a dádiva:

Se a modernidade recusa-se a crer na existência da dádiva é porque ela a representa como a imagem invertida do interesse material egoísta. A seus olhos, a “verdadeira” dádiva só poderia ser gratuita. E como a gratuidade é impossível (...), a verdadeira dádiva, é igualmente impossível. Daí, ao contrário, a insistência dos que se dedicam efetivamente a afirmar que eles também tiram proveito da dádiva (*NA: através do prazer que o altruísmo proporciona*). (...) Isto lhes permite sujeitar-se ao moralismo egoísta da época. Porém, no fundo, ao negar a gratuidade de suas motivações, eles atestam a realidade da sua dádiva (GODBOUT, 1999: 15).

Para este autor, de forma semelhante ao que foi proposto por Marcel Mauss, o que diferencia a dádiva da troca mercantil é que a dádiva serve primeiramente para estabelecer relações.

Essa perspectiva analítica nos ajuda a pensar sobre a relação entre uma prostituta e seu marido/gigolô. Como vimos no tópico anterior, são relações que não podem ser distribuídas como tipos diferenciados e sim um *continuum* em que os protagonistas atuam e “fazem diferenças”, exercendo o poder de classificar

e atuar de acordo com padrões morais do bom marido, bom companheiro, da boa esposa (que não mistura domínios do afeto e do comércio). Ao mesmo tempo, nos mostra as dificuldades e a capacidade de gerir essas relações afetivas em que constantemente tem de ser feita a “diferença” entre afetos que dizem respeito à vida comercial e à vida íntima da família.

Outro aspecto da troca-dáviva está relacionada a prostituta e ao cliente. O que vimos até aqui, diferencia-se da relação estabelecida entre ela e seu cliente, pois nesta última não se pretende manter um vínculo além da troca puramente comercial. Mesmo que se pretenda manter uma clientela, essas relações são pautadas pela troca de serviços sexuais por dinheiro, uma troca imediata que faz cessar a relação de troca no pagamento imediato por aquele serviço.

Uma entrevistada afirma em tom de brincadeira que com ela é “dinheiro na mão, calcinha no chão”, necessariamente nesta ordem, pois o dinheiro que paga o sexo faz cessar no ato mesmo do pagamento o intercâmbio entre prostituta e cliente, normalmente uma relação pautada pelo sigilo e pelo anonimato. O pagamento imediato, a contraprestação imediata, também anula uma característica central de uma relação de dádiva: a defasagem temporal entre dádiva e contradádiva, que pressupõe confiança:

“Confiar” é o ato fundador permanente de toda sociedade que se opera pelo gesto da dádiva. Isso significa aceitar um risco, ou seja, em termos formais, introduzir a indeterminação, apresentá-la como condição prévia para qualquer vínculo social, o que explica por que todas as teorias deterministas tropeçam nesse fenômeno elementar, porém primordial, fundador da liberdade. Eis porque a dádiva tem muito a ver com o jogo. A ausência de contrato na dádiva decerto pressupõe confiança, mas esta é também recriada a cada vez. (GODBOUT, 1999: 218)

A relação entre prostitutas e seus clientes não se baseia na confiança pressuposta de uma defasagem temporal entre dádiva e contradádiva, pois a condição fundamental da prostituição é a negociação de uma determinada performance sexual mediante pagamento imediato e de acordo com o que será realizado no programa. Uma das minhas entrevistadas fala de um ex-cliente como

“cliente fiado”, pois ele queria fazer programa e adiar o pagamento. Quando esse cliente comprou uma geladeira para ela, ele quis estabelecer com ela uma relação de dívida, realizando programas sem pagar, pois já tinha dado a geladeira antes. Essa mulher não aceitou manter a dívida no tempo ou, dito de outra forma, não aceitou estabelecer com este homem uma relação de dívida que descaracterizaria esse homem como cliente e sua atividade como o exercício de um trabalho que exige remuneração.

De acordo com Godbout a idéia de que a dívida é sempre interessada e a idéia de que ela deveria ser sempre gratuita “têm em comum o fato de dar uma visão asséptica da dívida, bem como de impedir a compreensão de que se ela é a tal ponto conjurada e negada (pelos modernos), é porque ela é perigosa”.

O perigo da dívida é estabelecer relações onde já não é possível saber quem ganha e quem perde, pois a dívida não pode ser pensada em termos de equivalência. Por outro lado, esse mesmo autor afirma que uma relação sem esperança de retorno não seria uma relação. Mesmo que na dívida haja uma esperança de retorno, pautada pela confiança, esse retorno não é imediatamente dado e pouco se embasa numa análise fria de “perdas e ganhos”.

Deise parece ilustrar essa situação quando pergunto sobre como prostitutas e gigolôs equilibram os ganhos obtidos na prostituição e sobre quem, afinal, sustenta a casa exercendo o papel de provedor:

Deise: A prostituição ela não é encaixada em nenhum modelo de sociedade que estabelece valores católicos de casamento, de família, ainda não é. Ela tem seus códigos próprios, e sua vida própria e seu funcionamento financeiro e de relações familiares próprio. As mulheres que tentam entrar nos padrões comuns de família, elas não conseguem. Não existe uma cobrança de “*ah eu sou quem dou o dinheiro nessa casa então quem manda aqui sou eu*”. Não existe isso na prostituição.

Leticia: Sim, porque por esse lado as mulheres mandariam, porque elas que dão o dinheiro.

Deise: Mas não é assim, e isso é o bom. A relação com o dinheiro ela é super diferente da relação com o dinheiro numa família comum, de padrões católicos né?. Porque eu tô muito relacionando família, aqui, contigo, quando eu falo nessa família modelo de uma religião católica apostólica romana onde é marido mulher e filhos. Eu acho que nós somos mais avançadas.

(...) A exploração, daí tu vai ter que separar o joio do trigo, a exploração dos donos, de alguns cafetões, ela pode se dar nessa coisa de violência mesmo, mas em grande maioria a relação é afetiva e é por

consentimento da mulher, e se dá com os seus códigos próprios de família. Não impede que tenha pai mãe e filho, não impede. Mas ela é financeiramente regida por normas próprias. Eu acho que tu tem que fugir no teu trabalho de modelos de sociedade, tu tem que buscar o novo no teu modelo quando tu fala de prostituição.

Leticia: Mas ela não se sente explorada.

Deise: Exato, claro que não! **Essa é a alma do negócio. Quem disse que o certo é o modelo que existe ou o modelo da prostituição? Eu acho que é o modelo próprio, se é dentro do modelo normal, é, se não é...**

Leticia: Geralmente se fala: "olha como elas são exploradas". Mas elas também estão mexendo com as peças desse jogo, não?

Deise: Estão, o tempo todo. Tão exploradas não. Existe uma que outra que é por toda a sua vulnerabilidade social, que daí acaba sendo explorada né? Mas não é a regra. Se elas dizem isso é porque elas não acham uma justificativa pra assumir a prostituição. O problema maior é social, é de fora, é o preconceito de fora... que reflete. É assim! **Eu sei, eu trabalho nisso a 24 anos, eu convivi com todo o tipo de prostituição, a explorada a não-explorada, a consentida.**

Leticia: **O que seria a explorada? É a não-consentida?**

Deise: **A não-consentida é aquela forçada mesmo, que existem poucas. Controle, ameaças, tem um cara ali na esquina vai ficar o dia todo te cuidando ali, tu não pode sair daí.** Tem, mas daí assim, ele passa rápido esse momento, o cara só tem dinheiro num mês ou dois, ou três, no máximo um ano talvez, mas daqui a pouco a guria acha uma maneira de ir embora. Porque essa exploração não funciona, funciona mais a consentida.

Leticia: Até eles sabem disso (risos)

Deise: São os que mais sabem. A exploração com amor, com afetividade, com carinho, com mordomia, com levar café na cama, sabe? Com levar pra passear...

(Falo das cartas do livro de Trochón, entre prostitutas e rufiões)

Deise: E o movimento feminista leva isso como ingenuidade da mulher, que merda!

Leticia: E é?

Deise: Não é nada! Faz parte do amor, do coração, do romantismo, faz parte de nós seres humanos, gostar de ouvir isso, de alguém nos paparicar, faz parte das relações humanas, entre homem e de mulher. Talvez tu ache um recorte nas travestis pra discutir isso.

A fala de Deise é rica em significados e posicionamentos frente a questão dos gigolôs/maridos na prostituição. Primeiramente ela me fala que a prostituição é diferente de um modelo de relação entre marido e mulher que poderíamos chamar de convencional. Uma dessas diferenças seria o trato com o dinheiro obtido na prostituição, pois segundo Deise não há uma diferenciação de poder baseada no dinheiro, onde "quem bota mais dinheiro na casa manda". Analisando essa e outras falas assim como observando a etnografia, penso que o papel de prover (o sustento) é compartilhado por ambos, prostitutas e rufiões.

Algumas vezes esses homens inicialmente garantem o que poderíamos chamar de “capital inicial” para o negócio, ou seja, casa, comida e dinheiro para comprar roupas e acessórios. E como já observamos, esse gasto tem que ser ressarcido através do trabalho da mulher na prostituição, mas esse dinheiro será partilhado por eles, e o pagamento de tais “dívidas” geralmente é visto como o pagamento por coisas adquiridas por ambos, pelo casal, e não encarado como o dinheiro dado a um comerciante, por exemplo. Quando não há este “investimento inicial” aparece de forma mais clara ainda o dinheiro dado pela prostituta ao gigolô como divisão de despesas domésticas, despesas partilhadas.

Se o sustento é compartilhado, o homem não é responsável unicamente por isso, e pode então ser responsabilizado pelo “provimento de proteção e segurança” para o desempenho da atividade da mulher prostituta. Podíamos pensar então que o dinheiro dado por uma prostituta a um gigolô seria como o pagamento pela segurança proporcionada por este último ao trabalho daquela, como se esses homens fossem uma espécie de “seguranças ou guarda-costas” das prostitutas. Se este fosse o caso, essa seria uma relação puramente comercial, de pagamento por um serviço específico: garantir a segurança dessas mulheres nas ruas.

3.4 Os jogos dos afetos e seus limites: as experiências de “bóia” e de “principal”.

Embora a proteção seja uma das funções de um gigolô, essa função é significada através de sua inserção no âmbito da dádiva, através de um vínculo emocional entre eles. Léia nos dá pistas sobre essa questão ao me falar da especificidade do universo da prostituição de rua frente a outros arranjos “conjugais”. Pergunto para Léia sobre as “bóias”, se ela e seu parceiro tinham “bóias” e sua resposta me ajuda a pensar a dinâmica mesmo dessas relações:

Leticia: E o papo das Bóia?

Léia: Eu não aceitei, ele tentou uma vez e eu não quis. Foi o dia que eu peguei ele com uma negona dentro de um quarto, pelada com as perna aberta eu olhei no buraquinho da fechadura ele tava abrindo a bragueta das calças e

eu entrei e tudo. Demoli com a porta, peguei ela pelos cabelos, saí “dando-lê pau no hotel”. E enquanto eu grudava nela ele me grudava, ele dando em mim eu dando nela. Mas desde esse dia, que o bafão foi forte, eu falei: “**Fica com as tuas bóias’ e ele pra mim: ‘Ah eu tava tratando pra botar ela na quadra aí tu podia descansar, aí ela arrumava dinheiro para nós’**” Eu nunca aceitei explorar outro tipo de mulher, eu dizia pra ele: “**eu tenho a minha buceta pra me sustentar, é o caso? Se for assim se tu quer outra bóia então fica com ela e eu vou embora**” Duas mulheres não, porque o cara faz isso, bota as bóias e tem que trepar com elas, senão elas não dão dinheiro

Leticia: Mas porque tem trepar, meu deus? (risos)

Léia: Mas como é que ela vai dar dinheiro pra um macho que não come elas? (risos) Me explica, de graça? Vai ficar lá se esbuceteando e dando o dinheiro pro cara sem nem dar um trato?! (risos)

Leticia: Por proteção, ora?

Léia: **Só por proteção ela ficaria com a metade do dinheiro e ele pegava todo, entendeu? Os caras pegavam todo... Por exemplo: eles tinham uma mulher que era a de fé, a esposa, ela ficava lá, prá lá e pra cá, pra lá e prá cá. Ele quer mais dinheiro, quer comprar um carro, quer não sei o quê. Era isso que uns faziam, botavam 3, 4 daí a outra aceitava, as outras aceitavam a situação, e elas coordenavam ali as gurias lá. Aí não tinha escapatória, aí quando via era um dia pra cada uma pra eles comerem, e esse tipo de situação eu nunca aceitei.**

Leticia: Não sei se tem caso de mulher que paga só por proteção.

Léia: Agora. Hoje em dia sim.

Leticia: Mas se tá gostando do cara não é só por proteção?

Léia: Não, não tem escapatória acaba comendo, acaba se envolvendo, não adianta.

Neste diálogo, Léia me fala de uma prática comum em que se dá o estabelecimento e permanência de uma nova prostituta em um ponto. Léia enfatiza os limites aceitáveis e a margem de manobra das mulheres nessas relações de mercado dos afetos. Quando já há uma mulher trabalhando em um ponto onde há também um homem que exerce o papel do gigolô/marido, a entrada de uma nova mulher é negociada entre o casal que já exerce a prostituição.

Ter ou não ter “bóias”³⁵, ou seja, outras mulheres em um ponto já estabelecido por um casal é uma decisão de ambos, ou seja, passa pela aceitação da “mulher principal” e pelo estabelecimento de relações sexuais entre a nova prostituta e o gigolô. Claro que essa negociação pode ser tensa e envolve muitos fatores. Normalmente fala-se que as novas prostitutas são “vendidas” entre um gigolô e outro. Surpresa frente a esse dado que explicitaria uma relação duramente comercial e até mesmo desumana, é que Deise me explica como funciona na prática esses processos:

Deise: As bóia são vendidas, as mulher mesmo não são vendidas. E elas nem sabem que são vendidas.

Leticia: No outro dia diz: ó tu vai trabalhar pro fulano?!

Deise: Não, não é assim, automático.

Leticia: Me explica, me explica isso!

Deise: O que acontece: Quando uma mulher vai pra outro homem é porque ali já existe alguma história. Ou a mulher se dá bem com a mulher daquele cara e conta segredos e intimidades e diz que não tá agüentando, que gostaria... e daí a mulher daquele outro começa: *“lá em casa não é assim, lá em casa a gente isso, a gente aquilo”*. E a outra diz: *“ai eu queria tanto morar com vocês”*. Chega a esse ponto. Não é nada automático “eu vendo e compro”, é algo que tem já construído pra mulher chegar lá e tá feliz já com outro cara.

Leticia: E passa pela aceitação da mulher do cara?

Deise: Passa. Quando não é pela aceitação da mulher do cara é mais automático, é porque o cara transou já com aquela mulher, aí quando a mulher do cara descobre, ela tem que aceitar, entendeu? Aí as pessoas dizem: ***“Ah porque o fulaninho comprou a bóia do João, agora ela tá lá, botou ela lá no apartamento não sei o quê”***. E a mulher pode pensar: ***“Ah mas pelo menos agora ele não vai pegar tanto no meu pé porque ela tá ganhando um dinheiro bom”*** Mas aí é porque anterior a ele comprar ele devia ter transado já com ela porque o cara dela deixou os dois transarem, pra ela ficar apaixonada, e aí ele poder pegar o dinheiro do outro gigolô. Olha, eu sei como é que é. Eu fui em noites de orgia com os gigolô pra ver quem se apaixonava por quem pra poder ser vendida, eu nunca fui vendida, eu nunca transei com eles. Se eu transasse eu ia ser vendida. Eu

³⁵ A palavra “bóia”, termo êmico para designar uma nova prostituta que se insere em uma relação anterior entre um gigolô/marido e sua mulher principal, por si só daria um subitem a parte. Para mim “bóia” pode ter o sentido de “estepe” como um “recurso”. No caso da prostituição um recurso afetivo-sexual para o homem e financeiro para o casal (prostituta principal e marido/gigolô). Pode estar referido a infidelidade conjugal, associada ao termo “filial”, muito utilizado no senso comum quando se diz de um homem que tem uma esposa e uma amante, que ele tem “a matriz e a filial”. Bóia além de um substantivo e adjetivo (“fulana é bóia”) também é utilizado na prostituição como verbo. Assim tanto prostitutas como gigolôs podem “boiar”, ou seja, ter relações sexuais com outra pessoa fora do âmbito das relações comerciais (sem exigir pagamento) ou das relações marido/mulher. Contexto em que “boiar” significa “trair”.

fui, eu me lembro, eu ia nas orgias de sexo e drogas, sabe? Ia quatro mulheres, cinco gigolôs, um tem que ficar avulso.

Leticia: Porque?

Deise: Porque daí se não gostar de um a gente gosta daquele. (risos) Aí eu me lembro que eu nunca transava, só ficava bebendo.

Leticia: E eles não te obrigavam?

Deise: Não, esse é o detalhe da coisa, que todo mundo pensa que é obrigação. Não é, é tri bom a coisa, é natural como é natural com todo mundo. Toma cerveja, bebe whisky, fuma um e daí ficava o papo rolando, as mulher daqui a pouco já começavam a tirar a roupa, daí rolava o sexo... como rola nas festas de todo mundo. Ia pro quarto, não era uma coisa assim vulgar, ia pro quarto, transavam. Aí uma semana depois ela era vendida pra aquele cara ou ficava com ele e ia trabalhar com ele. Como é que funcionava a coisa: quando eles conseguem as mulheres, conquistam elas (...) Aí fazem uma festa pra gente e aí a gente se apaixona por aquela vida. Eles não dizem: "você vão trabalhar pra mim". Não, a gente se apaixona por aquela vida de roupa de marca, casa boa, comida boa, a gente se apaixona por aquela vida, a gente quer aquilo pra gente... como todo mundo... quer (e os olhos de Deise brilham).

Obrigada ela não vai ficar, ela vai fugir, por mais medo que ela tenha... todas as obrigadas fugiram, todas! Papo furado! Vida boa, piscina, carro, tudo, conta bancária, é o que todo mundo quer. A única coisa é que tem que trabalhar.

Deise tem quase vinte anos de exercício da prostituição, já tendo trabalhado em ruas e em boates. Além disso, Deise tem um contato direto e intenso com o movimento de prostitutas organizadas no Brasil, lutando pela profissionalização da prostituição, o que parece explicar o olhar crítico e o relativo distanciamento de suas concepções.

Primeiramente Deise fala que as mulheres principais não são vendidas, apenas as "bóias" passariam por este processo de incorporação em um ponto ou de um ponto a outro, por serem mulheres novas na prostituição ou que mantêm uma relação mais fluída com seu gigolô e sua mulher principal. A relação hierárquica entre mulher principal e "bóias" parece mostrar uma espécie de "hierarquia dos afetos" e o conhecimento dessa situação por parte da "bóia" pode fazer com que seja vantajoso, afetiva e financeiramente para ela trocar de ponto e de "protetor".

Esse processo não se dá de forma automática, mas é algo construído e que passa pelo estabelecimento de relações sexuais voluntárias entre uma mulher e um gigolô. Quando a mulher já tem um gigolô e pretende trocar de marido, essa troca precisa ser intermediada pelo dinheiro, pois de outra forma esse

deslocamento seria visto como uma “traição” que afrontaria o homem. Esse processo, iniciado pela vontade da mulher de trocar de “protetor”, também é negociado previamente entre os homens, através do dinheiro, pois o novo “protetor” precisa pagar para ficar com aquela mulher.

Não quero ir longe com a comparação, mas esses deslocamentos poderiam ser assemelhados à compra do *passé* de um jogador de futebol, onde um clube negocia com outro o valor do *passé* do jogador, o que envolve igualmente situações de subordinação em relações trabalhistas e uma relativa fragilidade do jogador perante os negociadores. Podemos pensar que na relação entre “bóias e gigolôs” o que está sendo acordado é uma espécie de *passé*, pois o novo marido terá parte dos ganhos obtidos por aquela mulher na prostituição, sua capacidade de “fazer dinheiro”, o *passé* que precisa ser pago ao outro gigolô.

Por outro lado, há todo um contexto de relações sexuais e afetivas, pois a escolha de um novo gigolô por parte da mulher leva em conta o “apaixonar-se” de que nos fala Deise. A mulher apaixona-se por outro gigolô que conquista a prostituta. O engano aqui parece ser considerar que há um relativo desconhecimento da mulher de que há acordos monetários entre os gigolôs. Chamo esse desconhecimento de relativo, pois todas as mulheres com quem conversei demonstravam o conhecimento dessas práticas enfatizando o papel da mulher nesse “negócio dos homens”, pois tanto a “bóia” quanto a mulher principal fazem parte desse processo e em um dado momento podem ver-se como “bóias” ou como “principais”.

Como observamos logo acima, Léia não aceitou que seu marido tivesse outras mulheres e, se ele insistisse nisso, ela iria embora. Da mesma forma, há mulheres que aceitam essa situação pelos mais variados motivos, entre eles, é claro, está o interesse financeiro, pois com outras mulheres trabalhando, a mulher principal e o gigolô terão mais dinheiro. Mas não necessariamente trabalharão menos, pois terão que cuidar de mais mulheres na rua, levando e buscando elas nos pontos, cuidando da segurança e da infra-estrutura para mais pessoas.

Desta forma, na relação entre gigolôs e prostitutas, o termo oculto não são os ganhos em termos de dinheiro e sexo, que fazem parte do negócio da

prostituição, e sim a dádiva, o favor e o sentimento, realidades subjacentes ao racionalismo de que nos fala Godbout. É pertinente lembrar que este autor compara a dádiva a um “veneno” que desestrutura a racionalidade moderna.

Deslocando esse pensamento para o universo pesquisado, podemos pensar esse envenenamento causado pela dádiva associado à “sedução” que os gigolôs exercem. Segundo Deise, encantando as mulheres com as promessas de ganhos financeiros na prostituição e despertando paixões. Deise nos fala das festas em que ia para ver “quem se apaixonava por quem”. Mas a essa altura podemos nos questionar se apenas as mulheres é que se apaixonavam por homens envolvidos em transações econômicas uns com os outros. Se assim fosse, teríamos que admitir que essas mulheres são mesmo “dávivas” e que esses homens são “maus”, frios e calculistas apenas interessados no “passe” de uma prostituta. Teriam os gigolôs apenas um interesse monetário ou na relação?

Dar um veredicto imediato a esta questão seria, no mínimo, julgar as mulheres como entorpecidas por uma situação em que não dominam os códigos. Até aqui, as interlocutoras nos mostram como relativamente conseguem manejar interditos, a auto-imagem sua e de seus parceiros nessas relações de troca-dádiva. Sem pretender dar um veredicto sobre essa questão, me atrevi a perguntar para minhas informantes se elas achavam que esses homens gostavam delas, ou se estavam com elas apenas pelo dinheiro. Eis algumas respostas:

Deise: Viveu oito anos comigo alguma coisa tinha né? **Tinha atração, sexo, tinha coisas boas na relação que ele gostava também, não era só eu que gostava. Tem coisas boas, tem passeios, coisas que todo mundo tem.** Tudo aquilo que tá dentro do dia-a-dia. Ir num churrasco na casa de outros gigolôs, ir na casa da mãe dele, ir na casa da minha mãe, ir na casa da minha vó, faz parte da relação (Entrevista com Deise)

Cecília: (...) tanto é que o Rodrigo gostou da Lara, tá até hoje com ela. Teve o lado afetivo dele com ela, pode não ter tido comigo, mas ele teve com ela. Ele brigava por causa dela. Deus o livre! Ele fazia qualquer coisa por causa dela, mas ela sempre batalhou, tá entendendo? **Tem o lado afetivo deles também, só que o ramo de trabalho deles é esse né? Cafetinagem, ganhar dinheiro assim. (...) tem aquele sentimental na pessoa, por mais que trove o teu ouvido, mas tu percebe a diferença.** As bóia que botam mais dinheiro, claro, se eu tiver, digamos eu tava com o Rodrigo, eu era a principal dele, e ele pegasse as outras, as outras tinham que botar mais dinheiro que

eu, sempre tem os jeito, eles sempre economizam, aquela que ele gosta ele economiza

Leticia: Como assim ele economiza, bota menos na batalha?

Cecília: Não, vai junto, mesmo horário, tudo, mas ele não se importa muito, se ela fizer menos dinheiro não tem problema, é a preferida dele e eles não conseguem esconder isso. **Como a gente gosta deles eles também podem gostar da mulher, eles também podem se apaixonar por uma mulher, e quando eles se apaixonam.. aí é pior ainda! Pior, porque aí ela tá na batalha e ele tem ciúme dela aí é horrível. Eu me lembro do ciúme que o Rodrigo tinha da Lara. Ele chegava a espiar ela no quarto pra vê o que ela tava fazendo, éé...** Aí ele me perguntou assim: por que ela mexe o dedão do pé quando tá com cliente? Ela deve ta gozando, eu brinquei. Aí ele foi a loucura. Aí eu já não tava mais com ele quando ele me perguntou por que ela mexia o pé, o dedão do pé. (risos)

Cecília está se referindo a relação que teve com Rodrigo, que já era “malandro” mas ainda não era gigolô antes de conhecê-la. Como ela mesma disse, os dois se tornaram juntos “ele gigolô e ela prostituta”. Mais tarde Rodrigo arrumou duas “bóias”, uma delas era Lara que logo se tornou a mulher principal dele, pois ele gostava dela: “teve o lado afetivo dele com ela, pode não ter tido comigo, mas ele teve com ela”. Cecília percebendo isso deixou Rodrigo e continuou exercendo a prostituição sozinha, sem gigolô.

Cecília também nos fala de outra forma de perceber se um gigolô gosta de uma mulher: economizar ela na batalha, ou seja, não se importar muito se ela “fizer menos dinheiro”. Mas isso só é possível se um homem tiver mais de uma mulher batalhando *para* ele e *com* ele, pois o gigolô também desempenha papéis no exercício da prostituição.

Já vimos que o gigolô tem que dormir com a nova “bóia” para estabelecer uma relação com ela e que as prostitutas não pagam apenas por proteção. Dito de outra forma: se não houver envolvimento (sexual, afetivo), o interesse é apenas comercial, descaracterizando as relações desejáveis entre prostitutas e gigolôs. É claro que na relação afetiva eles podem vir a ter ganhos financeiros, mas não apenas isso. Essas relações estabelecem confiança e complementaridade que de outra forma (se fosse apenas interesse monetário) essas pessoas não teriam. Para usar duas expressões de Godbout: parece que tanto os “bens alimentam os vínculos” como os “vínculos alimentam os bens”.

Godbout ressalta a importância da dívida até mesmo na esfera econômica, citando casos em que a dívida está a serviço dos negócios, como por exemplo, em livros como o de Dale Carnegie, “Como fazer amigos e vencer na vida”. Mesmo em uma utilização instrumental da dívida, Godbout ressalta o paradoxo desta abordagem que visa lucrar com a dívida ao mesmo tempo em que pretende que o ato de dar um presente deve ser “sincero” e descomprometido.

Para ganhar muito dinheiro, pensa o comerciante que utiliza a dívida, “devemos começar dando presentes, pelos quais depois fazemos pagar muito caro”. Mas o problema com essa fórmula simplista da lógica mercantil é que, como tenta demonstrar Carnegie, ela esquece um elemento essencial: o comerciante deve ser sincero ao dar o presente se quiser lucrar com isso depois! (GODBOUT, 1999: 97)

Ser sincero ao dar um presente significa considerar que nem sempre há retorno ou que o retorno é muitas vezes maior que a dívida. É preciso dar mais, porque dar a mesma coisa que recebeu acaba com a relação, restitui, como um pagamento.

3.5 O valor das coisas

Enfim, pensando possíveis paralelos nas relações entre prostitutas e gigolôs fica difícil pensar quem deve para quem ou quem paga o quê, justamente por isso mantive em aberto o “+/-“ do papel de sustento/provedor na relação entre prostitutas e seus parceiros. Elisiane PASINI (2005) traz a categoria de “freqüentadores” para pensar os diferentes homens que freqüentam a Vila Mimosa pelos mais variados motivos (negócios, trabalho, lazer...) e não somente para realizar programas com uma prostituta. Dentre esses freqüentadores, a autora focaliza os “privilegiados”, ou seja, homens que mantêm relações sexuais com as prostitutas sem precisar pagar por isso. Esses homens seriam assim vistos (e auto-percebidos), pois recebem muitos privilégios da prostituta, como sexo não-pago, por tempo indeterminado (não apenas na duração do programa) e com

práticas sexuais diferenciadas das realizadas nos programas, pois envolvem carinhos e atenções dispensados pelas prostitutas a esses homens.

Pasini destaca que esses homens, que se orgulham de ser assim privilegiados, exercem um papel de “provedor simbólico” das prostitutas, pois não apenas provêm materialmente essas mulheres, como também são responsáveis por um status privilegiado da prostituta que mantém relações com eles. Essa mulher ganha prestígio frente às outras, pois o “provedor simbólico” provém não apenas dinheiro, como afeto, status e proteção. Qual seria então a diferença entre esses “privilegiados” e os maridos/gigolôs que trago aqui nas falas de minhas informantes? Mesmo que os privilegiados estejam no negócio da prostituição, como donos de estabelecimentos, para Elisiane são esses homens que detêm a prerrogativa de prover (materialmente e simbolicamente) a prostituta e não pertencem a categoria daqueles que trocam sentimentos de afeto com elas:

Entretanto, apesar destes freqüentadores privilegiados se colocarem hierarquicamente em uma outra categoria – a dos não clientes – e de muitos deles se relacionarem maritalmente com as prostitutas, eles não pertencem à categoria daqueles que trocam sentimentos de afeto com as prostitutas. Isto se dá em razão de um forte motivo: caso o relacionamento (...) se fortaleça, automaticamente a mulher não será mais uma prostituta, e sim, a sua cônjuge: o homem obriga a prostituta a “encerrar” (mesmo que apenas pelo período da relação) sua carreira no exercício da prostituição (PASINI, 2000: 219)

Elisiane traz depoimentos de “privilegiados” que já se apaixonaram por prostitutas, sugerindo que o envolvimento afetivo com uma prostituta não é vivido de forma harmoniosa por esses homens que mesmo considerando o cliente um “não-homem” (semelhante ao modo que Léia e seu marido se referiam aos clientes, como “trouxas”) se ressentem da atividade da parceira, sentem ciúmes e desconfiança, tendo medo de serem traídos. Afinal como já vimos (e essa autora também destaca) é a prostituta que faz a diferenciação entre a relação com o parceiro e com os clientes, é ela que exerce o controle sobre sua sexualidade. Para a autora, o medo de ser traído ligado à defesa da honra faria esses homens terem a obrigação de tirar a companheira da prostituição para que esses

pudessem passar a categoria daqueles homens que trocam sentimentos de afeto com as prostitutas.

Meu campo de pesquisa, ao contrário, levou-me a um universo de troca e de afetos, em que os homens não apenas não exigiam a saída da mulher da prostituição como também desempenhavam papéis na prostituição de suas companheiras. Será que para aceitar a prostituição da parceira o homem teria que não gostar da mulher? Teria esse homem que ser “frio e calculista”? Aceitar a possibilidade de ser traído o colocaria numa posição de desonra? Ou será que bastaria a honra de ser considerado um homem “privilegiado” por não ser um “trouxa” que precisa pagar por sexo sem afeto? Uma concepção hipermasculinizada desses parceiros (como apresentada por minhas informantes) não realocaria os contornos do sistema de honra em prol não de uma necessária desonra (pela mulher fazer sexo pago com os clientes), mas da honra de ser um homem “mais homem” que os clientes? Todo meu argumento aqui vai no sentido de trazer as especificidades destas relações como as percebi em um universo de pesquisa particular. Nada impede que em outros contextos de pesquisa outros antropólogos encontrem outras configurações e estabeleçam outras interpretações.

As relações entre prostituta e marido/gigolô, embora informadas por um sistema de honra mais amplo e dialogando com concepções estigmatizantes que colocam o homem que atua no negócio da prostituição como um “explorador”, têm a capacidade de apresentar uma configuração própria. E por isso o quadro do início deste capítulo não foi construído para verificar quais relações são “piores ou melhores”, mas para atentar diferenças que dão a singularidade desta relação, diferentemente significadas em cada universo de pesquisa. Geertz nos lembra que: “quaisquer que sejam, ou onde quer que estejam esses sistemas de símbolos ‘em seus próprios termos’, ganhamos acesso empírico a eles inspecionando os acontecimentos e não arrumando entidades abstratas em padrões unificados” (GEERTZ, 1989: 28). Foi isso o que tentei fazer ao construir o quadro: buscar a experiência concreta de meus informantes para uma problematizar o quadro, especialmente seus aspectos mais controversos, expressos pelos sinais “+/-”.

Neste sentido, o gigolô/marido não pode ser percebido como um “marido que não deu certo” e por isso um “explorador”. No negócio da prostituição misturam-se relações afetivas e conjugais, onde cada um tem um papel. Contudo, pela especificidade mesma dessa relação, a prostituta não “paga” por proteção ao gigolô justamente porque ele também é seu marido. Se uma prostituta parece “pagar” com seu trabalho o “investimento inicial” de um gigolô sobre ela, então depois de pago este investimento, o dinheiro arrecadado por ela seria unicamente dela, podendo esta mulher pagar certa quantia por proteção, como se paga a um segurança, por exemplo.

Observamos que o gerenciamento do dinheiro não é assim. Não somente porque muitos gigolôs também trabalham “são malandros mas não são vagabundos”, como o dinheiro gerenciado por eles está à disposição delas, que normalmente têm “tudo o que precisam”. Sempre que, propositalmente, perguntei para minhas interlocutoras se esses homens eram “mesquinhos” em relação ao dinheiro dado, a resposta invariavelmente era “não”. Até mesmo porque normalmente eles (prostitutas e gigolôs) gastavam muito, porque sabiam que logo viria mais: o tal “dinheiro que vem fácil e vai fácil”. O dinheiro é fácil não porque seja fácil ganhá-lo, mas porque sempre se pode obtê-lo, mesmo que de forma incerta. O dinheiro também “vai fácil” porque na verdade pouco se dá importância em economizá-lo ou guardá-lo. Aliás, se economizam pessoas (a mulher que o gigolô gosta) e não dinheiro.

As coisas obtidas com o dinheiro valem através e pelo valor que se dá à relação. A partir das sugestões de Godbout, pode parecer que os parceiros de uma relação de dívida tenham prazer em desequilibrar constantemente o intercâmbio (...) pois a reciprocidade não é central para a dívida que se define por ela mesma (GODBOUT, 1999: 116). Assim, os diferentes momentos do ciclo da dívida, “dar, receber e retribuir”, se confundem a ponto dos parceiros perder de vista a relação fim-meios do interesse instrumental, pois dar pode ser retribuir, e retribuir pode ser visto como dar.

Além disso, a dívida é livre sem ser uma decisão no sentido das teorias da decisão, sem ser cálculo. O cálculo é mecânico, os vínculos sociais não. Por

isso nenhuma prostituta é obrigada a ter ou ficar com um gigolô, muito embora na época em que minhas informantes trabalharam na rua, esse “tipo de prostituição” (com gigolô) fosse o mais corrente, especialmente pela maior perseguição sofrida pelas prostitutas que atuavam no espaço público. Não podemos abstrair essas relações de seu entorno em que a “proteção” em relação às autoridades públicas, e a outros sujeitos (clientes violentos, assaltantes, etc.) conhecidos ajudam a explicar, em parte, e somente em parte, a demanda desta relação de proteção. Visto que nessa relação de proteção há vínculos que são reiterados e inclusive duradouros.

Exatamente por isso escuto tanto a mesma frase: “de que ter ou não um gigolô é uma escolha de cada mulher”. E esta escolha como observamos, normalmente é associada ao gostar de um homem que nem sempre atua anteriormente na prostituição, mas que vêm a atuar quando ambos decidem que a prostituição será a maneira deles ganhar dinheiro, sendo a mulher anteriormente prostituta ou não. Para Godbout:

(...) A principal razão pela qual os modernos recusam-se a ouvir falar da dádiva é que eles indefectivelmente a associam a mecanismos de exploração e de dominação e, mais particularmente, à dominação e exploração das mulheres, que seriam as principais vítimas da ideologia oblativa. (...)
Estão certos porque, com efeito, a sofisticação e a ritualização exacerbadas da dádiva parecem acompanhar o aprofundamento das hierarquias e a emergência de uma lógica de aristocratização. Estão errados porque, enquanto tal, a dádiva é tão redutível a sua implementação para fins de dominação simbólica e real quanto a mercadoria o é intrinsecamente em relação ao capital. A dádiva entre iguais reproduz igualdade. A dádiva entre desiguais reproduz desigualdade (GODBOUT, 1999: 162).

Desta forma, a desigualdade entre os parceiros de uma relação de dádiva, que pode levar ao estabelecimento de relações de exploração, é anterior à própria dádiva. Tem sido possível conceber as relações de exploração do trabalho sexual como uma complexa trama de relações afetivas diversas. Observo que não são variações das **mesmas** relações de subordinação feminina. A dádiva pode, sim, ser utilizada para fins de exploração, da mesma forma que a mercadoria para o capital, mas o cerne da desigualdade não está nela mesmo. Da mesma forma, pensar que todos os rufiões (gigolôs ou donos/as de casas de prostituição)

exploram as prostitutas é colocá-las em uma situação de desigualdade absoluta frente a estes e deixar de entrever as relações afetivas que tramam esse cotidiano.

Se é verdade que a prostituta está, muitas vezes, numa posição inferior em relação aos rufiões, devemos buscar os motivos dessa situação em outras questões que não na própria “indignidade do exercício da prostituição”, pois aí teríamos que admitir que todos os rufiões exploram e que toda a prostituta é “vítima”. Isto significaria dizer, em outras palavras, que a prostituição é uma atividade “indigna”, que rebaixa a mulher, porque coloca “sua sexualidade a serviço do mercado”. Logo, desse ponto de vista, reitera-se a percepção de que a mulher vende sexo como uma mercadoria, que “se vende”, ou pior, “que é vendida” pelos rufiões. Ela se definiria por uma situação de subordinação. Em termos mais explícitos, os discursos moralistas findam por conduzi-la a condição de mercadoria que se auto-desvaloriza, que atua ou ingressa nesse circuito porque não tem auto-estima. Uma outra face dos discursos que proferem a estigmatização da prostituta e que incidem exatamente, nos debates sobre profissionalização dessas mulheres e nos desejos de profissionalização dessas ONGs.

Mas porque se pensa que uma mulher quando vende sexo vende a si mesma? Estaria o sexo “colado” ao todo da mulher? E mais: se ela é vítima, então não pode dispor de seu corpo, os outros (exploradores) sempre teriam que fazer isso por ela? Penso que essa maneira de ver a prostituição feminina parte de uma concepção essencialista de gênero que dá suporte a essa visão, além de basear-se em desigualdades anteriores ao próprio ato de vender sexo no mercado (para os clientes) ou ofertarem-se dons em casa (para os gigolôs). Em outras palavras, não traduz a multiplicidade de experiências com o corpo dessas mulheres. Recorta-se apenas uma das faces relacionadas à vitimização, e não se consegue compreender as diferentes situações em que o corpo participa de circuitos de negociação de identidade.

Tendo em vista as especificidades do próprio negócio da prostituição exercida por mulheres, é que observei também a “prostituição privada”, exercida

em estabelecimentos fechados, tais como salas, *drink-bares* e boates. Os responsáveis por estes estabelecimentos, ao facilitar ou colaborar com a prostituição exercida nesses espaços, também podem ser chamados de “rufiões”, mas a relação destas pessoas com as prostitutas é bastante diferente da relação entre estas e seus maridos ou gigolôs, como veremos a seguir.

Essas relações, próprias de locais privados, nos dão pistas sobre a percepção que estes agentes têm sobre o tipo de prostituição realizada nesses espaços, onde as regras de cada local informam sobre concepções de prostituição, de relações de trabalho e exploração.

CAPÍTULO 4

O NEGÓCIO DO SEXO

Neste capítulo pretendo analisar a prostituição exercida em locais privados, em salas, boates e *drink-bares* gerenciados pelos chamados donos/as de casa de prostituição. Como já observamos, os responsáveis por estes estabelecimentos ao facilitar ou colaborar com a prostituição exercida nesses espaços também tem sido chamados de “rufiões”, mas a relação destas pessoas com as prostitutas é bastante diferente da relação entre estas e seus maridos ou gigolôs. Essas relações, próprias de locais privados, nos dão pistas sobre a percepção que estes agentes têm sobre o tipo de prostituição realizada nesses espaços, onde as regras de cada local informam sobre as diversas concepções de prostituição, de relações de trabalho e exploração.

Se o rufião que atua na prostituição de rua é comumente chamado de “gigolô”, nas casas de prostituição o rufianismo aparece sob os termos (não menos pejorativos) “cafetina” e “cafetão”, sendo a atuação destes agentes em espaços privados tida como “cafetinagem” do ponto de vista legal e exterior à complexidade das relações locais. No desenrolar deste capítulo trataremos algumas questões relativas às tentativas de profissionalização da prostituição, mostrando como donos/as de casas de prostituição e prostitutas percebem esse tema.

Da mesma forma como fiz com a palavra “gigolô”, posso aqui utilizar os termos “cafetina” e “cafetão” apenas para mostrar a ilegalidade que estão esses agentes e o estigma de que são alvo. De outra parte, procuro ter o cuidado de não estabelecer de antemão um conteúdo de “exploração” em suas relações com as prostitutas.

A análise da prostituição exercida em locais privados, a partir das falas tanto de prostitutas como dos responsáveis desses estabelecimentos, nos permite perceber a contribuição dos agentes que trabalham nesses espaços para o tema dessa dissertação: as relações entre prostitutas e rufiões e o que estas relações nos informam sobre noções de trabalho e exploração.

Utilizo neste capítulo as entrevistas que fiz com quatro donos de estabelecimentos de prostituição: Jô, Vera, Diva e Cid. E analiso suas falas em paralelo com as vozes de Léia, Deise, Cecília, Gladis, Liane e Ana, prostitutas que já atuaram diretamente ou apenas “conhecem” de modo indireto esses espaços privados. Uma prostituta e uma dona de boate entrevistadas já estiveram, como elas costumam dizer, “dos dois lados do balcão”. Também trago a fala de Tina Taborda, coordenadora do NEP para localizar essa discussão na perspectiva da ONG e do desejo do movimento de prostitutas de uma profissionalização da atividade que passa pela regulamentação da prostituição e da descriminalização de seus agentes.

Essa forma de trazer as falas, procurando os nexos entre umas e outras, sobrepondo-as ou distanciando-as, parece-me representativa do próprio movimento de discussão da questão da regulamentação, ainda em construção, heterogênea e polemizada por diferentes vozes. Deve-se ter em mente que a inexistência de consensos sobre a questão da regulamentação pode ser imediatamente interpretada como uma fragilidade de tal pleito. Todavia, meu intuito é de evidenciar as tensões e dificuldades, no contexto em que as políticas públicas são geridas pretendendo incidir de modo “homogêneo” sobre “toda a prostituição”. Evidenciar as tensões e a diversidade da prostituição não significa atestar a inviabilidade de uma política pública; antes representa um olhar mais detalhista sobre como os sujeitos vivenciam tais tensões e desejos de implementação da regularização da atividade.

4.1 O trabalho “na rua” e o trabalho na “casa”: a casa de mulheres de Jô e o *drink-bar* pensão de Cid

Jô e Cid são donos do que se chama de um “*drink-bar*”, ou seja, um bar com venda de bebidas alcoólicas onde trabalham mulheres que exercem a prostituição. Nestes *drink-bares* geralmente há música e um espaço (reduzido) para danças e shows de *strip-tease*, embora não se realizem shows em todos os *drink-bares*. A organização mais comum nestes espaços compõe-se de uma espécie de sala de visitas com mesas e cadeiras ou sofás onde clientes e

prostitutas conversam e bebem, podendo ou não realizar um programa. Justamente por ser caracterizado com *drink-bar* é que nestes espaços normalmente as prostitutas ganham uma porcentagem sobre a bebida consumida pelo cliente (sobre a “dose”), pois não é incomum elas apenas beberem e conversarem com os clientes sem chegar a fazer um “programa”.

Jô e Cid não se conhecem, mas ambos atuam em *drink-bares* no centro da cidade apresentando formas distintas de gerenciar e caracterizar o negócio. Jô é uma dona de um “bar noturno com mulheres” como ela mesma se refere à sua casa. Conheci Jô há dois anos atrás através de amigos que sabiam que eu estava interessada sobre o tema “prostituição”. Visitei sua casa primeiro informalmente, e meses mais tarde através do NEP, fazendo visitas como monitora da ONG envolvida em um projeto com parceria do Ministério da Saúde. Desde o início minha relação com Jô foi bastante informal e agradável, e muitas vezes nessa visitas de monitoria Jô demonstrava sua receptividade oferecendo “quitutes” e cerveja. Foi nesse clima que entrevistei Jô numa tarde de sexta-feira, em pleno horário de expediente, sentada próximo ao balcão do bar, onde ela atendia os clientes e conversava animadamente comigo, entre um copo e outro de cerveja.

Jô tem aproximadamente 65 anos, embora aparente menos. É uma senhora vaidosa, de cabelos pintados e está sempre maquiada e perfumada. Faz o gênero “madame”, como ela mesma diz, e possui um estilo “chic displicente”, impecável, mas sem exageros. Minha informante mora e trabalha no mesmo local, uma casa antiga próxima ao centro de Porto Alegre. Não fossem as “luzes vermelhas” na escada da casa, nada indicaria uma dita “casa de tolerância”, pois não há nenhum letreiro na fachada, nem fotos ou desenhos de mulheres e muito menos um segurança na porta.

Jô tem o segundo grau completo, e mora no *drink-bar* com duas prostitutas que trabalham ali. Jô nasceu no interior do RS, embora já tenha vivido em várias cidades do Brasil. Seu comportamento e suas palavras denunciam um “*habitus*” classe média alta, e como ela mesma faz questão de frisar, até se separar do marido, levava uma vida de “madame”.

Jô já trabalhou em muitos ramos do comércio, na maior parte das vezes como proprietária. Seu atual negócio foi comprado pelo ex-marido:

Eu falei pro meu ex-marido comprar uma boate pra mim e ele veio escolher a casa, e quando vim aqui não gostei, achei horrível: 'Não quero'. Voltei pro Rio. Dali uns dias ele me ligou: "Tu veio fazer o negócio?" E eu vim, mas eu achei que ia ficar uns 30 dias, e fui gostando e nos 30 dias fiquei mais 60, e mais 90, e faz dois anos. Eu só largo disso daqui se for pela canseira né? Porque não é pra mim, não tenho mais idade pra isso. Mas gosto. Me adaptei.

Uma questão importante é a maneira como Jô percebe a sua atividade como dona de casa de prostituição. Por sinal, ela nem usa essa palavra ("prostituição") e se refere às garotas de programa como "minhas gurias" ou "as mulheres aqui", sempre tentando marcar uma distinção de sua casa com as outras casas, caracterizando o ambiente como "familiar", "discreto" e "respeitoso". Jô chegou mesmo a dizer que eu poderia ir lá um dia desses fazer uma festa com os amigos, que poderia levar o namorado, pois "as mulheres respeitam" os homens acompanhados.

Muitas vezes Jô apontava para a sala para me mostrar como o lugar era "limpo" e "adequado", pois não havia "som alto, mulheres nuas e algazarra". Esse parecia ser o "cartão de visitas" da casa de Jô contra o estereótipo do "cabaré", representação que ela tentava evitar em sua fala que se tornava repentinamente séria. Esse tom de voz quase burocrático que contrasta com seu comportamento habitual, de brincar e rir com os clientes e com as "gurias".

Eu faço questão de dizer que eu tenho uma casa de mulheres, só que eu não digo e jamais vou dizer um cabaré. Mas é porque eu não acho. É um bar noturno com mulheres, pronto! **Não por preconceito, mas por respeito. Então eu acho assim "cabaré", aquela coisa antiga que era pura sujeira,** as mulheres dançavam nuas, aquelas coisas diferentes.

E se Jô busca a distinção com o que ela chama "cabaré", também busca diferenciar-se da figura igualmente estereotipada da "cafetina":

Esse é o ramo que eu mais me identifiquei, gostei. E se vem alguém e fala eu digo: 'Não. Eu não sou cafetina, não sou, nunca fui e não vou ser'. **Cafetina**

eu acho que é aquela que vai procurar mulher, chamar mulher pra arrumar programas, eu não faço isso. Eu só tenho a minha casa. Não me considero cafetina. Vem quem quer. Chegou uma mulher ali, chegou um homem eu recebo, também não faço "ó convida fulana". Eles que se encontram.

O mais engraçado é que, enquanto conversávamos, Jô ia atendendo aos clientes, servindo cerveja nos copos, recepcionando, trocando dinheiro, atendendo a porta... ou seja, exercendo as funções da "dona de casa de mulheres", sem peso dos pejorativos que a palavra "cafetina" carrega. Jô fazia tudo isso com uma desenvoltura surpreendente.

Às vezes um cliente estranhava nós duas sentadas no balcão, copos de cerveja e gravador, e então ela animadamente me apresentava como uma estudante, despejava alguns elogios para ambos interlocutores, e seguia "tagarelado" sem parar. Depois da entrevista, apresentou-me para todas as "gurias", levou-me ao terraço, mostrou a churrasqueira e as novas "melhorias" da casa (reformas, móveis novos, etc.). Jô é muito dinâmica e versátil, de uma agilidade surpreendente (nunca eu diria que ela tem 65 anos!!). Muito eloqüente, ela segue falando das vantagens do seu trabalho, e nisso podemos ver mais alguns traços de sua personalidade:

As vantagens são todas: financeira, amizades, conhecimento. **Desvantagens é sono. Você bebe sem querer (risos), são as únicas desvantagens e assim mesmo ainda são proveitosas. É cansada.** Mas você sente aquela cansada prazerosa, não é aquela cansada desgastante. Às vezes eu tô mesmo cansada, aí eu penso: 'Eu não vou beber, hoje eu não vou beber' mas quando vejo... é a ocasião...

Jô gosta de seu ramo de atuação, que para ela mistura negócios e diversão. Ela gosta de atender os clientes e em todas as vezes que a vi se mostrava feliz e disposta a conversar e contar histórias. Seu "bar noturno com mulheres" parece estar relacionado à sua independência emocional e financeira, pois logo após adquirir o *drink-bar* separou-se do marido que diz nunca ter amado e apaixonou-se por um homem que conheceu no bar. Ter um bar noturno com mulheres também a fez ressignificar sua experiência pregressa como missionária de uma igreja e sua formação religiosa:

Então no Rio eu trabalhei só na Igreja. Eu trabalhava na liturgia, essas coisas de Deus, mudei assim do vinho pra água. E foi aqui, eu digo, de certo Deus tem uma missão pra cada um e pra mim foi essa missão que eu tinha que completar, pra mim aprender a gostar dos homens, porque eu nunca gostei de homem, não gostava mesmo.

(..) Mas aqui eu continuo o meu trabalho de maneira diferente, em outra área. E eu falei para eles (da igreja): "tenho uma casa de mulheres", **mas aqui eu vou crescer o meu material, lá eu cresci o meu espiritual. E para ti ser feliz tu tem que ter material e espiritual juntos.** Essas igrejas que pregam tudo errado, que tudo é errado. Tem que ser paralelo. E tem que compreender, tem que conhecer. E é o que faz a gente entender muitas coisas (...) às vezes eu penso: "porque eu aqui?". Eu tinha que ter uma casa, dessa maneira, pra eu conhecer e poder ter uma abertura que eu não tinha, e que em outro setor eu ia ser sempre aquela freira.

Podemos perceber aqui que Jô oscila entre a auto-representação de "madame" e de "freira", dois lados de uma moeda pessoal que não se opõem radicalmente, mas se complementam na visão particular do que ela diz que "era" e do que ela se diz hoje: uma mulher independente, mas que não rompeu (e sim resignificou) esses traços pessoais em sua história. "Freira, madame e mulher independente", tudo isso se integra na personalidade de Jô, que é complexa e pouco linear. O fato de ter uma "casa de mulheres", ser independente e simplesmente "namorar" perpassa sua estória passada e toma ares de "realização pessoal". Daí podemos entender o significado que Jô dá para sua atividade como dona de casa de prostituição.

A trajetória de Jô nos leva a refletir sobre o uso estrito de estereótipos sobre os donos de bar. Por trás de uma atividade definida por seu lugar tido e visto como "fixo" (dona de casa de prostituição), em uma complexa cadeia de agenciamento do trabalho sexual, há biografias ainda mais complexas que oscilam entre a independência feminina e a inserção em uma lógica de submissão a contextos variados, seja eclesiástico ou não, como o caso de Jô. E, nesse caso, Jô não vê conflito e sim trânsito e continuidade entre essas distintas experiências de freira e dona de casa³⁶ em uma trajetória de acúmulo de experiências diversas

³⁶ Há uma casa de *swing* o "Sofazão", muito conhecida em Porto Alegre, em que o proprietário chama a atenção para o fato de ter sido padre, e trata seu estabelecimento como um

e não circunscritas a uma única “localidade”. Note-se que encontro Jô refletindo sobre a multiplicidade de experiências que utiliza para se auto-definir.

Diferentemente do que ocorreu com Jô, meu primeiro encontro com Cid se deu de forma casual e no ambiente da ONG. Neste encontro Cid e eu não nos conhecíamos, como mostro num diário de campo de um dia de trabalho voluntário no NEP,

(...) estou na sala ao lado quando escuto uma voz masculina no ambiente. Começo a prestar atenção no papo desse homem com Cecília que está atendendo na mesa e percebo que se trata de um dono de casa de prostituição, logo fico mais atenta ainda. **Ele chega perguntando como funciona o “esquema das camisinhas”, ou seja, como as gurias da casa dele fazem para pegar camisinhas ali. Cecília explica o procedimento e reclama que as gurias da casa dele não vêm nas oficinas (de saúde e cidadania): “o NEP não vai mais lá fazer oficina na boate, elas tem que começar a vir aqui. A gente vai num monte de lugar bem mais longe e vocês que é aqui pertinho, não custa nada vir aqui pegar as camisinhas e assistir aqui as oficinas”. O homem se defende dizendo que as gurias de sua boate não vêm porque dizem que não querem perder tempo, mas Cecília rebate dizendo que as gurias falam que é ele que não deixa elas virem na ONG. Ele segue dizendo que não: “pelo contrário, eu estou sempre perguntando se elas andam vindo aqui pegar e incentivando elas a usar”.** Finalizada a discussão, o homem se encaminha para a porta quando eu resolvo, impulsivamente, abordá-lo: “tu é dono de casa?” pergunto para ele que me olha cheio de curiosidade: “Sim, eu tenho um Drink”. Explico que sou estudante e que estou fazendo um trabalho sobre os donos/as de casas de prostituição, que sou voluntária do NEP, etc.. e pergunto se ele tem um tempinho para conversar comigo. Imaginando o que ele inicialmente pensou, brinco que não quero trabalhar na casa dele e ele me responde rindo, confirmando que se assustou com a pergunta. Vamos para a cozinha da ONG e começamos a conversar. Ele me diz que está com um pouco de pressa, pois hoje é dia de oficina no NEP e ele precisa ir até a boate chamar as gurias para vir aqui (parece que a conversa com Cecília fez efeito). (Diário de Campo, Janeiro de 2008)

Cid deve ter uns 30 a 35 anos, tem uma aparência jovial e no momento deste encontro usava boné, tênis, camiseta e bermudão. Cid me fala que está neste ramo de atuação a um ano e meio, mas que entrou neste negócio através de outras pessoas que o convidaram para ser sócio no estabelecimento de um *drink-bar*: “É um prédio de 3 andares que eu aluguei em parceria com outras

espaço extremamente seguro e regado e não um “caos da perdição”. O dono do Sofazão inclusive já participou de entrevistas no programa de Jô Soares.

peessoas, que mais tarde me deixaram 'empepinado', então eu respondo pelo prédio porque tá no meu nome". Cid foi um pouco evasivo ao responder o que fazia antes de atuar na prostituição e ao falar sobre o início do negócio, mas dá detalhes sobre o funcionamento da casa:

"(...) eu não vou te contar agora tudo o que eu já trabalhei, mas acabei entrando nesse negócio por idéia dos meus sócios, que eu te falei. Cada andar então tem um gerente, eu cuido de um dos andares, mas eu faço tudo, se eu tiver que panfletar, eu panfleteio também, eu faço tudo (e puxa do bolso do bermudão um maço de panfletos que anunciam o seu *drink-bar*). Tem mais ou menos 10 mulheres por andar, agora em época de praia é menos, tem umas 5 em cada andar, mas a concorrência (entre as casas) é grande, tu faz uma coisa nova e eles copiam, por isso a gente tem que estar sempre inovando". Quanto às regras da casa Cid me explica que "não pode usar droga lá dentro, lá fora que elas fazem da vida delas eu não quero nem saber, não é da minha conta, mas lá dentro não. No mais, 20% do programa fica pra casa para as próprias despesas delas, para panfletagem, anúncio e outras despesas. Elas cobram o que elas quiserem do cliente, mas o valor mínimo é 20 reais, e mesmo assim eu já acho muito barato a mulher se expor por 20 pila. (...) Uma mulher veio pedir serviço hoje mesmo, era aqui da Galeria Malcon, fazia por 10. Lá é só a partir de 20. A casa funciona das dez e meia da manhã às oito da noite, pode passar lá pra ti conhecer".

Pergunto se as gurias ganham alguma comissão pela bebida que os clientes consomem e Cid me diz que elas ganham, mas é pouco porque "o grosso do dinheiro delas vêm dos programas". Pergunto o preço das bebidas e Cid me informa detalhadamente: "*é 3 reais o refri e 6 reais a ceva (...) mas elas não são obrigadas a beber*". Essa última ressalva me faz pensar que Cid já ouviu algo sobre isso a partir do NEP, pois muitas prostitutas reclamam que têm que ingerir muita bebida alcoólica nos *drink-bares* e boates, uma prática que privilegia mais o dono do estabelecimento que a prostituta, pois ela nem sempre ganha comissão sobre a bebida consumida pelo cliente. Cid me diz que "*é mais light aqui*" (que em outras boates), talvez se referindo às condições de trabalho das prostitutas no seu *drink-bar*, pois elas não são obrigadas a beber e porque o dono da casa não fica com 50% do dinheiro arrecado nos programas. Pergunto se ele gosta do que faz, e ele me diz que não: "*Não, não gosto. É muita trairagem (traição, sacanagem),*

uma pessoa quer passar por cima da outra. Tu escuta cada coisa". Pergunto o que ele pensa sobre o negócio da prostituição e ele me surpreende com a resposta:

Eu acho exploração... (longa pausa). Não sei quem tá se beneficiando com isso. Não sei... Quando é 50%, meio a meio, é a dona da casa que se beneficia. Não sei se porque eu sou de religião, quer dizer, sou católico, mas eu acho que tem outras maneiras (de ganhar dinheiro)... **eu acho uma coisa estranha fazer sexo com quem nunca viu antes.**

Cid me surpreende com o seu desconforto frente ao seu trabalho e frente à própria prostituição, pois no fundo "acha estranho fazer sexo com quem nunca viu antes". Indo por esse caminho, pergunto se ele sofre preconceito por ser dono de uma casa de prostituição: "Ah, tu é cafetão! É a primeira coisa que pensam", me diz ele instantaneamente. Sigo perguntando sobre como ele registrou o negócio:

Leticia: E foi difícil registrar a casa?

Cid: foi registrada como "*drink-bar* pensão", pensão porque tem quartos né? Mas não é fácil registrar, mas eu acho que eles vão ter que liberar (um alvará para a prostituição) **porque sempre vai existir e cada vez pior, pelo menos ali elas estão protegidas, tem um segurança. O custo para estar na rua é maior, elas têm que pagar um cara.**

Leticia: Um gigolô?

Cid: É. **A gurria ganha o dinheiro dela, se expõe, porque tem todo o preconceito da sociedade** (frente a prostituição) **e dá tudo pro cara (...)**. Com os filhos tudo bem, admiro as que gastam o dinheiro com os filhos, admiro muito. (...) Mais ou menos 60% delas (das que trabalham no seu *drink-bar*) tem o cara (gigolô).

E Cid segue me falando sobre as "gurias da prostituição":

A gurria que entra nesse ramo é difícil sair. Ela não consegue sair. Se ela casa, a primeira briga que tem ela volta. (...) tem muita procura para esse trabalho (de prostituta), essas gurias são também como psicólogas, porque tem que ter muita paciência (com os clientes).

Embora tanto Cid quanto Jô tenham *drink-bares* no centro da cidade e tenham entrado neste negócio a partir da influência de outras pessoas (amigos e marido, respectivamente), a maneira como eles enxergam o seu trabalho e a própria prostituição é muito diferente, como podemos perceber através de suas

falas. Jô se posiciona como protagonista da casa (“suas meninas”) e Cid é quase um espectador de uma prática que considera estranha. Como pensar essas diferenças? Acredito que essas diferenças podem ter relação com o local em que Cid e Jô foram por mim interpelados e com o grau de proximidade destas pessoas em relação a mim. Como já salientei, abordei Cid no NEP, sem antes nunca tê-lo visto. Mesmo que em nossa conversa Cid tivesse levando em conta o fato de ter me conhecido no NEP (e deu eu ser voluntária da ONG), isso pouco interfere na sua concepção sobre a prostituição, porque tal concepção é contrária ao pensamento das integrantes da ONG, que Cid demonstrou conhecer em alguns momentos de nosso diálogo. Enquanto Jô associa trabalho e satisfação pessoal em seu negócio, Cid me diz não gostar do que faz, pretendendo assim que possível mudar de ramo.

Essa forma de encarar seu trabalho diz respeito a uma concepção sobre a própria prostituição, uma atividade que para ele é “estranha”, onde nem prostituta (“que se expõe”) e nem donos de casa tem algo a ganhar (pois também sofrem preconceito), a não ser quando estes últimos exploram o trabalho da prostituta (quando o dinheiro do programa é repartido meio a meio para a prostituta e para a/o dona/o da casa).

Assim, quando Cid fala de “ganhos”, parece que não está se referindo apenas a lucros financeiros, mas a uma satisfação pessoal que ele não vê na prostituição, nem para as prostitutas nem para os donos/as de casas. Quando há “ganhos”, estes são financeiros e derivados de uma forma de exploração: cobrar a metade do dinheiro arrecadado nos programas realizados pelas mulheres. Por outro lado, Cid fala-me da necessidade de liberar o registro das casas de prostituição, através de um alvará específico³⁷, “porque sempre vai existir (a prostituição) e cada vez pior, pelo menos ali elas estão protegidas, tem um segurança. O custo para estar na rua é maior, elas têm que pagar um cara”.

³⁷ Atualmente não há alvará específico para estabelecimentos de prostituição. Estes estabelecimentos obtêm outros alvarás para o funcionamento, como para venda de bebidas alcoólicas (bar), pensão e boate, por exemplo.

Mas a “reivindicação” de um alvará não parece fruto de um desejo, mas antes de uma relativa resignação, pois para ele, “se sempre vai existir a prostituição, pelo menos nas casas as prostitutas estão protegidas”.

Essa forma de perceber a prostituição realizada em espaços privados contrapondo-a à prostituição exercida na rua é bastante comum entre meus interlocutores que gerenciam casas, seja para associar a prostituição de rua à um submundo marginal e violento (onde as mulheres tem que “pagar um cara” que as explora), seja para enfatizar a relativa liberdade e autonomia das prostitutas na rua, como veremos mais adiante nos depoimentos de mulheres que trabalham ou trabalharam nas ruas de Porto Alegre.

Essa maneira de conceber a prostituição de rua também é partilhada por Jô e nisto nossos dois interlocutores se assemelham:

Esse negócio de mulheres na rua eu sou contra. Elas deveriam ter uma casa pra elas trabalharem, que na rua é muito perigoso, porque através delas se infiltra muita gente às vezes que vêm pra roubar, vêm pra matar, então eu sou a favor de ter uma casa, ter um local. Área específica não, que até é perigoso. Por exemplo, a minha casa aqui é bem no centro e ninguém sabe que é. Vêm através do convite é só ali. Agora essas mulheres da rua deveriam ter uma casa até mesmo para tomar banho, porque de lá elas saem pros carros... E aí adquirem doenças, não tem mais higiene, aquele cuidado né. Mas tem que respeitar a vizinhança, o convívio com a boa vizinhança. O som também eu cuido muito. Eu não levanto o som, o som aqui é razoável, isso aí vai da dona da casa cuidar (Jô, dona de *drink-bar*)

Em sua fala, Jô manifesta também opinião contrária à delimitação de áreas específicas para a prostituição. Advogar a favor da presença de casas de prostituição em meio a outros comércios e residências pode ser visto como uma maneira de lutar contra o estigma que recai sobre esta atividade. Se a casa de prostituição é discreta, organizada e “limpa” não há porque separá-la em zonas específicas tendo em vista que sua relativa “invisibilidade” pouco ofende a moralidade geral de outros comércios e moradias. Tudo se passa como se, para ser aceita, a prostituição devesse ser pouco visível e indistinta de outras atividades comerciais. Essa discricção da casa de Jô se expressa até mesmo pela forma como os clientes chegam à sua casa: apenas através de convites ou do contato entre um cliente e outro. Não há publicidade.

Já Cid concentra parte de seus esforços na propaganda que faz de sua casa, através de anúncios e panfletagem, aproximando-se de uma postura que poderíamos chamar de mais “empreendedora”.

De qualquer forma, as duas casas se ocupam do negócio do sexo, e possuem regras distintas de gerenciamento. Segundo Jô, ela cobra apenas um valor específico e fixo pelo uso do quarto que as mulheres utilizam para fazer programa, sem cobrar nenhuma porcentagem do mesmo. O valor do programa é negociado entre prostituta e cliente e pode variar de acordo com as práticas sexuais realizadas. Já na casa de Cid, não se cobra pelo uso dos quartos, mas é cobrado 20% do valor do programa, independente do valor acertado entre prostituta e cliente, que não deve ser inferior a R\$20,00. Em ambos os lugares, as prostitutas ganham uma porcentagem sobre a bebida consumida pelos clientes, ganham sobre a “dose” (de bebida), como eles me falam, mas tanto Cid como Jô ressaltam que esse valor é pequeno e, portanto, pouco lucrativo para a prostituta.

Embora muitas prostitutas já tenham me falado sobre a prática de “pagar o salão”, em nenhum desses dois locais ouvi falar sobre isso. Essa prática é mais usual nas boates (e não tanto em *drink-bares*), onde os donos da casa pagam um valor pré-estabelecido e fixo, por noite, para garantir a permanência das mulheres na boate. “Pagar o salão” garante que a prostituta irá cumprir o horário estabelecido, pois uma boate precisa de um número mais ou menos estável de mulheres por noite. Além disso, parece impedir que as prostitutas saiam da boate para realizar os programas em outros espaços que não nos quartos da boate, pois se a mulher sai com o cliente da boate, não “recebe o salão”.

O pagamento do salão cria um vínculo da prostituta com a casa, pois uma característica da prostituição privada parece ser a fluidez com que as mulheres chegam e saem das casas, sem horários fixos e sem garantias de permanência. Essa questão é trazida por Jô quando pergunto a ela sobre uma possível regulamentação da atividade:

Não. A carteira profissional aí as donas de casa não iam aceitar. Aí as mulheres têm que fazer horário e elas não fazem horário né. Aqui elas são

autônomas, então elas teriam que recolher (INSS) como autônomas (..) hoje ninguém mais quer compromisso. A minha casa tá sempre cheia de gente, elas vêm a hora que elas querem e saem a hora que querem. Surge um programa na rua elas vão fazer, então elas acham muito bem assim e por isso a minha casa tá sempre cheia. Tem gente que controla horário de chegada, hora de saída, elas não vão. Aí seria como funcionários né, e isso aí não funciona. Aí elas teriam direito a 13º, férias... **contanto que cumpra horário, e elas não vão cumprir. Elas são autônomas, então é problema delas se elas (...) porque elas ganham bastante, são novas, são bonitas e quando ficar velha não tem (...) tem umas que ganham muito dinheiro e tem umas que não faturam... (.) o cliente só bebe cerveja e não faz programa nenhum.** (Jô, dona de *drink-bar*)

Aqui podemos aventar a hipótese de que, mesmo quando o/a dono/a de casa reclama das prostitutas por estas não cumprirem os horários acertados, (como veremos com Diva, por exemplo) a regulamentação aparece para os donos de casa como um ônus por transpor os modos já conhecidos de direitos trabalhistas para uma dinâmica que se pauta pela fluidez. Pode-se dizer que o debate evoca a experiência de trabalhador assalariado, bastante conhecida e que aparece em seus depoimentos como um ônus, não só para a discussão da profissionalização, mas como ideal que foi declinado inúmeras vezes em suas vidas, esse sim, relacionado diretamente a uma modalidade de exploração. Veremos como isso aparece também nas falas de prostitutas. Assim, parece que não se discute só a profissionalização, mas sobre algo que renegaram para ingressar na prostituição, vista como algo mais rentável que a exploração do trabalho assalariado.

Diferentemente de outras donas de casas de prostituição, Jô não vê a questão da fluidez das mulheres na casa como um problema e talvez por isso mesmo em sua casa não haja a prática de “pagar salão”. Essa fluidez só seria um problema se as prostitutas trabalhassem de carteira assinada, pois para Jô elas não aceitariam cumprir horário. Além disso, há prostitutas que fazem muitos programas e logo, dão dinheiro para a casa, da mesma forma que há mulheres com as quais “o cliente só bebe cerveja e não faz programa nenhum”.

A profissionalização sugere (e não necessariamente o precisaria fazer) uma equiparação das atividades da prostituta a um modelo trabalhista já conhecido (inclusive em suas falhas e ganhos). Assim, as perguntas que surgem

são: com o estabelecimento de um emprego formal, como ficaria esta relação entre patrão e empregados? Teria a prostituta que pouco faz programas o mesmo salário da mulher que faz muitos programas?

A fala de Jô aponta para questões controversas e ainda não resolvidas na discussão sobre uma possível regulamentação. Mesmo caracterizando informal e autônoma, Jô percebe a prostituição como um trabalho:

É um trabalho normal. Eu vejo elas sempre dispostas e felizes. **Tem casas que exploram as mulheres, que não é meu caso, aqui as mulheres se sentem livres, elas ganham o dinheiro delas, eu ganho o meu.** Tu não vê elas tristes, a não ser quando não dá movimento. Eu vejo elas como se fossem da minha família. Eu me entrosei com elas. **Aqui é outro nível.** Seguido vêm as mulheres com os namorados. Sábado ainda tinha um casal aqui. **Eles nem notam às vezes que tão numa casa de mulheres,** porque daí mulher nenhuma dá em cima do homem. (...) Eu sempre digo para elas: é vocês que tem que saber o que é bom pra vocês. (...) e eu esses dias até falei com elas, porque agora tem uma lei que elas podem recolher o INSS, tem uma palavrinha aí... pra elas se aposentarem, mas **deveria ter uma outra lei que as donas de casa agora pudessem recolher também como donas de casas** (de prostituição).

Novamente Jô busca diferenciar sua casa de outros locais de prostituição, mas agora não apenas da prostituição realizada na rua, como também da prostituição exercida em outras casas “que exploram as mulheres”. Na sua casa “elas ganham o dinheiro delas e eu ganho o meu” e as prostitutas se sentem livres porque não há vínculo e obrigações. Minha interlocutora faz questão de frisar que o relacionamento não é de patrão e empregado, pois as mulheres que trabalham em sua casa são “como se fossem da minha família”. Para Jô, estabelecer uma relação de familiaridade parece afastar o perigo da exploração que poderia recair em uma relação de emprego formal. Essa alusão a um “clima familiar” do ambiente é o que dá a sua casa “um outro nível” ao mesmo tempo em que se distancia da exploração.

Interessante notar que, mesmo sendo contra o estabelecimento de uma relação empregatícia formal, Jô defende uma lei semelhante aos dos profissionais do sexo para as donas de casa, que deveriam se aposentar como donos de estabelecimentos de prostituição. Essa reivindicação parece aludir a uma maior

visibilidade destes agentes e sua descriminalização, mostrando múltiplas maneiras de diálogo com a lei.

4.2 “Pagar salão” e “dar gancho”: diversidade do trabalho nas casas e experiências de subordinação.

Liane já trabalhou pelo menos uma dezena de anos na rua e já teve um gigolô, como ela faz questão de ressaltar. Hoje em dia atende apenas por anúncio ou de vez em quando tira um dinheiro extra “batalhando” em alguma sala do centro da cidade. No tempo em que compartilhava o negócio com este homem e suas “bóias”, foi responsável pelo gerenciamento de uma boate por quase dois anos, período em que dividia seu tempo entre a “batalha” na rua e o balcão da boate, pois não deixou de exercer a prostituição mesmo quando cuidava do negócio. Pergunto para Liane como era essa sua vida de dona de boate:

Liane: Boate é um clima totalmente diferente, é uma ilha da fantasia, só convivendo pra saber o que é. Uma loucura, quem trabalha na noite assim, é um loucura. Eu tomei conta da nossa boate, só que eu tava do lado de cá do balcão, eu que cobrava garçom, que cobrava as gurias, cobrava horário, cobrava horário de dançarina, eu era a xarope né? A chata, sempre tem que ter uma chata.

Leticia: E na boate vocês cobravam o quarto e tal?

Liane: Não, naquela boate não tinha quarto, tinha o hotel ali do lado. Então na época a gente pagava... vamos supor que fosse 10 pila por noite pra cada mulher ficar no salão, **então se a mulher fosse fazer programa o cara tinha que pagar 3 doses pra gente liberar ela pra fazer programa, daí ela cobrava o que ela quisesse, ia pro hotel, o cara pagava o hotel, a gente ganhava nas 3 doses e não pagava mais salão pra ela. Se ela não fosse fazer programa, a gente pagava no final da noite as doses que ela tomava e o salão.** Quem dançava ganhava 15, quem fazia *strip* ganhava 25 aí tudo era diferenciado assim, mas foi um trabalho e tanto.

Liane me fala de algumas regras da boate em relação às diferentes pessoas que trabalhavam ali. O pagamento era diferenciado de acordo com o serviço de cada pessoa (dançarina, garçom, prostituta). Liane cobrava horário de todos, inclusive das prostitutas que para receberem “o salão” teriam que estar na boate no período de tempo combinado previamente, até mesmo porque a boate

não possuía quartos³⁸. Ou seja, a boate não ganhava a partir dos programas (que eram realizados fora), mas principalmente através da bebida consumida pelos clientes. As prostitutas na boate de Liane não faziam programas, mas rendiam dinheiro para casa fazendo os clientes consumirem “doses”. Por isso uma das regras era o consumo de no mínimo três doses para a prostituta poder sair e realizar o programa fora da boate. Saindo da boate, a mulher não receberia mais “o salão”, que era pago apenas para as mulheres que não conseguiam realizar nenhum programa na noite.

Desta forma, “pagar o salão” para a prostituta era uma forma de garantir a presença de mulheres na casa, que se não conseguissem nenhum programa na noite, teriam pelo menos um valor fixo por disporem de seu tempo na boate e fazer os clientes beberem. Como é recorrente nas boates, Liane também pagava as “doses” para as mulheres. O diferencial aqui é que nesta boate não havia quartos, o que muda um pouco a dinâmica da casa, que investe mais no tempo da prostituta dentro da boate (pagando o salão e estabelecendo horários) que nos programas realizados por ela fora da casa, cujo valor inteiro fica com a prostituta. Liane me diz ter gostado dessa experiência como dona de boate e que por isso mesmo entende certas reivindicações (e reclamações) destas frente às prostitutas. Um papel de “chata” que tem que ter nestes locais: “sempre tem a chata”, pois estabelecer regras e cobrar os “funcionários” faz parte dessa função:

Liane: Eu já tive dos dois lados, eu sei como é, porque eu também como dona de casa eu não ia querer que chegasse uma guria às 11 horas sendo que ela ficou de chegar às 9. E daí já chegou dois clientes procurando por ela e não quiseram ficar com ninguém, só queria aquela ali. Rrrrr!! Daí eu tenho vontade de matar a mulher. Daí tu já fica pensando: “pô se ela tivesse ali, ele teria tomado mais duas cervejas, aí tem mais o quarto, daí ela ia pedir mais um refri”. Daí tu fica somando.

Leticia: Isso leva ao “gancho” não?

Liane: É bem assim, **se tu fica vinculada numa casa, tem clientes que chegam lá e daí eles ficam torturando as donas da casa e aquilo ali vai irritando elas: “Ah desgraçada, tu vai me pagar quando tu chegar”**. Eu sei

³⁸ Sempre quem paga o quarto é o cliente (tanto em locais públicos, onde se utilizam quartos de hotéis/motéis, quanto em espaços privados, quando há quartos na casa utilizados para a realização dos programas).

porque eu pensava isso (e começa a encenar um diálogo entre a dona da casa e um cliente):

– “Tá, mas cadê a Bruna?”

– “Ah a Bruna não veio hoje, mas tem a Bel, a Maria, a Cátia, a...”

– “Mas eu queria saber da Bruna”

– “Ah mas ela não veio hoje porque tava com um problema e tal”

– “Mas tu sabe quando ela vai vir?”

– “Olha, mas enquanto a gente não sabe, de repente tu pode conversar com uma das meninas”.

– “Mas eu queria saber da Bruna”.

– “Meu querido o negócio é o seguinte: a Bruna não veio, eu não sei da Bruna!!” (risos)

Liane: Daí passa e no outro dia a Bruna aparece, linda, feliz.

– “Êêêê cheguei!”

– “Onde tu tava desgraçada?!”

– “Ai eu tive um problema com o meu filho”

– “Mas podia ter ligado né?! Então tu faz o seguinte: agora tu fica mais dois dias sem vir, porque o teu cliente teve aqui e provavelmente ele não vai aparecer nesses dois dias, então tu vem no outro dia”.

Liane: Então **isso é dar um gancho**, e isso em boate, porque em sala elas ainda te cobram. Eu nunca cobrei dinheiro assim, já dei gancho, mas assim de cobrar, deus me livre, acho que eu pulo no pescoço (se fazem isso comigo). **O pior é que tem gurias que se submetem a isso, pagam e acham que não tem lugar mais nenhum pra elas trabalhar, que é só ali. Tá desaparecendo os cafetões (gigolôs) e tá aparecendo as donas de casa que tão explorando as meninas.** Eu fico pensando nisso, porque tem muitas gurias que como eu já tive um dia, têm um pensamento assim: “*pô eu só tenho aquilo ali sabe, eu não tenho outro lugar pra mim ficar, eu não vou conseguir me adaptar, eu já tenho seis freguês fixo aqui, sabe, eu vou ficar aqui*”.

O diálogo trazido por Liane (e vivenciado por ela) é um exemplo de uma prática realizada por muitos donos/as de casas de prostituição, o chamado “**dar gancho**”. O interessante é que Liane, a partir de sua experiência “dos dois lados do balcão”, apresenta uma cena real e os motivos que levam “ao gancho”. Durante todo o tempo da pesquisa sempre ouvi falar (mal) do “gancho” através das prostitutas, e nunca através dos donos/as de algum estabelecimento, possivelmente porque essa prática gera muitos conflitos e interpretações.

O gancho consiste em deixar a prostituta sem trabalhar por uns dias, uma espécie de repreensão pela prostituta não ter “cumprido o horário” estabelecido na casa. Logo, a prostituta fica, por algum tempo, sem poder dispor de seu espaço cotidiano de trabalho. Uma outra forma de “gancho”, um agravante do “gancho” por assim dizer, é cobrar da prostituta os valores que supostamente

o/a dono/a da casa deixou de receber durante a sua ausência: “Daí tu já fica pensando: ‘pô se ela tivesse ali, ele teria tomado mais duas cervejas, aí tem mais o quarto, daí ela ia pedir mais um refri’. Daí tu fica somando”. Essa “soma mental” realizada pela dona é que a fará cobrar da prostituta esse valores. Mas nada garante, é claro, que “ele teria tomado **mesmo** duas cervejas” se ela estivesse ali. Meu objetivo não é julgar a correção ou não dessas e outras práticas (como pagar o salão ou descontar uma porcentagem do programa, etc), mas inseri-las em uma discussão mais ampla sobre relações de trabalho na prostituição.

Desta forma, o “gancho” parece demonstrar a importância do tempo que a prostituta dispõe em um ambiente privado de prostituição. Como percebemos, o que motiva o “gancho” é o descumprimento de um horário estabelecido pelo dono/a da casa para ser o tempo em que a prostituta dedica àquele espaço. Poderíamos nos perguntar se a definição de um horário seria fruto de uma negociação entre os agentes dos “dois lados do balcão” ou uma regra imposta, unilateral. Se fruto de um acordo, descumprir o horário deve acarretar alguma consequência que por sua vez, deveria ser previamente negociada por ambos. Mas como firmar acordos se donos/as de casa de prostituição não são reconhecidos perante a lei? A quem recorrer na quebra de um acordo informal? Antes disso: como pensar a questão da exigência de horários fixos num universo de relações de trabalho informal, não-assalariado e estigmatizado?

4.3 Ideais e limites do trabalho autônomo e do trabalho assalariado: a boate de Vera e as visões dos dois lados do balcão.

Conheci Vera em outro estabelecimento de prostituição, quando ela ainda atuava como prostituta em um *drink-bar* localizado no centro da cidade. Na época, há uns quatro anos atrás, Vera além de fazer programas já cuidava do bar, atendendo os clientes, servindo bebidas e cuidando do caixa. Vera já exercia as funções de gerente. Por esta época conheceu seu atual companheiro e com a ajuda deste juntou dinheiro para alugar uma boate próxima ao *drink-bar* em que trabalhava antes. Agora Vera e Gi são responsáveis por uma boate pequena onde

trabalham cinco mulheres. Todos moram e trabalham no mesmo espaço que não é fácil de manter, pois Vera em boa parte da entrevista enfatiza as dificuldades de ter (e manter) uma casa de prostituição.

Vera: (...) e o Gi continuou mantendo a casa quase que todo o primeiro ano, pagando o aluguel, água, luz, com as despesas, com o trabalho extra dele né. Mas hoje em dia tá bem melhor né? Hoje em dia muitas vezes eu, eu não, nós! Porque essa casa é dele também né? Na realidade muitas vezes hoje a gente tira o dinheiro daqui para as coisas dele. Então hoje tudo o que a gente faz pra casa ela paga por si só, mas no início foi muito difícil

Leticia: E vocês moram aqui, tem alguma menina que mora aqui? Vera: **Moramos aqui, tem umas 5 meninas que moram aqui, que vão final de semana, mas que segunda ou terça já estão de volta Leticia: e elas ajudam?**

Vera: **Sim, normal, tudo.** Na realidade eu tenho uma pessoa que sempre organiza a casa, o básico né, mas a comida, o lavar a louça, essas coisas assim, todo mundo ajuda.

Leticia: **E elas ajudam com as despesas já que elas moram aqui ou não?**

Vera: **Não, não. Cada uma cuida de suas próprias necessidades, mas eu dou uma refeição por dia.** Quer dizer, o básico eu dou por dia. E aí elas se preocupam com o café, o açúcar, o pãozinho, o lanchinho,... mas a comida básica é com a gente, luz água, tudo é com a gente, elas só se preocupam com o extra delas mesmo. Às vezes tem uma ou outra que “Ah comprei isso, uma coisa ou outra pra gente fazer”, tem cliente que traz alguma coisa pra fazer, mas não que seja um compromisso delas.

Leticia: Não dá briga?

Vera: Dá sim, porque eu convivo mais com elas do que com meus próprios filhos. (...) e aqui a gente é meio pai e mãe, eu o Gi, né? **Elas na realidade contam com a gente pra tudo né? Na hora boa, na hora ruim, na hora que estão doentes, na hora que estão bêbadas, na hora que precisam de dinheiro, na hora que a gente precisa de dinheiro também, se elas tem também sabe?**

Vera me explica como todas essas pessoas que moram juntas organizam as despesas e as tarefas do cotidiano, mostrando que a convivência conjunta aproxima-os de uma “família”. Os limites entre o comercial e o familiar não são exatamente claros, e mesmo que existam regras de convivência e de trabalho definidas, aparecem espaços de indefinição através dos quais todos podem “brigar ou se ajudar”, o que explica que uma prostituta possa também emprestar dinheiro para Vera e Gi, por exemplo. Pelo que me foi dito, Vera não cobra a moradia das mulheres, mas elas também são responsáveis pelas tarefas domésticas da casa. Quanto aos programas, Vera não exige porcentagem, mas

sim um valor fixo pelo aluguel dos quartos utilizados para a realização dos programas. Como as mulheres moram em sua casa, não há necessidade de “pagar o salão”, pois dificilmente as mulheres se ausentam por muito tempo da boate:

Leticia: e elas trabalham só aqui ou em outra casa?

Vera: Não. Tem umas que às vezes dão uma circulada por aí, vêm de novo, mas a maioria aqui é fixa, é aqui que fica.

Leticia: E vocês preferem assim?

Vera: **É a gente prefere, senão uma vem aqui hoje, conhece um cliente aqui “Ah se eu não estiver aqui eu estou lá viu?” Então em vez de ele vir pra cá ele vai lá. Eu trabalhei em uma outra boate (como prostituta) e lá não podia ficar com o celular no salão, não podia dar número de celular pra cliente e era bom porque aí obrigava o cliente a ir sempre lá na casa pra procurar a gente. Então se eles (os donos) soubessem que um cliente tinha o número de telefone da gente, era um problema!** Agora a gente não tem mais como proibir isso, como é que eu vou proibir uma menina de dar um número de celular pra um cliente? Então a gente já dá mais liberdade. Nem sempre em outro lugar é tão tranquilo né (Vera, dona de boate)

Mesmo parecendo não gostar, Vera não impede que as mulheres saiam para fazer programa fora de sua boate, pois “não tem mais como proibir isso”. Essa relativa liberdade das mulheres realizarem programas fora da sua casa é vista como um diferencial deste espaço, uma vantagem que as prostitutas têm nesta boate “pois nem sempre em outro lugar é tão tranquilo”. Vera compara essa situação com sua experiência pregressa como prostituta quando trabalhou em uma boate em que era impedida de dar o número do telefone para os clientes. Da mesma forma, é a partir de sua experiência anterior que Vera analisa a questão das “doses”:

Eu sempre bebi muito mas para ganhar o meu dinheiro e sempre fui muito controlada pra isso... eu nunca trabalhei em casas que eu ficasse pouquinho tempo, eu escolhia uma casa para trabalhar e lá eu ficava. Então todo o dono de casa sabia que eu podia beber doses realmente quentes até um certo ponto, dali em diante ele tinha que fazer algumas coisa para que aquela dose fosse cada vez mais fraca. Hoje a maioria dos clientes já entende que hoje a mulher vai tomar um suco, uma dose de guaraná, um champanhe sem álcool, hoje é bem comum, mas na minha época não tinha isso então agora é mais fácil né? (...) Então foi uma coisa que passou, eu acho que eu vivi tudo

intensamente, cada fase da minha vida. E agora eu estou com 46 anos, com 20 e poucos anos de noite. (Vera, dona de boate)

Vera está falando de um tempo passado e de um espaço diferente da sua boate atual onde exerce outra função. É observando sua experiência passada em outros tempos e lugares que ela procura parâmetros para definir as regras de sua boate. Poderíamos pensar que o fato de já ter sido prostituta amenizaria o estigma que poderia vir a sofrer por ser atualmente “dona de casa de prostituição”. Parece que acionar uma experiência passada de prostituição é uma forma de se ver livre do rótulo de “cafetina”, pois já tendo sido prostituta, a dona da casa saberia como é estar “do outro lado do balcão”, agindo assim de maneira mais eqüitativa e justa. Além disso, as formas de gerenciar são extraídas e encontram “autoridade” em fazer escolhas para a casa pelo fato de ter acumulado experiências “do outro lado do balcão”, com formas de subordinação. O interessante é que todo mundo já esteve em uma situação de relativa subordinação, da qual se almeja sair. Esses elementos aparecem no discurso de muitas donas de estabelecimentos que já foram prostitutas. Por outro lado, como donas de casa, essas mulheres possuíam um conhecimento prévio e direto do negócio, o que as permite mais facilmente ter o controle da situação em suas novas relações com as prostitutas.

Esses são dois argumentos encontrados na pesquisa de campo e ambos dialogam com o estereótipo da “cafetinagem” como relação necessária de exploração. No caso de Vera, o rótulo de explorador pesa mais sobre seu companheiro, pelo fato de ser dono de casa de prostituição e homem:

O homem que vive disso é muito discriminado pelos outros, que ficam sabendo né? Por exemplo o Gi. **O Gi andou uma época que tava muito ruim o trabalho do serviço dele e pra ele pegar dinheiro daqui era um problema, ele achava que isso era o cúmulo. O que vão dizer: “As pessoas vão me chamar de gigolô, de isso, daquilo, que eu estou explorando as mulheres, eu atrás do balcão e elas tudo no salão pra me dar dinheiro”**. Aí um dia eu disse pra ele assim: “quando a gente tem dinheiro a gente faz um investimento, e esse investimento, no momento que tu precisares, tu tem de onde tirar, então na realidade foi isso que você fez. Então encara isso como um investimento feito a uns anos atrás, então hoje você está precisando, então vamos tirar dinheiro desse investimento”. Aí

tá...na minha cabeça é isso, na cabeça dele não (risos). **Aí ele me fez uma proposta assim: então já que está tão ruim na minha área, quem sabe a gente abre um outro tipo de negócio que eu vá trabalhar e que tu me ajude a montar, e depois eu sigo trabalhando**". Então foi assim que ele abriu uma lojinha na qual ele botou cigarro, fax, xérox, máquinas de jogos, sabe? Máquinas eletrônicas... e tiramos dinheiro daqui, também, claro, para montar essa loja. Fazem 4 meses que ele tá com a loja e agora ele já não tá precisando tanto daqui, mas ainda a gente tá pagando as dívidas da montagem dessa loja. Então isso aí pra ele foi mais natural, mas aí pegar dinheiro daqui pra ele pagar pensão pro filho dele, pra ele era o cúmulo, então agora já tá mais tranqüilo, ele com a lojinha dele lá, eu com o negócio aqui" (Vera, dona de boate)

Em sua fala, Vera aponta o próprio companheiro (ex-cliente) como suspeito aos olhos de outras pessoas de ser gigolô, mas a entrevistada faz questão de negar tal rótulo, mostrando como ele se sente constrangido de pegar o dinheiro da boate (que ele mesmo ajudou financeiramente a montar) para suas contas particulares. Assim, montar a tabacaria com parte do dinheiro adquirido na boate foi a estratégia encontrada pelo casal para fugir do rótulo de "exploradores", mais pesadamente pendente para o lado de Gi, já que o fato de Vera ter sido prostituta (e ser mulher) parece abrandar o estigma.

O negócio de Gi com a máquina de jogos está novamente no limiar da ilegalidade. Não que haja um "gosto" pela ilegalidade, mas uma maneira de erguer-se no mercado buscando autonomia financeira e um trabalho autônomo. Paradoxalmente, quanto mais se colocam opções de trabalho autônomo na ilegalidade, mais a ilegalidade do que ele faz reaparece na máquina de jogo, pois é o ideal de trabalho autônomo que perdura perante o trabalho assalariado.

Gi é duplamente suspeito de ser tido como "explorador" pois não apenas é dono de casa de prostituição (junto com Vera) e, se explorador, é "cafetão", como também corre o risco de ser percebido como "gigolô" de Vera e das outras prostitutas, explorando e vivendo do trabalho de todas elas.

Ter uma casa de programa não pareceu ser um problema para a entrevistada em momento algum, a não ser em relação às "burocracias" necessárias para ter tal casa, já que a entrevistada se refere rapidamente à "ter que dar dinheiro a pessoas inescrupulosas", e lamenta o fato de não ter uma

legislação específica para isso, como por exemplo, um alvará para casas de prostituição.

Aqui a falta de uma legislação específica parece dar margem para subornos, perseguições e chantagens, fazendo com que o negócio da prostituição (ao menos para o lado dos agenciadores, criminalizados pelo Código Penal) se torne ilegal e partilhe algo do “mundo do delito” como já observamos anteriormente:

Leticia: O que deveria melhorar nesse trabalho?

Vera: **Na realidade eu e o Gi hoje precisamos de um melhor ponto, de uma casa maior, mas é tão difícil... hoje para legalizar uma casa é um problema, é muita burocracia, é muito dinheiro investido, e eles vão enrolando a gente, se passam!** Acabam cobrando além do que deveriam, os impostos são muito altos, por exemplo: eu até posso abrir um bar, mas os quartos de programa têm que ser separados, não podem ser juntos assim na mesma casa...

Leticia: E aqui ninguém te incomoda? Porque em alguns lugares os fiscais pedem alvará para casa de programa, que não existe...

Vera: É exatamente aí. Eu posso registrar uma casa como uma boate, que aí vai ser uma danceteria e ao lado registrar um hotel, motel, assim se consegue os alvarás (de bar e motel). Mas como nós aqui são os quartos juntos com a casa... eles geralmente não dão alvará pra isso.

Leticia: E eles incomodam?

Vera: Não...aqui não, aqui é bem tranqüilo .. nem batidas (policiais) a gente não tem... É também, ela (a dona do prédio) é uma pessoa respeitável, bem conhecida, tem gente que sempre avisa: “Olha vai dar batida geral por aí”. Mas aqui eles nunca bateram. **Então a gente precisa de um ponto melhor, maior, mas as burocracias...Eu acho que... já que é uma é uma profissão que existe, e é uma profissão! E nós somos prova de que nós trabalhamos para nos manter, pra nos sustentar, então de qualquer maneira é nossa profissão, né? Então acho que eles deveriam de ter mais boa vontade e regularizar isso.**

Leticia: com carteira de trabalho, direito trabalhista?

Vera: Ficaria pesado porque a gente depende de muita gente, de muitas mulheres, mas mais facilidade para as licenças, para a abertura das casas... se a gente tem que ter uma regularização padrão, vamos nos padronizar, vamos ter essa documentação. Isso seria muito importante para nós donos de casa.

Portanto, as pessoas não estão nesse negócio por simples delito ou por não reconhecer a ilegalidade e seus meandros. Há uma experiência direta com os impedimentos legais que incidem sobre si e de sua capacidade em credenciar-se e possuir um alvará, nos termos legais, perante as autoridades.

Semelhante a Jô, Vera também vê problemas na formalização da relação de trabalho entre donas de casa e prostitutas como uma relação empregatícia com carteira assinada. Isso não impede que essa relação de trabalho não deva ser reconhecida de alguma forma, com algumas facilidades e garantias, como por exemplo, a existência de um alvará específico para a prostituição que facilitasse o registro legal das casas. Para Vera o registro beneficiaria não só os donos como também as prostitutas que precisam de um espaço para exercer a prostituição:

Quer dizer que se eu sempre fui prostituta e se eu não tivesse uma casa onde eu pudesse trabalhar, desenvolver o meu trabalho, ganhar o meu dinheiro, eu ia ganhar o meu dinheiro como? **Quer dizer, eu preciso da tua casa e se essa casa tiver regulamentada melhor. E essa é uma profissão tão antiga, e eu acho que na realidade nós não estamos roubando de ninguém, nós não estamos tirando nada de ninguém, a gente só tira, só ganha do cliente aquilo que ele aceita nos oferecer e nos dar, então quer dizer, não poderia ser contra lei uma coisa que eu estou cobrando por... por um trabalho!** Eu garanto que nós pagando os nossos impostos, a gente ainda vai gastar muito menos do que a gente gasta pra nos deixarem quietinhos aqui sem documento sem nada. Quer dizer, eu vou lá, pago meus impostos, o governo ganha, eu gasto menos e vou ter o meu trabalho legalizado. (...) Se eu fiz isso mesmo fora da lei, porque é que eu não poderia fazer dentro da lei, direitinho e tal né? (Vera, dona de boate)

Neste trecho aparece nítida a vontade de Vera de atuar “dentro da lei”, pois percebe tanto a atividade da prostituta quanto a dos donos de casa como um trabalho legítimo, ou seja, como atividades de trabalho que deveriam ser encaradas como quaisquer outras. Vera também enfatiza a necessidade das prostitutas de ter um espaço para trabalhar e neste sentido a atuação dos donos de casa aparece como complementar e necessária ao trabalho da prostituta. Essa discussão sobre os “espaços da prostituição” será também problematizada por algumas prostitutas, mas antes vamos observar um outro espaço de prostituição privada, as “salas”.

Note-se que o debate sobre a regularização da prostituição toca em ideais de autonomia financeira e regularização trabalhista, colocando donos de casa e prostitutas como dois segmentos muito diversos entre si. De um lado, percebemos que os/as donos/as de estabelecimento podem ter passado por

situações de subordinação, em algum momento de suas vidas, assim como as prostitutas podem ter experimentado tal subordinação. O debate sobre a regularização acaba colocando em relevo os limites e paradoxos dos ideais de “trabalhador assalariado” e “trabalhador autônomo” nas suas relações de subordinação e de interdependência.

4.4. Algumas visões da liberdade

Até aqui destacamos que as experiências com a prostituição também implicam estratégias e reflexões sobre como sair de situações de subordinação. Uma dona de casa é ou foi uma prostituta e neste caso não há como colocar essas experiências como “tipos” e posições muito estanques do comércio. Muitas vezes, a experiência de um dono/a de casa é também a experiência de uma pessoa que manejou e conquistou formas de sair de situações de subordinação por elas conhecidas e refletir sobre essa experiência como algo modelar que não pretende repetir ou que não admite ao seu entorno.

Isso nos leva a pensar sobre os modos como no trabalho da prostituta se configuram algumas das visões de liberdade do exercício da profissão, bem como as tensões que elas tiveram (ou têm) de administrar.

4.4.1 Os estigmas da prostituição nas distintas modalidades de “casas”: a sala de dona Diva e as formas de lidar com a estigmatização

Semelhante a Jô, Dona Diva é uma “jovem senhora” de sessenta e tantos anos. Dona de um sorriso maroto e de uma ironia inteligente, Diva é muito direta em suas respostas e parece sempre analisar as razões das perguntas e respostas de seus interlocutores, sejam esses seus clientes, “suas gurias” ou o próprio pesquisador. Para entrevistá-la passei duas tardes inteiras com ela em sua sala, conversando e tomando café enquanto observava os clientes chegarem e conversarem conosco e com as gurias. Desta forma, a entrevista que fiz com Diva acabou transformando-se em uma espécie de “entrevista coletiva”, partilhada por ela e pelas mulheres da sala, que iam livremente emitindo opiniões a respeito das perguntas e comentando questões.

Diva inicia a entrevista falando-me de sua vida familiar, uma forma de contextualizar a maneira como se tornou dona de uma sala de programas. Aliás, Diva e as mulheres da sala, pouco utilizam a palavra “prostituição” e “prostitutas”, mas referem-se antes a “casa de programas”, “casa de massagem”, “acompanhantes” ou “garotas de programa”. Uma das mulheres da casa me dá uma resposta entre revoltada e bem-humorada sobre essa questão:

(...) Que nem esses dias que chegou um advogado aqui: “Ah porque as putas” (e Dani enche a boca para falar “putas”, imitando o tal homem) **que coisa mais vulgar, ainda mais um homem como ele falando daquele jeito**, perde o respeito! As guria daqui não são tão puta quanto ele é pau no cu. Claro, acabou pra mim o cliente na hora que ele chamou uma das gurias assim. Puta pra mim, ou vagabunda, é aquelas que tu sai de casa e ela tá dando de graça pro teu marido. **O que eu costume dizer, pra ser chick, certo? “Nós somos as meninas que nós dependemos de ajudas financeiras (risos) vocês ajudam a gente, a gente dá carinho, nós fazemos uma troca de carinhos”**. Então eu acho assim, prostituta uma palavra muito... que nem teve aquele problema lá com a **cafetina** (frisando a palavra) dos Estados Unidos, eu achei tão vulgar aquilo, como se expressaram, porque podem falar de outro jeito, tem outras formas.. por que puta de elite é *chick*, a pobre é vagabunda. Olha a Gretchen, tu sabe, a Gretchen é uma baita de uma mulher de programa e daí? (Dani, garota de programa)

Dani está se referindo às maneiras de nomear as mulheres que exercem a prostituição e também outras pessoas que atuam no ramo. Para Dani, as palavras “puta”, “prostituta”, “vagabunda” e “cafetina” contêm um conteúdo pejorativo e desrespeitoso, ainda mais quando utilizadas em certas ocasiões, quando um cliente as utiliza na sala, por exemplo. Dani aponta também um componente de classe social no uso dos nomes. Dona Diva responde essa mesma questão sobre a nomenclatura de forma irônica:

Letícia: Diva, o quê tu fala quando alguém te pergunta? Que tu tem uma casa de quê?

Diva: Casa de encontro. Na minha família todo mundo sabe, eu não escondo nada de ninguém, afinal eu tenho que dar uma satisfação (risos). Porque a minha maneira de pensar, a minha cabeça continua a mesma, não mudou, eu não mudei. **Claro que as pessoas não vão acreditar que eu não dê pra alguém né** (risos). Na minha família nunca me fizeram essa pergunta, a não ser uma cunhada minha “Ai, agora depois de velha vai dar o rabo?” (risos) **“Pensa na tua cabeça o que tu quiser”, foi o que eu respondi pra ela, porque eu nunca pedi nada pra ninguém, tô dando satisfação pra ser**

sincera pra vocês, nem precisava. Lá na campanha que é a terra que eu nasci disse a mesma coisa, “só que vocês nunca se esqueçam que eu não mudei em nada, continuo sendo a mesma pessoa”. **Então, pra não machucar muito eu digo “casa de encontro”** (risos).

Diva já havia trabalhado em diferentes ramos do comércio antes de ter a “casa de encontros”. Nesse depoimento há uma declaração de um ideal de liberdade realizado em sua vida, que está imerso nas opiniões de outros, mas que nada “deve” a sua família, embora preste algum tipo de explicação mesmo que cuidando para não ofendê-los.

Seu último emprego antes de ser dona de sala foi num salão de beleza, era dona de uma estética. Depois de duas mortes trágicas e dolorosas em sua família, entrou em crise, fechou a estética e passou meses indo a um psiquiatra. Seguindo recomendações médicas, ela resolveu investir em um negócio totalmente diferente, onde ninguém a conhecesse para não correr o risco de relembrar do passado e entrar novamente em depressão:

Aí comecei a comprar jornal, “tenho que ver o que que eu vou botar”. Como eu sempre trabalhei com público desde os meus 10 anos **“Tem que ser coisa com público e com público que não me conheça**, que ninguém venha perguntar da minha vida particular”. **E assim eu comprei a primeira casa como se fosse casa de massagem, não de programa.** **Aí fui lá, paguei, marquei um dia pra mim tomar conta, só que nunca tinha trabalhado assim.** **Aí a mulher me achou muito inocente e me disse: “vêm cá vamos conversar. A sra. sabe o que a sra. comprou?” “Ué? Não é casa de massagem?” Porque eu não sabia...** **Aí ela disse não: “É massagem, e massagem e programa” “e eu tenho que fazer programa?” eu perguntei.** **E ela: “Olha, não tá com jeito (risos).** Tu pode só administrar, que pelo que tu fala isso aqui vai ser um remédio pra ti, como tu tem facilidade pra fazer amizade, vai ser um remédio”. E assim eu comecei, só que isso aqui pra mim fez muito bem, me dei muito bem, as meninas também foram muito legais, sabiam que eu tinha problemas, foram muito parceiras comigo, que nem essa daí (e aponta para uma das gurias da sala). **Aí eu digo: “vou botar outra casa”.** **Aí comprei essa aqui, que já tava montada, vou botar mais meninas e vou administrar legal, e vou... passar o dia rindo! (risos).** **Então pra minha saúde foi um espetáculo.** Claro que eu poderia tá fazendo programa, mas pra quê que eu tenho as meninas? Se fosse pra fazer então botava um privê³⁹ só pra mim! (risos) **“Ai, meus 18 anos”, né? (dando risada)**

³⁹ *Privê* neste contexto é um apartamento que pode ser também o espaço de moradia da/s pessoa/s que se mora/m e trabalha/m no mesmo espaço, agenciando a si mesma/s. Não há agenciador externo e o contato com o cliente é feito através de anúncios, sites ou blogs pessoais,

Diva fala de uma “confusão” recorrente na prostituição de salas: “massagem propriamente dita” ou “massagem e programa”. Em muitas salas de programa, caracteristicamente localizadas em prédios comerciais, como a sala de dona Diva, é comum uma plaqueta na porta indicando “casa de massagem” ou o nome de uma guria, como por exemplo, “Kelly massagem”. Tal “confusão” é alvo de diferentes posições: desde a indignação de massagistas profissionais (“massagem, massagem mesmo”) até o aviso cuidadoso de pessoas que dizem que isto pode gerar um processo, pois e se a “massagista” em questão não souber fazer massagem? Não é incomum que nestas salas exista tanto massagem quanto programas, como é o caso da sala de Dona Diva.

Nomear uma sala de programas como sala de massagem parece também ser uma estratégia para a “boa convivência” com as salas vizinhas de um mesmo prédio comercial, onde existem também consultórios dentários, clínicas de advocacia e salões de beleza. Assim, a massagem encobre ou eufemiza a prostituição. Pela mesma razão é que dona Diva brinca que chama a sua sala de “casa de encontros, para não machucar muito”. Essa forma de mudar os nomes para abrandar o estigma é vista por minha interlocutora de forma irônica e ela brinca o tempo todo com isso, num jogo de “revela e esconde” em que faz questão de denunciar uma espécie de hipocrisia social. Por outro lado, essa forma de tratar a prostituição privada é vista por Diva e suas meninas como uma forma de manter o respeito, como se fosse preciso certa dose de eufemismos e invisibilidade para marcar um tipo de prostituição, diferente do que ela chama, por exemplo, de “gaiola das loucas”⁴⁰:

como por exemplo, a história recente sobre Bruna Surfistinha, garota de programa que ficou conhecida através da criação de um *blog* pessoal onde comentava seus programas e na posterior publicação de um livro: *O doce veneno do escorpião*.

⁴⁰ De acordo com a caracterização de Diva sobre o que ela denomina “gaiola das loucas”, trata-se de locais onde há apenas o negócio da prostituição e logo que ela falou comecei a lembrar de alguns desses locais em que já estive durante a pesquisa, mas que não abordo aqui.

Diva: Com os clientes primeiro eu conquisto pra depois deixar relaxar! (risos)
E não adianta, a pessoa vem... e eles conhecem a casa a tanto tempo que só confiam assim, **até podem ir naquela coisa, gaiola das loucas, todo mundo vai pra conhecer né?** Ontem veio gente que fazia 20 anos que eu não via.

Ju (falando para mim): o cheiroso, aquele que desceu contigo no elevador.

Leticia: como assim gaiola das loucas?

Diva: **Tu não conhece? Aqueles lugares que as mulheres trabalham tudo de porta aberta, quase pelada, dançando e gritando pelos corredores, prédios que só tem prostituição. O homem até vai pra conhecer, mas não gosta, acaba voltando aqui.**

Leticia: Tu acha que melhoraria se tivesse um alvará pra isso (específico para a prostituição)?

Diva: Não, acho que daí não teriam as salas. (...) porque os proprietários não iam alugar, **senão vira tudo gaiola das loucas.**

Leticia: Mas os proprietários alugam às vezes sabendo que tem prostituição, não?

Diva: Só onde é porta aberta, direto, senão não (sabem).

Leticia: Porta aberta?

Diva: É, tipo gaiola das loucas.

Da mesma forma que Jô, Diva é contrária a delimitação de áreas e espaços específicos para a prostituição. “A gaiola das loucas” são prédios onde só há salas de prostituição, não porque sejam zonas de prostituição previamente demarcadas pelas autoridades, mas para minha interlocutora estes espaços se assemelham às *zonas* por não haver outro tipo de sala comercial que não salas de programa.

Diferente de Vera, Diva não acha que um alvará específico iria facilitar o negócio das casas, pois para ela muitos proprietários, sabendo do tipo de serviço que funcionaria ali, não iriam alugar e logo não existiriam as salas. Buscando obter informações sobre o funcionamento de sua sala pergunto para Diva sobre as vantagens e desvantagens de se ter uma casa de programa:

Vantagem só devido a isso (gostar do que faz), financeiramente não existe. Os aluguéis são muito caros, o condomínio daqui é trezentos e picos, aí é mais telefone, é mais luz, mais... tudo mais né? Alimentação fora de casa, então termina que eu tô praticamente empatando, e tem mês que não chega. Por exemplo, esse mês tive que vender 100 dólares pra conseguir o dinheiro todo. Essa é a parte braba, exatamente por não ter meninas.... que com uma só, fica quem gosta dela, mas e quem não gosta? Não se consegue agradar gregos e troianos né?

Ju: E as gurias não tem compromisso, quer dizer, se eu não tivesse aqui a dona Diva tava sozinha. Não deveria ser assim, falta é responsabilidade, compromisso das gurias.

Diva: **Porque as meninas de hoje não eram mais como eram de primeiro. Primeiro trabalhava 14 meninas, todas muito responsáveis. Quantas trabalham pra pagar uma faculdade, né? Aquelas que não tem filho. Aí o que eu acho que tira muito é o celular.**

Jú: a maioria bota anúncio, às vezes tão aqui, mas tem anúncio.

Diva: É, esses dias eu vinha com um amigo na lotação e ele disse “É, o celular veio pra nos ralar”. E é verdade. E as mulheres dão o telefone delas pro próprio cliente da casa e aí puxa pro lado de fora e isso aí é muito ruim, então devido a isso eu tô trocando só figurinha (não obtendo lucro).

Leticia: E aqui a sra. cobra só o quarto?

Diva: Sim, só o quarto, 10 reais

E tem alguém que mora aqui?

Diva: Não, é sala comercial.

Jú: Até de repente pode ficar é camuflado, mas morar mesmo...

Diva: Pra morar não pode. Eu já tinha feito isso no início, porque aqui no prédio eles me adoram, aí eu dava moradia pras mulher e elas escolhambaram. O condomínio vem em cima de mim. Aí quando eu tive doente... tive que deixar alguém cuidando, aí a guria também escolhambou, condomínio em cima de mim! Todo mundo tem meu telefone lá de casa, aí eu digo, bom, eu não posso mais dar colher de chá se não souber respeitar as normas.

Diva faz uma reclamação mais ou menos velada para as demais mulheres da sala (e um elogio a Jú), pois devido a falta de compromisso das gurias que não têm horário para ficar na casa, ela acaba “só trocando figurinha” sem obter lucro.

Diva também lamenta o uso cada vez mais difundido do telefone celular que tira as mulheres e os clientes da casa. Por outro lado, Diva também é contrária ao estabelecimento de relações empregatícias em que as prostitutas trabalhariam de carteira assinada. Em outras palavras, o debate sobre profissionalização tenciona e evoca também os custos e os ideais e possibilidades de liberdade acenadas pela prostituição.

4.4.2 Visões da liberdade na calçada (Léia e Ana): as experiências “fora da rua” e porque preferem a calçada.

Quer saber se eu já tive outros lugares que eu já trabalhei fora a rua né? Eu trabalhei na rua, comecei na rua né? Eu já trabalhei num cabaré, num cabarézinho de quinta, que eu acabei me embebedando porque eu não sei

trabalhar em cabaré. Eu passei a noite toda só bebendo com um véio e cada vez que ele mandava vir uma dose, eu enchia, botava assim umas pulseiras no meu braço, e essas pulseiras eram a comissão da dose. O que acabou acontecendo? Acabou que quando o velho resolveu levantar, pra me tirar pra dançar, pra depois ir fazer o programa, aquilo já era quatro da manhã (risos) e no fundo tinha só um gaitero e uma mulher cantando com um pandeiro na mão. Quando eu fui levantar para dançar com o velho eu tava bêbada, tonteada, não tinha condições nem de conversar. Aí eu pedi licença no meio do salão, fui pros fundo e vomitei, vomitei, fui dormir, não vi mais nada, e quando foi de manhã troquei as pulseiras, peguei a comissão e fui embora, também nunca mais fui em cabaré. Até porque eu não sou acostumada a beber, **sou ruim de beber. E depois eu trabalhei em sala, fiz uma experiência mais fim de semana, fiz alguns programas mas eu não gostei porque tu parece um gado, que tu tá sendo escolhida, tu tá sentada ali e chega um cara e olha, olha. Na rua é a gente que escolhe** porque tu tá ali pra lá e pra cá fazendo *trotair* e tudo, pra lá e pra cá e o cara tá passando, às vezes eles param pra conversar contigo, mas na maioria das vezes é tu que chama: “*pssiu, vem cá, vem cá bem*”, discretamente “*vem cá bem*”, toca no braço dele quando ele tá passando. **E tem mais uma: tu trata ali em baixo, quer quer, não quer não sobe pro quarto**, eu ficava na frente dos hotéis aí era só subir. (Léia, prostituta)

Léia “batalhou” na rua por mais ou menos vinte anos e atualmente atende clientes fixos, já conhecidos seus ou os clientes novos que chegam a ela através de anúncios que Léia ocasionalmente coloca nos jornais. Já Ana ainda trabalha na rua, está no mesmo “ponto” a aproximadamente 7 anos. As duas já tiveram experiências em estabelecimentos privados mas contam que não se adaptaram, preferindo voltar a exercer a prostituição na rua.

A boate é xarope! Porque **ali tu fica horas e horas, tu leva uma noite trovando um cliente e acaba ficando só na dose, resumindo que tu sai dali dopada. E ganhar na dose não vale muito a pena**, tem bebida ali que tu ganha só um real. Na rua o cliente pára ali e se ele se agradou de ti ele te leva. Se ele não se agradou ele pega e vai dar mais uma voltinha, às vezes dá 2 ou 3 voltinhas e acaba te pegando. **Tu trata o preço, não tem nada de ficar te alisando**, aperta aqui e passa a mão ali e na boate já tem todas essas frescuras. Tu senta ali e se tu tá de mini-saia o cliente enfia a mão nas tuas calcinhas e aquilo vai te irritando. Eu pelo menos me irrita. Eu já digo: eu não sou massa de pão pra ser sovado! (risos) Vamos se respeitar. Quer amaciar é lá no quarto. Fora não tem nada de passar a mão. Na rua tem as suas vantagens, pelo menos ali tu tratou, **é teu o teu dinheiro e o dinheiro fica contigo, não tem aquela frescura de deixar ali atrás do balcão**, e às vezes ainda dá complicação porque não marcam aí tu acaba perdendo o programa. Na rua a gente vai lá, se tu tratou um oral tu pegou o teu dinheiro botou no bolso e deu. E se tu souber ter diálogo tu não te incomoda. (...)

Perigoso tudo quanto é lugar é. Eu descobri coisas horríveis de sala. Da guria ter apanhado no quarto e ficar desmaiada, o cliente ir embora e depois de 2 horas o dono ou a colega: "Ah mas a fulana não saiu do quarto". Numa boate tu tá com o som ligado, tá dançando, tá bebendo, tu perde um pouco a noção e na rua não. **Na rua se tu não usa nada tu tem bem mais tino, tu te cuida, tu te liga mais e o teu marido te cuida também. Cuida.** Se tem um problema que eu desconfio do cara no hotel eu ligo pra ele, ele vai e me pega. E é bem melhor, tem mais vantagens e eu acho bem mais seguro. Eu prefiro a rua, eu sou da rua, não adianta, **eu não gosto de ficar encerrada!** Quando eu comecei eu fiz assim: primeiro eu rodei, cuidei bem as ruas.. porque eu tenho costume né. Eu não sou muito de gravar nome de rua, mas eu marco prédio, aqui eu posso entrar, aqui não, tal lugar eu faço retorno, tal lugar pra voltar é mais perto. Pra não ficar girando (de carro com o cliente). Geralmente são quatro né (hotel), os quatro que a gente vai mais. O cara desviou do caminho já dá briga. Até me explicar eu já descii do carro e já tô voltando. Não deixo ir muito longe, passear por Porto Alegre eu passeio sozinha! (Ana, prostituta)

Tanto Léia como Ana primeiramente falam sobre a necessidade de ingerir bebidas alcoólicas nas boates, pois a forma de abordar o cliente é diferente nestes espaços em que raramente se negocia diretamente o programa. Inicialmente prostituta e cliente bebem e conversam sem garantia de que o programa seja de fato realizado. É justamente por isso que nas boates (e *drink-bares*) é comum a prostituta ganhar uma comissão sobre a bebida consumida pelo cliente, pois de outra forma seria pouco vantajoso para a prostituta trabalhar nestes espaços.

Por outro lado, saber beber⁴¹ e gostar de beber facilitaria, é claro, este trabalho nas boates. Como percebemos, a necessidade de beber nos *drink-bares* e boates está associada à forma de abordagem do cliente, que pode incluir não só as bebidas, mas as conversas e certo contato físico ("alisar", "passar a mão") antes do programa, e pelo qual não é cobrado nenhum valor. Na rua, não há contato físico fora do previamente negociado pela mulher e pelo cliente e realizado no espaço e no tempo de realização do programa. Paradoxalmente, a relativa proximidade entre prostituta e cliente na rua enseja uma relação definida pelo

⁴¹ Já ouvi falar, em campo, de estratégias para contornar essa necessidade de "beber" junto com o cliente, seja pedindo para o homem bebidas não alcoólicas, seja combinando previamente com a dono/a da boate uma forma de "esfriar a bebida", ou seja, misturando água ou refrigerante no *drink* da mulher.

“contrato prévio” estabelecido na calçada e com certo distanciamento. Isso, em contrapartida, é visto por estas mulheres como uma desvantagem das boates, um ambiente previamente tido e visto como ambiente comercial.

Além disso, a abordagem do cliente na rua é mais direta, rápida e objetiva. Léia diz que na rua é a mulher que escolhe o cliente, pois é ela quem geralmente toma a iniciativa na abordagem, aproximando-se de quem ela quer e podendo negar a quem ela não quiser, não só através de uma recusa direta como aumentando muito o valor do programa, fazendo um cliente indesejado desistir.

Além disso, na rua “é tu que trata”, ou seja, a negociação e o dinheiro ficam a cargo da prostituta, pois não há alguém que anote a quantidade de programas e repasse o dinheiro para a mulher no final da noite. Seu comportamento também não está sendo avaliado por alguém de forma que tenha que se adaptar às exigências (variadas) de uma casa.

Não há bebidas alcoólicas nas salas de programa, pois estas se localizam em espaços comerciais. Por outro lado, até mais que na boate, nas salas é o cliente que escolhe a mulher, pois quando um cliente chega numa sala normalmente ele já pergunta por uma delas (se já a conhece) ou escolhe para realizar o programa umas das mulheres que está disponível na sala, normalmente sentadas em sofás conversando entre elas.

Em relação à noção comum de que a rua é um espaço perigoso, Ana me fala que “o perigo está em todo lugar”, contando não só histórias de prostitutas agredidas em boates, como também as estratégias utilizadas por ela na rua para contornar algum os riscos possíveis: “cuidar as ruas”, memorizar o trajeto do “ponto” até os hotéis próximos e ligar para o marido quando desconfia do cliente.

Ana trabalha com seu marido na rua e Léia também tinha um marido quando “batalhou” nas ruas. Nos espaços privados de prostituição os maridos não podem acompanhar suas mulheres de perto. A função de cuidar da organização e da segurança da casa é dos donos/as de casas de prostituição e mesmo que uma prostituta namore, por exemplo, o segurança da casa, a prerrogativa de cuidar da casa tomando a iniciativa sobre a resolução de possíveis conflitos é dos donos/as.

Como observamos, a preferência de Léia e Ana pela rua nos revela o entendimento dessas mulheres sobre formas de prostituição em espaços públicos e em locais privados. Tal preferência remete a maneiras próprias de gerir o negócio da prostituição, trazendo práticas diferenciadas (de abordagem ao cliente, por exemplo) e agentes diversos (os donos/as de casas de prostituição e os gigolôs/maridos).

Para Ana e Léia a prostituição realizada na rua dá a elas mais autonomia e liberdade neste negócio, mesmo com a presença dos maridos, que, como vimos anteriormente, essas duas mulheres não encaram como gigolôs.

4.5 Exploração e regulamentação: questões complexas do ponto de vista das prostitutas em campo

Do ponto de vista de minhas informantes, um dono/a de casa de prostituição cobrar 50% do valor do programa é sempre visto como exploração, pois, para elas, a realização do programa só depende do trabalho da prostituta que por outro lado, precisa de um espaço para trabalhar. Quando este espaço é um local privado o responsável por ele é o principal encarregado de manter financeiramente o espaço e por isso todas essas mulheres concordam que o dono/a da casa deve cobrar pelo uso do quarto (da prostituta ou do cliente), da mesma maneira como funciona em um hotel ou motel:

Cecília: Uma forma de exploração é cobrar meio a meio o programa, é uma forma de exploração né? E fazer cumprir o horário é outra forma de exploração, não dar liberdade pra nada.

Leticia: E como que não seria?

Cecília: Digamos a sala, ter um valor "x" do quarto como é num hotel, que um motel não me explora. Eu sou tão livre de ir lá ou não ir, ele tem o preço fixo. Como num motel de programa eu não vejo ele como um explorador, porque ele tá cobrando um serviço, a manutenção do quarto. Meia a meia não era!! Prefiro ir aí pra qualquer muquifo fazer o meu programa que dar meia a meia pra eles! Cobrar só o quarto daí sim, seria a mesma coisa que um motel, cobram o preço do quarto e tu vai lá e faz o teu programa e não interessa quanto tu tirou lá.

Quanto à questão dos horários, a maioria das prostitutas com quem conversei são contra cumprir horário, pois percebem essa prática como pertencente ao universo do trabalho assalariado. Desta forma “levar gancho” seria uma prática abusiva e não apropriada para a prostituição, pois elas não recebem salário. Por outro lado, a prática de “pagar o salão” (que também tem relação com a questão “tempo”) é geralmente vista com bons olhos, pois é uma forma de serem recompensadas pelo tempo que disponibilizam em uma casa. De forma semelhante, ganhar uma porcentagem sobre a bebida consumida pelos clientes parece relativamente vantajoso para as entrevistadas que colaboram no consumo dos clientes. Quanto a uma possível regulamentação da atividade, as opiniões são diversas e perpassam formas de conceber os outros agentes da prostituição (donos/as de estabelecimentos e maridos/gigolôs) e a própria atividade:

Eu acho assim que os cafetão, gigolô é aquela coisa, tu tá ali na rua mas tu dá o dinheiro se tu quer, é independente, agora nas salas e boate, não. Eles já tiram na hora que o cliente paga o programa, eles já tiram a parte deles, que fica com o dono da boate, então na hora que tu vai receber a tua parte, tu já recebe com desconto. E isso eu não admito. (Gladis)

Gladis faz uma diferenciação entre os donos/as de casa e os gigolôs em que dar dinheiro a estes últimos aparece como uma “escolha”, enquanto que o desconto de uma parte do valor do programa nas casas se dá de forma automática, ou seja, contra a vontade da prostituta, pois Gládis não acha justo não receber o valor do programa integralmente. Gládis mostrou-se a favor de uma possível regulamentação, enfatizou a necessidade de existir um alvará específico para a prostituição, mas em um contexto em que várias prostitutas trabalhassem como autônomas em um espaço dirigido por elas, ou seja, sem se referir a donos/as de casa de prostituição.

Cecília também se diz favorável à regulamentação, mas com a diferença de que quando fala em regulamentação está se referindo também à descriminalização (legalização) dos donos/as de casa e ao estabelecimento de “critérios” para as relações de trabalho entre donos/as de casa e prostitutas:

Eu não vou dizer quais as vantagens, mas sim o que é bom, o que ajuda, que lado que melhora, pode melhorar bastante esse lado da cafetinagem. Claro que depois de legalizado vai ter seus critérios né? (...) eles vão ter que pagar seus impostos, vão ter que legalizar uma sala, vai ter os critérios deles, vai ter que ter alvará, vai ter a saúde também, que tem cada muquifo que botam as mulher lá dentro que parece um deus que me perdoe né. Aí teria que estabelecer eu não digo nem regras, mas critérios. Claro que não é de hoje pra amanhã que isso vai melhorar, mas um dia vai ficar bom. Daí eu acredito que vai amenizar bem mais a exploração, porque hoje tu vai cobrar de quem? Porque a gente chega numa dona de sala e fala assim: *“há mas tu não pode ta fazendo isso com as gurias e coisa e tal”* *“mas aonde é que ta escrito isso? E quem é tu pra me falar alguma coisa?”* (Cecília)

Para Cecília o estabelecimento de “critérios” parece relacionado com alguma normatização escrita ou com o estabelecimento de um sindicato, pois é preciso que estes critérios sejam conhecidos de todos e que se possa ter algo ou a quem recorrer. Já Ana parece não ter uma opinião formada sobre essa questão, mas acredita que ter uma carteira assinada não seria vantagem para a prostituta:

Ai ai... não sei não. Digamos que o programa fosse 50 ele (dono da casa) ia te dar 20 e ficar com 30 porque no fim do ano tinha que pagar décimo terceiro, férias, imposto.. Ia complicar muito, ainda mais se a dona da boate não se encaixa com a guria né, então (...) (Ana, prostituta)

Léia se diz contra uma regulamentação, pois para ela a descriminalização do rufianismo iria aumentar a exploração exercida por rufiões (donos/as de casa e gigolôs):

Léia: Eu acho que ia ser pior, porque ia crescer o número de... tráfico de mulheres. Eu acho que não deveria, que deveria continuar como crime no Brasil, rufianismo.

Leticia: Mas e se o teu marido não fosse visto como um criminoso a polícia não ia incomodar menos vocês?

Léia: É, mas ele não era... ele não explorava né? Ele era um caso à parte, ele não me explorava, a gente repartia, a gente compartilhava a grana ele nunca me explorou no caso. Seria o caso aquele que ficasse só dependendo da mulher, a mulher fazia ia lá e largava todo o dinheiro na mão dele, não era o meu caso. Nesse tipo de coisa ele tava bem comportado.

Aqui aparece novamente a distinção entre “gigolô” e entre “marido”, pois Léia teve um “marido” com quem dividia as despesas e compartilhava o dinheiro e não um “gigolô” explorador, afinal explorar deve continuar sendo crime.

Léia também se refere ao “tráfico de mulheres” como uma modalidade de exploração, sem problematizar em sua fala a questão da vontade ou não da prostituta de cruzar fronteiras regionais ou nacionais.

Liane também diz ser contra a regulamentação pela perspectiva da descriminalização do rufianismo, especialmente se referindo aos gigolôs como o homem que a colocou na prostituição e que ela percebe sempre como explorador:

Liane: Eu sou contra a regulamentação. Porque tu legalizando a profissão tu vai dar mais espaço pra eles (exploradores), eu acho. Não sei se eu tô num pensamento antigo também, sei lá, talvez alguma coisa tenha mudado. É que fico preocupada... é que essa regulamentação pelo meu ponto de vista, claro, essa parte aí que falou é maravilhosa, (garantia de direitos) mas tu sabe o que me vêm na minha cabeça? É que tira aquela fantasia, é que nem jogo de bicho, sabe? Aquela coisa assim, me tira aquela coisa que o homem tem.

Leticia: do lúdico, do mágico, do ilegal, do proibido?

Liane: Isto! Me tira isso aí. Se bem que, é me vem isso na cabeça, a hora que tu fala, me tira aquela coisa de ilusória, aquela coisa mágica, sabe? Ninguém sabe que eu vou lá fazer programa... É, tira as estrelas assim do céu. Eu pra mim, porque eu sou do tempo antigo, sei lá. É nesse ponto que eu falo e de repente seja até um pouco um preconceito.

Liane acredita que a descriminalização do rufianismo daria mais “espaço pra eles”, ou seja, fica implícito uma descrença na possibilidade de melhorias para a prostituta. Não podemos esquecer que Liane está se referindo aos “gigolôs”, portanto, à prostituição exercida na rua. No seguimento de sua fala, ela me diz que dificilmente uma mulher como ela, que pouco ou nada sabia sobre os seus direitos e que era apaixonada pelo gigolô, denunciaria alguma exploração, não por medo, mas por desconhecimento, vulnerabilidade (ela não tinha com quem contar a não ser ele) e “amor”. Liane está se referindo a sua experiência pessoal pregressa e por isso se questiona se “alguma coisa não mudou” no contexto da prostituição de rua. Também demonstra uma maneira particular (mas não incomum) de perceber a regulamentação que “tira as estrelas do céu” ao

legalizar o ilegal e o proibido, retirando certa “aura” presente no imaginário social sobre a prostituição.⁴²

Deise quando fala sobre exploração e regulamentação, traz à tona questões mais amplas sobre cidadania e visibilidade próprias do movimento organizado de prostitutas. Deise já trabalhou na rua e em boate; e atualmente divide seu tempo entre a ONG e a realização de programas com clientes fixos, já conhecidos por ela. Respondendo sobre como percebe a questão do rufianismo, Deise me fala sobre a marginalidade da própria prostituição enquanto profissão:

O rufianismo ele vai existir na prostituição enquanto existir a marginalidade na prostituição, da profissão, não da prostituição, mas da profissão. Enquanto a prostituição estiver a margem não vai acabar o rufianismo. A exploração ainda é grande e na verdade essa fragilidade da profissão estar à margem acaba deixando as prostitutas vulneráveis a essas pessoas e essas pessoas sabem disso. (...) Porque a prostituta se ela não deixasse ser explorada ela estabelecerá uma relação de trabalho, de igualdade, onde esse é meu dever, esse é teu dever, mas **só quem tem dever é a prostituta atualmente. Não são estabelecidos acordos, porque a prostituta ainda se vê como vítima da prostituição. E quando eu sou vítima da prostituição eu não acredito que eu tenho direito de fazer acordos. Não podemos botar a culpa só na exploração, a culpa também é das prostitutas, porque elas não fazem acordos trabalhistas porque elas não assumem que é um trabalho.** (Liane)

Para Liane, acabar com a exploração exige que a prostituta reconheça que a prostituição é um trabalho, pois só assim conseguirá fazer acordos e negociar relações de trabalho nos espaços onde atua. A descriminalização do rufianismo aparece assim atrelada ao fortalecimento da cidadania das prostitutas e da própria visibilidade da prostituta que precisa se sentir cidadã dentro da prostituição e não vítima de um agenciador ou de circunstâncias adversas. Essa questão também é trazida na fala de Tina Taborda, fundadora do NEP:

(...) Porque todo o discurso de qualquer uma prostituta que não tem a sua cidadania bem definida, não tem uma auto-estima, ela vai fazer o discurso que

⁴² Gabriela Leite, fundadora da ONG Davida no RJ, fala do uso do termo “profissional do sexo”, salientando que este é um termo politicamente correto, utilizado para escrever projetos, mas que este termo, embora necessário, esconde a riqueza de todos os outros nomes.

you quer ouvir. A gente nunca esquece, tem até hoje prostituta aqui que quando a gente ia fazer a fichinha de inscrição, dizia assim: “*Ah mas eu não preciso fazer, eu só entrei agora uns meses, vou arrumar meus dentes e depois eu vou sair*”. Elas já estão arrumando os dentes por mais de 10 anos! (risos) E então é aquilo que a gente discutiu hoje na oficina: **eu sou prostituta por uma opção ou pela minha necessidade?** Dentro da necessidade que eu tenho de ganhar dinheiro e de que outra profissão não vai me dar a renda que me dá a prostituição, eu optei em continuar na prostituição. (Tina Taborda, fundadora do NEP).

Tina apresenta uma maneira de problematizar o antigo dilema *escolha X necessidade*, não separando radicalmente a escolha da necessidade como explicações para o exercício da prostituição, mas localizando uma margem de escolha dentro da necessidade. Outra questão que toca diretamente os significados de cidadania e as discussões sobre a regulamentação diz respeito aos “espaços da prostituição”, reveladoras de certa complementaridade entre prostituta e donos/as de estabelecimentos de prostituição. Tina me fala sobre a maneira como isso é tratado dentro da instituição com as prostitutas:

O nosso papo com as prostitutas é assim: “*Você está trabalhando naquela boate porque quer, se você não tem um espaço pra trabalhar, tu trabalha lá, mas tu não tem que aceitar as regras sem discutir, ela (dona) não tá te fazendo nenhum favor, você está usando o espaço dela, está pagando por isso dentro do quarto que usa, você está dando lucro na bebida, então para nós não existe favor de lado nenhum, você tem o espaço e ela tem o lucro dela, então não tem um vínculo empregatício porque prostituição não é regulamentada como profissão, mas existe um acordo de respeito. Até porque se num lugar tu não tá satisfeita, você vai pra outro. Você negocia abertamente enquanto cidadã as regras que você quer pra trabalhar nesse local ou do contrário você não trabalha*”. É uma troca: sem as prostitutas o dono da casa não ganha, sem o dono da casa as prostitutas não têm casa pra batalhar. Então existe um acordo de troca e nada de cafetinagem (Tina Taborda, coordenadora do NEP)

Se muitas prostitutas precisam de um local privado para trabalhar e se este local é oferecido pelos donos/as que também necessitam do trabalho da prostituta pelo lucro que este gera, então seria um contra-senso criminalizar os donos destes espaços, pois dessa maneira se está restringindo as opções de espaço e infra-estrutura para as mulheres que exercem a prostituição, que não é ilegal. Para Tina a exploração se dá a partir da falta de negociação sobre as

relações de trabalho. O problema é que muitas vezes nem prostituta nem donos/as de casas estabelecem tais relações como relações de trabalho. A falta de um alvará que permite a realização da prostituição em um espaço privado parece agravar essa situação:

Acontece que como não é legalizada a questão da prostituição ainda, não tem como tu botar alvará pra funcionamento de prostituição, não existe isso, porque ainda está no Código Penal **o rufianismo, a ilegalidade dos locais**. O que acontece é que quando as pessoas têm esses alvarás, elas tiram esses alvarás pra comércio, ou de bebida ou de funcionamento noturno. Eles tiram isso lá pra poder vender bebida, que isso é legal. Só que porquê? Eu volto a dizer a mesma coisa que eu vou te repetir sempre: **porque as prostitutas não assumem que elas têm um ambiente de trabalho, então ele se torna um ambiente de exploração**. Porque ninguém pode proibir um local de vender bebida se ele tiver alvará, só que mistura a prostituição ali, **porque a prostituição tem que acontecer em algum espaço**. E as prostitutas não assumem que aquilo ali é um local de trabalho, de prostituição, e sim é um drink onde as pessoas vão beber e não fudê! (risos) A prostituição fica dentro do armário pra sociedade, mesmo sabendo, é assim que funciona na real, na prática. **O dono desse local geralmente é o maior rufião que existe, porque a prostituta é atraída pela questão do local ser um comércio de bebida então se torna completamente flutuante, ali ninguém é empregado então se não agrada o dono da casa é mandada embora. É assim que acontece. Elas não exigem nada de direitos ali**. Porque ela é tão vulnerável essa mulher, tão sem acreditar na sua cidadania, que ela acredita que ela só vai passar por ali vai dar sorte de arrumar alguém muito rico ou vai arrumar um outro emprego paralelo e vai sair dali. Esse é o discurso: “eu só estou aqui hoje”. E isso os donos desses locais usam a favor deles. Então: “*quer ficar aqui, não pode usar camisinha, meus clientes não usam. Quer ficar aqui, tu é obrigada a fazer exame de HIV...*” criam vários critérios deles e elas não fazem nenhuma exigência pra estar naquele local de trabalho, que deveriam fazer.

Desta forma, para falar corretamente, os donos/as de casa de prostituição nem tem na realidade uma casa de prostituição, pois isso é ilegal. Eles têm na verdade um bar, uma boate, um *drink-bar*, uma sala (e daí de novo a “massagem”) freqüentada por prostitutas que não são (e nem podem ser) suas empregadas: “a prostituição fica dentro do armário”. Tudo se passa como se as prostitutas freqüentassem estes espaços, mas não pertencessem a eles (pois não há “casa de prostituição” permitida). Ou seja, o universo do comércio e das práticas de trabalho opera em uma espécie de negociação constante com os aspectos legais e, portanto, as reformulações legais sobre o estatuto da

prostituição como profissão são um tema dramático pois significa reorganizar as possibilidades de manter algumas de suas visões da liberdade em um jogo intrincado de estigmatização e relações de poder.

Por outro lado, como já vimos, há relação de trabalho sim, mesmo que informal e cheia de tensões quanto às regras e práticas de cada casa, mas por não haver vínculo de trabalho, não há exigência de obrigações e garantia de direitos nem para prostitutas nem para donos de casas. Em tal situação, qualquer exigência de obrigação parece abusiva e exploratória.

Tina e Deise são totalmente favoráveis a regulamentação da prostituição com a descriminalização de seus agentes, mesmo que o conteúdo dessa regulamentação ainda seja uma incógnita. O NEP (da mesma forma que outras ONGs relacionadas) acredita que a regulamentação traria mais ganhos do que prejuízos aos agentes se discutida previamente dentro da “categoria” (como me fala Tina) antes de virar lei. Como já observamos, muitos donos/as de casa de prostituição são contrários ao estabelecimento de um vínculo formal com carteira assinada. Mas isso não significa que não queiram atuar dentro da lei (em relação à prostituição) e que não estejam dispostos a negociar, como observamos no início deste capítulo. Como observamos, Jô queria ter o direito de se aposentar como dona de casa de prostituição e Vera gostaria de ver sua casa “legalizada”.

Mas a exploração também pode acontecer na prostituição de rua, através da figura do gigolô que explora a prostituta. Poderíamos nos perguntar como uma regulamentação afetaria esse agente. Tina nos dá pistas sobre essa questão:

A gente diferenciou o gigolô do parceiro não-comercial, dentro do próprio relacionamento delas com eles, **a mudança de comportamento deles em relação ao trabalho delas, que enxergavam já (a prostituição) como o trabalho delas e eu vou fazer o meu e a gente vai crescer junto**, sabe? Parou aquela coisa de ficar 12 horas na quadra. (...) Claro que nós temos que ver muito claro qual é a diferença do gigolô e do meu companheiro que não trabalha, porque o gigolô é aquele que fica na quadra 12 horas, 20 horas, querendo que ela fature tanto, cuidando que ela não esconda dinheiro, que todo o dinheiro tem que ser pra ele, ser gigolô é explorar.

Tina está falando sobre a mudança de comportamento observada por ela nos companheiros de algumas das prostitutas, que inicialmente agiam como “gigolôs”, pois exploravam as mulheres e mais tarde passaram a ser vistos por Tina como parceiros não-comerciais. Para Tina uma questão central é a mudança de atitude destes homens em relação ao trabalho das prostitutas, atualmente percebido por muitos destes homens como um **trabalho delas** e não mais apenas uma atividade marginalizada exercida por elas a partir da iniciativa deles.

Na perspectiva de Tina, enxergar a prostituição como um trabalho da mulher prostituta parece dar um novo significado a relação entre esses homens e suas mulheres, pois se cada um tem seu trabalho ou sua função na prostituição, então o dinheiro deve ser compartilhado e as despesas divididas. Assim ter ou não um parceiro que também atue na prostituição, é claro, deve ser uma escolha de cada mulher. De acordo com essa perspectiva, ter um marido que trabalha no mesmo ramo que a mulher prostituta parece suprimir diferenças entre esta mulher (prostituta) e qualquer outra mulher que trabalhe em outra função e tenha um marido. Se ela se sentir explorada e resolver procurar por seus direitos, não é a uma legislação contra o rufianismo que deve acionar, mas uma lei que valha para qualquer mulher que sofra exploração e violência. Essa maneira de ver as coisas busca suprimir a estigmatização da prostituta e de seus agentes e é coerente com a luta pela profissionalização tão perseguida pelo movimento organizado de prostitutas, uma luta que ora se concentra nas especificidades do universo da prostituição e ora se generaliza na condição de mulher da prostituta.

Em outras palavras, as posições externalizadas aqui pelas mulheres sobre a “profissionalização” não estão atentas somente a uma unívoca experiência de subordinação ou a fórmulas gerais para possibilitar o exercício da profissão, mas evidenciam em suas falas as experiências diretas e variadas com formas de subordinação (que tratamos nesse capítulo) e as possibilidades até então experimentadas com o que seja o trabalho dotado de uma autonomia, mesmo que relativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação busquei trazer novos elementos para pensarmos a complexa (e pouco discutida) relação entre a mulher prostituta e os demais agentes da prostituição. Para tanto busquei investigar o terreno movediço e negociado dos afetos e das relações comerciais que envolvem o negócio do sexo.

Este estudo fora motivado por uma ampla discussão sobre a profissionalização da prostituição que encontrei em campo. Procurei analisar relações, sentidos e representações sobre concepções de trabalho entre meus interlocutores. Parto de “trabalho”, pois a prostituição é vista por mim dessa maneira. Entretanto, a forma como esse trabalho pode ser reconhecido e regularizado é um desafio para muitos dos meus interlocutores que partilham dessa concepção.

No primeiro capítulo apresento a singularidade de meu universo de pesquisa. Escutando os relatos e considerações sobre as vicissitudes da prostituição, logo percebi, no amplo debate sobre profissionalização travado entre meus interlocutores em campo, que as concepções sobre trabalho e exploração adquiriam contornos específicos em se tratando de prostituição de mulheres. Comumente relaciona-se a exploração do trabalho das mulheres prostitutas como “exploração sexual”, diferenciando-se ou sobrepondo-se a outras formas de exploração (trabalho subumano, trabalho escravo, etc.) colocadas no universo das relações profissionais.

A prostituição feminina, quando encarada como exploração sexual, distancia-se de uma concepção tão estrita, trazendo assim questões interessantes sobre sua especificidade nos discursos sobre exploração e autonomia, pistas para pensarmos questões de gênero que orientam a percepção do que seja trabalho e exploração do ponto de vista de quem acumula experiências e reflexões sobre a prostituição.

Justamente no âmbito das relações comerciais (de trabalho) que me deparei com o “mundo dos afetos e desafetos” de minhas informantes que se

prostituem. Na prostituição realizada em espaços públicos (aqui, ruas e praças do centro de Porto Alegre) muitas vezes aparece, junto da prostituta, um personagem singular (e controverso) deste universo: a figura do gigolô. Relativamente "invisível", sua presença pode passar despercebida por quem caminha pelas ruas, mas para as prostitutas que ali trabalham, ele está sempre presente, desempenhando uma série de atividades na prostituição.

Exteriormente, o gigolô é normalmente visto como um explorador, um comerciante do sexo (sempre o sexo alheio e feminino) que "vende mulheres". Essa visão, disseminada no senso comum e nos debates sobre a prostituição (inclusive na historiografia), replica-se em várias instâncias, desde os jornais até a delegacia de polícia. Junto a esse personagem soma-se uma visão essencialista de gênero que aciona o discurso da "demonização" ou "vitimização" da prostituta, que, se escolhe prostituir-se, deve ser deixada ao acaso de sua própria "desonra"; e, se é obrigada a exercer essa atividade, então deve ser protegida e negar a prostituição como uma opção de atividade digna. Ou seja, aos poucos, noções de contaminação moral passam a caracterizar não só a atividade, mas os próprios sujeitos. É com essas concepções de grande parte do senso comum (e todas as suas possibilidades de estigmatização) que não apenas essa pesquisa etnográfica, mas os próprios entrevistados dialogam o tempo todo.

A vitimização da prostituta parte então de dois pontos: das circunstâncias socioeconômicas (sempre as piores possíveis) e de uma perspectiva essencialista de gênero, logo, de algum homem que explora a "pobreza econômica e de gênero da mulher". A figura do gigolô abarca ambos os pontos, podendo ser vista como a síntese da vitimização assim construída. Nesse sentido, o discurso da vitimização é ainda uma estratégia de poder (que não deve ser menosprezada pelos efeitos que provoca no diálogo com a moralidade vigente) que muitas prostitutas utilizam para conseguir garantir alguns direitos e uma relativa aceitação social, mas que, paradoxalmente, por seu próprio conteúdo, vai na direção contrária da idéia da prostituição como uma profissão.

Assim se aceita a prostituta como uma "coitada" que precisa de tal atividade, mas não se aceita sua atividade, pela qual ela inevitavelmente já está

"marcada". Do mesmo jeito, se aceita que algumas mulheres precisam se prostituir para sobreviver, mas que de preferência elas o façam "longe do meu quintal" e que seus agenciadores (e toda a infra-estrutura da prostituição) sejam banidos, restringindo-se os seus espaços e facilidades, não só para inibir a prostituição (pois nada disso adianta) mas para manter-se sua condição de "mal necessário", uma atividade marginal porque marginalizada.

Muitas vezes a literatura transpõe a relação comercial ou de exploração (quando assim consideram ou verificam) estabelecida entre cliente e prostituta como parâmetro para analisar todas as outras modalidades de relações travadas na prostituição (com os gigolôs/maridos, por exemplo) como variações do "mesmo". Assim as relações entre prostitutas e gigolôs/maridos seriam vistas como mais uma modalidade das relações apenas comerciais ou de exploração.

Procurei destacar neste trabalho os nexos entre as relações afetivas e comerciais, evidenciando que essas relações são mais diversificadas do que a simples transposição de uma concepção vitimizante e estigmatizadora da relação mais visível (cliente e prostituta). Neste trabalho aproximo-me de etnografias sobre a prostituição que evocam a multiplicidade de lógicas que informam as práticas de sujeitos concretos. Esses estudos distanciam-se de tipos ideais que nem sempre se apresentam como modalidades de relações estanques, em que se pretende "domesticar" a fluidez dos afetos e classificar hierarquicamente as relações existentes na prostituição, apresentando algumas relações como "mais limpas" ou menos contaminadas pela exploração do trabalho sexual.

Por tudo isso, os capítulos dois e três foram os mais desafiadores por evocar noções morais que estão sempre à flor da pele. Minhas próprias informantes se mostravam inicialmente reticentes quanto ao tema, na incerteza sobre o que eu pudesse vir a pensar e o que escreveria sobre isso. Na suspeita que eu as julgasse e desse um veredicto final (sempre imparcial se o tivesse feito) sobre o papel que desempenham seus maridos ou gigolôs. Tudo o que pude perceber é o quanto elas têm domínio de certos códigos e dos usos e significados que dão para seu próprio corpo e suas práticas sexuais dentro e fora da prostituição. Não posso dizer que as relações com os maridos/gigolôs se dão fora

da prostituição, pois esses homens também fazem parte do negócio, não são aqueles que estão comprando serviços sexuais, mas estão fazendo parte dessa atividade.

Aqui há um outro recorte, pois no vasto universo de relações (sexuais e afetivas) possíveis entre uma mulher que se prostitui e outros homens, privilegiei este que chamei de vários nomes ("parceiro não-comercial", "gigolô" ou "marido"), mas todos eles querendo significar a mesma coisa: o homem que está no negócio da prostituição e que se relaciona afetiva e sexualmente com as prostitutas.

Entre todos os desafios que enfrentei ao analisar essas relações, espero ter deixado claro que o gigolô/marido não é o companheiro **necessário** da prostituta, pois nem todas elas têm maridos/gigolôs. Entre as que os têm, elas mesmas fazem uma diferenciação entre esses homens, ressaltando que estes são vistos como maridos mesmo que estejam no negócio da prostituição (e não gigolôs) ou, ao contrário, podem ser vistos por elas como gigolôs (e não maridos) apesar de viverem maritalmente.

Acredito que a ênfase em uma ou outra classificação é manejada situacionalmente. A atribuição do companheirismo de um marido ou da exploração de um gigolô é fruto de um diálogo com o mundo que cerca seus "pontos de batalha" e que pretende classificar tais relações que, por sua própria especificidade, não "cabem" totalmente em qualquer uma dessas denominações.

A ênfase na vida doméstica e nas relações afetivas (em que este homem pode ser um marido) é uma maneira de dialogar com o senso comum visando diminuir o estigma da prostituição e aproximar as mulheres prostitutas de outras mulheres que, assim como elas, teriam um marido e não um gigolô. A diferença é que seus maridos estão no universo mesmo da prostituição, cujo estigma da atividade recai de um modo particular sobre eles. Em alguns momentos tentei, no diálogo com minhas informantes, aproximar (eu também) esses maridos de qualquer outro marido. Embora não raro elas aproximassem esses homens de qualquer outro (um marido qualquer), em momentos perscrutados pelo silêncio da reflexão, duas informantes me disseram que "sim e

não", ou seja, que tinham uma vida marital (comum), mas reconheciam que um marido "normal" não acorda a mulher para ela "batalhar".

Fiquei muito tempo pensando sobre isso, remoendo meus próprios preconceitos, e num jogo mental troquei a palavra "batalhar" por "trabalhar" (muito embora ela devesse significar a mesma coisa). Proponho conjugar suas sutis diferenças: "trabalhar para alguém" ou "batalhar por algo ou alguém". Essa é uma sutil diferença, mas que explica alguma parceria marital na atividade e uma negação da exploração identificada com o mundo do trabalho.

Assim minha equação imaginária (mas profundamente arraigada na realidade do campo) ficou: "um marido normal não acorda a mulher para trabalhar". Será mesmo? Se estivermos pensando no papel de "homem provedor", certamente ficaria estranho. Um homem totalmente imbuído desse papel não acordaria a mulher para que ela trabalhasse. Mas hoje em dia, em que cada vez mais as mulheres são responsáveis pelo sustento da casa (ou parte considerável dele) e que o trabalho feminino não é apenas uma necessidade, mas um motivo de orgulho e auto-realização? Atualmente muitas mulheres têm o papel de "provedor" sem que isso cause estranheza, nem a elas nem a seus parceiros. O que significa então aquela frase? Estaria presente nela, antes mesmo de qualquer intuição de que se é explorada por um homem, uma concepção de que a prostituição não é um trabalho como qualquer outro? Ou que o papel de homem provedor é importante para esta mulher, a despeito de ela ganhar mais ou menos do que ele? Talvez simplesmente significasse que acordá-la para que ela fosse batalhar (ou trabalhar) fosse apenas uma intromissão pouco bem vinda em um trabalho que ela considera como mais seu e menos de seu parceiro.

Antes de dar qualquer resposta fácil para essa frase enigmática, procurei também analisar a função e o papel que esses homens desempenham em suas relações com suas mulheres na prostituição. Uma palavra muito utilizada para explicar a presença do gigolô na "quadra" foi a palavra "proteção". Assim esses homens protegeriam as prostitutas de potenciais perigos a que elas pudessem estar expostas, como ladrões, clientes violentos ou inadimplentes e abusos da polícia. Embora proteger seja uma das funções de um gigolô/marido,

percebi que essa função é significada através de sua inserção no âmbito da dádiva, através de um vínculo emocional entre entres.

Como observado no terceiro capítulo, na relação entre gigolôs e prostitutas, o termo oculto não são os ganhos em termos de dinheiro e sexo, que fazem parte do negócio mesmo da prostituição, e sim a dádiva, o favor e o sentimento, realidades subjacentes ao racionalismo. Aliás, se interesse é o que "faz a diferença" (SAHLINS, 2004), então não apenas o dinheiro faz a diferença nessas relações, mas a própria relação, organizada não apenas para obter dinheiro na prostituição mas para que os sujeitos desfrutem dele, "faz a diferença". Para minhas entrevistadas, se não há envolvimento afetivo, o interesse é apenas comercial, e logo, o parceiro deixa de ser parceiro. Torna-se uma espécie de segurança, um guarda-costas raramente encontrado na prostituição realizada na rua.

Para GODBOUT (1999), no complexo jogo da dádiva, se estabelecem relações onde não é possível saber quem ganha e quem perde, pois a dádiva não pode ser pensada em termos de equivalência. Logo, parafraseando esse autor e rememorando MAUSS (1974), tanto os bens alimentam os vínculos como os vínculos alimentam os bens. As coisas valem através e pelo valor que se dá à relação. Se ela vale muito, "faz diferença", as coisas obtidas com o dinheiro serão tanto o combustível como o motor da relação. Em outras palavras, as coisas servirão para as pessoas como as pessoas servirão para obter coisas. Note-se que tanto prostitutas como seus parceiros servem para ambos obterem muitas coisas (dinheiro, prestígio, afeto, proteção) que "fazem a diferença".

Penso que a prostituta quando está dando dinheiro ao homem, não apenas está entrando em um circuito de dádiva onde ela também ganha algumas coisas. Esse dinheiro dado também pode ser pensado como uma maneira de igualar os dois parceiros, pois de outra forma este homem que inicialmente teria dado muitas coisas (casa, comida, roupas, etc.), se exigisse apenas gratidão e não dinheiro, seria impagável, exigindo uma espécie de servidão.

Muitas de minhas informantes já comentaram sobre homens que tentaram tirá-las da prostituição. Via de regra, essas experiências não foram

satisfatórias e a relação se desfez, porque o homem esperava ser reconhecido como uma espécie de "salvador", exigindo em troca uma gratidão que não poderia ser "paga". Por essas e por outras que acontecem quando pensamos a dádiva inserida em uma relação de poder, de "toma lá dá cá", é que acho a teoria de Godbout sobre a dádiva mais interessante que a proposta por Bourdieu para pensar meu campo. Não que inexista a possibilidade de um efeito de dominação na dádiva. Para mim esta possibilidade existe e está sempre presente, mas acredito que, se a dádiva escraviza, ela submete todos os envolvidos em seus efeitos (nem sempre desejáveis para quem pretende apenas lucrar com ela). Além disso, a dominação simbólica que a dádiva esconde deve ser procurada fora dela mesma e não em uma relação que pode apenas evidenciá-la.

Como evidenciei no terceiro capítulo, se existe desigualdade entre prostitutas e rufiões, essa desigualdade, perpassada por questões de gênero, não pode ser pensada fora de um sistema de desigualdades mais amplas, socioeconômicas, de comportamentos esperados de homens e de mulheres e dos diversos jogos de poder travados na prostituição.

Por outro lado, generalizar a dominação masculina seria dar de antemão um significado de exploração para as relações entre gigolôs e prostitutas. Percebemos como os agentes concretos atualizam e elaboram significados para suas práticas, destacando sua relativa liberdade de lidar com essas questões. Retomando a questão sobre que tipo de marido afinal é o "gigolô" podemos aventar a hipótese de que ele não é mesmo um marido qualquer e isto porque a prostituição, por seu caráter estigmatizado, ainda não é uma profissão como qualquer outra. Por outro lado, esse homem também não é necessariamente um explorador cruel criado por essa mesma visão estigmatizante. Também não é o gigolô um "marido que não deu certo" e por isso um "explorador". Estes homens que colaboram com a prostituição de suas parceiras engendram com elas uma relação própria, particular (de significados variados, como vimos), porque no contexto de uma atividade particular.

No segundo capítulo, além trazer algo da historiografia sobre rufianismo, trouxe um personagem central nos depoimentos de minhas

informantes. Este personagem teve o poder de evocar um passado recente e uma história comum de muitas delas que mantiveram algum contato com ele. A análise desse personagem, apresentado pelos jornais e por muitas vozes, trouxe pistas sobre as relações entre prostitutas e parceiros. Ao mesmo tempo em que o rememoravam, minhas interlocutoras evidenciavam significados atribuídos à figura do gigolô em suas relações. Buda, "barão dos rufiões" de Porto Alegre, não era um rufião comum, pois centralizava muitos outros gigolôs e prostitutas em torno de seus negócios. Ele mesmo tinha mulheres na prostituição, mas organizava o negócio de todos num espaço de atuação que compreendia partes do centro da cidade e arredores da avenida Farrapos (especialmente no entorno da estação rodoviária). Além disso, Buda também era responsável por algumas boates que parentes e amigos gerenciavam, inseridas neste mesmo território de atuação. Como já foi dito, Buda desempenhava um papel de mediador não somente de conflitos, pois era a ele que muitas prostitutas traziam suas demandas (geralmente sobre questões que envolviam diferentes tipos de violência: dos clientes, dos maridos e dos policiais), como também por seu trânsito entre universos sociais. Como policial aposentado e rufião, Buda tinha conhecimento sobre os códigos desses dois "universos", desempenhando simultaneamente esses dois papéis, transitando entre a legalidade e a ilegalidade.

Essa condição diferenciada de mediador é que permitia a Buda ser reconhecido perante o universo da prostituição, pois sua posição trazia facilidades para os que dele se aproximavam, tais como não ser perseguido pela polícia ou sair das delegacias mais facilmente quando prostitutas eram alvo de abusos policiais diversos (como violência sexual, extorsões, chantagens, etc.). Neste sentido, não podemos subestimar seu papel. Mas, como vimos, Buda exerce uma "mediação tradicional", no sentido de que sua atuação não era capaz de alterar fronteiras entre um e outro "mundo". Seu trânsito se assemelha mais a de um "joker" que maneja diferentes códigos, mas que não pode falar/comunicar de um para outro mundo, pois não possui legitimidade para isso.

Dito de outra forma, essa possibilidade de comunicação entre mundos se manteve limitada frente a um campo de possibilidades restritas para essas

falas, e isto em função não apenas de certo período no tempo (onde o papel das ONGs de prostitutas inexistiam ou eram incipientes) como de uma posição estrutural ocupada por ele. Sua figura de policial-rufião fez com que Buda encarnasse mais um desses símbolos da corrupção da polícia que se "contamina" ao lidar com a ilegalidade e com o dito "submundo" de drogas, de assaltos e de prostituição (sabe-se que para o senso comum essas três coisas andam muito próximas).

Pensando sobre os dias de hoje, arrisco-me a dizer que esse papel de mediação de conflitos e elo "entre mundos" têm sido cada vez mais exercido pelas ONGs de prostitutas espalhadas pelo Brasil. Neste sentido, compreendo o NEP como um novo ator social e com uma nova forma de mediação, cuja capacidade de trânsito entre mundos se deu inicialmente pela luta contra a própria estigmatização das prostitutas (os tais "grupos de risco") em um contexto de descoberta e mobilização em torno da AIDS. O NEP é um exemplo dessas ONGs que criaram um novo espaço de discussão sobre a prostituição. Obviamente essa atividade não se restringe ao contato com esses movimentos, mas estas ONGs pretendem centralizar reivindicações dialogando com os mais diversos atores sociais. Como foi salientado, no início e no final da dissertação, todos meus informantes (prostitutas e donos/as de casa de prostituição), embora tenham diferentes visões sobre a prostituição (especialmente no que diz respeito a uma possível regulamentação) encontram-se na esfera de influência ou ligados diretamente ao NEP. Essa ONG seria então um ponto aglutinador de diferentes perspectivas, embora dentro da instituição haja um discurso relativamente homogêneo "para fora".

Essas duas formas de mediação de conflitos e de relação "entre mundos" podem ser assim resumidas: à maneira pessoalizada de Buda (lógica pessoal dos favores), contrapõe-se o discurso sobre cidadania e direitos que maneja o NEP ("onde ninguém faz favores a ninguém"), como percebemos na fala de Tina. Duas modalidades e potencialmente um foco de tensões sobre modos de compreender as atividades da prostituição.

Para Tina, a exploração viria de uma relação em que uma pessoa faz favores para o outro, ou seja, onde uma coloca as coisas como se desse mais do que recebe, exigindo por isso gratidão (impagável), o que coloca a pessoa que requer gratidão (e não dinheiro ou acordos) num patamar superior. E isto vale tanto para os gigolôs/maridos quanto para os donos/as de casa de prostituição. Dentro dessa lógica compreende-se porque o movimento de prostitutas organizadas deseja tanto uma maior profissionalização.

Esse desejo que encontrei no ambiente da ONG não é partilhado por todas (e talvez nem pela maioria) das prostitutas atualmente. Mesmo a visão da prostituição como uma "profissão" não é unânime nesse universo. O desejo de profissionalização das prostitutas encontra seu correlato na vontade de descriminalizar o rufianismo, mas essa contrapartida é ainda mais polêmica, pois ainda não está claro como seria uma regulamentação que visasse os dois objetivos pleiteados pelo movimento organizado, lidando com alguns dos desafios com que me deparei nesta pesquisa. Por trás das perspectivas ideais, podemos vislumbrar, com essa dissertação, a densidade das experiências afetivas implicadas no debate.

A regulamentação concentra variadas expectativas e situações: a prostituição não é sempre igual e estanque, com limites precisos. Há uma diversidade de modalidades de prostituição e de mulheres que se dedicam a essa atividade. E foi um pouco dessa diversidade de experiências de subordinação e visões de autonomia e liberdade que abordamos a experiência das prostitutas e donos/as de casas de prostituição no último capítulo.

Nessa dissertação finalizo minha análise chamando a atenção para essa multiplicidade de pontos de vista que podem abrir caminhos para a discussão sobre a regulamentação, embora não a encerre somente por não encontrarmos um consenso. A falta de uma perspectiva comum não inviabiliza caminhos para uma regulamentação, apenas apresenta alguns dos desafios na implementação de uma política pública que deve considerar, para ser eficaz, a interlocução com essa diversidade de experiências, interlocutores e suas preocupações. As decisões na regularização da prostituição em uma política pública certamente

significarão alguma redistribuição de poder e reflexões sobre o papel das casas, prostitutas e ONGs. Certamente essas decisões não são fáceis, e podem vir a envolver outros agentes e outros contextos do comércio sexual além da prostituição, como a indústria pornográfica e o chamado "tráfico de mulheres".

Enfim, essa discussão é extensa e vai além dessa pesquisa. Como Geertz lembra-nos: "as ações sociais são comentários a respeito de mais do que elas mesmas; de que, de onde vem a interpretação não determinada para onde ela poderá ser impelida a ir" (1989: 34). De qualquer forma isso já é "previsão" (ou temas para novas incursões e pesquisas), e este mesmo autor nos previne de que somente pequenos vôos de raciocínio tendem a ser efetivos em Antropologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. *Mulheres que matam: universo imaginário do crime no feminino*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. (Coleção Antropologia e Política; 10)
- ARIENTE, Marisa A. *O cotidiano da prostituta em São Paulo: estigma e contradição*. Dissertação de mestrado, Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica - PUC-SP, 1989.
- BASTOS, Cristiana. *Ciência, poder, ação: as respostas à SIDA*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2002.
- BECKER, Howard. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977 (Coleção Antropologia Social)
- BENEDETTI, Marcos R. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. (Sexualidade, gênero e sociedade; Homossexualidade e cultura)
- BENSA, Alban. "Da micro-história a uma antropologia crítica". In: REVEL, Jean-François (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1998.
- BONETTI, Alinne de L. "Maridos e clientes de prostitutas: quem traz o verdadeiro perigo de AIDS". Trabalho apresentado em: *V Reunião de Antropologia do Mercosul*, Tramandaí-RS, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*. Sobre a teoria da ação. Campinas-SP: Papyrus, 2007.
- . *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- CARRARA, Sérgio. "Questões para movimentos sociais e para agendas de ativismo". In: TERTO JR., Veriano; VICTORA, Ceres Gomes & KNAUTH, Daniela Riva (orgs.). *Corpus - Cadernos do Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde*. Porto Alegre: NUPACS, 2004, p. 17-22.
- CAUFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000. (Coleção Várias Histórias)
- CORRÊA, Mariza. *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

- CORREA, Sônia. "Direitos sexuais numa perspectiva internacional e histórica". In: TERTO JR., Veriano; VICTORA, Ceres Gomes & KNAUTH, Daniela Riva (orgs.). *Corpus - Cadernos do Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde*. Porto Alegre: NUPACS, 2004, p. 7-16.
- DAVIDA, Grupo. "Prostitutas, 'traficadas' e pânicos morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o 'tráfico de seres humanos'". *Cadernos Pagu*, v. 25, 2005, p. 153-184.
- FONSECA, Claudia. "A morte de um gigolô: Fronteiras da transgressão e sexualidade nos dias atuais". In: GREGORI, Maria Filomena; PISCITELLI, Adriana & CARRARA, Sergio (orgs.). *Sexualidades e saberes, convenções e fronteiras*. São Paulo: Garamond, 2004, p. 257-282.
- . *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência entre grupos populares*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000.
- FONSECA, Claudia & PASINI, Elisiane. "A mulher prostituta - uma situação limite de cidadania". Trabalho apresentado em: XX Reunião Brasileira de Antropologia, Salvador, 1998.
- FOOTE-WHITE, William. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. (Antropologia Social)
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. (Coleção Antropologia Social)
- GEERTZ, Clifford. *O saber local: ensaios de antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- . *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- GODBOUT, Jaques T. *O Espírito da Dádiva*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- JARDIM, Denise Fagundes. *De bar em bar: identidade masculina e auto-segregação entre homens de classes populares*. Dissertação de

- Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991.
- JORGE, Luci M.C.L. *A prostituição como meio de subsistência*. Trabalho de conclusão de curso, Faculdade de Direito - Centro Universitário Ritter dos Reis - Uniritter, 2004.
- LOYOLA, Maria Andréa. "A sexualidade como objeto de estudo das Ciências Sociais". In: HEILBORN, Maria L. (org.). *Sexualidade - o olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- MAUSS, Marcel. "Ensaio sobre a dádiva". In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974, vol. 2.
- NEEDELL, Jeffrey. "A ascensão do fetichismo consumista". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 3, n.º. 8, 1988, p. 39-58.
- OLIVEN, Ruben George. "O vil metal: o dinheiro na Música Popular Brasileira". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n.º. 33, 1997, p. 143-188.
- PASINI, Elisiane. *Os homens da vila: um estudo sobre relações de gênero num universo de prostituição feminina*. Tese de doutorado, Departamento de Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- . *Corpos em Evidência, pontos em ruas, mundos em pontos: a prostituição na região da Rua Augusta em São Paulo*. Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- PEREIRA, Cristiana Schettini. "Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX". *Cadernos Pagu*, n.º. 25, 2005, p. 25-54.
- PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PISCITELLI, Adriana. "Apresentação: gênero no mercado do sexo". *Cadernos Pagu*, v. 25, 2005, p. 7-23.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890 - 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (Coleção Estudos Brasileiros; 90)
- RIOS, Roger Raupp. "Prostitutas, michês e travestis: uma análise crítica do discurso jurídico sobre a prostituição e de suas conseqüências

- práticas". In: FÁBREGAS-MARTÍNEZ, Ana & BENEDETTI, Marcos R. (orgs.). *Na Batalha: identidade, sexualidade e poder no universo da prostituição*. Porto Alegre: Dacasa/Palmarinca/GAPA- RS, 2000, p. 81-94.
- RODRIGUES, Marlene Teixeira. "O Sistema de Justiça Criminal e a Prostituição no Brasil Contemporâneo: administração de conflitos, discriminação e exclusão". *Sociedade e Estado*, v. 19, 2004, p. 121-150.
- ROSTAGNOL, Susane. "Regulamentação: controle social ou dignidade do/no trabalho?" In: FÁBREGAS-MARTÍNEZ, Ana Isabel & BENEDETTI, Marcos R. (orgs.). *Na Batalha: sexualidade, identidade e poder no universo da prostituição*. Porto Alegre: Dacasa/Palmarinca/GAPA-RS, 2000, p. 95-108.
- SAHLINS, Marshall. "Experiência Individual e Ordem Cultural". In: *Cultura na Prática*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004 [1972], p. 301-316.
- . *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003a [1976]. (Coleção Antropologia Social)
- . *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003b.
- SILVA, Hélio R. S. *Travestis: entre o espelho e a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007. (Coleção Gênero Plural)
- SILVA, Vagner Gonçalves da. *O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre Religiões Afro-Brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2000.
- TEDESCO, Letcia da Luz. *Atores sociais na batalha: estigma e cidadania entre prostitutas, através de uma ONG em Porto Alegre*. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Antropologia, UFRGS, 2005.
- TROCHÓN, Yvette. *Las Rutas de Eros: La trata de blancas en el Atlántico Sur. Argentina, Brasil y Uruguay (1880-1932)*. Montevideo: Taurus, 2006.
- VELHO, Gilberto. "Biografia, trajetória e mediação". In: VELHO, Gilberto & KUSCHNIR, Karina (orgs.). *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p. 15-28.
- VIEIRA, Miriam Steffen. *Universo legal em ato: a construção de categorias jurídicas em torno da violência sexual*. Tese de doutorado,

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

WACQUANT, Loïc. *Corpo e alma*. Notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

Fontes jornalísticas

“Entrevista: Gigolô detesta o apelido”. *Zero Hora*, 16/04/1994, p. 40.

Nilson Mariano. "Entramos no Império de Buda". *Zero Hora*, 19/12/1991, p. 48.

Antonio Vital. "Um chefão cruel". *Zero Hora*, 14/04/1994, p. 62.

Carlos Wagner. "Gigolôs lotearam Porto Alegre". *Zero Hora*, 21/12/1991, p. 34.

———. "Prostitutas e gigolôs ficam surpresos". *Zero Hora*, 14/04/1994, p. 63.

ANEXOS

Anexo A - Roteiro para profissionais do sexo e agenciadores

HISTORICO OCUPACIONAL E INSTRUÇÃO

- lugares onde já trabalhou e por quanto tempo ficou em cada atividade
- grau de satisfação nas diferentes atividades (se for o caso)
- escolaridade, cursos e qualificação
- motivos para estar atualmente na prostituição (vantagens e desvantagens em relação a outras atividades exercidas)
- percepção ampla/geral do universo da prostituição

HISTÓRICO FAMILIAR E RESIDÊNCIA

- local de origem, qual motivo da troca de localidade de residência (ser for o caso)
- local de residência atual
- filhos (quantos)
- se tem alguma diferença no tratamento/educação de filhos e filhas, se mora c/ mais alguém (quem são essas pessoas)

AMBIENTE DE TRABALHO NA PROSTITUIÇÃO

- clientes/usuários (perfil do cliente, percepção que faz dos clientes)
- segurança e condições de trabalho (violência, acesso ao preservativo, riscos, negociações).
- prostituição na rua e prostituição em casas/boates (se trabalha/ou nos dois lugares ou não, que percepção tem dos diferentes espaços)
- anúncios, divulgação e abordagem ao cliente
- * Se profissional do sexo: percepção dos agenciadores e dos donos/as de casa de prostituição (necessidade e/ou escolha, relação com eles, entre eles...)
- * Se dono/a de casa de prostituição: percepção dos profissionais do sexo e breve relato do funcionamento de seu estabelecimento e/ou regras de trabalho

LEGALIDADE E ILEGALIDADE

- propostas de regulamentação (se tem conhecimento de alguma e que opinião tem sobre isso)
- áreas específicas para a prostituição
- exame médico obrigatório
- carteira profissional
- grau de conhecimento do CBO e de outros direitos dos profissionais do sexo
- grau de conhecimento e envolvimento em movimentos de luta e reconhecimento de direitos (ONGS, etc.)
- * se trabalha na rua: como é a relação com os moradores e vizinhos

* se trabalha em salas/boates: como é a relação com vizinhos, síndicos, proprietários, portaria, etc.

VISIBILIDADE E ESTIGMA

- breve discussão sobre os diferentes termos utilizados para descrever os profissionais do sexo, agenciadores, companheiros e donos(as) de casas de prostituição

- grau de conhecimento e aceitação da atividade por parte da família (pais, filhos, parceiros)

- grau de conhecimento e aceitação social (vizinhos, clientes, transeuntes, autoridades, serviços médico, jurídico, etc..)

- uso ou não de pseudônimo

Anexo B - Material jornalístico mencionado

Zero Hora, 19/12/1991



Flagrante: depois de várias tentativas, Buda (no centro), o chefe da maior rede de prostituição do Sul, foi fotografado

(Imagem: Ronaldo Bernardi/ZH)

Entramos no império de Buda

Nilson Mariano

Esta é uma parte da história sobre o maior império de prostituição de meninas do sul do Brasil. Construído a partir de 1978 nas ruas centrais de Porto Alegre, esse império tornou-se uma poderosa empresa, que movimenta mais de Cr\$ 50 milhões por mês e estendeu as conexões de tráfico de meninas até para

Santa Catarina e Paraná. É um império acima da lei: meninas de 16 anos se prostituem sob ameaça de morte, os gigolôs trocam tiros pelo domínio das quadras e a lâmina das navalhas brilha na madrugada.

O chefe dessa rede de prostituição e tráfico de meninas é o policial civil gaúcho Vítor de Jesus, o Buda, 52 anos. Auxiliado por alguns policiais desonestos e uma gangue de 12 gigolôs, Buda montou dois hotéis de alta rotação, os chamados "suadouros", onde 50 meninas e mulheres são obrigadas a conseguir de seis a 15 clientes por dia. Cobrando Cr\$ 5 mil pelo programa e Cr\$ 1.500,00 da taxa de quarto, cada uma dessas mulheres pode render Cr\$ 1,5 milhão ao mês.

Esperto, organizado e implacável, Buda vem agindo há 13 anos, ampliando os seus negócios e enganando a Justiça. O barão dos rufiões gaúchos implantou a sua sede no Hotel Aliado, na Rua Voluntários da Pátria 807, no centro de Porto Alegre. Também dirige com braço de ferro o bordel da Rua Pinto Bandeira (esquina Voluntários), a Boate Dominique (Ernesto da Fontoura com a Rua Missões) e uma outra boate, na Avenida Farrapos 3.248. A terceira boate está sendo montada também na Farrapos 3.284.

O Chefe da Voluntários, como também é conhecido, abasteceu as quadras e as boates da cidade com mulheres traficadas da região colonial gaúcha, de Santa Catarina e algumas do Paraná. Muitas dessas prostitutas são meninas. Elas foram compradas ou simplesmente entregues, pela própria família, em troca de algum dinheiro por mês. Vários pais não sabem o que as filhas estão fazendo. Aham que estão trabalhando como empregadas domésticas em casas de senhores respeitáveis. No Natal, recebem cartões coloridos e promessas de visita.

Em 13 anos, uma grande fortuna

O Escort XR-3 vermelho, avaliado em Cr\$ 30 milhões, é apenas uma parte do patrimônio amealhado por Buda. As prostitutas e as meninas tra-zidas até de Santa Catarina renderam uma fortuna incalculável ao maior gi-golô gaúcho. Nos últimos 13 anos, ele pôde comprar vários imóveis, alugar hotéis, pagar uma rede de gigolôs e subornar um ou outro policial.

Filho de Vitor Francisco de Jesus e Vicentina Neves, Buda mora numa casa de dois pisos, no bairro Rio Branco, em Canoas, na Rua Machadinho 650. Era vizinho do gigolô Cabelo de força, que morava na mesma rua. Buda possui mais uma casa, na Rua Boa Esperança 890, em Canoas, onde mora a sua irmã Ivane, que dirige uma das boates. E um apartamento na Rua Sete Povos 313, bloco "B", onde reside uma nora. E tem três telefones: 72-8238, 72-1775 e 76-2484. O telefone do Hotel Aliado foi alugado de Renê Antônio Áviles Mendes. O Escort está em nome da sua mulher, Marisa Gomes de Jesus.

Além dos hotéis Aliado e da Pinto Bandeira, onde concentra as prostitu-tas, Buda mantém as boates "Dominique", na esquina da Ernesto da Fontoura com a Rua Missões. A outra boate funciona na Avenida Farrapos 3.248. Uma prostituta contou que mora nessa boate com mais duas colegas. Sem saber com quem estava falando, ela disse que prefere trabalhar com Ivone, irmã de Buda. O barão dos gigolôs é temido, porque exige, "dá muito em cima" se a produção baixa. E tem a fama de "cantar" as garotas. Um programa, nessa boate,

custa Cr\$ 10 mil. Buda está montando outra boate bem ao lado, no prédio número 3.284.

PROCESSO. - Buda é um policial aposentado. Era investigador Classe 3, mas foi readaptado para agente administrativo, conforme o boletim 047/86 da Polícia Civil, de 13 de junho de 1986. Ele só começou a ser molestado em abril de 1988, quando foi denunciado pelo Ministério Público, com outros donos de hotéis de prostituição. Está respondendo pelos crimes de favorecimento da prostituição, alicia-mento, manutenção em cárcere privado (como no caso da catarinense J., que ocupava o quarto 33 do Hotel Aliado) e rufianismo, às vezes com uso de violência. Foi incurso nos artigos 227, 228, 229 e 230 do Código Penal Brasileiro. A pena, em caso de condenação, para qualquer um dos crimes, pode chegar a dez anos de detenção, porque envolve meninas e violência.

O processo está tramitando na 13ª. Vara Criminal, mas lentamente. Buda está sendo defendido por uma advogada pública, gratuitamente. Ao depor, mentiu que vive apenas com o dinheiro da aposentadoria - menos de Cr\$ 400 mil mensais. E que eventualmente abastece o Hotel Aliado com mantimentos e material de limpeza, para aumentar um pouco a sua renda.

Outros gigolôs menores também estão respondendo o mesmo processo. São eles: José Geraldo Gomes Rodrigues, do Hotel Acapulco (Farrapos 66); Sérgio Feler, o Gisele, do Hotel Ritter (Garibaldi 421); Adão de Mellos, dos hotéis Dallas (praça Dom Feliciano) e Príncipe (Senhor dos Passos 61); Ana Lúcia Porto Vargas, Hotel Clark (Garibaldi 466); e Marisa Catarina do Amaral, que tem uma casa de pensão na Garibaldi 511. Todos são acusados de manter espeluncas de alta rotação, para explorar mulheres e meninas. Alguns estão com prisão preventiva decretada.

Zero Hora, 14/04/1994

Um chefe cruel

Nilson Mariano

Vítor de Jesus, o Buda, 54 anos, chefe da maior rede prostituição e tráfico de meninas do Estado, tem sobrenome santo apelido de santo e uma aparência de sogro bonachão. Mas as fachadas, como a do vetusto prédio do Hotel Aliado, onde ficavam as meninas prostitutas da Rua Voluntários da Enganam. O policial aposentado Vítor de Jesus, na verdade, se impôs como um gigolô cruel, implacável e astuto.

Comandando sua gangue de dez gigolôs, que exploram hotéis e três boates em Porto Alegre, Buda obrigava as meninas prostitutas a manterem a média de dez a 15 programas diários, aceitando as variações que os fregueses desejassem. Quem desobedecia, apanhava. Algumas meninas, como Janete (o nome verdadeiro foi preservado), prostituída aos oito anos de idade, denunciaram que Buda também gostava de "testar" pessoalmente as prostitutas. Às vezes, as

forçava a traficarem cocaína dentro das calcinhas. Janete também acusou Buda de ter matado uma menina, chamada Lola, anos atrás, porque ela sabia demais.

Buda começou a montar o seu império em 1978. Nos últimos anos, estava traficando meninas de Santa Catarina, como J.V.N., de 16 anos. Até 1991, quando saiu a reportagem de ZH, Buda tinha amealhado um patrimônio considerável – três imóveis, três telefones e automóveis. Nas quadras de prostituição, Buda é temido. "Eu tenho medo", confessou Janete, no ano passado. Na sua família, porém, Buda é um pai, sogro e a extremado. "Como é que podem fazer isso com ele", protestou uma nora, em 1991, quase chorando. (Nilson Mariano)

Zero Hora, 14/04/1994

Prostitutas e gigolôs ficam surpresos

Carlos Wagner

A notícia da prisão de Buda começou a circular entre as meninas prostitutas da Rua Voluntários da Pátria, no centro de Porto Alegre, ao entardecer de ontem. "Ele não é o único gigolô por aqui", avisa uma garota que diz ter 18 anos, mas não aparenta ter mais de 15. "Há outros soltos por aí, batendo nas nossas colegas". Magra, morena, alta, com feridas nos braços, ela comenta com orgulho seus seis programas diários, quando cobra Cr\$ 15 mil por freguês. Metade desse dinheiro é entregue para os gigolôs em troca de comida, casa, remédios e proteção. Ela é uma das freqüentadoras do Hotel Aliado, explorado por Buda.

O entra-e-sai de fregueses e garotas no Aliado era intenso na tarde de ontem. A notícia da prisão do chefe surpreendeu prostitutas e gigolôs. "Tem que parar com esta perseguição ao senhor Buda", reclama uma menina loira, que faz ponto a poucos metros da entrada do hotel. A clientela dessas mulheres é formada por trabalhadores de baixa renda e estudantes.

Na Lancheria Aliado, localizada próxima ao hotel, vários capangas de Buda tomavam cerveja. Um deles, loiro de estatura média, saiu apressadamente do bar, logo após as emissoras de rádio terem dado a notícia da prisão do gigolô em Brasília, e começou a alertar as meninas que faziam ponto na quadra. "Sujou, tomem cuidado", disse a elas.

Em meio ao rebuliço da Voluntários da Pátria, um integrante do Conselho Tutelar observava, discretamente, todo o movimento da quadra. Dentro de um Fusca, ela tentava localizar uma menina. "Já retiramos várias garotas de dentro deste hotel", disse, apontando para o Aliado. Ele pediu para não se identificar. (Carlos Wagner)

Zero Hora, 21/12/1991

Gigolôs lotearam Porto Alegre

Carlos Wagner

A rotina violenta da praça

A Praça da Alfândega de Porto Alegre é dos gigolôs. Umhas 60 meninas prostitutas geram uma soma respeitável de dinheiro diariamente, enchendo os bolsos dos donos de hotéis de encontros, traficantes de tóxicos e rufiões. E um número considerável de meninos são usados para fazer programas com homossexuais. O dia-a-dia deste pessoal é extremamente violento. A Alfândega é refúgio de assaltantes, que, misturados a outros marginais, tornam o local hostil.

Os gigolôs da Alfândega têm uma característica especial: são meninos. Eles pertencem a gangues que têm sua base de operação ali. São gangues sem nomes pomposos. São conhecidos como o pessoal da Restinga e do Partenon. Cada gangue tem suas meninas prostitutas. K. é uma delas. Seus cabelos são loiros e despenteados. Tem 14 anos, mas quer mostrar mais idade. Ela cobra Cr\$ 5 mil por programa, que é feito no Hotel Haiti, uma espelunca próxima à Alfândega. O freguês paga Cr\$ 1.500,00 ao dono do hotel. Dos Cr\$ 5 mil do programa; 50% vão para o gigolô, conhecido como G.; uns 30% ela gasta comprando tóxico e o resto em sanduíches e outras guloseimas, vendidos por uma se-nhora, numa cesta de vime. A história de K. é curta. O pai é operário de obra, a mãe tem mais seis filhos para cuidar. E há muito deixou de preocupar-se com ela.

TRABALHO - Na semana passada, K. meteu-se numa briga entre as duas gangues e acabou levando um "chá de banco" de um brigadiano. Ela argumentou com o soldado que precisava ser solta, porque estava trabalhando. Mandou uma colega chamar o gigolô G., que tem fama de violento. Ele foi conversar com o soldado, acompanhado de mais cinco. Não adiantou, a garota ficou presa. G. não se julga um gigolô. Disse' que gosta de K. e o que faz é só protegê-la para não ser roubada. G. disse que já passou várias vezes pela Febem. A sua visão da vida é simples: "Não há nada que não se resolva com um bom papo ou uma porrada".

G. pertence à gangue da Restinga. Passa sentado em um banco da praça lendo revistas em quadrinhos, enquanto K. batalha. Ele é o segundo gigolô na vida de K. O outro era um garoto de 16 anos, conhecido como L., que está preso na Febem, por furto e assalto a mão armada. "Vai ficar um tempo grande guardado", comentou K. Este casal pode ser chamado de típicos habitantes da Praça da Alfândega, um território onde as prostitutas independentes não entram.

Zero Hora, 21/12/1991

Entrevista / 'Buda' – Gigolô detesta o apelido

Agência RBS

Ouvido ontem pela Agência RBS, numa cela da Coordenação de Polícia Especializada, em Brasília, Buda repetiu algumas das respostas que deu à CPI da Prostituição Infantil, que lhe valeu a prisão por perjúrio, e deu outras informações. Eis os trechos principais de sua entrevista:

Agência RBS - Qual sua participação na prostituição no Sul do país?

Buda - Nenhuma. Isto que estão fazendo comigo é uma barbaridade.

Agência RBS - Mas existem depoimentos de prostitutas e evidências de sua ligação com hotéis e boates que funcionam como ponto de prostituição em Porto Alegre...

Buda - Mas eu não sou dono de nenhum hotel. Quem disse isso quer me prejudicar.

Agência RBS - A CPI tem em seu poder seis folhas de cheque endossadas por você para o pagamento do aluguel do Hotel Aliado, em Porto Alegre. Como você explica isso?

Buda - Eu não endossei nenhum cheque.

Agência RBS - E como você explica uma movimentação bancária de US\$ 574 mil nos últimos cinco anos, descoberta pela CPI?

Buda - Isso não quer dizer que eu tenha todo este dinheiro. Quer dizer apenas que a soma de todos os meus depósitos, retiradas e aplicações dá esse total.

Agência RBS - Mesmo assim, é uma quantia elevada em comparação ao salário de um policial aposentado. Você tem outra fonte de renda?

Buda - Eu vendo carros.

Agência RBS - Você tem uma agência de automóveis?

Buda - Não. Eu só procuro carros usados e depois vendo.

Agência RBS - Como você acha, então, que seu nome apareceu nessa história?

Buda - Não sei. É invenção da imprensa, que manda no país. A Zero Hora me crucificou.

Agência RBS - Como surgiu o apelido Buda?

Buda - Quando eu entrei para a polícia, não sei por que razão. Eu mesmo conheço uns dez budas em Porto Alegre. Mas não gosto desse nome e não atendo quando me chamam assim.